Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

Vol. 39-40 / 2021
II Série

Centro de Humanidades

MALENCONICO PER LA TERRA

Homem de cor escura, com o pé direito sobre uma figura quadrada, ou cúbica, segurando um livro aberto na mão esquerda, mostrando que está a estudar. A boca estará cingida com uma mordaça e com a mão direita segura um saco atado e na cabeça um pássaro solitário.

Cesare Ripa, *Iconologia*, ed. Pádua, 1618.

Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

***Cultura* – Revista de História e Teoria das Ideias**
(II Série) vol. 39-40 (2021)

Publicação anual do CHAM – Centro de Humanidades – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores (NOVA FCSH-UAc)

Indexada e referenciada nas bases de dados e catálogos internacionais: CARHUS + 2018 | CIRC | ERIH Plus | Index Copernicus | Index Islamicus | Latindex (catálogo v1.0) | MIAR | SHERPA/RoMEO

Directores: João Luís Lisboa, Luís Manuel A. V. Bernardo, Isabel Araújo Branco

Coordenação Editorial: Inês Cristóvão

Conselho Editorial: Adelino Cardoso (CHAM, NOVA FCSH/UAc), Armelle St. Martin (Un. Manitoba, Canadá), Daniela Spina (CHAM, NOVA FCSH/UAc), Gonçalo Marcelo (FLUC), Leonor Santa Bárbara (CHAM, NOVA FCSH/UAc), Margarida Amoedo (Un. Évora), Nicolas Manitakis (Un. Atenas), Noemi Alfieri (CHAM, NOVA FCSH/UAc), Nuno Domingos (ICS), Nunziatella Allessandrini (CHAM, NOVA FCSH/UAc), Pedro Cardim (CHAM, NOVA FCSH/UAc), Sébastien Rozeaux (EHESS Paris), Silvana Roque de Oliveira (CHAM, NOVA FCSH/UAc)

Conselho Consultivo: Aliocha Maldavsky (Un. Paris Ouest Nanterre), Andrea Carlino (Un. Genebra), Ângela Barreto Xavier (ICS-ULisboa), Antonio Castillo Gòmez (Un. Alcalá), Colas Duflo (Un. Paris Ouest Nanterre), Fátima Nunes (UÉvora), Fernando Catroga (Un. Coimbra), Gabriella Silvestrini (UPO Vercelli), George H. Taylor (Un. Pittsburgh), Hans-Jürgen Lüsebrink (Un. Saarland), Márcia Abreu (UNICAMP), Michaela Irimia (Un. Bucareste), Rochelle Pinto (CSCS, Bangalore), Roger Chartier (Collège de France), Roger Savage (UCLA), Teresa Cruz e Silva (Un. Maputo), Vanda Anastácio (ULisboa)

***Referees* deste número:** Américo José Pinheira Pereira (Un. Católica de Lisboa), Carlos Aurélio Ventura Morujão (Un. Católica de Lisboa), Cristina Almeida Ribeiro (ULisboa), Cristina Pratas Cruzeiro (IHA, NOVA FCSH), Enrique Rodrigues-Moura (Un. Bamberg), Gabriel Magalhães (Un. da Beira Interior), Inês Beleza Barreiros (ICNOVA, NOVA FCSH), Isabel Coelho (Instituto Superior de Engenharia de Lisboa), Jorge Cadima (Instituto Superior de Agronomia), José Rosa (Universidade da Beira Interior), Luís António Ferreira Correia Umbelino (Un. Coimbra), Magdalena Lopez (Un. Notre Damme), Manuel Curado (UMinho), Margarida Medeiros (NOVA FCSH), Maria Dávila (CHAM. NOVA FCSH / UAc), Mário Simões (ULisboa), Marta Martins (Un. Estado Santa Catarina), Mônica Ferreira Corrêa (Un. do Estado do Rio de Janeiro), Omaira Barreto Chica (Pontifícia Universidad Javeriana), Pedro Lapa (ARTIS-IHA, FLUL), Sandra Reimão (Un. de São Paulo), Sergio Rodero (Un. Salamanca), Steven Gouveia (FL, UPorto), Tania Regina de Luca (Un. Estadual Paulista), Vanda Anastácio (ULisboa), Wellington Lima Amorim (UNESPAR)

Gestão de Acesso Aberto e Metadados: Inês Cristóvão

Capa: Cesare Ripa, *Iconologia*, ed. Pádua, 1618

Direcção Gráfica: Edições Húmus

Editor: CHAM, NOVA FCSH-UAc / Edições Húmus
© CHAM e Húmus

Depósito legal n.º 97341/96 | ISSN: 0870-4546 | eISSN: 2183-2021 | URL deste número: https://revistas.fcsh.unl.pt/cultura/issue/view/124

Oferta de exemplares para recensão:
CHAM | Av. de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa | Portugal | culturacham@fcsh.unl.pt
Para referência de números anteriores, consultar: https://journals.openedition.org/cultura/

Publicação subsidiada ao abrigo do projecto estratégico do CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – UID/04666/2025 – https://doi.org/10.54499/UID/04666/2025.

Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

Vol. 39-40 – 2021 / II Série

Corpo, sonho e vida afectiva

Coordenação científica
Nuno Miguel Proença, Adelino Cardoso
e Ana Lúcia Mandelli de Marsillac

CHAM
CENTRO DE
HUMANIDADES
NOVA FCSH–UAc

Índice

Editorial 9
Isabel Araújo Branco

Apresentação – Corpo, sonho e vida afectiva 11
Nuno Miguel Proença, Ana Lúcia Mandelli de Marsillac, Adelino Cardoso

Dossiê | Corpo, sonho e vida afectiva

Concepção stahliana de Corpo 19
Adelino Cardoso

Para uma arqueologia do esquecimento: a teoria do sono lúcido de Abade Faria e sua receção em Portugal 31
Bruno Barreiros

Fenomenologia da Vida e Sofrimento 49
Ana Paula Rosendo

Para além de Freud: Nietzsche, Binswanger e Bachelard acerca dos sonhos, dos devaneios e das suas imagens 63
Nuno Miguel Proença

A poética negativa de Doris Salcedo: *des-calar* a dor e (re)construir narrativas desviantes 99
Anelise Hauschild Mondardo

Vária

O estrangeiro indesejável: O Brasil e António Aniceto Monteiro (lutas, tramas, diplomacias e polícias) 117
Jorge Rezende

Recensões

BALDINI, Ugo. 2018. *Portugal, a Ciência Jesuíta e a Carreira da Índia (Séculos XVI a XVIII). Coletânea de Ensaios* 275
Luís Miguel Carolino

BARBIERI, Edoardo, ed. 2021. *Imago Librorum. Mille anni di forme del libro in Europa* 279
Daniel Melo, João Costa

Editorial

Isabel Araújo Branco
Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 39-40 (2021), 9. ISSN 0870-4546.
DOI: https://doi.org/10.34619/ez17-ewqy

O corpo é "o lugar inescapável onde somos afectados por aquilo que nos acontece, a começar pela própria vida e seus sonhos", lemos no texto de apresentação do dossiê "Corpo, sonho e vida afectiva", da autoria de Nuno Miguel Proença, Adelino Cardoso e Ana Lúcia Mandelli de Marsillac. Os efeitos dos acontecimentos dão-se também nas publicações. Exemplo disso é o presente número da *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*. Circunstâncias várias levaram ao atraso na sua publicação, o que permitiu uma actualização da bibliografia em 2025. Segue-se agora a nossa leitura.

* Directora da *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*.

Apresentação
Corpo, sonho e vida afectiva

Nuno Miguel Proença[*], *Ana Lúcia Mandelli de Marsillac*[**], *Adelino Cardoso*[***]

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 39-40 (2021), 11-16. ISSN 0870-4546.
DOI: https://doi.org/10.34619/xlgn-kn5d

> O corpo é uma grande razão, uma multiplicidade com um só sentido,
> uma guerra e uma paz, um rebanho e um pastor. […] Há mais razão em teu corpo
> do que em tua melhor sabedoria. E quem sabe por que teu corpo
> necessita justamente de tua melhor sabedoria?
> (Nietzsche, *Assim Falava Zaratustra*)

> O que queremos dizer é o seguinte: que existe em cada um de nós
> uma espécie de desejo terrível, selvagem e sem leis, mesmo nos poucos de entre nós
> que parecem comedidos. É nos sonhos que o facto se torna evidente.
> (Platão, *República*, IX, 572 b)

> Por afecto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência
> de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada,
> e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções.
> (Spinoza, *Ética*, III, def. 3)

Uma das curiosidades em falar ou escrever sobre o corpo consiste no facto de ambas as actividades suporem o seu saber espontâneo e a sua vida. Quaisquer que sejam as representações, os entendimentos e a consciência que dele temos ou o modo como manifestamos o seu saber imanente, o corpo permeia e configura, desde sempre e sem que disso

[*] CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.
ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-1618-695X. *E-mail*: nunomiguelproenca@gmail.com.
[**] Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-2716-510X. *E-mail*: ana.marsillac@ufsc.br.
[***] CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.
ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-0927-5428. *E-mail*: cardoso.adelino@gmail.com.

tenhamos plena iniciativa, as nossas expressões do mundo, de outrem e de nós próprios. Por isso, é o lugar inescapável onde somos afectados por aquilo que nos acontece, a começar pela própria vida e seus sonhos. Ao ligarem constantemente *aesthesis* e *pathos*, as percepções internas e externas asseguradas pelo corpo e retomadas pelo *Logos* situam-nos originariamente numa comunidade de viventes cujas organizações, acções e realizações respondem à vulnerabilidade, à potencialidade, às necessidades e ao desejo que experienciamos. Como tal, e sem que disso nos demos sempre conta, os actos de linguagem aparecem como intrinsecamente entrelaçados à corporeidade e à sua presença expressiva, afectando e sendo afectados pelo que resulta de uma inter-expressividade cultural. A nossa vida afectiva também dá forma à nossa participação no mundo vígil, do mesmo modo que está presente nos nossos sonhos, atravessando as fronteiras que separam ambos e subsistindo apesar das transformações da consciência correlativas à passagem entre um mundo e outro.

No entanto, quaisquer que sejam as suas variantes internas, e quaisquer que tenham sido os valores respectivos dados à alma e ao corpo, a nossa cultura é essencialmente uma cultura da produtividade e da acção. Parecendo ter por mito principal o de Prometeu, é atravessada por uma luta – ou pelo menos uma tensão – entre uma humanidade vígil e os seus meios físico e social, com o intuito constante de os modificar. Mas será que temos o direito de ignorar metade da vida da humanidade e de só a encarar no seu tempo activo e acordado, deixando de lado todas aquelas horas em que dorme e sonha? Será que podemos descuidar tudo o que vive quando o corpo repousa? A questão deve-se ao que poderíamos chamar as barreiras e os obstáculos epistemológicos criados à investigação destes fenómenos "nocturnos" por sociedades cuja cultura situa no seu primeiro plano a *praxis*. Na atitude do conhecimento científico, na sua aspiração geral, reflectir-se-ia este corte entre o psíquico e o social, separando e opondo as duas partes do humano que são o sonhar e o trabalhar, esquecendo-nos de que a invenção e a descoberta, tal como a criação, a inovação e a própria investigação decorrem da possibilidade do sonho, do devaneio, da imaginação e da inspiração. Para além disso, também o conhecimento e a afectividade, tal como o desejo e o saber, estão entrelaçados, como no-lo ensina Spinoza, antes de Nietzsche e depois de Platão. Muitas das nossas dificuldades decorreriam deste esquecimento, a ponto de podermos afirmar (Bastide 1972) que muitas das nossas doenças mentais são oriundas do facto de não ser dado livre curso onírico aos fantasmas e aos desejos que há em nós, mas também que o imperativo da produtividade e a doença mental são dois gémeos impossíveis de separar em absoluto.

Graças às correntes psicodinâmicas da psicologia e da psiquiatria, o sonho, a afectividade e o corpo voltaram a ganhar importância na nossa vida social, sem nunca terem

realmente estado ausentes das manifestações culturais e artísticas. Como nos diz Dodds (Dodds 1951), os sonhos voltaram a ser altamente significativos e a antiga arte da *onirocritice* passou a ser uma prática comum nos meios que durante alguns séculos os descuidaram, de tal modo que muitos dos nossos contemporâneos correm apressadamente para junto dos especialistas na ânsia de relatar os seus sonhos e de lhes desvendar o sentido!

Freud (1972) contribuiu grandemente para este regresso do interesse pela vida onírica, reconhecendo-a como "a via régia" de acesso ao inconsciente e às motivações mais recônditas de cada indivíduo: a interpretação dos sonhos é um instrumento básico do trabalho psicanalítico e de transformação terapêutica da vida afectiva. Com efeito, o sonho fala do sonhador, dos seus desejos e dos seus medos, do seu corpo e dos conflitos que impulsionam ou bloqueiam os seus afectos e a sua existência. Mas os sonhos falam também da comunidade e da cultura envolventes. É aos bastidores do sonho, como nos diriam alguns etnólogos, que o sonhador vai buscar grande parte dos seus recursos, à vasta panóplia das representações colectivas que a sua civilização lhe fornece e na qual, geração após geração, num efeito acumulador, se renovam as questões e as respostas decorrentes do enigma de existir. É isso que permite que haja uma porta aberta em permanência entre as duas metades da vida humana e que tenham incessantemente lugar trocas entre o sonho e o mito, entre as ficções individuais, os constrangimentos sociais e as narrativas colectivas, de modo que o cultural fecunde o psíquico e o psíquico se inscreva no cultural. O sonho é um fenómeno cultural não só ao nível dos seus conteúdos manifestos ou da significação que lhes é atribuída, mas também ao nível do próprio modo de sonhar. Para dar um exemplo marcante, haverá comunidades cujos membros sonham frequentemente um sonho comum, enquanto, de forma dominante na cultura ocidental, o sonho tende a restringir-se à psique individual. Nele a alma de cada sonhador liberta-se das amarras e dos constrangimentos que o "princípio de realidade" e as necessidades da sobrevivência impõem à sua visão da paisagem do mundo e revela, para além das suas motivações mais recalcadas, um potencial criativo incontrolável. Noutras paragens, onde a razão, a imaginação e o saber imanente do corpo parecem menos opostos, ao sonho foi reconhecida uma função médica, de diagnóstico e tratamento, mas também uma função profética, sendo-lhe ainda reconhecido o papel de sinalizar transformações ou passagens significativas nas dinâmicas e destinações individuais ou colectivas.

Como é que o nosso conhecimento, predominantemente guiado pela prova, pela objectividade e pelo rigor do *Logos* – dialéctico, geométrico ou conceptual –, poderia interessar-se pela estranheza e a intimidade de imagens evanescentes e de sonhos, tal como eles se entrelaçam com a singularidade de um corpo sexuado e vulnerável, constantemente alterado pela afectividade? No entanto, inúmeros são os mitos e as alegorias

presentes nos textos de Platão, inúmeras são as imagens e os afectos que eles suscitam, do mesmo modo que a relação de Sócrates com o seu *daimon* e a interpretação do Oráculo de Delfos foram de inegável importância para o início da própria aspiração ao conhecimento filosófico. Em vez de se encontrar em ruptura com a forte recorrência daquilo a que, à falta de melhor, se deu o nome de irracional, tanto na cultura grega da Antiguidade (Detienne 1968) como em todo o período da Renascença (Wind 1958) – do qual a Modernidade também é oriunda –, a racionalidade aparece entrançada com dinâmicas da própria vida, que a precedem e que talvez a condicionem. Apesar dos sonhos que teve na noite de 10 de Novembro de 1619, que o levaram a converter-se às investigações filosóficas e matemáticas, é possível que Descartes – como instaurador do racionalismo moderno – tenha contribuído fortemente para, durante algum tempo, fechar as portas ocidentais entre a noite e o dia, entre as verdades "claras e distintas" e as impressões "obscuras e confusas". Da mesma forma, pode ter deixado um rasto indelével nas nossas concepções da relação entre a alma e o corpo, mesmo que a passagem pela alucinação onírica para chegar à evidência do *cogito* insone deixe adivinhar a exuberância e a força figurativa da crença e do desejo na origem da razão – o que Fernando Gil (Gil 1993), depois de Leibniz, não descuidará.

Tal como as (im)possibilidades do corpo e as alterações da vida afectiva, os sonhos não deixam de nos espantar, por mais que os tentemos reduzir a fenómenos naturais. Neles, a afectividade e a vivência corpórea estão investidas e podem revestir-se de novos sentidos. Dimensão fundamental da vida e da existência humanas, eles prendem a nossa atenção, tanto pelo que manifestam, como pelos enigmas que sugerem ou as vantagens que oferecem em relação ao mundo da vigília. Graças à vida onírica, a humanidade partilha com outros mamíferos superiores o curioso privilégio da cidadania de dois mundos, alternando diariamente entre dois tipos de experiência com as suas próprias lógicas e limitações. Talvez não haja razão óbvia, aliás, para afirmar que um deles é mais significativo que o outro. Se o nosso mundo acordado tem a vantagem da continuidade e do sentido partilhado em espaços, tempos e linguagens comuns, as suas oportunidades sociais parecem bastante limitadas relativamente ao mundo dos sonhos, o qual oferece o ensejo, por mais fugitivo que seja, de reencontrar amizades distantes, amores passados ou mundos possíveis, onde também se cruzam quimeras, divindades e defuntos. É possível, assim, que o que neles pode haver de estranho e de inquietante seja o resíduo de concepções passadas ou de ameaças à própria espécie que continuam a assombrar e a perturbar a nossa consciência, de forma subterrânea, atravessando gerações sucessivas. Ou será que essa estranheza é antes o sentimento da fragilidade da nossa razão, sempre pronta a abismar-se nas profundezas nocturnas de onde emerge, tanto mais ameaçadoras quanto ao

mesmo tempo nos atraem, numa sociedade que já quase não oferece barreiras à potência das suas seduções?

Nesta edição da *Cultura* será possível percorrer diferentes concepções e inter-relações entre o corpo, os sonhos e a vida afectiva.

O artigo de Adelino Cardoso, "Concepção stahliana de corpo", que abre esse dossiê, aborda a *Theoria medica vera*, enquanto arte e concepção de corpo, de G. E. Sthal, produzida no início do século XVIII. "A originalidade de Stahl reside na posição hegemónica da alma e sua capacidade de agir directa e imediatamente sobre o seu corpo." Nesse sentido, sustenta uma medicina psicossomática assente no ajustamento perfeito entre alma e corpo.

"Para uma arqueologia do esquecimento: a teoria do sono lúcido de Abade Faria e sua receção em Portugal" é o artigo de Bruno Barreiros que estuda a recepção ambígua do hipnotismo no Portugal do século XIX. Apoiado no pensamento de Abade Faria, o autor sublinha que, em estado hipnótico ou de sono lúcido, o sujeito, por estar desvinculado dos sentidos, pode usufruir de conhecimentos sublimes que nunca adquiriu pelo estudo.

"Fenomenologia da vida e sofrimento", da autoria de Ana Paula Rosendo, é um texto que se propõe reflectir sobre o sofrimento na vida humana. Sustentado teoricamente pela Fenomenologia da Vida de Michel Henry, articula a importância da auto-afecção do sofrimento como geradora e essência da potência de vida.

Nuno Miguel Proença contribui para o tema com o artigo "Para além de Freud: Nietzsche, Binswanger e Bachelard acerca dos sonhos, dos devaneios e das suas imagens". Propõe distinguir devaneio de sonho, contemplando suas ténues fronteiras, para então aproximar e confrontar as teses que dizem respeito às relações entre a imagem e o *Logos*, a partir das reflexões de Nietzsche, Binswanger e Bachelard. Nesse sentido, evoca cruzamentos entre crença, satisfação das formações oníricas e criação artística ou científica.

"A poética negativa de Doris Salcedo: des-calar a dor e (re)construir narrativas desviantes", artigo de Anelise Hauschild Mondardo, debruça-se sobre a obra *Shibboleth* (2007), da colombiana Doris Salcedo, que consiste numa racha de 167 m de extensão instalada no piso de entrada do emblemático museu de arte contemporânea de Londres. A partir dela, a autora reflecte, sustentada pela psicanálise, sobre o traumático que se inscreve como negativo e, paradoxalmente, como excesso no corpo e na cultura.

Desta forma, apresentamos ao leitor um breve mas profundo panorama sobre as inter-relações entre "Corpo, sonho e vida afectiva", demarcando concepções históricas, conceptuais e diálogos interdisciplinares. Não pretendemos com isso esgotar a riqueza desse encontro temático; pelo contrário, procuramos instigar os leitores a acompanharem-nos, a saberem mais e a questionarem-se sobre essa temática na sua vida e nas suas culturas.

Bibliografia

BASTIDE, Roger. 1972. *Le Rêve, la transe et la folie*. Paris: Flammarion.

DODDS, Eric Robertson. 1951. *The Greeks and the Irrational*. Berkley, Los Angeles, London: University of California Press.

DETIENNE, Marcel. 1968. *Apollon le couteau à la main*. Paris: Gallimard.

FREUD, Sigmund. 1972. "A interpretação dos sonhos". In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.

GIL, Fernando. 1993. *Traité de l'évidence*. Grenoble: Jerôme Millon.

WIND, Edgar. 1958. *Pagan Mysteries in the Renaissance*. London: Faber and Gaber.

Dossiê | Corpo, sonho e vida afectiva

Concepção stahliana de Corpo

*Adelino Cardoso**

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 39-40 (2021), 11-29. ISSN 0870-4546.
DOI: https://doi.org/10.34619/9bie-wyq0

A alma está imediatamente ligada ao corpo.
A mente está própria e directamente ligada a Deus.
Stahl 2016, 88

Resumo

A *Theoria Medica Vera* (TMV) (1708), de G. E. Stahl, é uma obra de referência acerca do sentido da arte médica e da noção de corpo. Demarca-se simultaneamente do iatromecanismo moderno, através da articulação entre mecanismo e finalidade, e da tradição hipocrático-galénica, através da sobreposição da noção de estrutura à de mistura bem temperada. A controvérsia com Leibniz, subsequente à publicação da TMV, constituiu uma oportunidade para Stahl explicitar e aprofundar diversos aspectos da sua teoria, nomeadamente a respeito do organismo, do poder da alma e do ajustamento entre o corpo e a alma. A originalidade de Stahl reside na posição hegemónica da alma e sua capacidade de agir directa e imediatamente sobre o seu corpo.

Palavras-chave: Stahl, alma, finalidade, organismo, proporção.

Abstract

The *Theoria medica vera* (1708), by G. E. Stahl, is a reference work concerning the medical art and the notion of human body. Demarcating himself simultaneously from the modern iatromecanism, throughout the articulation between mechanism and finality, and from the Hippocratic-Galenic tradition by means of overlapping the notion of structure to that of a well-tempered mixture. The controversy with Leibniz, subsequent the publication of TMV, constituted an opportunity for Stahl explanation of several points of his theory, namely on the

* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.
ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-0927-5428. *E-mail*: cardoso.adelino@gmail.com.

organism, the power of the soul over the body, and the proportion between body and soul. Stahl's originality lies in the hegemonic position of the soul, and its power to directly and immediately moving its own body.

Keywords: Stahl, soul, organism, finality, proportion.

Introdução

Georg Ernst Stahl (1659-1734) foi um dos médicos mais influentes da primeira metade do século XVIII. A sua *Theoria medica vera* (TMV) (1708) serviu de guia a muitos clínicos por toda a Europa[1]. Nela se propõe um novo paradigma médico, que se afasta simultaneamente da tradição hipocrática e do mecanicismo moderno. Uma e outro têm a sua pertinência, mas revelam-se insuficientes para explicar o objecto da medicina: o corpo vivo e o modo de efectividade da vida. Por diversas vezes, Stahl assinalará que "ninguém até hoje explicou o que é a vida" ou "o que é um corpo vivo" (Stahl 1708, 47, 54, 63).

A grande inovação conceptual da TMV reside na invenção do termo "organismo", mas a transformação mais decisiva diz respeito ao poder (*potestas*) da alma sobre o corpo. Stahl é, porventura, o médico que, na tradição ocidental, mais longe leva esse poder, que se exprime não só pela capacidade de mover directamente o corpo e exercer influência real sobre as suas funções, mas também pela sua potência formativa enquanto agente de constituição do corpo. Daí resulta uma visão marcadamente holística e unitária do homem, em que o primado da alma se articula com a ideia de corpo próprio, que é a principal razão da existência da alma: "A primeira razão da existência da alma humana é existir em e com o [seu] corpo" (Stahl 1708, 25). Por seu lado, o corpo humano "existe absoluta e simplesmente por causa da alma", da qual é "organon verdadeiro" (Stahl 1708, 44).

A controvérsia com Leibniz (1709-1711) fornece a Stahl a oportunidade para afirmar a pregnância do ser individual, cuja "constituição é uma lei particular e não universal" (Stahl 2016a, 76), e reforçar a unidade e harmonia do todo psicossomático, contra a visão paralelista de Leibniz, em que o acordo recíproco alma-corpo se opera através da harmonia preestabelecida por Deus. Muito expressamente, Stahl intenta situar-se no âmbito da natureza, de que a alma é tão-só a parte mais elevada, estabelecendo uma "ciência física da alma (*physica Scientia de Anima*)" (Stahl 2016a, 86), que é "finita e mortal" (*Ibidem*, 158).

[1] José Rodrigues de Abreu faz-se eco do enorme impacto do ensino e da obra de Stahl, da qual é entusiástico apoiante (Abreu 1733, 153, *passim*). Por seu lado, Philippe Pinel, fundador da psiquiatria moderna, considera-o o médico mais importante, a seguir ao pai da medicina europeia, Hipócrates: "Stahl é o maior médico que alguma vez apareceu, desde Hipócrates" (Pinel 2009, 154).

A alma acompanha sempre o seu corpo, estando a imortalidade reservada ao espírito (*mens*), cuja relação imediata é com Deus e não com o corpo.

A compreensão adequada do ser humano exige uma nova abordagem do problema da individuação e, correlativamente, da unidade e identidade individual, algo que nem Aristóteles nem os modernos entenderam, muito especialmente no que respeita ao indivíduo físico (Stahl 1708, 87). Essa nova abordagem implica um ponto de vista unitário, segundo o qual o corpo e a alma estão ligados "por um vínculo absolutamente directo e individual (*nexu absolute directo atque individuo*)" (*Ibidem*, 36). A *co-pertença originária da alma e do corpo* é o dado primordial da "Teoria Médica Verdadeira", que o autor designa pelo termo "símbolo", veiculado pela tradição alquímica para exprimir "uma *mistura primitiva* indissociável" (Cariou 1978, 123), quer dizer, a primordialidade do vínculo entre elementos. Para Stahl, "este símbolo muito forte e evidente entre a alma e o corpo é absolutamente evidente (*ingens et evidens hoc symbolum inter animam et corpus, plane evidenter confirmare*)" (Stahl 1708, 44).

Alma e corpo são mutuamente proporcionados, apesar da inelutável assimetria entre uma e outro. A alma é activa e o corpo passivo, e a sua correlação não implica acção recíproca. Ao invés, a acção de um ser sobre outro pressupõe uma relação hierárquica. Na versão stahliana, o ponto de vista da organicidade, que ele reivindica como o aspecto mais inovador da sua teoria médica[2], significa uma visão instrumental do corpo em face da alma: "Toda a acção que a alma exerce por intermédio do corpo (*per corpus*) é orgânica, isto é, o corpo é relativamente à alma um simples instrumento" (Stahl 1708, 113). Por conseguinte, Stahl segue uma linha oposta à de Espinosa ou Leibniz, que concebem o corpo como um sistema auto-regulado e o colocam numa posição simétrica à da alma.

O primado da alma

Tal como Descartes, Stahl afasta-se da clássica definição do homem como um "animal racional", excluindo a animalidade como uma característica fundamental do humano. Contudo, a justificação stahliana é distinta da cartesiana: ao passo que Descartes defende o dualismo entre a alma (*res cogitans*) e o corpo (*res extensa*), definindo o homem como ser pensante (Descartes 1970, 27), Stahl assume que o poder da alma sobre o corpo é tal, que este não constitui uma entidade separada mas um dispositivo instrumental da alma, a qual é, então, a essência do humano: "Em sentido próprio, o homem é a alma e

[2] Segundo Stahl, "ninguém", "nenhuma Escola" antes dele, introduziu "a fórmula *corpo orgânico* no discurso sobre a *Vida*" (Stahl 1708, 113). Por conseguinte, teria sido ele o primeiro a assumir a organicidade como a propriedade fundamental do vivo.

o corpo é a *oficina* desta" (Stahl 1708, 113). Ora, o que é a alma? "Generalissimamente, a alma é um ser activo; genericamente, é um ser movente […] Especialissimamente, é um ser inteligente" (*Ibidem*, 34). A natureza da alma consiste na acção. Não, como em Espinosa ou Leibniz, a acção de um *autómato espiritual*, mas a acção de um ser incorpóreo que se exerce pela mediação de órgãos do seu corpo[3]. Daí a afirmação, que segue de imediato a definição da alma como ser activo ou movente, de que ela carece de instrumentos para realizar as suas funções, nomeadamente a cogitação e a vontade. A alma é viva e "vivífica", ou seja, "o homem foi feito alma *vivífica*, que seguramente exerce o acto da vida conservativo do corpo e que, no corpo e pelo corpo, faz, agita, acompanha, restabelece, avalia (*aestimet*) as afecções corpóreas e habita (*versetur*) no meio delas" (*Ibidem*, 112). Na verdade, a vida do corpo reside no acto conservativo da sua estrutura como um todo articulado, evitando a corrupção que o ameaça, em virtude da matéria altamente corruptível de que é formado, o que não tem nada de acidental, porque essa é a "consistência" ajustada aos usos do corpo vivo[4]. Com efeito, para Stahl, a vida é aptidão para conservar o corpo incorrupto. A razão formal da vida é justamente essa: "A razão *formal* da vida não é outra coisa senão a conservação deste corpo tão sumamente corruptível" (*Ibidem*, 245).

A alma é princípio do movimento e força motora que se move a si mesma e comunica o movimento ao corpo. De facto, "é pelo movimento que a alma faz tudo" (*Ibidem*, 259), incluindo o acto vital conservativo. O movimento é imanente à alma e, tal como ela, é algo de "incorpóreo", garantindo o "ajustamento mútuo (*convenientia*) entre a essência incorpórea [da alma] e a actividade no e para o corpo (*in corpore, et in corpus*)" (*Ibidem*, 260).

A deslocação do movimento para o domínio do incorpóreo, destituindo a natureza de actividade própria, é certamente o ponto mais controverso da TMV, pelo que não ficamos surpreendidos que ele tenha estado no cerne da controvérsia entre Leibniz e Stahl, subsequente à publicação desta obra[5], cada um dos interlocutores considerando aberrante e

[3] A ideia de autómato espiritual ou incorpóreo, presente na *Ética* de Espinosa e largamente explorada por Leibniz, e. g. na Correspondência com Pierre Bayle, na *Monadologia* (artigo 18) e nos *Ensaios de Teodiceia* (3.ª parte, § 403), remete para uma inteligibilidade comum da natureza física e da psique: os estados da alma, tal como os do corpo, constituem uma série ordenada segundo leis determinadas.

[4] "Repetimos que o *corpo vivo* tem uma consistência sumamente corruptível, não só *a posteriori* e tal como se apresenta aos sentidos, mas também, numa apreciação *a priori*, não parece que pudesse ter outra consistência, já que esta é a única adequada (*idonea*) aos usos e efeitos para os quais este corpo foi própria e directamente destinado" (Stahl 1708, 101).

[5] Esta controvérsia, muito quente, foi iniciada por Leibniz, na sequência da publicação da TMV. Leibniz enviou a Stahl as suas *Animadversiones* (Observações críticas), a que este respondeu com *Enodationes* (Esclarecimentos); Leibniz insistiu com *Exceptiones* (Razões de desacordo) e, já depois da morte deste, Stahl ripostou com *Replicationes* (Réplicas), aquando da publicação pelo próprio das várias peças da

"monstruosa" a tese do outro[6]. Deixando o aprofundamento da controvérsia, e especificamente deste ponto, para melhor ocasião, vejamos o sentido da perspectiva stahliana no quadro do seu pensamento médico-filosófico.

Considerando que toda a acção consiste em algum tipo de movimento e que o movimento é algo real em si mesmo e não uma simples afecção das coisas existentes, Stahl defende que o movimento que observamos à nossa volta é o resultado da eficácia de uma causa superior sobre a natureza passiva. Assim, não há verdadeira espontaneidade no plano físico[7]. A facilidade com que os corpos executam certas funções, como andar ou respirar, não significa que estamos em face de uma actividade espontânea, mas tão-só a justa proporção entre órgão e função. Com efeito, a acção "simples, imediata e absoluta" da alma sobre o corpo não se exerce *ad hoc*, segundo o bel-prazer da alma, mas de uma forma sistemática e coerente, através do ajustamento do dispositivo corporal às acções para que está destinado.

Contrariando a orientação hegemónica da inteligibilidade moderna, Stahl entende que a *destinação*, ou seja, a *finalidade*, é o ponto fulcral na constituição do corpo humano, pelo que é essencial "perscrutar qual o fim verdadeiro e evidente, bem como o uso inteiramente destinado do corpo (*quemnam verum et evidentem* ***finem****, et plane* ***destinatum*** *usum corpus humanum habeat, perscrutare*)" (Stahl 2016a, 257). Por conseguinte, a subordinação da actividade orgânica à governação da alma não implica interferência da alma no processo pelo qual o corpo realiza as suas funções.

A TMV não apresenta a visão do autor no que respeita à genética, que, de acordo com a nossa visão retrospectiva, se encontrava ainda numa fase pré-científica, discutindo-se, nomeadamente em obras de eminentes cientistas da época, qual o papel formativo da alma na constituição do corpo[8]. Sem entrar em minúcias acerca da prioridade da alma

controvérsia, sob o título *Negotium otiosum* (1720). Recentemente, François Duchesneau e Justin Smith fizeram uma cuidada edição bilingue (latim e inglês) desta controvérsia, tendo por base o *Negotium otiosum* (Duchesneau e Smith 2016).

6 Na edição de Duchesneau e Smith, a discussão deste tópico ocupa 70 páginas: 15 para Leibniz (320-334) e 55 para Stahl (334-390), que longamente argumenta em favor da imaterialidade do movimento. Cf. também as páginas 174-178, onde Stahl defende a heterogeneidade entre corpo e movimento: o primeiro é passivo e o segundo, activo.

7 Tal como está claramente expresso nas *Réplicas* de Stahl, "o movimento é extrínseco à matéria", "a matéria nunca se move ou é afectada pelo movimento senão por causa de coisas exteriores a ela própria (*propter res extra ipsam*)" (Stahl 2016a, 226).

8 A tese de que há uma "faculdade formadora (*formatrix facultas*)" inerente à alma é assumida por W. Harvey numa obra de referência (Harvey 1651, 258, *passim*). Por seu lado, Albrecht van Haller, na sua obra monumental *Elementa Physiologiae* (1757-1766), dedica o § XX do tomo VIII, intitulado "Vida do Feto e do Homem", à "antiquíssima" tese da alma formadora (*anima structrix*), admitindo a sua pertinência

sobre o corpo e o modo como a primeira determina o segundo, Stahl é muito preciso no que concerne à sua potência formativa: "Daí que, desde logo, se revele tanto mais justa ainda aquela conclusão de que também a própria *alma constrói* para (*sibi struere*) um corpo, de tal maneira que ele está *apto para os usos dela própria* (*ipsius usibus*), para os quais unicamente serve; de que ela costuma agir sobre (*actuare*) esse mesmo corpo e influenciá-lo (*movere*), *directa* e *imediatamente*, sem a *intervenção* ou cooperação *de nenhum outro movente*" (Stahl 1708, 260-261).

A relação alma-corpo é, pois, única em cada ser humano, já que cada alma molda o corpo e o dispõe de um modo peculiar. Muito precisamente, a alma é "o princípio imanente ao corpo orgânico" (Stahl 2016a, 182). Circunscrita ao plano da natureza, ela age "ordenada e harmoniosamente" (*Ibidem*, 190), dirigindo o corpo para a realização de acções ajustadas ao bom funcionamento recíproco. Dada a sua intrínseca passividade, o corpo orgânico é receptivo à força motora da alma. A "sociedade" formada pelo corpo e pela alma assenta na boa proporção entre activo e passivo (*Ibidem*, 158).

Significado do organismo

Stahl inventa, simultaneamente com Leibniz, o neologismo "organismo", mas os dois autores envolvem-se numa violenta controvérsia a respeito da significação deste termo. Ambos estão de acordo em que o organismo é o nível mais elevado de organização da matéria, correspondente ao corpo vivo, mas divergem acerca do significado da vida e do modo de relação entre o corpo e a alma.

Para Leibniz, o organismo é um mecanismo perfeito, agindo com a maior ordem de que a natureza é passível, o que significa máxima variedade interna e infinidade de relações. Trata-se de um mecanismo especial, mais subtil e mais divino do que o mecanismo estrito[9], mas não deixa de ser um mecanismo, segundo o princípio de que "Tudo na natureza se faz mecanicamente" (Leibniz 2016, 18). Com efeito, o exercício das funções vitais, nomeadamente a respiração e a digestão, faz-se "a partir da própria estrutura da máquina (*ex ipsa Structura machinae*)" (*Ibidem*, 34), através de movimentos que formam uma série ordenada, porquanto "um movimento só pode provir de outro movimento" (Leibniz 2016b, 45). Por conseguinte, não há qualquer influência real da alma sobre o corpo, já

e articulando-a com a sua teoria da "evolução" (*evolutio*) do novo animal: este forma-se, não por partes sucessivas, mas como um todo, que se desenvolve e actualiza as suas potencialidades.

[9] Tal como se encontra bem expresso no opúsculo *Consequências metafísicas do princípio de razão*: "Porque a natureza, em virtude de ter sido produzida por um artífice sapientíssimo, é orgânica em todo o lado nas suas partes interiores. E o organismo dos vivos mais não é do que um mecanismo mais divino crescendo em subtileza ao infinito" (Leibniz 1903, 16).

que, pela sua própria natureza, corpo e alma são heterogéneos: a alma é simples, imaterial e indivisível, o corpo é composto, material e infinitamente divisível. No entanto, corpo e alma ajustam-se perfeitamente, e a série das percepções da alma (em que consiste toda a sua actividade) e os movimentos do corpo correspondem-se admiravelmente, em virtude da harmonia preestabelecida que regula os estados de um e do outro.

Leibniz reserva o termo "organismo" para o nível de organização mais elevado de ordem natural, em que a natureza se encontra actualmente dividida em partes ínfimas ao infinito, tudo se encontrando regulado pela arte do supremo artífice. Neste quadro, o organismo tem um sentido universal e caracteriza-se pela infinidade de relações. O que o orgânico junta ao simples mecanismo é um acréscimo de ordem e beleza, a que chamamos vida e se manifesta pela infinita diversidade interna e pela intensificação de relações do organismo vivo com todo o universo. Com efeito, por um lado, "as máquinas da natureza, ou seja, os corpos vivos, são também máquinas nas suas partes ínfimas, ao infinito" (Leibniz 2016b, 57) e, por outro, "todo o corpo se ressente de tudo o que se faz no universo" (*Ibidem*, 56).

O organismo é uma máquina natural indestrutível que constitui um sistema auto-regulado, cujos estados e mudanças ocorrem de modo espontâneo, mas não isolado: está ligado a toda a natureza corpórea e também a uma alma que age de acordo com um princípio interno, não sendo influenciada pelo exterior. Por conseguinte, os fenómenos do corpo e da alma constituem sistemas paralelos, mas agindo harmonicamente através de um "consenso", que garante a sua correspondência mútua. Ainda assim, a unidade do composto psicossomático revela-se sempre algo problemática, porque ela se funda na harmonia preestabelecida por Deus entre o somático e o psíquico e não na acção recíproca de um sobre o outro.

Stahl segue um caminho bem diverso. O organismo é, para ele, uma estrutura original, irredutível ao mecanismo, apesar da continuidade entre um e outro. O organismo pressupõe o mecanismo, mas supera-o e integra-o numa estrutura mais elevada:

> Aqui, porém, falamos daquela parte do organismo que acontece entre as coisas ou acções físicas; é um requisito absolutamente próprio ou essencial que tenha uma disposição mecânica (*mechanicam habeat dispositionem*) e, na verdade, não apenas em sentido genérico (*in genere*), na medida em que em todo o sujeito corpóreo, por uma necessidade absoluta (*absoluta necessitate*) está presente uma disposição mecânica, mas antes em termos específicos (*in specie*) de tal maneira que a disposição mecânica conspira e ajusta-se (*conspirat atque quadrat*) à coisa à qual propriamente se destina. (Stahl 1708, 17)

Assinale-se, desde já, um traço fundamental da TMV, a saber, o ponto de vista do indivíduo. Como está bem explícito, a disposição mecânica é um requisito do organismo, que consiste numa organização particular, ajustada às características específicas do organismo no qual está integrada. Em termos de eficiência, todas as acções do organismo vão ser executadas mecanicamente, mas operando subordinadas à finalidade orgânica. A originalidade do organismo em face do mecanismo reside precisamente em que ele é uma estrutura teleologicamente orientada, que age com vista à realização de determinados fins:

> Todavia, o organismo tem um outro tipo de constituição, além da genérica e material: uma constituição específica e formal, de um nível absolutamente diferente (*absolute alterius capitis*), com a parte principal inteiramente alheia (*penitus alienissima*) ao mecanismo. Efectivamente, ela consiste não só na destinação (*destinatione*) mas também no acréscimo actual (*actuali adhibitione*) para um efeito muito especial (*specialissimum*)". (Stahl 1708, 18)

No seguimento imediato, Stahl reforça que essa "especialíssima constituição" do organismo visa "um fim preciso" (*certum finem*), o qual é a sua "única razão de existir e de ser".

Stahl marca bem o carácter teleológico da muito especial constituição do organismo, mas há algo mais, que ele designa como *adhibitio actualis* (acréscimo actual), um dispositivo actual que o capacita para a realização dos fins aos quais se destina. Se bem interpretamos, este acréscimo actual consiste na integração do mecanismo no dispositivo orgânico, ajustando perfeitamente eficiência e finalidade: a conservação do corpo vivo é "um acto *formalmente mecânico* (*actum formaliter mechanicum*), mas de uma maneira instrumental", porque "proporcionado ao fim a que se destina" (Stahl 1708, 255). Daí a afirmação de que, em rigor, o organismo é "um verdadeiro mecano-organismo, que é o verdadeiro instrumento da vida" (*verus Mechan-organismus qui verus Vitae instrumentum est*) (*Ibidem*, 55). O termo "estrutura" (*structura*) recobre simultaneamente a constituição específica do corpo e o seu carácter integrado mecânico-orgânico.

A estrutura especial (*structura specialis*) do organismo evidencia a insuficiência da iatromecânica, a medicina de tipo mecanicista, da qual Friedrich Hoffmann (1660-1742), grande rival de Stahl na universidade de Hale, era destacado mentor. Mas Stahl confere-lhe um maior alcance: estrutura é algo mais que uma boa mistura bem temperada, à maneira da medicina tradicional hipocrático-galénica. Por conseguinte, a confusão que "os antigos" fizeram entre o misto e o vivo implica uma visão muito restrita do vivo.

Stahl aplica à noção tradicional de corpo o mesmo tipo de procedimento que aplicou à medicina mecanicista: a sua noção de corpo faz sentido, mas é insuficiente. Com efeito, o corpo é um misto constituído por vários elementos, nomeadamente líquidos e sólidos,

mas o que fundamentalmente o caracteriza não é a boa mistura dos seus elementos, mas a estrutura. Nos termos do autor: "Assim, de todo o modo, há no corpo vivo, em primeiro lugar, uma mistura peculiar (*mixtio peculiaris*) e, em segundo lugar, uma estrutura ou agregação especial (*structura seu aggregatio specialis*)" (Stahl 1708, 94). A mistura precede a estrutura (*Ibidem*, 269), e esta acrescenta algo novo: a aptidão para operar no quadro natural. Na linguagem de Stahl, a estrutura subordina-se ao poder (*potestas*) da natureza, a mistura não (*Ibidem*, 273).

Importa ainda realçar que, diferentemente de Leibniz, que assume o organismo como a ordem própria da natureza vitalmente compreendida, Stahl restringe-o ao âmbito antropológico: o organismo define a modalidade específica do corpo humano vivo. Ora, este é parte integrante do todo psicossomático individual, em que a alma constitui uma verdadeira unidade com o seu corpo.

Uma medicina psicossomática

Para Stahl, a união íntima entre o corpo e a alma é um dado observável e racionalmente explicável. O termo usado por si na controvérsia com Leibniz é "sociedade" (*societas*): uma comunidade cujos membros estão vinculados por relações de reciprocidade. Nisto concordam ambos: o filósofo e o médico. No entanto, divergem acerca do modo dessa reciprocidade. Para Leibniz, trata-se de um "consenso"[10], isto é, um sentir em comum entre entidades heterogéneas, que não têm relação imediata uma com a outra, nem qualquer tipo de proporção[11]; para Stahl, pelo contrário, a refinada sociedade formada por corpo e alma pressupõe uma ligação imediata e, mais do que isso, uma proporção exacta entre ambos: "a pressuposta refinada sociedade (*exquisita societas*) [entre corpo e alma] envolve proporção recíproca" (Stahl 2016a, 366), apurada. A vigorosa insistência de Stahl na "proporção genuína (*legitima proportio*)" (*Ibidem*, 350) entre corpo e alma tem um forte significado, já que ela indica o carácter individualizado do organismo enquanto estrutura ajustada a uma determinada alma e não outra. Daí a proposta stahliana de um *modelo psicossomático assente no ajustamento perfeito entre alma e corpo*. Ajustamento perfeito e harmónico, posto que há uma "*harmonia bastante livre* (*harmonia satis libera*) entre as acções que acontecem no corpo e os *fins* (*destinationibus*) aos quais se destinam" (Stahl 1708, 256).

[10] O termo "consenso" é usado por Leibniz nas *Animadversiones*, XXVII, onde afirma que a tese stahliana de que "a administração das acções orgânicas vitais deve ser atribuída à alma" faz sentido se "a conformidade do corpo com a alma for explicada com base no consenso (*ex consensu*)" (Leibniz 2016, 48).

[11] Leibniz explicita a sua teoria do consenso nas *Exceptiones*, XXI, com base no mote de que corpo e alma e respectivos fenómenos "consentem espontaneamente entre si (*sponte consentiunt inter se*)" (Leibniz 2016a, 320).

A alma tem uma posição hegemónica em relação ao seu corpo próprio – "seu corpo, sua oficina e sua propriedade (*corpus suum, officinamsuam, possessionem suam*)" (Stahl 2016, 156) – que usa como instrumento (*organon*) para os seus fins, mas, complementarmente, ela cuida do seu corpo, por forma a garantir a sua integridade funcional, a sua aptidão para responder às solicitações da alma. Estas são de duas ordens, a saber, disposições (*mores*) permanentes e "comoções" temporárias: "Até aqui, falámos de *disposições da alma* (*Animi mores*) *mais tranquilas e perenes*. Seguem-se as *comoções* (*comotiones*) provocadas por coisas incidentes, que pertencem a *outro* (*alius*) tipo relativo ao movimento, diferente do [tipo] geral, constante e calmo (*relictus*)" (*Ibidem*, 142). As primeiras, disposições "mais tranquilas e permanentes", "de tipo geral", constituem a base afectivo-dinâmica que regula o funcionamento habitual do corpo e são designadas como apetites (*appetitus*). Nos termos do autor: "A minha consideração destas coisas funda-se e assenta em razões de longe mais simples, mas verdadeiras e, ao que penso, evidentes: reconheço que os apetites da alma (*Appetitus animae*) são os autores dos movimentos vitais" (*Ibidem*, 148). As segundas, "provocadas por coisas incidentes", são as paixões da alma, que o autor interpreta no sentido tradicional de erros do juízo, ao mesmo tempo que, tal como Descartes e os modernos em geral, assume a sua utilidade:

> "Na verdade, as *paixões da alma* (*Animi Pathemata*) mais não são do que uma certa intenção muito presente, e sumamente necessária ou útil e considerada alegre, se bem que desordenada e errónea, a respeito de coisas inteiramente *desconhecidas* ou *invulgares* (*incognitis aut insolitis*), ou *urgentes* e *potentes* devido a excessiva prontidão." (Stahl 2016, 142)[12]

Daí resulta excesso e desproporção em relação às circunstâncias e a uma conduta adequada no plano físico-moral. Não obstante este seu carácter desproporcionado, as paixões, por exemplo o medo ou a cólera, têm uma função reguladora da acção perante uma situação inesperada e que exige resposta imediata.

Como está bem patente, o modelo psicossomático proposto por Stahl inverte a fórmula galénica, amplamente glosada pela tradição médica, segundo a qual "Os costumes da alma seguem os temperamentos do corpo" (Galien 1995, 77), atribuindo aos costumes (*mores*) verdadeira causalidade sobre as acções do corpo. No entanto, a alma carece em absoluto do corpo para a realização das suas funções, incluindo o pensamento racional e a vontade: "Aqui, ocorre considerar, acima de tudo, que a *alma humana*, a respeito daquelas coisas

[12] No seguimento imediato do texto, Stahl insiste: "Não é, digo, a própria coisa ou as suas verdadeiras razões, mas conceitos *imaginários* (*ficti*) e *incompletos*".

que pertencem directamente ao seu acto principal (*ad actum ipsius principem directe pertinent*), neste mundo, não pode absolutamente nada sem o corpo" (Stahl 1708, 258). Toda a acção da alma é orgânica, exercendo-se mediante os órgãos do seu corpo. O corpo participa na cogitação e nas decisões da alma.

Referências bibliográficas

ABREU, José R. 1733. *Historiologia médica*. Lisboa Occidental: Officina da Música.

CARIOU, Marie. 1978. *L'Atomisme. Gassendi, Leibniz, Bergson et Lucrèce*. Paris: Aubier.

DESCARTES, René. 1970. "Meditationes de prima philosophia". In *Œuvres de Descartes*, vol. VII, editado por Charles Adam e Paul Tannery, XX-XX. Paris: Vrin-CNRS, reimp.

GALIEN. 1995. *L'Âme et ses passions*. Paris: Les Belles Lettres.

HALLER, Albrecht von. 1757-1766. *Elementa Physiologiae*. Lausannae: Sumptibus Marci-Michael Bousquet & Sociorum.

HARVEY, William. 1651. *Exercitationes de generatione animalium*. Amstelodami: Apud Ludovicum Elzevirium.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. 2016. "Animadversiones". In *The Leibniz-Stahl Controversy*, tradução, edição e introdução por François Duchesneau e Justin E. H. Smith, 16-51. New Haven, London: Yale University Press.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. 2016a. "Exceptiones". In *The Leibniz-Stahl Controversy*, tradução, edição e introdução por François Duchesneau e Justin E. H. Smith, 246-409. New Haven, London: Yale University Press.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. 2016b. *Monadologia*, tradução, apresentação e notas de Adelino Cardoso. Lisboa: Edições Colibri.

PINEL, Ph. 2009. *Traité médico-philosophique sur l'aliénation mentale*. Paris: J. A. Bresson.

STAHL, Georg Ernst. 2016. "Enodationes". In *The Leibniz-Stahl Controversy*, tradução, edição e introdução por François Duchesneau e Justin E. H. Smith, 52-245. New Haven, London: Yale University Press.

STAHL, Georg Ernst. 2016a. "Replicationes". In *The Leibniz-Stahl Controversy*, tradução, edição e introdução por François Duchesneau e Justin E. H. Smith, 246-409. New Haven, London: Yale University Press.

STAHL, Georg Ernst. 1708. *Theoria Medica Vera. Physiologiam&Patologiam, tanquam doctrinae medicae partes vere contemplativas, & naturae & artis fundamentis, intaminata ratione, et inconcussa experientia sistens*. Hallae: Literis orphanotrophei.

Para uma arqueologia do esquecimento: a teoria do sono lúcido de Abade Faria e sua receção em Portugal

*Bruno Barreiros**

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 39-40 (2021), 31-48. ISSN 0870-4546.
DOI: https://doi.org/10.34619/u0k8-7wmd

Resumo

O presente artigo estuda a receção ambígua do hipnotismo no Portugal do século XIX. O ponto de partida é uma obra quase esquecida, de um autor português, que introduziu transformações científicas e epistemológicas fundamentais no campo na hipnose, mas que parece ter sido condenada a um estranho esquecimento, mormente em Portugal: *De la cause du sommeil lucide ou Étude de la nature de l'homme* (1819). Com efeito, este texto procura resgatar o alcance da obra e analisar as razões científicas e culturais que justificaram o esquecimento do livro de Faria ao longo do século XIX entre nós.

Palavras-chave: hipnose, medicina, sono lúcido, história, Abade Faria.

Abstract

The present article studies the ambiguous reception of hypnotism in 19th century Portugal. The starting point is an almost forgotten work, written by a Portuguese author, which introduced fundamental scientific and epistemological transformations in the field of hypnosis, but which seems to have been condemned to a strange oblivion, especially in Portugal: *De la cause du sommeil lucide ou Étude de la nature de l'homme* (1819). Indeed, the text tries to rescue the scope of the work and analyse the scientific and cultural reasons that justified the oblivion of Faria's book in Portugal during the 19th century.

Keywords: hypnosis, medicine, lucid sleep, history, Abbé Faria.

* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.
ORCID iD: https://orcid.org/0000-0003-2533-2055. *E-mail*: bbarreiros@sapo.pt.

Introdução

Na República das Letras, duas coisas parecem certas: há livros condenados ao *esquecimento* e raramente os esquecimentos são obra do acaso. Como lembra Freud, em *Psicopatologia da Vida Quotidiana* (1901), há esquecimentos convenientes. Esta lógica de sentido aplica-se bem a um livro de José Custódio de Faria, intitulado *De la cause du sommeil lucide ou Étude de la nature de l'homme* (1819), publicado há cerca de duzentos anos pela editora parisiense de M^{me} Horiac, na rue de Clichy. Deste livro, que o autor anunciava como o primeiro volume de uma série, que seria interrompida pela sua morte a 20 de setembro de 1819, nem um só exemplar consta nas bibliotecas públicas portuguesas – pelo menos de acordo com as investigações que temos levado a cabo sobre este tópico, no quadro de uma pesquisa mais alargada, ainda em curso, sobre a receção do magnetismo animal em Portugal. A respeito do esquecimento da obra de Faria, refira-se também que a primeira referência que lhe é feita , embora muito episódica e provavelmente colhida em segunda mão, parece surgir mais de setenta anos após a publicação. Segundo cremos, coube a Gil Montalverne de Sequeira, na sua tese de licenciatura *Hypnotismo e Sugestão* (1888), esta menção pioneira no campo das publicações médicas portuguesas do século XIX. A questão que se coloca, desde logo, é a razão deste hiato. Será que a obra de Faria, assim como os temas ligados ao hipnotismo, não convocaram os médicos e cirurgiões portugueses? Será que se tratou de um escrito irrelevante, que rapidamente se tornou obsoleto?

Adiante-se, desde já, que tais questões não são de mera retórica. E torna-se ainda mais difícil contextualizar o longo esquecimento oitocentista de Faria quando lemos, no trabalho de maior fôlego e aparato crítico que foi publicado sobre este autor em tempos recentes, que este pode ser considerado o "criador do hipnotismo científico e precursor da psicanálise" (Morais 2019). No mesmo sentido, já Egas Moniz sublinhara: "[i]nquestionavelmente, deve-se ao padre português a descoberta do processo sugestivo de hipnose" (Moniz 1925, 89).

Em linhas muito gerais, o presente trabalho visa compreender e contextualizar este estranho infortúnio crítico de uma obra que, como já foi sublinhado, introduziu transformações científicas e epistemológicas fundamentais no campo na hipnose, permitindo destrinçá-la quer dos procedimentos histriónicos de Mesmer, quer das abordagens fluidistas e espiritualistas que monopolizaram o campo do magnetismo animal nas primeiras duas décadas do século XIX (Barreiros 2019; Morais 2019). Para esse efeito, e de modo preliminar, o artigo delimita o significado da noção de sono lúcido na obra de Faria e identifica e problematiza as virtualidades terapêuticas que este lhe reconhecia. Em seguida, procura evidenciar

alguns desafios que esta noção implicou para a epistemologia da medicina do século XIX, especialmente a nítida inconsistência entre aquele conceito e o modelo da anatomopatologia que então se impôs como paradigma no campo das ciências médicas. Esta dificuldade é extensível, diga-se, a grande parte da psiquiatria desse período, que conviveu mal com o modelo do diagnóstico diferencial, em detrimento do diagnóstico absoluto, e que recorreu abundantemente à noção de crise quer como ferramenta conceptual, quer como instrumento prático (Foucault 2006, 265-266).

Um reparo final: este artigo retoma, amplia ou modifica algumas conclusões do autor sobre o tema e, para evitar repetições de informação, reenviamos para os trabalhos que publicámos recentemente sobre esta temática (Barreiros 2019 e 2020).

O sono lúcido e os seus desafios epistemológicos no campo da medicina

O movimento do magnetismo animal – onde necessariamente deve ser integrada a leitura de *De la cause du sommeil lucide* sob pena de interpretações parcelares e mutiladoras do sentido – é verdadeiramente paradoxal. No plano cultural da época, tais saberes e práticas originaram paixões acerbadas e frenéticas curiosidades, que foram varridas por vagas subsequentes de denso esquecimento que os arrumaram longo tempo para as catacumbas da memória. No domínio das relações interpessoais, o magnetismo postulou a ideia de uma ligação universal entre os sujeitos, nomeadamente entre pacientes e terapeutas (Hufeland chega a equiparar esta relação àquela que se estabelece entre mãe e filho), que em breve se tornou inconsistente com o individualismo burguês emergente, que, como se sabe, exacerbou e delimitou rigidamente o *ego* através de fronteiras simbólicas muito fortes (Sloterdijk 2011, 228-240). No campo médico, o magnetismo e o hipnotismo reiteraram a importância da doutrina das crises e do regime de verdade que lhe estava associado, um conceito clássico que remonta pelo menos à medicina hipocrática, mas que foi sendo progressivamente ultrapassado desde inícios do século XIX por um modelo teórico e prático decorrente, como vimos, da anatomopatologia que impunha o diagnóstico diferencial e a localização orgânica da doença (Foucault 2006, Sessão de 30/01/1974). Ora, é certo que o magnetismo e a hipnose clínica não se adequavam a este modelo científico, mas não devemos esquecer que o mesmo vale para a psiquiatria, tal como ela se processa pelo menos até à segunda metade do século XIX. A medicina do espírito é um termo que se ajusta então à protopsiquiatria que, em larga medida, se move ainda no quadro de um diagnóstico absoluto da doença em que se verifica uma certa tendência para a ausência do corpo (Foucault 2006, 267). De facto, como localizar organicamente a mania ou a alienação mental? Claro que basta lembrarmos as famosas pranchas contidas

no *Tratado Médico-Filosófico sobre a Alienação Mental*, de Phillipe Pinel, que tentavam relacionar certas doenças mentais e configurações orgânicas específicas, para percebermos que a localização orgânica é ambicionada desde cedo. Além disso, também por essa altura, estabelecem-se diagnósticos diferenciais que permitem destrinçar, por exemplo, a mania da melancolia, a demência da idiotia, ou a histeria da esquizofrenia. Todavia, como lembra Foucault, o terreno da psiquiatria parece divergir, neste período, das demais áreas da medicina orgânica: a questão que se coloca à psiquiatria é sobretudo a decisão entre o sim e o não – trata-se ou não de um caso de doença mental? –, e não tanto um diagnóstico diferencial, isto é, um teste que permita distinguir as diferentes espécies nosológicas entre si (Foucault 2006, 266).

Outra das transigências com a tradição, que irmanou a psiquiatria, o magnetismo animal e a hipnose, foi, importa reiterá-lo, a persistência da doutrina das crises. Esta noção, simultaneamente um instrumento teórico e uma ferramenta de ação, forjou-se e amadureceu na tradição hipocrática e galénica e representa o "ponto de viragem" que determina a evolução da doença, seja no sentido de uma recuperação da saúde, seja no sentido da morte do indivíduo (Cardoso 2009, 11-14). A crise partilha a natureza do tempo kairológico. Representa o momento oportuno que impõe a decisão e, quando não devidamente aproveitado, pode conduzir a um desfecho desfavorável. Trata-se de um instrumento que foi crucial para a terapêutica e a prática médica pelo menos até finais do século XVIII, e talvez não seja desadequado dizer que as "crises de Mesmer" constituíram a sua última aparição fulgurante no campo das ideias médicas.

Ora, se é verdade que o magnetismo não dispensa as suas crises magnéticas e as promove, como verdadeiro ponto onde deve culminar a cura, refira-se que a protopsiquiatria também não parece prescindir desta noção que, no domínio da medicina orgânica, ia perdendo a sua eficácia terapêutica de facto. Para só dar dois exemplos, Pinel concede um lugar central às crises na cura da mania, e o seu discípulo Jean-Étienne Esquirol vai mais longe quando afirma, em *Das Paixões* (1805), que não é por via do raciocínio que se pode curar a alienação mental, mas "é tão-só dando uma sacudidela moral, colocando o alienado num estado oposto e contrário àquele no qual ele se encontrava antes de recorrer a esse meio"; rematando, acrescenta que "as crises são para as alterações mórbidas do sólido e do fluido o que as sacudidelas morais são para as doenças do homem intelectual e moral" (Esquirol *apud* Pigeaud 2009, 41).

Não seria inoportuno tentar aprofundar este vínculo entre a protopsiquiatria de inícios do século XIX e o magnetismo animal, não obstante o escrúpulo de certa historiografia, muito ciosa em manter rígidas as demarcações. Esta ligação é-nos sugerida pela partilha de instrumentos conceptuais. Jackie Pigeaud lembra, a este propósito, que Pinel "é

acusado de ter tido um fraquinho" pelo magnetismo animal e que, para o seu afastamento, não terão sido de pouca monta as imputações a Mesmer de condutas desviantes, sugeridas pela assimilação entre crise e orgasmo na sua prática clínica, traduzidas em "deploráveis envolvimentos com a sexualidade" que, diga-se, eram incompatíveis com o próprio *ethos* da profissão (Pigeaud 2009, 42). Foucault chega a fazer da hipnose, juntamente com o interrogatório e a administração de substâncias, uma das três técnicas que compõem então o teste psiquiátrico e que investem o clínico do estatuto de especialista em saúde mental (Foucault 2006, 270). Vemos, pois, como podem ser precipitadas divisões demasiado rígidas a este respeito.

Poder-se-á dizer que as contradições que envolvem a história do magnetismo animal também estão implícitas quer no percurso de José Custódio de Faria, quer na obra que nos legou, quer ainda na receção que esta teve posteriormente em Portugal. Em certa medida, Faria manteve uma relação ambígua com o legado de Mesmer e com as suas técnicas de indução do magnetismo. Opôs-se às suas técnicas histriónicas, e à pretensão deste quanto à existência de um fluido magnético. Removeu também da sua prática o recurso ao *baquet*, que chegou a utilizar com resultados catastróficos (uma morte), em Nimes, onde lecionava filosofia, antes de se instalar definitivamente em Paris em 1813 (Morais 2019, 43-44). O *baquet* era um dispositivo circular em madeira, contendo garrafas de água magnetizada e limalhas de ferro, que permitia sentar os pacientes à sua roda, visando promover crises coletivas e assim agilizar supostas curas, num verdadeiro ritual coletivo.

O acontecimento trágico em Nimes, que resultou de um processo, conduzido por Faria, de heterodiagnóstico e heteromedicação de um paciente em relação a um outro (uma mulher grávida) – algo muito comum no âmbito desta corrente, uma vez que se considerava que os sujeitos, em estado hipnótico, possuíam um conhecimento privilegiado quer sobre o seu corpo, quer sobre o corpo de outrem, e por essa via prescreviam tratamentos médicos –, é visto por João David de Morais como o verdadeiro motivo que conduziu o Abade a abandonar as técnicas de Mesmer, em benefício dos procedimentos "de sono lúcido" que ele próprio forjou (Morais 2019, 44). Concordamos com esta tese, ficando, contudo, por esclarecer por que razão não terá também o autor abandonado a crença nas capacidades de auto e heterodiagnóstico e de auto e heteromedicação dos sujeitos em estado de sono lúcido, que, no final de contas, constituíam aqui o cerne do problema. Voltaremos, mais à frente, a este ponto.

Parece-nos lícito afirmar que a publicação do livro *De la cause du sommeil lucide*, que é uma espécie de testamento científico que Faria pretendeu legar aos seus contemporâneos e à posteridade, constitui um exercício de demarcação em relação às doutrinas e às práticas de Mesmer. Esse esforço é, aliás, bem visível na própria escolha do vocabulário,

pensado para depurar todo o campo disciplinar. Faria propõe, por exemplo, substituir a expressão *magnetismo animal* por *concentração*, *magnetizador* por *concentrador*, *epopta* por *sonâmbulo*, entre outras transformações vocabulares.

O segundo objetivo que claramente inspira o seu trabalho literário é o reparo da honra do autor, invetivado quer na imprensa periódica parisiense, quer em peças de teatro burlescas que alcançaram algum sucesso junto do público, quer ainda junto de alguns sectores do clero, que consideravam as suas práticas de indução do sono lúcido demasiado subversivas da ortodoxia católica (Faria 2005, 38-47). Importa também não esquecer que o livro procurava testemunhar os resultados práticos das sessões de sono lúcido que o Abade animou em Paris depois de 1813 e que tanta celeuma geraram.

Assinale-se, ainda no que concerne à honra intelectual e profissional do autor, a importância da denúncia feita por Potier, um ator que, na sequência de uma exibição pública de hipnotização levada a cabo por Faria, se terá fingido hipnotizado, acusando o Abade de más práticas a esse respeito (Oliveira 1945, 248-249). Em 1816, o mesmo Potier, numa verdadeira "campanha de descrédito", protagonizou a comédia intitulada *Magnetismemanie*, levada à cena no Teatro Variétés. A caricatura dos gestos e da figura intelectual de Faria concorreu provavelmente para acentuar a sua cada vez maior ostracização no final da vida, reduzido ao papel de capelão numa casa religiosa, sem querer ou poder redigir ou publicar o segundo volume do seu livro (Oliveira 1945, 248-249).

Apurados estes aspetos contextuais, é o momento de perguntar o que compreendia Faria por sono lúcido e que virtualidades lhe reconhecia no campo terapêutico. De acordo com o autor, o sono lúcido constituía um estado subjetivo de clarividência, que não resultava de qualquer causa externa (*baquet*, vontade do hipnotizador, fluido magnético, calor animal), sendo da mesma natureza que o sono natural. Quer isto dizer que "esta espécie de sono é comum a toda a natureza humana pelos sonhos, e a todos os indivíduos que se levantam, que caminham ou que falam dormindo" (Faria 2005, 33). A origem orgânica é desconhecida, mas radica no próprio sujeito, o que afastava, como erróneas, as explicações mais tradicionais do sonambulismo, mormente artificial, que o imputavam a aspetos externos ao indivíduo, em especial, a influência intersubjetiva do magnetizador sobre o magnetizado, ou os já citados *baquet*, fluido magnético à la Mesmer ou fluido vegetal à la Marquis de Puységur.

Os sonâmbulos ou epoptas naturais, para empregar a terminologia do Abade, dispõem de certas características somáticas que lhes permitem aceder ao sono lúcido. Trata-se de causas predisponentes, essenciais ao desencadeamento de todo o processo. Lembremos que, segundo Faria, cabe ao concentrador, palavra que deve substituir a de hipnotizador, um papel extremamente limitado em todo o processo: ele promove o sono lúcido, através

de gestos económicos e palavras muito simples e imperativas, mas a eficácia da sua ação de concentração está dependente das características físicas do sujeito hipnótico. Com efeito, trata-se de proceder a uma verdadeira sugestão hipnótica, aspeto essencial que, mais tarde, influenciará decisivamente Hippolyte Bernheim, que "passou a elaborar a teoria do hipnotismo a partir de fundamentos psicológicos mais abrangentes e a fazer da *sugestão* o ponto central da hipnose" (Freud *apud* Morais 2019, 82).

Rejeitando uma abordagem exclusivamente nosológica da hipnose à maneira de Jean-Martin Charcot – "um indivíduo hipnotizável é frequentemente um histérico", dirá, mais tarde, o médico francês –, Faria pensa a hipnose a partir de fundamentos psicológicos e, poderemos dizer, mais universais (Morais 2019, 82). Ou, nas palavras de Bernheim, "o abade Faria demonstrou que a hipnose é um fato puramente psicológico, cuja chave é a sugestão" (Bernheim 2019, 85).

Mas, enquanto praticante, o Abade não esquece as condições somáticas mais adequadas a uma eficaz hipnotização: a liquidificação do sangue, por exemplo, é de extrema importância, bem como a suscetibilidade física e a capacidade de adormecer facilmente. Especula-se, aliás, que o autor se terá aventurado no campo da flebotomização e que essas experiências poderão ter motivado tais conclusões acertadas (Morais 2019). De facto, segundo parece, a anemia predispõe para uma mais rápida hipnotização dos indivíduos.

Apesar de não possuir formação médica, as considerações de Faria sobre o sono são sugestivas, nomeadamente quando se debruça sobre as suas variações ou graus. Para o autor, "os sonos têm as suas *nuances* e os seus graus; aquele que é o mais profundo e aquele que apelidamos de sono lúcido" (Faria 2006, 35).

O sono lúcido constitui assim um estado dormente em que o sonâmbulo ou epopta pode aceder a intuições mistas. Estas são idênticas aos pressentimentos de que podemos usufruir em estado de vigília. De acordo com as suas experiências, Faria considera-o um estado semi-intuitivo, sempre limitado pela natureza corpórea do humano, o que lhe impossibilita o acesso às intuições puras. Em estado hipnótico ou de sono lúcido, assegura o autor, o sujeito, por estar desvinculado dos sentidos, pode usufruir de conhecimentos sublimes que nunca adquiriu pelo estudo (Faria 2006, 51). Ou seja, a lucidez dos epoptas coloca-os num estado intermediário entre o homem sensitivo e o puro espírito.

É com base neste estado de lucidez dos epoptas que Faria vai apontar as principais virtualidades terapêuticas do sono lúcido e, neste aspeto, não diverge muito das opiniões correntes no seio do magnetismo animal desse período. Por conseguinte, não enjeita que certos sujeitos, em sono lúcido, sejam capazes, como acentuámos, de realizar auto ou heterodiagnósticos ou auto e heteromedicações (Barreiros 2019, 27). O que justifica que uma mente tão crítica das conceções tradicionais do magnetismo, condescenda,

precisamente, num dos tópicos que mais problemas lhe deviam levantar, mesmo à luz da sua experiência pessoal? Ou estaremos, neste ponto, próximos da alucinação coletiva conquanto partilhada por tantos escritos e autores deste período? É muito provável que, neste particular, a crença se tenha sobreposto à postura crítica.

Do ponto de vista médico, a doutrina das crises está implícita em todo o discurso de Faria e, muito especialmente, quando este toca as virtualidades terapêuticas do sono lúcido. Os epoptas, segundo constata, parecem ter um acesso privilegiado ao corpo, aos seus ritmos e funcionamentos e é daí que resultam as suas supostas capacidades de cura. Como diz o autor, "desta forma eles [epoptas] podem fixar nos doentes que tratam as horas precisas das suas crises e a gradação crescente ou decrescente dos seus males" (Faria 2006, 249). Fará sentido, hoje, afirmar que o sujeito pode usufruir de um conhecimento ou intuição privilegiada sobre o seu corpo próprio? Isso será verdade, como o mostrou a psicanálise, a respeito do sofrimento moral e das suas causas, e o mesmo se diga da doutrina das crises. É que, face à pandemia em curso (2020) e às tempestades de citocinas que se desencadeiam em certos indivíduos, conduzindo-os à morte sem que se perceba bem porquê, será porventura muito atual afirmar que "há *crise* nas doenças, quando elas aumentam, se enfraquecem, se transformam noutra doença ou terminam" (Hipócrates *apud* Pigeaud 2009, 16). Talvez tais aspetos nos permitam constatar a atualidade da obra de um autor que, como veremos, teimou em não ter leitores em Portugal, mas que, quanto a nós, importa continuar a ser interrogada. Até porque se trata de um livro, sem grande paralelo entre nós, que se insere num movimento intelectual que trouxe implicações fundamentais para a clínica e a psiquiatria. A propósito do magnetismo animal deste período, que mobilizou autores tão diversos como Hufeland, Balzac, Schlegel ou Fichte, Peter Sloterdijk assinala "que nunca antes, na história da cura, havia sido concedido ao paciente tal grau de dignidade enquanto sujeito" (Sloterdijk 2011, 238). E talvez seja conveniente lembrar, na sequência dos estudos de Egas Moniz ou J. A. David de Morais, a importância precursora e o impacto que as ideias de Faria e, em particular, a sua conceção de "sugestão hipnótica", tiveram quer na medicina exercida em instituições privadas, quer em instituições públicas, por exemplo, a Salpêtrière, sob a égide de figuras como Jean-Martin Charcot, Abroise-Auguste Liébeault ou Hippolyte Bernheim (Morais 2019, 81). Como mostra este último autor, é inquestionável a "filiação" da escola médica de Nancy na obra de Faria; o reconhecimento desta filiação foi explícito e lavrado em obra publicada por Liébeault e Bernheim (Morais 2019, 91). Já Freud – não obstante a tradução que levou a cabo das obras sobre hipnose de Bernheim, onde Faria é citado com relativa frequência – não registou uma única vez, nos seus escritos, o nome de uma das personagens centrais do romance *O Conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas:

Abbé Faria. Neste episódio, vê Morais um verdadeiro parricídio simbólico de quem podia afirmar ter aprendido "o tratamento pela sugestão durante a hipnose profunda […] através das impressionantes demonstrações de Liébeault e Bernheim" (Morais 2019, 100). De resto, o esquecimento freudiano dos métodos de Faria tem um paralelo claro com outra estranha omissão: no artigo *Hipnose* (1891), que redige para um dicionário médico, Freud omite as suas dificuldades práticas com este método clínico, sugerindo antes que, "[d]evido à antipatia ao tratamento hipnótico verificada no momento, raramente podemos empregar a hipnose, exceto quando todos os outros tipos de tratamento foram tentados sem êxito" (Freud 1996, 80). O deliberado duplo lapso freudiano concorreu – ao lado de outros fatores – para que a obra de Faria fosse envolvida por uma espécie de penumbra que só foi rompida pontualmente no decurso do tempo.

O que é curioso é que este infortúnio crítico pareça, de certo modo, ubíquo se considerarmos o campo das ideias do Portugal de Oitocentos. Tentaremos, em seguida, questionar as razões deste mesmo infortúnio.

As razões do esquecimento: o desconforto face ao magnetismo animal

Uma das razões que podem justificar a desfortuna crítica do livro *De la cause du sommeil lucide* foi o desconforto dos intelectuais portugueses face ao magnetismo animal e ao hipnotismo. Assinale-se que, até finais do século XIX, os termos surgem utilizados como sinónimos, de forma relativamente indiscriminada. Já em 1888, o médico Montalverne de Sequeira podia afirmar que "sou dos que não encontram diferença entre magnetismo animal e hypnotismo, a não ser no ponto de vista teórico" (Sequeira 1888, 54). E, duas décadas e meia antes, o médico Bernardino António Gomes também assimilava os conceitos que eram, de acordo com os seus *Elementos de Farmacologia Geral*, "um singular modo de obter o estado anestésico, que convém não desconhecer" (Gomes 1863, 310).

O tom de sarcasmo, em relação a este tipo de saberes e práticas, é muito nítido logo em finais da década de 1830, quando, segundo cremos, começaram a circular mais intensamente estas ideias em Portugal (Barreiros 2020). A primeira notícia sobre o tema que conseguimos identificar na imprensa periódica desta altura surge nas páginas da Revista *O Panorama,* no ano de 1839. Não sendo rubricado, como era timbre nas páginas desta publicação, não é de excluir a hipótese de o texto ter saído da pena de Alexandre Herculano, um dos intelectuais mais influentes no espaço público do século XIX. Aí se considera o magnetismo como "um dos maiores embustes e charlatanismos dos séculos passados e actual", acentuando-se, que, "com efeito, não se poderia inventar cousa mais própria para atrair a credulidade das turbas e para excitar espíritos ardentes e entusiastas"

(*O Panorama* 1839, vol. 3, 203). Segundo a mesma Revista, era ainda "recente a história desta mania", sendo pois "necessário ilustrar os menos instruídos, que tenham lido ou ouvido falar alguma cousa acerca de tamanha maravilha" (*Ibidem*, 203).

Com este propósito de esclarecimento, *O Panorama* procedia a uma breve história do magnetismo e analisava o tipo de fenómenos associados a este tipo de procedimentos, num tom muito crítico de quem afirmava, no final de contas, "que tudo isto é uma geringonça" (*Ibidem*, 204). É muito provável, como afirmámos, que tais palavras tenham sido redigidas por Herculano. Aliás, as referências ao magnetismo animal surgem ocasionalmente na obra literária deste autor, sempre em tom de nítida reprovação, nomeadamente em *O Monge de Cister* ou no conto *A Abóbada* (Herculano 1966, 18; Herculano 1865, 233). Do mesmo modo, as notas redigidas em tom mais pessoal, sobre o mesmo tema, em *Cenas de um Ano da Minha Vida* ilustram bem que o autor era pelo menos sensível a este tipo de questões (Herculano 1834, 150 e 168; Barreiros 2019, 25 e 31).

Se a influência de Herculano no campo intelectual do século XIX não basta para justificar o longo esquecimento do legado do Abade Faria, ela pode ser vista como mais um contributo, entre outros fatores, para adensar essa penumbra. Aliás, o escritor de Vale de Lobos não foi o único autor influente a participar neste processo. Vale a pena citar, a título de exemplo, Silvestre Pinheiro Ferreira, que exerceu um enorme fascínio na intelectualidade portuguesa, que adverte, nas suas *Noções Elementares de Filosofia Geral*, publicadas em Paris também em 1839, mais concretamente nas "notas à psicologia", que, "à sombra do magnetismo animal, se têm praticado inumeráveis embustes" (Ferreira 1999, 220).

Com efeito, o desconforto dos intelectuais e da própria classe médica face ao magnetismo e à hipnose não fornecia um cenário propício ao reconhecimento dos méritos da obra de Faria. Aliás, pouco depois, a condenação do magnetismo animal alastrou-se a outras publicações periódicas nacionais, mormente no decurso da década de 1840. A posição de reprovação refletia, afinal, a postura vigente do Conselho de Saúde Pública do Reino e das próprias instituições universitárias, nomeadamente Coimbra, que, como já foi demonstrado, recomendou então ao governo que os magnetizadores sem habilitações fossem condenados como charlatães. Não excluindo as virtualidades terapêuticas da magnetização, impunha todavia que quaisquer experiências a este nível decorressem sob estrita supervisão clínica (Mirabeau 1872, 193-194; Barreiros 2019).

Casos houve, claro está, em que alguns sectores profissionais mostraram interesse quer em debater, quer em proceder a estudos experimentais sobre as virtualidades terapêuticas da magnetização, especialmente no campo cirúrgico, onde a hipnose chegou a constituir, na década de 1840, uma via real para a realização da cirurgia sem dor. Em Portugal, o debate sobre tais virtualidades anestésicas foi impulsionado, em meados da

década de 1840, por um grupo restrito de cirurgiões hospitalares e militares para quem o tema seria muito mais sensível, mas nunca conheceu a amplitude e profundidade que seria expectável tendo em conta a oportunidade científica da questão (Barreiros, 2020). Mas este "singular modo de obter o estado anestésico" chegou a ser praticado, entre nós, em contexto hospitalar e à semelhança do que sucedeu noutras geografias, sendo porventura o caso mais célebre a Índia Britânica e a figura do cirurgião escocês James Esdaile, que se tornou heterodoxa e marginalizada pela comunidade médica do seu tempo (Ernst 2004, 59-61).

Entre nós, tais experiências surgem já tardiamente, em finais da década de 1850, portanto já muito depois da descoberta das aplicações anestésicas do éter e do clorofórmio, entre 1846 e 1847. Aliás, não são claras as verdadeiras motivações terapêuticas destas experiências. Por que razão tentar o hipnotismo como forma de induzir a insensibilidade nos pacientes, quando se dispunha de meios aparentemente mais rápidos e eficientes? É provável que, em alguns casos, a aplicação farmacológica do éter e do clorofórmio se tenha revelado nociva em contexto cirúrgico, mas é também de admitir que a curiosidade científica tenha desempenhado aqui algum papel relevante. Seja como for, em 1860, a *Gazeta Médica do Porto* noticiava que a hipnotização de uma paciente tinha sido adotada a pedido da própria, dado o perigo "de uma anestesia produzida por agentes farmacológicos" (*Gazeta* Médica do Porto 1860).

Mas essa não fora a primeira experiência e disso mesmo nos deu conta o médico Bernardino António Gomes. Disse ele, na obra já citada, que os primeiros ensaios a este respeito couberam a um professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, Arantes Pedroso, juntamente com os clínicos Abel Maria Jordão e May Figueira. O "bom caso de hipnotismo" que puderam observar surgia após dez tentativas malsucedidas e foi obtido numa doente de treze anos que se encontrava na Enfermaria de Santa Margarida do Hospital de São José (Gomes 1863, 310).

Experiências idênticas foram conduzidas quer em Lisboa, por outros clínicos, quer em Coimbra, em contexto hospitalar, por reputados professores da Faculdade de Medicina (*Gazeta Médica do Porto* 1860). E se elas contribuíram para que o magnetismo animal deixasse de constituir um tabu científico, estatuto que chegou a ter no seio de instituições como a Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, não resultaram porém numa recuperação nem da obra de Faria, nem do seu legado teórico. É que, se era verdade, como lembrava Bernardino António Gomes, que o "sono hipnótico, como o magnético, permit[ia] sem dúvida operar em estado anestésico", também se constatava que este tinha como inconveniente "a muita incerteza, ou dificuldade de se promover e ser desenvolvido […] no maior número de indivíduos" (Gomes 1863, 317).

Seja como for, gostaríamos de sublinhar o hiato que existe entre a posição de um autor como Herculano em face do magnetismo, que apoda de geringonça, e a postura de um autor como Bernardino António Gomes que, no seu livro, põe lado a lado clorofórmio, hipnotismo e magnetismo animal como formas de obter o estado anestésico. Ainda que continuem a existir, à medida que avançamos no século XIX, a reserva e o desconforto perante estas práticas começam a diluir-se.

A este respeito, a posição de Gomes afigura-se-nos sintomática desta transformação das mentalidades. É que, poucos anos antes, ele fora acusado não só de rejeitar qualquer validade científica e clínica do magnetismo animal, mas também de rejeitar o próprio debate sobre as virtudes clínicas do mesmo (Daun 1858, 103). As imputações eram feitas pelo marechal Duque de Saldanha no seu célebre *Estado da Medicina em 1858*. Na resposta, Gomes não abjurou a sua honra académica, afirmando que, após a descoberta do éter e do clorofórmio, "de certo nenhum cirurgião se lembrará de lhes preferir para as grandes operações o mesmerismo, muito incerto na acção anestésica que produz, ou apenas capaz de a produzir nos seus escolhidos" (Gomes 1859, 33-34). Em 1863, como vimos, parece existir uma nuance na sua posição, sinal, porventura, de mitigação do desconforto intelectual face a estes tópicos que terá sido a nota dominante entre as décadas de 1830 e 1860.

O gradual desanuviamento das objeções

O mal-estar dos intelectuais, da classe médica e das próprias instituições perante o magnetismo e a hipnose – que se viram obrigadas, frequentemente, a consentir ou promover a realização de experiências no seu seio – tende a atenuar-se à medida que entramos na segunda metade do século XIX. Duas razões poderão justificar esta transformação. Em primeiro lugar, é provável que a curiosidade popular generalizada em torno do magnetismo se fosse gradualmente dissolvendo e este perdesse o carácter de "mania" a que Herculano aludia em 1839. Sintomaticamente, em 1845, um jornal do Porto ainda se referia às práticas de magnetizar como uma "moda", especialmente entre a classe estudantil (*Periódico dos Pobres no Porto*, 25 de abril de 1845). Em segundo lugar, e em consequência de alguma repressão policial que possa ter resultado das recomendações da Comissão especial que congregou professores universitários de Medicina da Universidade de Coimbra nesse mesmo ano, é possível que este assunto se tenha convertido, cada vez mais, num tema monopolizado por especialistas médicos (Mirabeau 1872, 193-194). Convém lembrar que a Comissão impunha a repressão destes magnetizadores de acordo com as leis vigentes de combate ao charlatanismo, excetuando-se as ocasiões em que "fossem convidados

para funcionar na presença de facultativos, reunidos em comissão científica" (Mirabeau 1872, 194).

Em larga medida, o desconforto face ao magnetismo atenuou-se porque estes saberes e práticas pareciam ter perdido grande parte da sua aura e poder de atração junto das populações. O tema ficou mais silencioso, insuscetível de olhares apaixonados, sendo, por isso, considerado menos subversivo. Podia tornar-se, assim, assunto de especialistas, originando uma segunda vaga de maior distanciamento crítico, contrastante com a primeira onda condenatória que identificámos.

Deve ser notado, contudo, que nenhuma destas duas conjunturas – quer a marcada pela invetivação, quer a que se pautou por certa *détente* condenatória – terá sido propícia para um acolhimento crítico adequado da obra de Faria. Na primeira, dialogar com o texto do autor ou tentar falsificar as suas hipóteses levantaria todo o tipo de objeções entusiastas, nomeadamente se fossem levadas a cabo por médicos. Foi algo semelhante o que sucedeu com o jovem clínico e futuro professor José Ferreira de Macedo Pinto, em 1845, quando publicou as suas experiências sobre magnetismo animal na imprensa, e foi severamente atacado pelos seus pares, que recorreram a argumentos de natureza científica, mas também de índole disciplinar e deontológica (Barreiros 2020). Neste período, este tipo de curiosidade não era considerado, por setores significativos da classe médica, como consistente com o *ethos* e o código deontológico da profissão. Tratava-se de uma espécie de concessão ao charlatanismo. Já na segunda conjuntura, o legado de Faria pode ter sido suplantado por publicações mais recentes, nomeadamente a de James Braid, que parece ter exercido alguma influência entre os médicos portugueses que se dedicaram à temática do hipnotismo. Bernardino António Gomes, para dar um só exemplo, foi perentório ao afirmar, no tratado de farmacologia já citado, que "as primeiras observações bem verificadas de hipnotismo atribuem-se a Braid, que as deu a conhecer em 1842" (Gomes 1863, 310). Nenhuma referência a Faria ou ao seu *De la cause du sommeil lucide*. Talvez se possa dizer, a este propósito, que a ocasião faz a omissão.

A situação não se alterou muito com a publicação, em 1864, da obra de João Januário Viana de Resende, *Prodigiosos Efeitos do Magnetismo Animal* (Lisboa, Tipografia Universal). Mas deve ser assinalada esta iniciativa editorial, que fazia circular com ela um artigo sobre o tema, da autoria do médico J. G. Millingen, o que indicava uma certa abertura e curiosidade intelectual pelos temas relacionados com o magnetismo e a hipnose em Portugal (Resende 1864).

Por conseguinte, teríamos de esperar mais de duas décadas para encontrarmos ecos da obra do Abade Faria numa publicação redigida por médicos portugueses. Deve-se o mérito a Gil Montalverne de Sequeira, na sua tese de licenciatura *Hypnotismo e Sugestão,*

dada ao prelo em 1888. A publicação deste trabalho constitui um marco importante da história da hipnose em Portugal. Trata-se de um escrito apoiado num estado da arte bem gizado, com referência a trabalhos clássicos como os de Deleuze, Bertrand, Noizet ou Cloquet, Braid ou Broca, entre outros, que nos dá conta das experiências levadas a cabo, neste domínio, pelo próprio autor. Outra das virtualidades desta tese é a contextualização do interesse científico pelo magnetismo, esforço que a converte num documento importante também a este nível. Sequeira dá-nos conta do florescimento do interesse pelo espiritismo e pelas mesas girantes ou de pé-de-galo, a partir da década de 1840, que coincidiu com a curiosidade popular pelo magnetismo e, a breve trecho, o suplantou. Salienta também o ressurgimento da curiosidade espírita no seu tempo, "d'esta vez mais para divertir e matar as horas de ócio do que para fazer adeptos, o que não impediu que houvesse alguns casos de loucura por causa das mesas de pé de galo" (Sequeira 1888, 49).

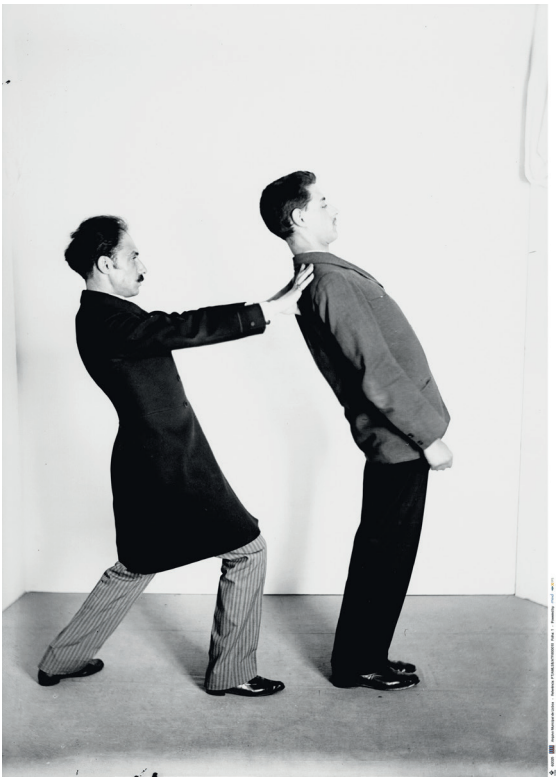
O jovem médico sublinha também, dialogando com Lacordaire, a adesão dos clérigos às práticas relacionadas com o magnetismo e a hipnose que, pouco depois, mobilizaram a Inquisição Romana para intervir, com a promulgação de uma carta encíclica que "pôs termos às práticas de magnetização entre o clero" (Sequeira 1888, 49-50).

Como assinalámos, Sequeira parece-nos ser o primeiro autor a referir-se a Abade Faria, chegando a afirmar que "a descoberta do hipnotismo por sugestão não lhe pertence [a Braid], mas sim ao Abade Faria" (Sequeira 1888, 61). Assinale-se a irreverência da posição do jovem médico, ao defender uma tese que era oposta à veiculada nos manuais de medicina da época, nomeadamente na passagem dos *Elementos de Farmacologia Geral* que já citámos. Todavia, a nossa convicção é de que tal asserção não resultou do contacto direto com o livro *De la cause du sommeil lucide*, por não lhe ser feita referência explícita, antes devendo ter sido colhida na bibliografia auxiliar que o autor cita no decurso do texto.

Mas o aspeto que mais se evidencia neste trabalho é a narração do jovem prático em hipnotismo (Sequeira 1888, 104 e ss). Segundo afirma, a hipnose detinha um lugar de direito no seio da academia de Lisboa, nomeadamente entre alguns "estudantes distintos" seus contemporâneos (Sequeira 1888, 111). Sabemos, através do seu testemunho e das *phototypias* que publica, o nome de alguns médicos que a praticaram e o rosto e a expressão de alguns pacientes que se sujeitaram ao tratamento hipnótico. Um dos médicos hipnotizadores terá sido Luís da Câmara Pestana, notável clínico da segunda metade do século XIX, sobre o qual Sequeira registava "com prazer e reconhecimento a cooperação entusiasta e sincera d'este amigo, a quem devo o melhor exemplar por mim observado"; esse exemplar, acrescentava, "[é] o de uma histérica por ele curada pela sugestão hipnótica, e que amavelmente se prestou a fotografar-se" (Sequeira 1888, 115). Aparentemente,

a histeria foi um campo terapêutico privilegiado da aplicação da hipnose neste período, um pouco à semelhança do que fazia Charcot em França (Sequeira 1888, 115).

Ao contrário do que terá sucedido nos primeiros tempos de receção do magnetismo animal entre nós – e muito claramente nas décadas de 1830 e 1840 –, quando os magnetizadores sem formação académica pareciam monopolizar o campo ou pelo menos aí deterem uma preponderante posição, no período seguinte verificou-se um ascendente progressivo dos especialistas médicos. É expectável que, apesar das recomendações universitárias e da repressão em curso, os magnetizadores amadores não tenham desaparecido completamente de cena, como ilustra alguma iconografia datada sensivelmente desse período (**fig. 1**).



1 Sessão de hipnotismo, Arthur Carlos Freire. Arquivo Municipal de Lisboa.
Código de Referência: PT/AMLSB/ATF/000010.

O hipnotismo devia ser monopólio da classe médica? A questão andava ainda no ar na década de 1880, e Sequeira não enjeitava a oportunidade para marcar a sua posição: "coloco-me, pois, ao lado dos que entendem que só aos médicos assiste o direito de pôr em prática o hypnotismo, depois de estudos especiais sobre o assunto, sem o que não estariam livres de embaraços e dissabores" (Sequeira 1888, 111). Um ano depois, em 1889, o poder executivo interditava os espetáculos públicos de hipnotismo por razões morais e de saúde pública (lei de 11 de abril de 1889; Morais 2019, 78). O hipnotismo era proibido no espaço da rua, mas as objeções desapareciam quando este se circunscrevia às paredes rígidas do consultório.

Conclusão

É provável que o exercício a que acabámos de proceder – uma espécie de arqueologia de um esquecimento – levante objeções idênticas às que se costumam fazer a propósito da história contrafactual. O que aconteceria se Hitler tivesse ganhado a guerra? Talvez o esquecimento não seja um facto, mas detém inegavelmente a sua positividade. E o esquecimento quase total de uma obra como *De la cause du sommeil lucide*, que veio renovar um campo de estudos, depurar uma terminologia e colocar o sujeito hipnótico no centro do palco de onde nunca mais sairia, ocupando o lugar onde antes se colocavam puras abstrações (fluidos magnéticos, vegetais, a alma do magnetizador), é de si um acontecimento. Pode ser constado, verificado e mensurado. E, claro, pode ser falsificado.

Vimos que, na arqueologia desta omissão, entram diferentes variáveis: o reduzido número ou mesmo a inexistência de cópias a circular em Portugal, o desconforto dos intelectuais portugueses face a estes saberes e práticas, a posição condenatória da academia e das agremiações profissionais e, no período subsequente de maior abertura, entre as décadas de 1850 e 1860, a adesão de médicos influentes às teorias de Braid, que seria considerado como o pioneiro do hipnotismo científico. E que dizer do lapso freudiano de Sigmund Freud? Certamente que tal não contribuiu para um resgate, mais do que justo do ponto de vista científico e epistemológico, da obra própria da personagem que Alexandre Dumas eternizaria como uma verdadeira figura espetral. Poder-se-á dizer que a obra de Faria e as suas considerações sobre o sono lúcido eram ultrapassadas ou talvez recalcadas sem nunca terem sido lidas. Há esquecimentos para todos os gostos.

Referências bibliográficas

BARREIROS, Bruno. 2020. "Pluralismo e dissensão: o magnetismo animal em debate no Portugal de meados de Oitocentos". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 27 (2): 503-521. https://doi.org/10.1590/s0104-59702020000200011.

BARREIROS, Bruno. 2019. "¿Quién teme al magnetismo animal? Mesmerismo, hipnosis y su fortuna crítica en Portugal en el siglo XIX". *Revista de Historia de la Psicología* 40 (4): 24-32. https://doi.org/10.5093/rhp2019a17.

CARDOSO, Adelino. 2009. "Apresentação". In Pigeaud, Jackie. 2009. *A Crise*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

DAUN, João Carlos de Saldanha Oliveira e. 1858. *Estado da Medicina em 1858*. Lisboa: Imprensa Nacional.

ERNST, Waltraud. 2004. "Colonial psychiatry, magic and religion: the case of mesmerism in British India". *History of Psychiatry* 15 (1): 59-61. https://doi.org/10.1177/0957154X0403934.

FARIA, José Custódio de. 2005. *De la cause du sommeil lucide ou étude de la nature de l'homme*. Paris: Harmattan.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. 1999. *Ensaio sobre a Psicologia, Noções Elementares de Filosofia e Outros Escritos Filosóficos*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

FOUCAULT, Michel. 2006. *Psychiatric Power. Lectures at the Collège de France, 1973-1974*. New York: Palgrave Macmillan.

FREUD, Sigmund. 1996. *Publicações Pré-psicanalíticas e Esboços Inéditos (1886-1889)*. Rio de Janeiro: Imago.

FREUD, Sigmund. 1990. *Psicopatologia da Vida Quotidiana*. Lisboa: Relógio d'Água.

GOMES, Bernardino António. 1863. *Elementos de farmacologia geral ou princípios gerais de matéria médica e de terapêutica*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências.

HERCULANO, Alexandre. 1865. "A Abóbada". In *Lendas e Narrativas*. Lisboa: Em casa da viúva Bertrand e Filhos.

HERCULANO, Alexandre. 1934. *Scenas de um ano da minha vida*. Lisboa: Livraria Bertrand.

HERCULANO, Alexandre. 1966. *O monge de Cister, ou A época de João I.* Lisboa: Edições de Ouro.

MARTINS, Oliveira. 1945. *Magia do Hipnotismo*. Porto: Editora Livraria Progredior.

MIRABEAU, Bernardo António Serra de. 1872. *Memória Histórica e Comemorativa da Faculdade de Medicina nos Cem Anos Decorridos desde a Reforma da Universidade em 1772 até o Presente*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

MONIZ, Egas. 1925. *O Padre Faria na História do Hipnotismo*. Lisboa: Faculdade de Medicina.

O Panorama: jornal litterário e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. 1839. Série I, vol. 3. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/obras/opanorama/Indices/1839/1839_item1/index.html.

Periódico dos Pobres no Porto. 1845. 25 de abril.

PIGEAUD, Jackie. 2009. *A Crise*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

RESENDE, João Januário Viana de. 1864. *Prodigiosos Efeitos do Magnetismo Animal*. Lisboa: Tipografia Universal.

SEQUEIRA, Gil Montalverne de. 1888. *Hypnotismo e Sugestão*. Lisboa: Adolpho, Modesto e C.ª.

SLOTERDIJK, Peter. 2011. *Bubbles: Spheres, Volume I: Microspherology*. Los Angeles: Semiotext.

Fenomenologia da Vida e Sofrimento

*Ana Paula Rosendo**

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 39-40 (2021), 49-61. ISSN 0870-4546.
DOI: https://doi.org/10.34619/eefr-wrmm

Resumo

Este artigo pretende ser uma reflexão sobre a importância do sofrimento na vida dos seres humanos, visto este ser uma das suas características essenciais, se não mesmo a fonte originadora de todo o processo transcendental que é a autoafeção passiva. O ponto de partida da nossa reflexão é a Fenomenologia da Vida de Michel Henry. Uma parte deste artigo é composta pelo comentário ao §70 da obra *A Essência da Manifestaç*ão, de Henry, considerado um dos pontos centrais, que reflete mais aprofundadamente sobre o sofrimento. Concluímos com um possível contributo para a prática clínica dado por um artigo do psicólogo Eduardo Sá, assim como com uma proposta de investigação futura que contemplaria uma incursão pela ideia do sofrimento como gnose a partir do livro do *Eclesiastes*.

Palavras-chave: gozo, sofrimento, vida.

Abstract

This text intends to be a reflection on the characteristics and origin of the whole transcendental process. The starting point is Michel Henry's Phenomenology. An important part of this article is made up of a commentary on §70 of the work *The essence of the manifestation* because, alongside the work *Encarnação*, it is one of the places where the author reflects on the issue of suffering. We conclude with some contributions made to clinical practice by psychologist Eduardo Sá, as well as with a proposal for future research that would contemplate the idea of suffering as a gnosis similar to that found in the *Ecclesiastes* book.

Keywords: enjoyment, suffering, life.

* CEFi – Centro de Estudos de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa, Portugal.
ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-4207-5305. *E-mail*: ana.p.rosendo@sapo.pt.

O que é que a fenomenologia da vida de Michel Henry nos traz de novo, visto o conceito de vida transcendental ser, por natureza, um conceito fenomenológico? A questão emerge quando nos interrogamos sobre a originalidade do filósofo e fenomenólogo francês. A presente fenomenologia da Vida é um projeto de construção da razão que considera a conceção clássica de intencionalidade como "a ideia de exteriorização que conduz a um distanciamento e a um tornar visível" (Henry 2010, 64). Assim, a definição do objeto acabaria por se transformar num distanciamento relativamente ao mesmo. Criticando a fenomenologia do fundador, Henry diz que "Husserl entrega o ego ao anonimato, porque se trata de um ego desencarnado, um ego no fora de si onde tudo é distância e diferença" (Henry 2010, 65). É assim que, nesta ótica, a intencionalidade se torna diferenciadora, colocando todas as coisas no horizonte extático do mundo, e aquilo que é objeto do mundo também aparece num horizonte de indiferença porque o que está separado de nós acaba por ser um objeto contemplado, um objeto de razão do qual se perde o vínculo afetivo, visto o horizonte extático do mundo ser o de uma "neutralidade aterradora". Esta neutralidade deve-se à retirada do objeto do elemento afetivo. São estas as razões pelas quais Henry pretende rever o conceito de intencionalidade, propondo uma fenomenologia não intencional.

Henry considera haver uma indiferenciação ontológica absoluta naquilo que se manifesta no mundo feito objeto de um conhecimento intencional e incapaz de se constituir como realidade de facto, pois volvido algo desencarnado e fantasmagórico. O conceito de Vida passa a ser refém das filosofias da representação, e o conceito biológico de Vida que surge após a revolução galileana redu-la a processos materiais homogéneos estudados pela Física porque a revelação da vida é diferente e, quiçá, contrária à revelação no mundo.

A vida revela-se a si mesma nas coisas mais simples e vulgares, tomando como exemplo a dor; o sofrimento puro, mais primitivo do que esta (porque a dor já é consciência), é o elemento essencial do afeto. O sofrimento e o gozo, essência do afeto e essência da vida, são invisíveis. Nesta ótica, as filosofias da representação tendem a achar que a invisibilidade é sinónimo de "irreal, ilusório e fantasmático" (Henry 2010, 65), na medida em que a revelação da Vida parece ser contrária à revelação do mundo porque a revelação do mundo corresponde ao êxtase, ao pôr diante e fora do elemento afetivo, "coisas externas e impenetráveis porque ausentes de qualquer interioridade" (Henry 2010, 66). O aparecer na Vida não se desvela, é imediato e abrupto. O sofrimento, por exemplo, não é representável, é revelação da Vida, não sendo mais do que sofrimento primordial acósmico, invisível; um absoluto inefável, uma presença que se manifesta permanentemente.

Michel Henry defende que a relação da Vida com o vivo não deve ser matéria de uma metafísica, muito menos de uma biologia, mas sim de uma fenomenologia da Vida, porque a vida não é um absoluto extático, mas um processo dinâmico: "a vida advém e não

cessa de advir, um movimento eterno de advir a si mesma, um processo que se esmaga contra si mesmo, na sua autoprova gozando-se constantemente" (Henry 2010, 67).

O gozo que a Vida faz de si mesma realiza-se nos sujeitos vivos, exibindo, através deles, o modo como a vida faz a prova efetiva de si semelhante ao "Verbo através do qual se revela todo o si" (*Ibidem*, 68). Isto porque o Verbo se encontra na origem e se faz carne (somos seres encarnados), como nos diz o evangelho de S. João, uma das grandes influências no pensamento de Michel Henry. "Eu sou eu" (*Ibidem*, 71), diz-nos, não uma coisa entre as coisas, mas um si transcendental vivo. A carne distingue-se do corpo porque a encarnação de Deus permite que esta sinta o absoluto, o mistério, algo que nos faz diferentes de um mero aglomerado de células e de simples matéria orgânica. Nascidos na Vida, o nosso nascimento não é apenas coincidente com o aparecer no mundo porque nascer é transformar-se num si transcendental vivo. Aliás, a questão inverte-se porque é por sermos um si transcendental vivo, isto é, seres encarnados que acedemos ao mundo. Neste sentido, a Vida é antes de tudo o mais, a ipseidade originária de um si que origina todos os restantes si vivos, sendo por isso que o vivo é individualidade radical e inultrapassável. A passividade originária da essência mostra que a presença da Vida em nós é esmagadora, uma potência infinita que comprime o seu contrário, o finito e passivo.

É no contexto da aceitação do Homem como um ser encarnado que *Henry também afirma que a única forma de escapar ao niilismo inaugurado por Schopenhauer é pela exaltação do sofrimento,* não como um momento de trevas, mas como a forma *através da qual se dá a autorrevelação da vida.* Assim, o sofrimento não é um modo particular de revelação, nem um acidente que não altera a substância; é autoafeção patética do vivo que é esmagado pela potência infinita da Vida. "A essência da vida é passividade radical, paixão primordial incapaz de escapar de si mesma, um sofrimento primitivo" (*Ibidem*, 71) originador de todo o processo transcendental dos sujeitos vivos.

Neste sentido, toda a vida é esforço, um fardo que enforma toda a ação possível; a vida é um "Eu Posso" e o afeto que daqui deriva funda toda a ação e todo o processo social e económico. É a arquipassibilidade que permite o provar-se a si mesmo e que mostra que o fundo da vida tem origem no sofrimento. É a passibilidade da vida que origina o sofrimento e que possibilita toda a capacidade de sofrer-se e de ultrapassar o seu sofrimento transmutado em gozo, um sofrimento gozoso à maneira de Espinosa. Qual é, então, o porquê da primordialidade desta tonalidade afetiva, ao invés do gozo ou alegria?

Henry considera que tendemos a viver as modalidades da vida como "impressões positivas de prazer e impressões negativas de dor" (Henry 2010, 71), constituintes do *a priori* afetivo, as quais encerram a possibilidade de as tonalidades afetivas se transformarem permanentemente umas nas outras. A mudança das tonalidades afetivas deve-se ao facto de

o puro sofrer-se se encontrar na origem do processo transcendental, porque o modo concreto da vinda da Vida a si mesma é coadjuvada também pela possibilidade do puro gozo de si. *Portanto, a possibilidade de toda a forma concebível de gozo de viver, de a felicidade sem limites existir, tem a sua origem no sofrimento, em que sofrimento e gozo alternam no processo que é a vida numa transformação permanente do negativo em positivo como origem do processo transcendental do vivo*. O sofrimento no seu limite visa transformar-se em gozo, visto o seu modo de aparecer ser o corpo e o corpo aparecer no mundo "com um duplo sentido, o da exterioridade no mundo e como um corpo transcendental que se sente a si mesmo" (Henry 2010, 73), que é a carne. É assim que sofrimento e gozo se tornam constitutivos da ipseidade. A autoafeção passiva que origina todo o processo transcendental é o sofrimento, e ela não é intencional porque a autoafeção da Vida no vivo é carne invisível. A carne é "invisível e acósmica, e a ipseidade edifica-se na carne" (*Ibidem*, 75) *porque é na carne que a vida faz prova de si, na passividade viva e finita comum mas diversa da Vida infinita, a carne em que a vida finita se funde com a Vida infinita, como no famoso Prólogo de João, onde se diz que: "No começo era o Verbo e o Verbo fez-se carne*" (*Ibidem*, 75).

A encarnação do Verbo deixa de ser mera abstração e encontra-se na vida concreta de todo o ser vivo porque a *Vida é Verbo que se faz carne e encontra-se patente em tudo aquilo que cada um é em particular. Uma presença incandescente que exibe o nosso sofrimento essencial, similar ao do Cristo na cruz*. O exercício da potência e força da Vida absoluta numa carne viva faz sofrer e, quando atinge o limite, transforma-se em desespero, o desespero de ser si mesmo, o desespero que nasce da presença ou a *parusia*: "No fundo da noite a nossa carne é Deus, a gnose dos simples" (*Ibidem*, 76).

O sofrimento como *pathos* ou como modo de relação

O sofrimento é próprio do vivo e tem sido relegado para segundo plano porque, segundo Henry, a visão herdada do legado grego tende a subjugar "o Ser ao ente" (Henry 2010, 143), ao mesmo tempo que a passividade e impotência do ente perante a manifestação do Ser tende a ser menorizada. A adoção do positivismo cientificista também não terá contribuído para a melhoria desta situação, na medida em que a conceção científica da vida é "cega" porque a revelação da vida passa a coincidir apenas com o aparecer no mundo, com a quantificação da matéria e com a exclusividade desta conceção numérica do ente. Contrariando esta proposta, Henry diz-nos que a revelação da vida se faz na imediatez da sua doação originária: no caso da dor, por exemplo, a sua localização implica uma consciência da mesma, e a consciência retira-lhe a imediatez da sua doação porque a coloca fora do elemento puramente afetivo em que esta se dá, retirando-a do sofrimento

que se constitui. O sofrimento que se sofre a si mesmo revela-se na imediatez da sua doação, é tautológico e coincide consigo no exato momento em que se dá. O gozo também se sabe a si mesmo, é tautológico e imediato. Quer o gozo, quer o sofrimento são o tempo afetivo, e este é diferente do tempo cognitivo, nunca se dando como objeto separado do sujeito, porque esta acosmicidade é imediata, inefável e ininteligível.

Qual é, então, o fundo comum de toda a vida transcendental? A vida transcendental é essencialmente composta pela permanente alternância entre gozo e sofrimento, os quais derivam do movimento da essência do ser sob a forma de um *esforço* que visa vencer a permanente resistência que lhe é feita. Assim, o sofrimento e o gozo co-sentidos equivaleriam respetivamente a momentos de guerra e a momentos de paz, em que a prova de si que resulta desta dinâmica se constitui como a essência da Vida. Assim, o mundo surge-nos como uma construção afetiva dos sujeitos nesta permanente oscilação entre dor e prazer, cujas leis, no fundo, acabam por ser misteriosas. "Não há vivo sem Vida, nem Vida sem vivo" (Henry 2010, 146), afirma Henry, e o sofrimento e o gozo são os seus constituintes essenciais, a matéria do *pathos*. A construção de mundos pelos sujeitos tem origem nesta afetividade originária que se completa no *pathos* acósmico e não extático. Concluir que a construção de mundos seja o resultado de uma projeção numa putativa objetividade é abraçar o positivismo cientificista, porque o *pathos* não é visível nem objetivável, tendendo a ser sistematicamente ignorado porque é invisível e uma categoria que escapa à intencionalidade. A revelação do *pathos* faz-se na irredutibilidade de um sujeito singular, e esta prova de si é um puro sofrimento de si. Por um lado, porque a Vida infinita tende a esmagar o sujeito vivo e, por outro, porque a passividade originária dos sujeitos vivos se traduz num permanente esforço para vencer uma permanente resistência. A vida é essencialmente *pathos,* porque na sua origem se encontra a paixão: "Toda a vida é paixão" (Henry 2010, 146).

Estando irremediavelmente colado a mim mesmo e impossibilitado de deixar de sentir o que sinto, comungo com a presença da hipótese de uma tranquilidade gozosa nela: a beatitude.

Todavia, é por esta razão que o sofrimento é "a tonalidade originária da vida" (*Ibidem*, 149) e origem da transcendentalidade do vivo.

Henry pensa que a passividade originária é mais "forte" e menos significativa do que toda a liberdade presente num "Eu Posso". O sofrimento originário é passividade e revela-se como paixão, sendo este modo de revelação bem concreto. O modo de romper consigo mesmo é o de se metamorfosear em gozo através do "Eu Posso". Todavia, é na impotência que radica toda a potência, porque a impotência ou paixão é portadora de um dinamismo interno. O sofrimento passivo, que é um não poder, é aquilo que imprime a

dinâmica à sua própria ultrapassagem e é também neste sentido que Henry defende que "As tonalidades positivas são sempre secundárias relativamente às tonalidades negativas" (Henry 2010, 151).

Portanto, a superação interna do sofrimento cria, na dinâmica da sua ultrapassagem, momentos de gozo, e é fácil notar que os momentos de gozo são muito frágeis, porque na sua origem está o sofrimento.

Como, então, sair desta noite escura? O sofrimento de si pode originar a depressão porque o si está numa relação permanente consigo mesmo e a alienação externa não parece surtir grande efeito neste processo. Na linha de Kierkegaard, considera-se que o desespero é um infrutífero tentar livrar-se de si sem o conseguir, porque o desespero "é doença mortal". No desespero de si, o sujeito vive a sua morte, um desespero que é simultaneamente um gozo, porque no fundo o si é incapaz de se livrar de si mesmo. A Vida é um processo constante de morte e de ressurreição, porque é no fundo do desespero que sentimos a presença, num processo similar ao mergulho na noite escura. É por esta razão que a História transcendental da humanidade consiste na passagem do sofrimento ao gozo e vice-versa, quer em termos individuais, quer em termos coletivos. Mas tudo o que até aqui foi descrito não nos deve entristecer, porque, segundo Kierkegaard, "o pior dos desesperos é não sentir desespero algum" (*Ibidem*, 151).

O sofrimento como *autoafeção*: comentário ao §70 de *A Essência da Manifestação*, de Michel Henry

Defendemos a ideia de que o sofrimento é originador do processo transcendental do vivo por este se constituir como o principal modo de relação através da compaixão. Ilustramos esta ideia com uma citação do parágrafo §70, que nos diz: "A afetividade é aquilo que determina toda a ação e a precede como a sua essência e também é fonte de onde esta necessariamentese inicia" (Henry 2011, 823). Com base nesta asserção, parece-nos claro que a estrutura interna da imanência é a afetividade em si mesma e que esta afetividade é a *determinação* da essência. A afetividade torna-se numa espécie de "não liberdade" porque não temos o mínimo de controle sobre os nossos sentimentos, porque não são dados à perceção e, portanto, são invisíveis. A afetividade é essência da vontade, *precedendo e determinando toda a ação*. Por isto, Henry considera haver uma impotência da ação e do querer, devendo estes ser procurados no sentimento, como se pode ver na seguinte citação: "A impossibilidade de agir sobre o sentimento encontra a sua origem e reside na impotência original do sentimento relativamente a ele mesmo e na afetividade em si mesma, entendida como a essência da não liberdade" (*Ibidem*, 824).

Tal leva-nos a concluir que a nossa essência não é livre, mas determinada por aquilo que comanda o processo da Vida e do vivo que é o sentimento na sua total impotência perante si mesmo. O sentimento que deriva da impotência do ser ante si mesmo é a passividade absoluta geradora do mecanismo que origina todo o processo transcendental: a autoafeção.

Partindo das considerações anteriores, deduzimos que a relação originária estabelecida é aquela que o ser estabelece consigo mesmo, tornando-se, assim, claro que a essência de toda a atividade relacional se estabelece no âmbito de uma total determinação que seria uma "não liberdade". Aquilo que a caracterização da essência mostra é a sua impotência relativamente a si mesma e entregue à passividade originária do seu sofrimento, do seu sofrer-se de si. "A impotência que ela exibe é a do fundamento de si mesma, a sua impotência relativamente a si, entregue a si na sua passividade ontológica originária do sofrimento" (Henry 2011, 825).

O ente é originariamente passivo perante a Vida Absoluta e perante si mesmo, porque a afetividade é constitutiva da sua essência e a sua principal característica é a passividade.

Esta é a razão pela qual Henry, em dado momento deste parágrafo, discorre sobre as doutrinas da graça e da predestinação, afirmando que, ao ser humano, nem sequer é dada a garantia de qualquer tipo de salvação (*Ibidem*, 824), e subscrevendo a tragédia do humano, presente sobretudo no protestantismo, na qual a ideia de pré-destinação das almas de Calvino se pode constituir como um bom exemplo. Pessimismo antropológico em Henry? Estamos em crer que sim, tal como o patente nos seus, a nosso ver, autores de eleição – Schopenhauer, Nietzsche, Kierkegaard e Eckhart –, sobre os quais teceu inúmeras e vastas opiniões isentas, também a nosso ver, de qualquer crítica óbvia ou contundente.

A transição operada no seio do Absoluto – Vida – do qual partilhamos a essência – vivo – opera do seguinte modo: "A essência da afetividade fenomenaliza-se sempre sob a forma de um sentimento particular" (*Ibidem*, 825). A afetividade constitui a essência da passividade e o seu conteúdo fenomenológico efetivo é o sentimento que é sempre particular e se origina nesta relação do ser consigo mesmo que é a autoafeção, porque a Vida não dispensa o vivo realizando-se a partir dele. "A afetividade como autoafeção é aquilo que se prova interiormente a si mesmo, provando-se tal como é, como um conteúdo que é, consequentemente, determinado" (*Ibidem*, 825).

A afetividade como autoafeção é origem de toda a experiência e a sua substância é afetiva. "Provar-se a si mesmo interiormente como uma experiência particular e concreta, eis o que é o sentimento e aquilo que o torna num determinado sentimento" (*Ibidem*, 826).

O sentimento adquire a sua particularidade pelo seu enraizamento na afetividade como autoafeção, e a particularidade da experiência pura é, justamente, a do sentimento, a

particularidade daquilo que se prova a si mesmo na sua passividade ontológica originária, isto é, na determinação daquilo que é. Eis uma das razões pela quais consideramos que a essência da afetividade é o sofrimento. "A essência da afetividade reside no sofrimento e é constituída por ele. No sofrimento o sentimento prova-se a si mesmo na sua passividade absoluta" (*Ibidem*, 827) e, acrescenta Henry:

> Estar entregue a si, carregar o peso do seu ser próprio, o peso da tonalidade da situação originária que o constitui, porque é só aí que se prova o sentimento na sua prova de si mesmo, quando é aquilo que ele é […] é no sofrer-se como sofrimento de si que reside e se descobre como um modo original e fundamental, consubstancial à sua essência e posto por ela como o sofrimento do ser porque a afetividade é, na essência, sofrimento. (Henry 2011, 827)

Esta caracterização que Henry faz do sofrimento como realidade última da essência também nos parece bastante clara:

> O sofrimento não é um simples facto, uma tonalidade particular no sentido psicológico, uma determinação entre as outras, havendo uma evidência da sua presença e, a este título, inultrapassável por não ser passageira e contingente como as restantes tonalidades afetivas, ou como qualquer outro facto. (*Ibidem,* 828)

Constata-se que, para Henry, tudo neste mundo é extático e passageiro, menos o sofrimento, porque: "A possibilidade do sofrimento deve ser entendida, precisamente, como a possibilidade de ser si mesmo, como idêntico à essência da afetividade e prescrito por ela" (*Ibidem,* 828). O sofrimento como essência não é algo que derive do facto de estar sempre lá, como algo injustificável e não fundamentado. Henry considera que a natureza do seu fundamento é "o patético do absoluto, não residindo na sua contingência, mas na sua essência" (*Ibidem*, 828). É assim que podemos afirmar que a essência do absoluto vivente é patética e é sofrimento porque a afetividade não é abstrata e é justamente o sofrimento que possibilita o sentimento: "o seu principal modo de manifestação é o sofrimento que forma o tecido da existência, o local em que a vida se torna vivente, a realidade e a efetividade deste transformar-se" (*Ibidem,* 828). Assim, o sofrimento não é independente de toda a ação, mas sim aquilo que a faz possível. É o "ce sur quoi" (*Ibidem,* 829) de toda a ação.

> A não motivação da afetividade, o facto de o sentimento não resultar daquilo que nos afeta, longe de deixar o conteúdo desta, longe de deixar a afetividade na abstração e no vazio da sua conceptualização, aquilo que o determina [ao sentimento] e o põe na essência da sua efetividade, na realidade particular do seu tom, é o sofrimento no seu sofrer-se. (Henry 2011, 829)

A afetividade, que encontra na origem de todo o sentimento, não é abstrata, e o seu conteúdo – o sofrimento – deve-se à total impotência da passividade da essência que determina o sofrer no seu *pathos*. Henry afirma que, para compreendermos o sofrimento nas suas múltiplas modalidades e o seu desenvolvimento em nós, temos, por exemplo, a Psicologia que, segundo ele, "dá explicações e faz referências inevitáveis a fatores externos, à relação que se estabelece na estrutura psicofísica do Homem, deduzindo as suas determinações interiores a partir daí" (*Ibidem*, 829). Adiante e na mesma página convida-nos a responder à seguinte pergunta: "devemos, assim, questionar-nos: qual a forma determinada deste sentimento ao qual chamamos pena ou sofrimento? Toda a explicação deste [sofrimento] pressupõe o seu aparecimento na essência da afeção, na essência da afetividade em si mesma" (*Ibidem*, 830), porque a impotência do sofrimento não resulta de outro fator senão da impotência do ser ante si mesmo.

Todavia, e subsequentemente, também nos questiona se ante este facto "o prazer, o bem-estar, a alegria e a beatitude serão possíveis e reais?" (*Ibidem*, 830), considerando ser importante estabelecer-se as distinções de caráter existencial e ontológico, assim como as manifestações positivas e negativas. O sofrimento e o gozo são ambos de caráter ontológico e não se confundem com as tonalidades afetivas da ordem existencial. O sofrimento equivaleria ao negativo e o gozo ao positivo[1]. A negatividade presente no sofrimento resulta da "impotência do sofrimento, o sofrimento é o ser dado a si mesmo do sentimento, a sua entrega a si numa aderência perfeita de identidade e numa aderência perfeita a si, a obtenção de si, o tornar-se e o surgir do sentimento em si mesmo, no gozo de si, no gozo de ser aquilo que é tornado prazer ou alegria" (*Ibidem*, 830).

O sentimento na plena posse de si pode ser designado como "a potência do sentimento", o gozo de si ou alegria que, como nos diz Henry, "não é uma abstração", pois resulta desta alternância do sofrimento em gozo. A potência do sentimento "é o ser na experiência de si, no gozo de si" (*Ibidem*, 831). Portanto, nesta ótica, o gozo corresponderia ao positivo ou à potência, e o sofrimento corresponderia à impotência ou ao negativo.

A potência do sentimento é a edificação do ser na posse de si, o devir do ser, "o aparecimento triunfante da revelação" (*Ibidem*, 831).

[1] Sobre este assunto, sugere-se a leitura do apêndice à obra *A Essência da Manifestação.*

A alegria ou gozo também é resultado direto da *parusia* (presença); não surge depois dela mas é sua pertença, sendo-lhe consubstancial. Tal como o sofrimento, a alegria é uma estrutura ontológica, "um modo segundo o qual o ser se historializa, o seu aparecimento e o seu tornar-se si mesmo na semelhança edificadora da *parusia,* a alegria também é parusia, a sua fenomenalidade original e a sua efetividade" (*Ibidem*, 831). Por isto, Henry considera que a potência e a impotência do sentimento são idênticas porque:

> […] o gozo de si reside e realiza-se na sua passividade originária, no sofrimento do seu sofrer-se e é-lhe idêntica. Sofrimento e gozo juntos e indistintamente compõem e designam aquilo que se fenomenaliza originariamente no ser constituindo-o, são a efetividade da *parusia*. (Henry 2011, 832)

Portanto, sofrimento e gozo caminham a par e passo, constituindo-se como a unidade e o modo de realização da Vida no seu processo, na essência da sua dinâmica. *A efetividade da fenomenalização da* parusia *é, assim, o sofrimento e o gozo sendo que o gozo se constitui como o modo de realização ativa do ente e a sua historialização.* Tal leva Henry a questionar-se: "Haverá uma cisão interna [sofrimento/gozo] no Absoluto?" (*Ibidem*, 832); mais adiante, no mesmo parágrafo, acrescenta: "Qual a escolha arbitrária de Deus alegre ou triste?" (*Ibidem*, 832). Qual é, então, a forma sob a qual o Absoluto se manifesta? O filósofo responde-nos às questões anteriormente levantadas do seguinte modo:

> A unidade do sofrimento e do gozo é a unidade do ser em si mesmo, a unidade do advento ontológico fundamental e uno no qual nos sentimos a nós mesmos, provando-nos na passividade absoluta e na consideração de si, no tornar-se tal como é, neste sofrimento do ser onde se sente e se experimenta necessariamente no sofrimento e no gozo do seu sofrer-se. (Henry 2011, 832)

Quanto ao modo de manifestação do Absoluto em nós que é a *parusia*, diz-nos:

> Sofrimento e gozo não são duas tonalidades preexistentes e separadas porque nascem de um mesmo evento que as torna possíveis e as constitui; sofrimento e gozo são a efetividade da manifestação e têm origem num mesmo conteúdo fenomenológico, numa mesma tonalidade que é simultaneamente pensada como sofrimento e como gozo que compõe esta trama, a substância, a fenomenalidade como fenomenalidade efetiva e concreta, são [sofrimento e gozo] a única aparência do absoluto e o seu ser real que é a *Parusia*. (Henry 2011, 833)

O Absoluto e o seu ser real que é a *parusia* manifesta-se sob a forma de um sofrimento que é simultaneamente um gozo. Um sofrimento que se goza a si mesmo, porque sofrimento e gozo constituem-se como uma unidade que é a unidade constitutiva do *pathos*:

> A unidade do sofrimento e do gozo reside neles, no seu conteúdo e é constituído por eles. O sofrimento é alegria porque é nela, no seu conteúdo e naquilo que ela é que se realiza, realização do ser dado a si, o gozo do ser, o gozo do ser dado a si mesmo porque a efetividade fenomenológica é este gozo. Mas e por outro lado, a alegria é sofrimento porque a sua efetividade fenomenológica, a sua alegria, reside e realiza-se no facto de poder provar-se a si mesma no seu sofrer-se porque o conteúdo efetivo da alegria é o sofrimento no seu sofrer-se. (Henry 2011, 833)

É assim que sofrimento e gozo se constituem como uma unidade essencial porque a essência é um sofrimento que se goza a si mesmo. Talvez também possamos afirmar que o gozo é algo sofrido porque "a sua unidade clarifica-se e torna-se transparente na obra do ser, realizando-se nele como sua realização efetiva" (*Ibidem*, 833).

Por isso, "a doçura do ser", diz-nos Henry de seguida, "é o sofrimento e o gozo no gozo do seu sofrer-se porque sofrimento e gozo são a estrutura ontológica do ser" (*Ibidem*, 834).

O corpo como centro afetivo e primado da relação

Concluímos considerando a afetividade o substrato comum a todos os seres vivos imersos no fluxo da Vida e "vivos" por este mesmo facto. Os afetos são o modo como a afetividade se manifesta nos sujeitos particulares que são o seu recetáculo, a sua câmara de ressonância, e esta ressonância da afetividade em cada sujeito particular dá-se como autoafeção. Importa realçar que nesta conceção dos afetos se nega qualquer tipo de intencionalidade porque, na essência, está presente este *pathos* que é afeção passiva e patética, totalmente imanente e invisível. Poderíamos defini-la como um "*Sentimus nos videre*" (Henry 2009, 163); é um sentimento de si originador dos nossos poderes; é aquilo que simultaneamente nos determina enquanto essência, mas que também nos abre a todas as possibilidades, a liberdade de utilização dos meus poderes primordiais de poder ver, ou não ver, agarrar, ou largar. Os afetos são o modo da relação, pura matéria e conteúdo de todo e qualquer sentimento; os sentimentos vão buscar o seu conteúdo à modalidade relacional passiva e afetiva originária, um sentimento de si que é sofrimento de si, um desespero à maneira de Kierkegaard. Porque sou o que sou e não consigo deixar de ser o que sou? Porque é que Eu sofro de mim, porque é que não me identifico com o meu

"sentimento de mim"? Porque a autoafeção passiva que caracteriza a nossa essência é a autoafeção passiva, isto é, a impotência que é a geradora e essência da potência. Contudo, parece haver uma certa tendência para se ignorar este facto, denegrindo a impotência, o sofrimento e a negatividade como se não nos fossem consubstanciais, mas uma tragédia acidental. O facto é que encontramos múltiplos exemplos de exorcismo da nossa condição essencial, a condição de um corpo encarnado, ideia que se encontra presente na Paixão de Cristo.

O sofrimento e o gozo são os elementos constituintes do *pathos* e, neste sentido, o sofrimento é ontológico. Todavia, pode constituir-se como uma gnose tal como ilustrada num artigo de Eduardo Sá[2] publicado no jornal *Observador*, sob o título "O Diabo são os outros. O inferno somos nós". Nesse texto o psicólogo e psicanalista aborda a depressão e analisa o inesperado suicídio de um famoso ator de cinema e de telenovelas que muito terá surpreendido os portugueses, mostrando o modo como os outros acolhem a dor alheia, a dor alheia que é co-sentida e objeto de compaixão. Não acrescentaremos qualquer comentário porque consideramos que as palavras falam por si. Sofrimento e dor devem ser encarados como um modo de relação porque a dor integra o *pathos*. É neste sentido que o trabalho da comunidade, e particularmente o dos terapeutas, deve procurar ser ativo no sentido de uma maior atenção ao outro.

> Quando estamos tristes, arriscamo-nos a ser mais verdadeiros. Porque perdemos as pequenas falsidades de todos os dias. Porque deixamos muitas das defesas narcísicas com que nos escondemos das coisas que nos envergonham. Porque não pensamos em círculos. E porque somos mais transparentes e mais espontâneos. Quando estamos tristes ficamos, na maioria das vezes, mais bonitos! Porque somos mais claramente (e mais facilmente) quem somos. A verdade é que temos pouco espaço para estarmos tristes. Porque, por mais que sintamos as pessoas em nós e as escutemos por dentro, damo-nos pouco tempo uns aos outros. (Sá 2020, *Observador*)

Aquilo que o problema do sofrimento mostra é a falta de atenção a que os sujeitos que a sofrem são votados.

[2] Eduardo Sá é psicólogo clínico e psicanalista, professor da Universidade de Coimbra e do ISPA. É autor de artigos e de livros científicos na área da psicanálise e da psicossomática, bem como de livros de divulgação no âmbito da saúde familiar e da educação parental. É diretor da Clínica Bebés & Crescidos e do Babylab – Laboratório de Psicologia do Bebé da Universidade de Coimbra. Depois de anos a colaborar na Antena 1, e de ter feito com Fátima Lopes o programa "Amor em Tempo de Crise", na TVI24, em junho de 2019, passou a colaborar regularmente no jornal e na rádio Observador.

A minha proposta de linha de investigação a prosseguir passa pela leitura do livro de *Eclesiastes*, onde Salomão, no seu sofrimento fastidioso, indubitavelmente, precursor de uma gnose, conclui que "Tudo é vaidade" e, deste modo, atinge a beatitude.

Referências bibliográficas

HENRY, Michel. 2011. *L'Essence de la manifestation*. Paris: PUF.

HENRY, Michel. 2010. *Phénoménologie de la vie*, vol. I. Paris: PUF.

SÁ, Eduardo. 2020. "O Diabo são os outros. O Inferno somos nós". *Observador*, 29 de junho.

Para além de Freud: Nietzsche, Binswanger e Bachelard acerca dos sonhos, dos devaneios e das suas imagens

Nuno Miguel Proença[*]

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 39-40 (2021), 63-98. ISSN 0870-4546.
DOI: https://doi.org/10.34619/cgeg-hkin

Resumo

No início do século XX, Freud re-abriu de forma original as interrogações sobre a significação da vida onírica. Para além do carácter simbólico das imagens do sonho e do método para as interpretar, encontramos nas suas obras reflexões sobre o carácter alucinatório dos estratos inconscientes da mente, já presentes nos trabalhos de Nietzsche. Este artigo tem por intuito averiguar o estatuto das imagens oníricas, nocturnas e diurnas, para lá da suspeita que fazem incidir sobre o *cogito*. Interessam-nos, por isso, as investigações fenomenológicas de Binswanger e de Bachelard, na medida em que, encetando um debate crítico com a psicanálise, tomam distâncias em relação ao estatuto que esta atribui aos sonhos e à sua interpretação, abrindo outras possibilidades de entender a relação entre a imagem e o afecto, que revelam estruturas da existência ou dinamismos psíquicos da subjectividade.

Palavras-chave: corporeidade, imaginação, existência, inconsciente, cosmos.

Abstract

At the beginning of the 20th century, Freud re-opened questions about the meaning of dream life in an original way. In addition to the symbolic character of dream images and the method for interpreting them, we find in his works reflections on the hallucinatory character of the unconscious strata of the mind, already present in the works of Nietzsche. The aim of this article is to investigate the status of dream images, both nocturnal and diurnal, beyond the suspicion they cast on the *cogito*. We are therefore interested in the phenomenological investigations of Binswanger and Bachelard, insofar as, by engaging in a critical debate with psychoanalysis, they distance themselves from the status that psychoanalysis attributes to dreams and their interpretation, opening up other possibilities for understanding the relationship between image and affect, which reveal structures of existence or the psychic dynamism of subjectivity.

Keywords: corporeality, imagination, existence, unconscious, cosmos.

[*] CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.
ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-1618-695X. *E-mail*: nunomiguelproenca@gmail.com.

Pretextos

Com data de 1900, *A Interpretação dos Sonhos*, de Freud, é considerada a principal e a mais influente obra do seu autor, apesar de todos os debates contraditórios que suscitou e de todos os comentários críticos a que deu lugar, dentro e fora do campo da psicanálise. As suas teses sobre o carácter simbólico das imagens do sonho deram-nos a entender que os conteúdos sonhados, só interpretáveis a partir da singularidade de quem sonha, são também indício da existência de uma vida mental inconsciente com dinamismos arcaicos universais. Longe de se limitarem ao sono, estas dinâmicas revelam o modo como as percepções, a linguagem e as representações são indissociáveis da afectividade, do desejo e da energia das pulsões, tornando problemática a identificação de fronteiras entre corpo e mente. Se bem que esta obra mantenha o seu papel central para um grande número de psicanalistas, as teorias do sonho evoluíram[1], e essa evolução resulta não só da formulação de novas teses sobre as dinâmicas da vida psíquica, mas também das alterações do estatuto das imagens oníricas, à qual o pensamento de inspiração fenomenológica não é alheio[2]. Cada uma destas novas perspectivas é baseada num modelo psicanalítico da relação do corpo com a mente – que passa pelo estatuto da afectividade, da linguagem e das imagens – e tem sempre a sua validade no campo teórico e clínico em que foi elaborado. Perante tão vasto número de perspectivas sobre o sonhar, os sonhos e o valor das suas interpretações, em vez da ideia de que tudo se vale (e no fundo, não vale nada), melhor nos serve uma certa doçura céptica, mais propícia a acolher a familiar estranheza do sonho. É a própria ambiguidade do sonho e a impossibilidade de esgotar o seu sentido que nos

[1] "We perceive Freud's theory of dreams as essentially unchanged. We have the impression that everything there is to say about the subject has been said. *Nothing could be more false*. It is true that many analysts work according to the principles established by Freud, but it is equally true that there have been radical innovations in this field—we no longer work on dreams but with dreams" (Civitarese 2013, xi; o sublinhado é nosso). No campo psicanalítico, para além de Freud (e depois dele), encontramos trabalhos sobre o sonho de analistas como Jung (Jung 1974) Ferenczi (Ferenczi 1910) Klein (Segal 1990), Winnicott (Winnicott 1989, 228-230; Winnicott 2016), Bion (Monteiro 2023) Lacan (Lacan 2013; Cameron e Owens 2021), Madeleine Baranger e Willy Baranger (Bernardi 2009), Robert Langs (Langs 1988), James Grotstein (Grotstein 2000), Antonino Ferro (Ferro 2019), Daniel Meltzer (Meltzer 2009; Pereira 1999) ou Thomas Ogden (Ogden 1999; Ogden 2008). As correntes estado-unidenses de psicanálise freudiana também retomaram o texto de Freud, pensando o sonhar, os sonhos e a sua interpretação para além dos limites presentes na *Traumdeutung*. A este propósito, pode consultar-se a antologia, com textos de catorze autores, organizada por Melvin Lanski (Lanski 1992).

[2] Leiam-se, por exemplo, R. D. Stolorow e G. E. Atwood (Stolorow e Atwood 1982; Stolorow e Atwood 1992), para além das considerações iniciais de Giuseppe Civitarese e as suas referências a Binswanger, Merleau-Ponty e Foucault na sua reflexão sobre os modelos psicanalíticos do sonho depois de Freud (Civitarese 2013).

permitem admitir que a validade interna e prática de cada um destes modelos não exclui a validade dos outros[3]. A fascinação que os sonhos podem exercer é inseparável da sua riqueza, impossível de interpretar ou de modelizar de forma única e exaustiva, sobretudo quando são baseados na hipótese de um inconsciente que, por definição, escapa ao *cogito* e às representações conscientes, por maior que seja o esforço de ver o invisível e de dizer o indizível de onde nascem afectos, palavras e imagens. Mais do que qualquer produção mental, os sonhos constituem o jogo da pluralidade das visões e da multiplicidade das subjectividades indissociáveis da corporeidade. Por isso, mesmo que, para a dialéctica psicanalítica, os sonhos e as suas interpretações continuem a ser um índice essencial do sentido em movimento e das transformações subjectivas característicos que o acompanham, as questões relativas ao melhor modo de os acolher continuam em aberto. No entanto, tal como o fundador da psicanálise, muitos dos discípulos de Freud nossos contemporâneos defendem a pertinência inultrapassável da tese inicial sobre o trabalho do sonho e sobre a psicologia dos processos oníricos e do modo de os interpretar, não abdicando das hipóteses do seu mestre.

Permitimo-nos, assim, resumir o que dessa tese nos parece ser essencial para entender o modo como ela deriva, em parte, de hipóteses já presentes nas obras de Nietzsche que revelam o que há de alucinatório, de afectivo e de corporal em estados da mente anteriores à consciência; do mesmo modo, observamos como Binswanger e Bachelard, inspirados pela fenomenologia e pela hermenêutica, vão afastar-se das teses freudianas para pensar as imagens oníricas na sua relação com a afectividade e o corpo.

Mesmo quando, a partir de 1920, Freud se esforçou por dar conta do carácter repetitivo dos sonhos nas neuroses traumáticas, e em especial dos pesadelos dos antigos combatentes da Primeira Guerra Mundial, o sonho continuou a ser a realização alucinatória de um desejo recalcado. Daí que fosse também (e possa continuar a ser) a via régia de acesso ao inconsciente. Mesmo nos sonhos de angústia ou de castigo, tal como nos pesadelos, os desejos recalcados e os afectos afastados da vida consciente pela censura e pela crítica

[3] Poder-se-ia igualmente referir o facto de a riqueza das teorias, modelos e outras propostas para a interpretação dos sonhos ultrapassar o domínio psicanalítico, o que, para além de motivar a própria investigação que levou à publicação do *dossier* no qual se insere o nosso texto, pode ser constatado pela grande riqueza e diversidade das investigações contemporâneas sobre os sonhos e o sonhar segundo diversas disciplinas, metodologias ou tradições. Disso tanto poderiam ser exemplo a revista interdisciplinar *Dreaming* publicada pela American Psychological Association, como o grande número de estudos referidos pelo etnopsiquiatra Tobie Nathan na sua obra *La Nouvelle interprétation des rêves* (Nathan 2011, 227-246) ou o vasto conjunto de obras e estudos referenciados em *The Secret History of Dreaming* (Moss 2008), à medida que o seu autor faz uma história de algumas concepções e práticas do sonhar, europeias e não-europeias, da Antiguidade aos nossos dias.

do "Eu" realizam-se por meio de uma figuração dramatizada e de um disfarce dos materiais que os motivaram. O adormecimento e o sono, ao baixarem as defesas e ao diminuírem a actividade crítica características da consciência, permitem reencontrar o desejo subjacente ao sonho, o qual se dissimula nas zonas inconscientes da mente em razão das dinâmicas próprias do recalcamento. Por uma série de processos psíquicos primários que caracterizam aquilo a que Freud dá o nome de "trabalho do sonho" – entre os quais se destacam a condensação e a deslocação –, é organizado o material onírico, feito de restos diurnos conjugados com lembranças oriundas de vários períodos da vida (mas especialmente memórias, aspirações e disposições que datam do período da infância) com fontes de excitação somática (da qual fazem parte a excitação sexual, mas também a fome, a posição de quem dorme, emoções e afectos decorrentes de acontecimentos exteriores que o sonho tem por função integrar, de modo a preservar o sono, etc.). A articulação deste material psíquico em torno do desejo torna irreconhecível este último no cenário percepcionado durante o sono. O desejo é velado, disfarçado, simbolizado, e por isso tornado irreconhecível pela própria ficção que gerou graças ao trabalho do sonho, à sua poética inconsciente. Trata-se aqui do conteúdo manifesto do sonho, oriundo do trabalho de sonhar, o qual só nos permite atingir o conteúdo latente por intermédio da análise e da interpretação das narrativas fragmentárias (e conscientes) de que os sonhadores são capazes depois de acordados. Na medida em que as imagens percepcionadas durante o sono ocultam a identidade do desejo que está na sua origem, a interpretação é um esforço *a posteriori* para fazer emergir o conteúdo latente do sonho – o seu sentido, a sua motivação afectiva e pulsional e a sua relação com a actividade mental consciente – do aparente caos das produções nocturnas, através das ideias incidentes (as associações involuntárias que "vêm à ideia") que aparecerão durante o tratamento analítico e que decorrem da criação de uma narrativa capaz de restituir a dimensão figural, imagética, sonora e afectiva daquilo que foi sonhado. A partir de 1900, sintomas, lapsos, piadas e actos falhados, tal como as formações culturais de diversa ordem, serão interpretados da mesma maneira que os sonhos, quer dizer, como produções simbólicas resultantes do mesmo trabalho inconsciente que dá lugar aos conteúdos manifestos da vida onírica e implicando os mesmos princípios e processos de condensação e deslocamento (metonímicos e metafóricos) próprios da codificação dos conteúdos latentes, em razão da barreira da censura e do recalcamento que separa a vida mental consciente da vida mental inconsciente. A zona inconsciente da mente dirigir-se-ia à mente consciente por enigmas, símbolos e mensagens cifradas parcialmente presentes nos relatos oníricos, cujo significado poderia ser encontrado pela interpretação psicanalítica, de modo a tornar possível a expressão figurada de um desejo cuja realização é impossível ou cuja satisfação seria inaceitável pelos

ideais do Eu consciente e pelo Eu ideal; contudo, seria também impossível em razão dos interditos, leis e regras que organizam a realidade social e racional das subjectividades movidas pela linguagem e pela sua simbolização.

Por meio da interpretação do sonho (e de grande parte das produções mentais e culturais), a investigação psicanalítica afirma ter uma via de acesso às formações inconscientes, do mesmo modo que cada subjectividade em análise pode alargar o conhecimento de si própria graças a essas interpretações[4]. No entanto, várias questões se põem no que respeita às imagens do sonho e à sua interpretação: como é que os relatos do sonho, elaborados segundo os processos secundários co-extensivos ao princípio da realidade, conseguem dar conta daquilo que foi vivido como figuração, segundo o princípio do prazer, na tentativa de realização alucinatória de um desejo, sem deformarem a lógica das imagens às quais impõem as formas narrativas? As estruturas temporais, inventivas e associativas, próprias da consciência e trabalhadas pela transferência, podem acolher o que resta dos sonhos sem os re-criarem? Sem conseguirem exprimir os processos psíquicos primários próprios do sono e da actividade mental inconsciente, regidos pelo princípio de prazer, que caracterizam a formação dos sonhos, como é que as interpolações podem ser mais do que uma criação de sentido a partir de uma narrativa consciente? Nesse caso, porque é que as imagens não podem ser acolhidas como significativas na sua manifestação imediata, com potencialidades de metamorfose próprias e virtudes de transformação para a vida mental segundo uma semântica e uma sintaxe irredutíveis às das palavras?

Apesar do conjunto das críticas de que foi alvo a propósito do seu método interpretativo, o qual ambiciona levar dos conteúdos manifestos do sonho aos seus conteúdos latentes, que nunca se "fenomenalizam" e que só se atingem pelo inquérito verbal realizado por

[4] Freud nunca escondeu a importância que a *Oneirocritica* de Artemidoro teve para a sua própria (re)descoberta da dimensão simbólica dos sonhos e refere-se a ela, e à sua originalidade, desde o início da sua *Interpretação dos Sonhos.* O modo como Freud interpretou Artemidoro foi tema de vários ensaios, nomeadamente os de S.F.R. Price (Price 1986) e Andreas Mayer (Mayer 2015), que sublinham a importância da originalidade dessa interpretação do simbolismo sexual e do seu papel no desenvolvimento da psicanálise. Os trabalhos mais recentes (nomeadamente os de Robert Moss (Moss 2008) e Tobie Nathan (Nathan 2011)) insistem, no entanto, em algumas omissões de aspectos da obra de Artemidoro incompatíveis com a "edipianização" das interpretações dos símbolos oníricos na obra de Freud. A leitura freudiana de Artemidoro também foi tema de uma reflexão que a compara com a leitura foucauldiana do texto da Antiguidade (Armstrong 2024), que é particularmente interessante quando recordamos a leitura que o próprio Foucault faz da originalidade de Freud no campo da interpretação dos sonhos: ao apresentar o texto *Traum und Existenz* de Binswanger, ao qual nos vamos principalmente referir, o filósofo francês afirma que é com a *Traumdeutung* freudiana que o sonho entra no domínio das significações humanas.

analisando e analista de forma consciente e vígil[5], Freud insiste sempre na liberdade associativa e na singularidade de cada sonhador, as quais constituem elementos essenciais do trabalho clínico e hermenêutico. Poderíamos assim dizer que, tal como há uma poética do próprio sonhar que, apesar das suas características gerais, atesta a singularidade da vida (inconsciente) de cada sonhador, há uma poética da interpretação, indissociável da regra de livre associação, que não é indiferente à leitura que Freud fez de alguns poetas e filósofos, nomeadamente da correspondência de Schiller e Körner, tal como ela é comentada no segundo capítulo da *Interpretação dos Sonhos,* mas também do trabalho de Ludwig Börne, à qual se refere no seu artigo sobre a pré-história da psicanálise (Freud 1900; Freud 1920, 257). Esta função poética, que no nosso entender já se encontra presente em algumas leituras de inspiração literária da obra de Freud, passou a ser corrente desde as elaborações psicanalíticas "pós-freudianas". Nesse sentido, poder-se-ia dizer que a estranheza manifesta do sonho só é metafórica e metonímica durante a poética da interpretação que a acolhe. De uma certa forma, é só a invenção verbal, ela própria na origem de um modelo da mente, que permite tomar consciência de que talvez tenha havido a criação de figuras a partir de moções pulsionais e afectivas ou a partir de pensamentos que tiveram lugar antes ou durante o sono. Só essa ficção permite afirmar que o sonho é expressão inconsciente e admitir que há nele uma mensagem cifrada dirigida por quem dorme a quem retoma os relatos dos conteúdos oníricos, que os pode interpretar depois de ter despertado, de modo a assegurar uma continuidade do *cogito* entre o sono e a vigília[6].

[5] Tal pode levar à situação descrita pelo próprio Freud, segundo o qual os analisandos não podem senão estar de acordo com as interpretações do analista, já que o seu desacordo seria um sinal de resistência e do teor negativo da transferência, o que confirmaria a teoria psicanalítica sobre a qual se baseia a interpretação dos analistas. A este propósito, pode ler-se *A Negativa* (Freud 1925) *e Construções na Análise.* Permitimo-nos ainda remeter para os capítulos de *Qu'est-ce que l'objectivation en psychanalyse?* dedicados a este assunto (Proença 2008).

[6] Giuseppe Civitarese lembra que, na sua apresentação de *Sonho e Existência*, Foucault argumenta que Freud atribui ao sonho o mesmo estatuto das palavras, algo que não vai além da semântica, sem apreender a estrutura de linguagem, a morfologia e a sintaxe das imagens no interior das quais se produz o sentido, como se uma teoria estética levasse em conta apenas o conteúdo e não a forma (Civitarese 2013, 181-182). Assim, no entender do autor da *História da Sexualidade*, Freud, apesar de fazer entrar o sonho no domínio das significações humanas, teria criado uma teologia dos significados em que a verdade precede a sua formulação e a constitui na sua totalidade. Mas o psicanalista italiano pergunta também se Foucault estará a ser justo: não terá Freud antes dado conta da retórica do trabalho do sonho? Pela nossa parte, reconhecendo a singularidade do processo de significação onírica, perguntamos se não se trata, antes de mais, de uma poética, já que a condensação e o deslocamento identificados por Freud, característicos da metonímia e da metáfora, são também característicos das inovações semânticas próprias da poesia… e da criação de modelos científicos.

Arcaicas figurações do insondável

Apesar de a interpretação dos relatos do sonho ter lugar durante a vigília e de a poética característica do trabalho onírico ser só possível ao dormir, a primeira propõe-se atenuar a intensidade da barreira do recalcamento que separa a vida consciente da actividade inconsciente, procurando sentidos latentes nos conteúdos manifestos e encontrando na realidade rastos do princípio do prazer. Daí que ela própria requeira uma disposição subjectiva que permite acolher o inesperado, o não-intencionado, a representação mental "que vem à ideia" guiada pelo afecto e pela dinâmica pulsional arcaica que se confunde com as origens da consciência e da própria realidade consciente. Interpretar o conteúdo manifesto do sonho é, por isso, também permitir que se manifestem sensações, emoções, ideias ou imagens involuntárias, deixar que se exprimam por palavras as associações inesperadas entre elas e que se entre numa lógica cujo não-sentido se assemelha mais à do prazer que rege o sonho do que à das razões e significados estáveis da nossa vida em comum. Daí que a interpretação do sonho requeira a liberdade associativa de quem sonhou e possa levar à criação artística e poética (que prolonga o próprio trabalho do sonho). Graças a ela, quem relata os seus sonhos e procura o seu significado vai progressivamente inteirando-se de aspectos recalcados (ou censurados) da sua vida e do seu desejo, mas também do teor afectivo das suas relações com outrem e das fantasias que organizam a sua realidade, da capacidade de lidar com a sua "interioridade" pulsional, mas também com as possibilidades e impossibilidades de acção, de pensamento, de imaginação ou de criação linguística que daí decorrem. Desse modo, tanto Freud como a tradição psicanalítica que ele inaugura são levados a entender que a dimensão consciente da mente é posterior ao que permanece inconsciente (os desejos recalcados que se podem manifestar graças ao trabalho de "codificação" do sonho, a dinâmica pulsional de que as representações individuais ou colectivas são representantes e que, tal como os afectos, elas exprimem… e metaforizam), e que esta posterioridade deve entender-se tanto no sentido da ontogénese, como no sentido da filogénese. Isso quer dizer que a poesia do sonho e o afecto que a permeia são estádios evolutivos sem os quais, paradoxalmente, não poderiam ter visto o dia nem o entendimento, nem a razão, tampouco as motivações conscientes inseparáveis da percepção e da linguagem. Ao termo do sétimo capítulo da *Interpretação dos Sonhos,* Freud refere-se assim ao carácter arcaico do sonho e também à vida onírica como resto de períodos primitivos da humanidade, remetendo-nos para a obra de Nietzsche. Nesta, encontramos referências explícitas ao que o material onírico tem de poético, àquilo que o torna indispensável às realizações artísticas e à criação humana, mas também ao que ele revela de arcaico. No entanto, e apesar de adoptar o sonho como

modelo para a inteligibilidade das formações mentais e culturais, a obra de Freud deixa posteriormente de lado um aspecto que é essencial para o filósofo alemão e que lança uma suspeita sobre a prevalência do *Logos* e sobre a possibilidade de trazer à consciência o que lhe é irredutível e de o transformar em algo de inteligível só pelo trabalho lógico e verbal:

> como é apropriada a asserção de Nietzsche de que, nos sonhos, "[se] acha em acção alguma relíquia primitiva da humanidade que agora já mal podemos alcançar por via directa"; e podemos esperar que a análise dos sonhos nos conduza a um conhecimento da herança arcaica do homem, daquilo que é psiquicamente inato. Os sonhos e as neuroses parecem ter preservado mais antiguidades mentais do que imaginaríamos possível, de modo que a psicanálise pode reclamar para si um lugar de destaque entre as ciências que se interessam pela reconstituição dos mais antigos e obscuros primórdios da raça humana. (Freud [1900] 1968, 528)

As reflexões nietzschianas às quais Freud se refere encontram-se em grande parte em *Humano, Demasiado Humano*, no §13 do primeiro livro, precisamente intitulado "Lógica do sonho". Nelas podemos ler uma caracterização da actividade onírica como pensamento primitivo da humanidade e fundamento sobre o qual a razão superior se desenvolveu, mas também algumas teses que concernem à dimensão ética do sonho onde se encontra a ideia de responsabilidade pelos seus conteúdos, o que só observamos em Freud se for desenvolvida uma ética capaz de acolher a expressão do inconsciente como sendo nossa própria:

> O que quero dizer é: tal como o homem ainda hoje tira conclusões no sonho, assim também fez a humanidade no estado da vigília, durante milênios: a primeira causa que ocorresse ao espírito, para explicar qualquer coisa que exigisse explicação, bastava para ele e era tida como verdadeira. (Segundo relatos de viajantes, os selvagens procedem assim ainda hoje.) No sonho continua a agir em nós esse antiquíssimo quê de humanidade, pois ele é o *fundamento sobre o qual evoluiu a razão superior*, e ainda evolui em cada homem: *o sonho nos reconduz a estados longínquos da cultura humana e fornece um meio de compreendê-los melhor.* Se o pensamento onírico torna se agora fácil para nós, é porque durante imensos períodos da evolução humana fomos treinados exatamente nessa forma de explicação fantástica e barata a partir da primeira idéia que nos ocorre. (Nietzsche 2005, §13. Sublinhados nossos)

Segundo uma perspectiva evolucionista, que será também a de Freud, em que a ontogénese retoma a filogénese, Nietzsche diz-nos que o sonho, ao levar-nos de volta a estados primitivos da nossa própria vida mental e afectiva, conduz-nos regressivamente a formas de pensar que foram outrora as da civilização, permitindo-nos vivê-los individualmente e talvez compreendê-los, já que ele é um vestígio do património colectivo arcaico do pensamento da humanidade a partir do qual se desenvolveu o *Logos* e a racionalidade. Os sonhos, tal como as obras de arte, são documentos arqueológicos do pensamento originário e das origens do pensamento, a partir dos quais é possível chegar às formas mais exigentes e elevadas do pensamento da civilização[7]. É também neste ponto que as reflexões de Freud prolongam as de Nietzsche:

> Tampouco podemos deixar para trás o tema da regressão nos sonhos sem formular em palavras uma noção que já nos ocorreu repetidamente e que ressurgirá com intensidade renovada quando tivermos penetrado mais a fundo no estudo das psiconeuroses: a saber, que o sonhar é, em seu conjunto, um exemplo de regressão à condição mais primitiva do sonhador, uma *revivescência da sua infância*, dos impulsos instintuais que a dominaram e dos *métodos de expressão* de que ele dispunha nessa época. Por trás da inferência do indivíduo temos a promessa de uma imagem da *infância filogenética* – uma imagem do desenvolvimento da raça humana do qual o desenvolvimento do indivíduo é, de fato, uma recapitulação abreviada, influenciada pelas circunstâncias fortuitas da vida. (Freud [1900] 1968, 528)

Tal como Freud, Nietzsche relaciona a crença nas figuras do sonho com a alucinação primitiva, na qual a realização do desejo não se distingue da realidade. A clareza das representações em sonho, sendo perfeita, tem por pressuposto a crença incondicional na sua realidade, lembrando-nos tempos arcaicos, em especial a situação da humanidade em que a alucinação era extremamente frequente e se apoderava, regularmente, de populações e de povos inteiros. Assim, no sono e no sonho, reencontramos essas formas próprias de uma humanidade anterior que perdura em nós. Os sonhos têm uma génese psicofisiológica e são testemunhas de uma aprendizagem por parte da espécie que supõe

[7] Ao comentar estes trecho de Nietzsche, Paul-Laurent Assoun lembra a importância que a obra *Primitive Culture: Development of Mythology*, *Religion, Art and Custom* (Tylor 1872) teve para o autor de *Humano Demasiado Humano*, o qual liga a ilusão metafísica à experiência onírica. Segundo Tylor, a religião primitiva nasce da noção de alma, que a humanidade forja pela consideração de dois tipos de factos biológicos: por um lado o sono, o arrebatamento, a doença e a morte, por outro lado os sonhos e as visões, que levam à representação de um princípio separável, distinto do corpo (Assoun 1980, 190, nota 2).

causas destes sentimentos e destes estados de excitação fisiológica que passam de um lado para o outro da fronteira do sono. Enquanto tal, os sonhos são uma busca e *uma representação mental* de causas para explicar sensações e sentimentos vígeis. A actividade cerebral tende a identificar pela figura onírica as causas das excitações proprioceptivas consecutivas às afecções dos órgãos. Trata-se de uma forma de actividade intelectual em que o espírito aspira (*suchen*) a saber de onde emanam as excitações que percepciona no interior do próprio corpo. Com este fim, emite uma hipótese que se torna uma "crença acompanhada de uma representação imagética (*bildlichen Vorstellung*) e de uma invenção poética" (*Ausdichtung*). Procurando espontaneamente as causas, a mente está a imitar a investigação científica, tornando-se a hipótese uma crença figurada. Daqui resulta a afinidade da forma onírica com a obra poética: a "imaginação excitada" estiliza a sensação. É aí que aparece a função simbolizante:

> A vida de vigília não tem essa liberdade de interpretação que tem a vida que sonha, é menos inventiva e desenfreada – mas devo acrescentar que nossos impulsos, nas horas despertas, igualmente não fazem senão interpretar os estímulos nervosos e, conforme suas necessidades, estabelecer as "causas" deles? que não há diferença essencial entre sonhos e vida desperta? que, mesmo comparando estágios de cultura bem diversos, a liberdade de interpretação desperta não fica atrás da liberdade em sonhos? (Nietzsche 2016, §119)

A satisfação, que está ligada à alucinação no sonho, também está ligada a outras formas de figuração. A imaginação tem aqui um papel fundamental, aparecendo como mediadora entre corpo e mente, ou assegurando a continuidade entre ambos. Encontramos, deste modo, em alguns dos textos nietzschianos iniciais, aspectos do sonho que são fortemente semelhantes àqueles que caracterizam o devaneio, no entender de Bachelard (como poderemos constatar mais adiante), em especial o seu carácter cosmológico, revelador de uma comunidade dos elementos e dos seres, de que o sonhador sabe fazer parte assim que reencontra a sua infância perene, não biográfica e não socializada, liberta dos constrangimentos da vida em comum[8]. Tal como fará, posteriormente, o autor de *Poética*

[8] No seu artigo de síntese "Géométries ontologiques de l'espace onirique. Sur la topologie et la dynamique du rêve", Renato Boccali enumera e descreve em detalhe as várias etapas da caracterização das imagens no pensamento de Bachelard (Boccali 2014), o qual parte de uma psicanálise das imagens e chega a uma fenomenologia da imaginação. Recorda-nos, assim, que Bachelard desenvolve um conjunto de reflexões conducentes a uma imaginação cósmica produtora de imagens-fonte, imagens-*princeps* – é ela que encontramos em *A Poética do Espaço* (Bachelard 1957) e sobretudo em *Poética do Devaneio* (Bachelard 1960) –, depois de ter passado por uma reflexão inicial sobre a imagem como obstáculo epistemológico ou escória, inerente ao próprio acto de conhecer, tal como a encontramos em *A Formação*

do Devaneio, Nietzsche dá uma importância irredutível à imagem e à imaginação presentes no sonho, fundamentais para a criação artística, mas também para o conhecimento científico. Assim, desde a obra *Origem da Tragédia*, diz-nos que "o nosso ser mais íntimo, o fundo comum (*gemeinsame Untergrund*) de nós com todos experiencia em si o sonho como um profundo prazer e uma feliz necessidade" (Nietzsche 1971, §1). O sonho é a instância privilegiada do mundo interior da imaginação, é aquilo que se experiencia como prazer e onde se exprime uma comunhão de fundo com dimensões cósmicas. O sonhar é assim elevado a valor estético, já que os "mundos do sonho" assentam na "bela aparência", que por seu turno remete para a "compreensão directa da forma" (*Ibidem*). A ligação entre sonho, cosmos e arte é tanto mais forte quanto *o sonho é uma necessidade experienciada* que encontra na expressão estética um órgão e uma linguagem.

No entanto, contrariamente ao que Bachelard não encontra no devaneio e só encontra na interpretação psicanalítica freudiana (talvez redutora), ou na consideração dos vectores do espaço onírico (na qual revela fortes e assumidas afinidades com Binswanger), o sonho, no dizer de um Nietzsche mais tardio, para quem a actividade onírica já não parece favorecer uma comunhão cósmica, permite antes identificar uma responsabilidade moral (o que, segundo Binswanger, o situaria, tal como a Freud, na corrente de compreensão inaugurada por Cícero, da qual é excluído qualquer contacto com o divino ou o sobrenatural durante a actividade onírica ou graças a ela). Diz-nos assim o autor de "Opiniões e sentenças mescladas" do segundo livro de *Humano, Demasiado Humano*, que o sonho nos ensina acerca de nós próprios "aquilo que por vezes não sabemos nem sentimos durante o estado de vigília. Quer dizer, se temos uma boa ou má consciência relativamente a alguém –, a respeito disso o sonho instrui inequivocamente" (Nietzsche 2017, §76). Indo para lá do exame de consciência, porque revela o que a própria consciência inibe, o sonho é assim um instrumento de verdade e de conhecimento de si próprio que reforça a ideia de continuidade e de responsabilidade de um sujeito, mesmo quando este dorme, evidenciando tendências e instintos que o sonhador não seria capaz de admitir quando acordado. A própria ideia de que as tendências pulsionais se realizam no sonho já se encontra presente em alguns aforismos de *Aurora*, quando Nietzsche chama a nossa atenção para os instintos que procuram realizar-se na vida humana e que o fazem no sonho. As imaginações do sonho permitem que os instintos morais encontrem um terreno de jogo e uma descarga que é comum ao trabalho da invenção artística. A *figuração* compensa a falta de

do Espírito Científico (Bachelard 1938a) e *Psicanálise do Fogo* (Bachelard 1938b), e também depois de uma série de livros em que a imaginação material e criadora é inseparável dos elementos cosmogónicos. Encontramo-la em *A Água e os Sonhos* (Bachelard 1942), *O Ar e os Sonhos* (Bachelard 1943), *A Terra e os Devaneios da Vontade* (Bachelard 1945), *A Terra e os Devaneios do Repouso* (Bachelard 1948).

alimento diurno dos instintos morais ou estéticos. Na vida do sonho há uma liberdade que permite que sejam interpretadas as excitações corpóreas – as quais, na teoria freudiana, são a fonte das pulsões representadas pelos afectos e pelas representações "mentais". São os instintos morais que interpretam as excitações, de modo que os nossos juízos e as nossas apreciações morais, que têm um maior grau de liberdade no sonho mas a mesma natureza na vida vígil, não são mais do que imagens e fantasias a propósito de um processo fisiológico nosso desconhecido, uma espécie de língua conveniente para designar certas excitações nervosas.

Assim sendo, não há uma diferença essencial entre sono e vigília, já que a consciência (tanto acordada como adormecida) não é senão um comentário mais ou menos fantasioso de um texto desconhecido, talvez mesmo incognoscível, mas que é sentido, emocionalmente, afectivamente, quer dizer, que é vivido como sentimento ou como figura, num fundo onírico[9]. Finalmente, ainda no que respeita à responsabilidade no sonho, um aspecto que liga a questão ética à questão estética é a *fronteira vacilante* entre um núcleo de ilusão e de irracionalidade, por um lado, e uma esfera de realidade e de racionalidade, por outro. O sonho é o modo geral de inerência ao mundo e à relação com os valores, já que o que se passa no sonho é aquilo que em geral tem lugar em qualquer evento humano: *um enxerto de sentido numa excitação fisiológica vivida como afecto*.

A lógica do sonho poderia assim ter a mesma forma da lógica da moralidade, e em ambas se trata da maneira de estar no mundo de uma mesma vida. Para além de ser um laboratório estético, o sonho é também um laboratório ético onde se encontram os pendores mais ou menos confessáveis da humanidade. No entanto, se mais não se faz um uso da força poética do sonho, diz-nos Nietzsche, se a poesia nocturna e a imparável criatividade onírica já não são frequentemente usadas, não é por elas serem desconhecidas, é simplesmente porque os sonhos da maior parte da humanidade são horríveis! Daí talvez a importância do devaneio, como poderemos constatar mais adiante, e da sua plasticidade doce, que nos repousa dos abismos de não-ser que se exprimem nos sonhos, no entender de Bachelard, em particular nos *nossos* pesadelos, onde se dão a ver, não tanto os desejos mas sobretudo os remorsos de não ter podido satisfazê-los, os actos falhados, o que há de irreversível na vida e a actualidade dos traumas do passado, na sua perenidade afectiva e pulsional.

[9] Michel Henry não deixará de o reparar, na leitura que faz de Nietzsche e também na maneira como o relaciona com Freud: talvez esse "texto" seja infralinguístico e as qualidades afectivas sejam a forma primitiva de valorar e de interpretar os eventos cósmicos figurados no sonho e representados durante a vigília. Isso não deixa de levantar a difícil questão, à qual Henry parece sempre furtar-se: como é que a pulsão e o afecto originam a representação, como é que se fazem imagem ou palavra?

Na sua conferência vienense sobre *A Concepção Freudiana da Humanidade à Luz da Antropologia* (Binswanger 1936), proferida por ocasião do octogésimo aniversário de Freud, e na qual o autor regressa à distinção entre *idios kosmos* e *koinos kosmos*, inspirada em Heraclito e desenvolvida em *Sonho e Existência*, Binswanger – que por várias vezes compara a concepção freudiana do "*Homo Natura*" com a de Nietzsche – lembra o quanto o pensamento de Freud deve a Goethe e à sua concepção da Natureza. Depois de interpretar como sendo Natureza insondável o que, no dizer do criador da psicanálise, há de ameaçador por trás das entidades míticas que são as pulsões, Binswanger chama a atenção para um detalhe da teoria freudiana do sonho que liga a vida psíquica (*Seelenslebe*, vida da alma, mais do que "aparelho psíquico") a esta Natureza: o que nela há de genético e de insondável encontra-se no umbigo do sonho, a partir do qual ele toma forma e em torno do qual decorre a procura sem fim do seu sentido (como se, à irredutibilidade das imagens às palavras e aos conceitos, se acrescentasse o carácter irrepresentável daquilo que motiva qualquer representação), que se confunde com o próprio enigma de ter nascido.

Por seu turno, contrariamente aos que pensam esclarecer aspectos da personalidade diurna por meio das formações oníricas, Bachelard entende que as infelicidades humanas não descem tão fundo e que a psicanálise se ocupa somente com aspectos superficiais e agitados de uma vida socializada que não atinge a estabilidade das noites profundas características do sonho, nas quais o "eu" se perde na substância sonhadora. O centro "nocturno" não é um sujeito (Bachelard 1960, 127) que sabe mais sobre o dia do que o eu vígil e que remete ao segundo mensagens codificadas (sobre desejos inadmissíveis) capazes de atravessar a barreira da censura e do recalcamento. Para além disso, o sonho não pode conduzir ao *cogito* diurno porque este está ausente de uma metafísica da noite impossível de reconstituir segundo a lógica do dia. Assim, pergunta o filósofo, quanto dos sonhos não é esquecido pela *elaboração secundária*, quanto não é deixado de lado nos relatos que deles são feitos durante a procura de razões e de sentido em torno da qual se constituem a relação e a interpretação psicanalíticas? Quem perde o seu ser engana-se sobre o seu ser: qual pode ser, aliás, o ser de um sonhador que perde o ser, que crê viver ainda, que crê ser o ser dos simulacros da vida de que é feita a matéria onírica? Quem é o sonhador que sonha o sonho, parece perguntar Bachelard, como perguntará mais tarde o psicanalista James Grotstein (Grotstein 2000). Não estará o sonhador enganado sobre a destinação dos seus sonhos, crendo chegar ao mais recôndito de si, ou crendo que há neles mensagens acerca de si próprio que lhe são dirigidas por um saber de si que ignora, apesar de o ter por seu? Será que desce a si mesmo, como o entende a tradição de interpretação do sonho iniciada com Cícero, ou será que vai para lá do seu próprio fundo, dissolvendo-se num plano de unidade do cosmos? "Segundo o psicanalista", diz-nos Bachelard, "o *cogito*

do sonhador exprime-se da seguinte forma: 'ele sonha durante a noite, *logo* existe à noite'" (Bachelard 1960, 127). Em vez disso, o psicanalista, se fosse mais filósofo, deveria dizer: "sonho, logo sou substância sonhante" (Bachelard 1960, 128), e nesse caso os sonhos seriam aquilo que mais profundamente exprime essa substância, não a actividade de um sujeito, nem sequer de um sujeito dividido, *que não sabe como* é que faz os seus próprios sonhos, nem sabe porque sabe em sonho aquilo que ignora sobre si estando acordado. Em suma, diz Bachelard, "o psicanalista pensa demais, não sonha o suficiente", e por isso oblitera o sentido do abismo em que o *cogito* se perde durante os sonhos mais profundos que, de modo nenhum, conduzem a caminhos que nos levam à vida diurna (Bachelard 1960, 128). Como Zoé Pfister recorda no seu belo artigo "Gaston Bachelard et le rêve de la nuit: quelle méthode pour un mystère ?", Bachelard insiste no anonimato da experiência do sonho que lhe aparece como já não pertencendo ao sujeito e, por conseguinte, como estranha, com toda a inquietude que essa estranheza pode veicular, na medida em que revela um abismo aberto no coração das nossas noites (Pfister 2021, 24). Não haverá, por isso, no sonho, perguntamos nós, para além do que Nietzsche e Freud nos indicam acerca da permanência de uma humanidade primitiva (cujo pensamento figural se combina com restos da vida diurna e dos desejos infantis recalcados), uma abertura para o impessoal ou, pelo menos, uma relação entre o pessoal e o trans-pessoal, o humano e o mais-que--humano? Se assim for, que tipo de filosofia é capaz de dar conta dessa (não-)experiência?

Alguém sonha o sonho?

No seu famoso *Sonho e Existência*, longamente prefaciado por Michel Foucault, o psiquiatra e filósofo suíço-alemão Ludwig Binswanger (conhecido como fundador da psiquiatria existencial com a qual revolucionou a abordagem da doença mental a partir de uma apropriação original de ferramentas conceptuais derivadas das obras de Husserl e Heidegger) encetou um distanciamento frutuoso em relação a Freud, cujas teses foram, no entanto, essenciais para a formação do seu próprio pensamento[10]. Chama assim a nossa

[10] "Comme *Le Rêve et l'existence* le mettra plus tard en lumière, d'un côté il est vrai que la paradigmaticité des ' interprétations ' binswangeriennes diffère de celle de la *Traumdeutung* freudienne – puisque la ' vérité ' qu'elles découvrent n'est pas de l'ordre du *dévoilement* de complexes affectifs dont le rêve serait le *symptôme* ou le produit contingent, mais l'*explicitation* d'une ' orientation ' ou ' direction de l'expérience '. Mais de l'autre, il est vrai aussi que c'est justement grâce à la psychanalyse qu'il avait été possible de concevoir et de formuler cette approche holiste et structurale de la vie psychique. On retrouve d'ailleurs là un écho très net de la manière dont Bleuler et Jung avaient reçu la technique psychanalytique de l'interprétation des rêves au début du siècle, à savoir comme une voie d'accès non pas à des complexes ou à des processus psychiques momentanés, mais à la totalité de l'être psychique passé et présent" (Basso 2010, 671).

atenção para o facto de o sonho, fenomenologicamente entendido, querer dizer que não sabemos o que nos está a acontecer.

> Sonhar quer dizer: eu não sei o que me está a acontecer. Do eu emerge, é certo, o indivíduo, o *Quisque* e *Hekastos*; no entanto, de forma nenhuma, emerge o indivíduo como aquele que faz o sonho, mas antes como aquele para quem – "ele não sabe como" – o sonho ocorre. E este indivíduo, aqui, não é mais do que "o mesmo próprio" no sentido de "identidade pessoal numérica" de um indivíduo que não emerge como aquele que faz o sonho, mas antes como aquele para o qual não é sabido *como* o sonho ocorre. (Binswanger 1930, 102)

O sonho é assim fonte de espanto como o pode ser de sobressalto, não deixando de provocar os enigmas que resultam das proximidades com as fronteiras em que deixamos de pensar, de ser e de saber o que se está a passar em nós, através de nós, ou mesmo além de nós, numa vida aparentemente indiferente a *quem* somos, mas que nos acontece intimamente. Perde-se o *cogito* e revela-se aquilo a que Bachelard dá o nome de ante-sujeito. No entanto, contrariamente a Bachelard, que fala de uma fronteira para lá da qual o *cogito* do pensador, discursivo e articulando conceitos, se torna *cogito* do devaneio, feito de imagens, até passar a não *cogito*, em que o ser próprio se dissolve, Binswanger chama a nossa atenção para a possibilidade de integrar o sonho na vida diurna, mesmo que sonhando possamos passar pelo sentimento de dissolução de nós próprios[11]. A propósito do sonho de um dos seus pacientes, diz-nos o psiquiatra:

[11] "Tanto para Binswanger como para Bachelard, o sonho não é inteiramente oriundo nem do domínio do inconsciente, nem do domínio da consciência: alarga-se a toda a existência" (Pfister 2022, 12). A espacialidade das imagens oníricas (diurnas ou nocturnas), na sua dimensão cósmica, é feita de eixos, de vectores e de ritmos (sistólico e diastólico) que também serão descritos por Binswanger. A recente publicação da correspondência entre Bachelard e Binswanger permite-nos entender estas afinidades do entendimento da imagem nos sonhos e o modo como o trabalho de ambos deu lugar a uma influência recíproca. Assim, por exemplo, numa carta de 19 de Setembro de 1950, Bachelard, afirma que "j'espère bien cet hiver reprendre mes efforts sur une philosophie de l'image. Je suis dans ce domaine bien aidé par vos livres et articles" e, numa carta de 31 de Março de 1951, refere que os livros do psiquiatra suíço estão frequentemente presentes nas suas aulas. A 3 de Maio de 1953, Bachelard escreve a Binswanger: "J'espère maintenant revenir à des problèmes touchant l'imagination cosmique et si j'en ai la force montrer son dynamisme ontogénique. Pour de telles tâches vos livres sont des mines de méditation". Por seu turno, Binswanger escreve a Bachelard, no dia 2 de Junho de 1953, que "Le grand accord entre vous et moi consiste dans le fait que, comme c'est rarement le cas aujourd'hui, aussi bien l'imagination que le 'travail discursif de la science' gardent leur plein droit et qu'aucun des deux domaines n'est déprécié en faveur de l'autre. Puisque l'imagination a jusqu'à présent trop peu pénétré dans la science, il est naturel que nous la laissions tout particulièrement s'exprimer dans nos travaux" (Bachelard-Binswanger

> Na dissolução no que há de mais subjectivo da subjectividade, ao dissolver-se no puro conteúdo afectivo, o sentido da vida perde-se. Um completo desespero acerca do sentido da vida tem o mesmo significado que o homem perdendo-se na pura subjectividade; um é o reverso do outro, já que o sentido da vida é sempre algo trans-subjectivo [algo universal, partilhável e impessoal]. Mas, devemos acrescentar, estritamente falando, enquanto o humano é humano, nunca pode haver uma completa dissolução na subjectividade. (Binswanger 1930, 91)

É interessante constatar que Bachelard também refere um aspecto trans-subjectivo da vida. Trata-se da *imagem* própria do devaneio, cuja função é antropológica, ou até mesmo ontológica. O humano é um ser por imaginar e, se Bachelard entende como desejável uma ontologia da imagem e uma fenomenologia da imaginação, é antes de mais porque, conjuntamente, ambas permitem que a imagem seja apreendida como realidade específica, sem recurso a medidas que a destroem por intermédio de análises redutoras, comuns à psicanálise (freudiana) e a um certo criticismo literário. A sua investigação, que se quer fenomenológica (mas de uma fenomenologia distante da tradição husserliana ou heideggeriana, contrariamente à de Binswanger), adopta uma perspectiva que respeita a realidade da imagem, fazendo um uso da psicologia das profundezas de Jung[12] e não

1948-1955). Para além disso, como Francesca Bonicalzi nos dá a saber, reencontramos a expressão desta afinidade numa referência explícita feita por Binswanger ao trabalho de Bachelard, no seu ensaio *Über die daseinanalytische Forschungsrichtung in der Psychiatrie*: "Intervenant sur les théories caractéristiques de son projet d'analytique existentielle, [Binswanger] reconnaît une assonance avec la pensée de Gaston Bachelard qui conduit une réflexion analogue à celle qu'il a lui-même développée sur la verticalité comprise comme facteur essentiel d'un dynamisme psychique propre à l'humain: ['Dans le livre de Gaston Bachelard L'air et les songes on trouve une superbe représentation détaillée de la verticalité 'de la vie ascensionnelle' d'une part et 'de la chute']" (Bonicalzi 2012, 91).

[12] Vale a pena lembrar o que Vincent Bontems escreve a propósito da relação de Bachelard com a psicanálise: "[e]mbora Bachelard nunca tenha renunciado aos conceitos de origem psicanalítica (complexo, sublimação, recalcamento, etc.), o seu método também nunca foi psicanalítico no sentido estrito. A psicanálise freudiana pareceu-lhe ter sido desenvolvida demasiado exclusivamente para psiques patológicas, isto é, psiques em que o recalcamento racionalista e a sublimação poética funcionam mal" (Bontems 2010, 136). Por outro lado, a invocação de uma fenomenologia da imaginação, de um estudo do fenómeno da imagem poética quando ela emerge na consciência como um produto directo do coração, da alma, do ser humano apreendido na sua actualidade (Bachelard 1957, 2), não marca uma verdadeira ruptura metodológica com a psicanálise. "O método não é nem psicanalítico, nem fenomenológico, nem um depois outro, é 'a cooperação da psicanálise e da fenomenologia, cooperação que será sempre preciso acentuar se quisermos compreender o fenómeno humano'" (Bachelard 1957, 36, citado em Bontems 2010, 136). Mas a psicanálise à qual Bachelard se refere já não é a de Freud…: "para um filósofo que se inspira na fenomenologia, um devaneio sobre o devaneio é exactamente uma fenomenologia da *anima*" (Bachelard 1960, 53). A singularidade da imagem do devaneio desperta arquétipos femininos da psique,

conduzindo a imagem a realidades que elas esconderiam, mas examinando antes a "sublimação absoluta" (Bachelard 1960, 49) que lhe é própria ou a transformação idealizada da sua realidade em poemas ou obras de arte, como nos diz Roch C. Smith (Smith 2016, 118). Neste último sentido, o de *fazer* algo de partilhável a partir do impessoal da imagem, Bachelard coincide com Binswanger.

Numa série de textos dedicados à psicanálise, aos quais já nos referimos em parte, o psiquiatra e filósofo faz um número considerável de observações críticas sobre o papel central desempenhado pelo conceito de pulsão na obra do seu mestre e amigo, ao mesmo tempo que considera o significado decisivo das teses sobre a pulsão para a nossa compreensão da humanidade. Nestes textos, Binswanger reconhece a importância das teses freudianas no que respeita à relação entre o afecto e a figura, mesmo que também entenda, apesar disso, que o fundador da psicanálise exagerou no esforço de individuação do sonho, característico do período moderno – o qual exclui que a vida onírica seja originária de outros planos da realidade ou que tenha parte neles e permita, por isso, o contacto com os deuses ou a visão profética. Diz-nos assim que, "ao entrar no conteúdo manifesto do sonho […], aprende-se a avaliar correctamente a interdependência primordial e rigorosa entre sentimento e imagem, entre estar-afinado (*Gestimmtsein*) e realização pictórica"[13] (Binswanger 1930, 88), mas não nos diz que o afecto e a figura são unicamente representantes de pulsões cuja origem é a excitação corpórea, nem que o verdadeiro sentido do sonho se encontra num seu conteúdo latente que há que decifrar por meio da interpretação de fragmentos do conteúdo manifesto. Para além disso, como recorda Foucault no seu prefácio a *Sonho e Existência,* em 1928 o psiquiatra suíço escreveu um ensaio sobre as mudanças na concepção e interpretação do sonho desde os gregos até aos nossos dias (Binswanger 1928) no qual concebe o sonho, não como um fenómeno a interpretar, mas como uma "categoria-guia" que permite identificar as direcções de sentido ou as estruturas fundamentais das experiências psicopatológicas. Estas direcções, definidas como "tendências espirituais" do

que se compreendem segundo as teses de Jung. "O devaneio", diz Bachelard, "levado a cabo na tranquilidade do dia, na paz do repouso – o devaneio verdadeiramente natural –, é a própria potência do ser em descanso. É verdadeiramente, para qualquer ser humano, homem ou mulher, um dos estados femininos da alma" (Bachelard 1960, 17). Ao invés, os sonhos são entendidos como oriundos do *animus*. Tanto Zoé Pfister (Pfister 2022), como Kamila Morawska (Morawska 2022) ou, antes delas, François Pire (Pire 1967), Simone Rosenberg (Rosenberg 1988), Ionel Buşe (Buşe 2004), Francesca Bonicalzi (Bonicalzi 2003), Ana Gaspar (Gaspar 2010), e Jean-Jacques Wunenburger (Wunenburger 2015) trataram dos motivos da preferência de Bachelard por Jung, nomeadamente ao pensarem a relação das imagens com o inconsciente. A questão merece por si só ser tema de uma investigação que ultrapassa o âmbito do nosso ensaio.

[13] "by steping oneself into the manifest content of dream […] one learns the proper evaluation of the primal and strict interdependence of feeling and image, of being-attuned (Gestimmtsein) and pictorial realization".

sonho, correspondem a acontecimentos reais exactamente no sentido em que são as suas condições de possibilidade, tendências destinais retomadas pelo sentido tímico que assumem nas histórias que os sonhadores contam sobre si próprios[14].

Por outro lado, ao mesmo tempo que afirma que o sonho é reconstituído por meio de uma narração mediada por sinais culturais que socializam a manifestação figural e asseguram a continuidade de alguém (o narrador) – o que é mais do que a identidade lógica do sujeito – por apropriação, *a posteriori*, da formação das imagens e dos acontecimentos oníricos, o psiquiatra também reconhece que:

> um indivíduo passa da pura identidade a si para se tornar um Si ou "o" indivíduo, e o sonhador acorda no momento inimaginável em que decide não só procurar saber "o que lhe aconteceu", mas também atingir e ser "si próprio" apoderando-se dos dinamismos destes acontecimentos – quer dizer, no momento em que resolve dar continuidade ou consequência à vida que se levanta e cai, cai e se levanta [nos sonhos, segundo as direcções de sentido que os caracterizam]. Só então *faz* alguma coisa com aquilo que é passivamente vivido em sonho. Aquilo que faz, no entanto, não é a vida impessoal – isto o indivíduo não consegue fazer – mas história. Ao sonhar, o homem – para fazer uso de uma distinção feita noutro momento – "é" "função da vida"; ao acordar, cria "história da vida". Aquilo que ele faz de facto é a história da sua própria vida, a sua história de vida interior, e não devemos confundir isto com a participação ou a não participação na história exterior ou história do mundo, o que de forma alguma está em seu poder. (Binswanger 1960, 102)

Na vigília, quem sonhou retoma junto de outrem, na primeira pessoa, o impessoal do sonho que passiva e involuntariamente lhe aconteceu, fazendo desse evento e da sua estranheza algo de seu, expressão narrada, poética ou artística de si.

É exactamente quando se resolve a estabelecer uma continuidade de consequência para a sua própria vida, diz-nos o psiquiatra, a partir do sonho que lhe aconteceu, que o atingiu, e no qual se perdeu, que o indivíduo deixa de ser uma mera identidade pessoal numérica, a indicação puramente formal e sem substância que é joguete da ascensão ou da queda da vida, tal como estas se manifestam nas imagens e nas emoções do sonho. Só assim a questão da responsabilidade moral pelos nossos sonhos se coloca realmente,

[14] Como recorda Elisabetta Basso no seu posfácio ao texto de Binswanger: "O psiquiatra voltou a este tema de um 'destino' concebido como possibilidade de ser numa carta que escreveu a Foucault em 1954, na qual lamentava ter afirmado no seu *Sonho e Existência* que o sonho era apenas uma 'função vital', enquanto só no estado de vigília 'fazemos a história da vida', pois na realidade 'fazemo-la tanto no sonho como no estado de vigília'" (Basso 2013).

porque *fazemos* alguma coisa com as direcções de sentido que se revelam no que eles têm de imediato e de manifesto. A continuidade do sujeito mantém-se, mas *a posteriori*, por uma retoma daquilo que poderia ser considerado como ante-subjectivo. Se é verdade que cada homem cria os seus próprios sonhos, como nos diz a teoria moderna do sonho, mesmo que essa criação seja inconsciente – como no-lo lembra Freud –, também é verdade que nunca alcançamos por completo nem o sujeito do sonho nem o acto de sonhar e que, consequentemente, as teorias da subjectividade individual do sonhador são insuficientes para o entender sempre que esquecem que a subjectividade lida permanentemente com o que a atravessa, que é trans-subjectivo. Porque, ao sonhar, o sujeito que sonha "leva a sua carruagem aonde quer, mas sob as suas rodas encontra-se, despercebido, o globo sob o qual ela se move. Isto é verdade tanto para as concepções do sonho que são puramente genéticas, científicas, aquelas que o situam na simples função vital, como o é para aquelas que encontram sentido ético no sonho" (Binswanger 1960, 96). Quem circula pelas *direcções de sentido* por meio do seu veículo subjectivo, tem de ter em consideração o chão sobre o qual assentam as rodas: "o conteúdo da imagem é trans-individual, é um universal que não foi criado por cada indivíduo, mas que cada indivíduo vê nos seus sonhos, ora sendo levado a ele, ora sendo repelido por ele" (Binswanger 1930, 97)[15]. Por isso, a questão do sentido dos sonhos também não é meramente individual. "As imagens, os sentimentos, os humores são do indivíduo, pertencem-lhe e acontecem-lhe só a ele" (*Ibidem*, 98), mas nelas está já presente uma comunidade imaginária (ou imaginal?), susceptível de ser mediada pelo possível entendimento mútuo e pelo *Logos*, quer dizer pela palavra, pelo discurso, pelo pensamento, pela teoria, pela necessidade lógica e racional, ou ainda pelas relações regradas que unificam as subjectividades, por meio de sinais comuns, presentes na criação artística ou na elaboração narrativa. É pela tentativa de compreendermos e de nos fazermos compreender, na comunicação, na expressão e na reflexão, que o sentido é possível, de modo que, sem esta comunidade que nos atravessa, mesmo nos sonhos, afundamo-nos numa pura solidão, quer dizer, no puro sono de um mundo singular do qual dificilmente acordamos (o *idios kosmos*

[15] Numa carta de dia 12 de Fevereiro de 1948, Binswanger aconselha a Bachelard o seu texto sobre o sonho e a existência: "je voudrais attirer votre attention, en particulier, sur l'essai concernant Traum und Existenz, qui date de 1930, dans lequel j'ai élaboré pour la première fois la direction de sens [*Bedeutungsrichtung*] verticale de notre Dasein à partir des rêves et des paraboles. Vous verrez par là-même à quel point nous sommes proches" (Bachelard-Binswanger, 1948-1955). As afinidades entre as concepções de Bachelard e de Binswanger acerca da espacialidade do sonho constatam-se mais em *O Ar e os Sonhos* do que em *Poética do Devaneio,* onde o espaço do sonho, em vez de permitir um alargamento do ser de quem sonha, segundo o eixo da verticalidade ascendente ou descendente, se dilui nos abismos da noite e do não-ser. Voltaremos a este tema na conclusão, porque nele está em jogo a questão do sentido das imagens.

anteriormente referido). Levará ela aos abismos impessoais da Noite ante-subjectiva a que Bachelard se refere?

Segundo Binswanger, o sonho dos que dormem tem um sujeito implicado numa comunidade da compreensão e do *Logos*, se bem que este esteja expresso sob formas figurais, emocionais e afectivas, enquanto, segundo Bachelard, do ponto de vista fenomenológico, as profundezas do sonho nocturno não têm sujeito e este só pode ser constituído objectivamente por aqueles que analisam as narrativas que o sonhador lhes apresenta. De acordo com o autor de *Poética do Devaneio*, o fenomenólogo, limitado à descrição das vivências da consciência, não pode trabalhar a partir dos documentos narrativos onde se inscrevem os rastos dos sonhos nocturnos, devendo, por isso, deixá-los aos psicanalistas e aos antropólogos que os compararão aos mitos. No entanto, quaisquer que sejam as conclusões destes estudos, no que diz respeito ao sentido dos sonhos, eles só revelarão o homem imóvel, anónimo, o homem impossível de transformar, quer dizer, segundo o ponto de vista do filósofo, o "homem sem sujeito" (Bachelard 1960, 128). Apesar disso, ao invés da poesia e dos mitos (ao invés da *Daseinsanalyse* de Binswanger), e mesmo que se refira a eles, a investigação psicanalítica e antropológica não consegue realmente ir para lá da zona superficial da subjectividade, quer dizer, da sua zona socializada (*Ibidem*, 127). Será que o trabalho de retoma do sonho, da sua apropriação mediatizada pelos sinais culturais e reveladora de um *Logos* graças ao qual a imagem onírica pode tornar-se partilhável no mundo comum, tal como ele é descrito pelo autor de *Sonho e Existência*, consegue que o sentido do sonho seja mais do que uma inscrição da singularidade impessoal de uma vida, individualmente assumida, na zona socializada das possibilidades que oferecem as comunidades historicamente constituídas por meio das suas formações culturais?

Devanear também é sonhar?

Os sonhos não se aprendem nas escolas, não se ensinam, são sinal de outra coisa, que escapa aos embaraços e às censuras das nossas instituições, mesmo que muito do que aí se transmite resulte de sonhos alheios e da forma como eles se realizaram em obras culturais ou científicas. Apesar dos muitos e variados esforços desenvolvidos para promover a criatividade nos sistemas de ensino, o certo é que o sonhar se acomoda mal às angústias das faltas e dos erros, das avaliações e das classificações, compreendendo-se, por isso, como nos diz Bachelard em *Poética do Devaneio*, que tenha má reputação entre a gente séria e activa: "são só sonhos, não é nada de real!…". Que importância podem ter sonhos e devaneios para quem tanto se ocupa com os justificados afazeres da necessidade e com o

esforço para sobreviver nos complicados labirintos da realidade e do mundo? O interesse vital do sonho diurno, o devaneio, parece consistir exactamente na possibilidade que oferece de nos libertar da função do real sem nos subtrair ao mundo[16]. As suas distracções são indispensáveis à invenção e à descoberta, não nutrem só as artes e as letras, estão igualmente presentes nas ciências, do mesmo modo que são requeridos pela própria possibilidade de pensar[17]. Se é verdade que somos obrigados a adaptar-nos à realidade pelas suas exigências, importa também considerar que, na sua simplicidade, o devaneio é parte de uma função normal e útil à própria vida, a "função do irreal" (Bachelard 1960, 12)[18], pela qual o psiquismo humano se mantém à margem das "brutalidades" de um "não

[16] O devaneio também tem um interesse filosófico especial, estratégico – no entender de Zoé Pfister (Pfister 2022) – na tentativa de uma (impossível) fenomenologia do sonho: se bem que o sonho nunca possa ser objecto de uma doação directa à consciência vígil, seria possível associá-lo por comparação com outros fenómenos que lhe são próximos, como o devaneio, reencontrando assim o eco de imagens da noite. Desse modo, o onirismo do dia poderia ajudar a conhecer melhor o onirismo da noite por meio de uma poética comparativa capaz de receber as imagens no "acolhimento transcendental dos dons" (Bachelard 1960, 45). Podemos acrescentar o nosso espanto de não ver na obra de Bachelard uma referência ao texto de Freud sobre a criação literária e o sonho diurno, onde encontramos alguns aspectos comuns à caracterização que deles são feitos em *Poética do Devaneio,* nomeadamente o do seu carácter lúdico que exprime aspectos da vida da infância que certos indivíduos mantêm, de forma sublimada, durante a vida adulta.

[17] Menos conhecidos que os sonhos que Freud relata na sua obra-prima são aqueles que Descartes diz ter tido na noite de 10 de Novembro de 1619, nos quais crê que o Anjo da Verdade lhe revelou a natureza matemática do mundo. Estes sonhos, de que só é conhecido o relato feito pelo abade Adrien Baillet na sua *Vie de Monsieur Des-Cartes*, de 1691, terão dado lugar a um projecto de inteligibilidade científica que, paradoxalmente, foi muitas vezes apresentado como excluindo a fantasia, a imaginação e os próprios conteúdos do sonho… Bachelard retoma este projecto na sua *Formação do Espírito Científico*, onde a inteligibilidade científica é apresentada como só podendo ser alcançada depois de a subjectividade dos cientistas se ter libertado das imagens espontâneas da mente que acompanham o trabalho de descoberta. Numa carta de 1929, em resposta a um pedido de esclarecimento que lhe foi dirigido por Maxime Leroy (autor do livro *Descartes, le philosophe au masque*), Freud analisa sumariamente estes sonhos cartesianos dizendo tratar-se de "sonhos de cima" (*Träume von oben*), que tanto poderiam ter sido criados durante o estado de vigília como durante o sono, e cujo conteúdo tem uma forma abstracta, poética ou simbólica. Em 1958, o psicanalista, poeta e músico Betram D. Lewin, interessa-se em detalhe pelos sonhos cartesianos para concluir o seu breve ensaio *Dreams and Uses of Regression*, onde afirma que "a ciência se instalou a partir do repúdio do sonho por Heraclito, mas, com Descartes, o sonho regressa à ciência, sob disfarce, como Édipo regressa a Tebas – e o recalcado à consciência – para nos demonstrar de modo incidente os usos da regressão" (Lewin 1958, 56).

[18] O termo aparece também em *Poétique de l'espace*, onde, ao sublinhar o facto de a imaginação nos abrir para o futuro, libertando-nos do passado e da realidade que dele resulta, Bachelard distingue a função do real (instruída pelo passado), tal como ela foi identificada pela psicologia clássica, de uma função de irreal, igualmente positiva (Bachelard 2001, 16); acrescenta ainda que a imaginação se situa na margem onde a função do irreal vem seduzir ou inquietar – sempre despertar – o ser adormecido nos seus automatismos (*Ibidem*, 17). Vamos referir-nos à edição francesa e propor as traduções dos extractos citados.

eu hostil" e "estranho" (*Ibidem*). Função do real e função do irreal são indispensáveis a uma vida que não requer a formação de neuroses, de psicoses ou de perversões. Em vez de nos encontrarmos somente face a um mundo real, para a "negatividade" e a "inumanidade" do qual somos preocupadamente "atirados", "o devaneio dá ao eu um não eu que é o bem do eu; o não eu meu", que encanta o eu do sonhador, que os poetas sabem partilhar connosco e que "me permite viver a minha confiança de estar no mundo" (Bachelard 1960, 145).

Habituados a sonhar de olhos abertos, mantemo-nos no mundo mas aquém dele, num espaço que é um mediador plástico entre a humanidade e o universo. O sonho vígil, o da *rêverie*, "mantém-nos num espaço de intimidade que não termina em nenhuma fronteira, é um espaço que une a intimidade do nosso ser que sonha à intimidade dos seres que sonhamos. É nestas intimidades compósitas que […] todo o ser do mundo se amontoa poeticamente em torno do *cogito* do sonhador" (*Ibidem*, 140). Ao invés de quem se encontra na vida activa, na vida preocupadamente animada pela função do real, que é fragmentada e geradora de fragmentação, tanto em nós como fora de nós (*Ibidem*, 142), quem devaneia habita verdadeiramente todo o volume do seu espaço, num dentro que não tem fora, encontrando-se inteiramente presente em todo o seu mundo. Enquanto a vida activa nos lança para o exterior de tudo, estando nós sempre *fora*, num *face-a-face* com as coisas, com o mundo e com a humanidade, o sonhador diurno está mergulhado num espaço que engloba qualquer ser, não havendo nele diferença entre *eu* e *não-eu*. Sem a função negativa, tudo nele é acolhimento (*Ibidem*, 144). O devaneio é uma "paz inicial", porque não há nele nem oposição dos contrários, nem conflito (*Ibidem*, 137). A ontologia do devaneio é a do bem-estar, e este não existe sem devaneio. É por esta razão que, segundo Bachelard, para muitos escritores e poetas, mas também para outros artistas e cientistas, a liberdade do devaneio e as suas imagens abrem caminho à novidade das obras ou das descobertas[19]. É no estado de simplicidade do devaneio, desconhecedor da negação, que as obras

[19] Pode aproximar-se o devaneio, tal como é descrito por Bachelard, do estado hipnagógico, estudado em detalhe por Andreas Mavromatis (Mavromatis 1987), já que também neste estado as fronteiras entre interior e exterior, entre si próprio e o mundo, são tornadas indistintas. Para além disso, com o sentimento de si que se vai perdendo, a consciência deixa-se fascinar por e identificar com o que é espontaneamente imaginado. O estado hipnagógico conjuga outras características que também se encontram no devaneio e que são o relaxamento, a absorção, a atenção difusa e receptiva, a dissolução do Eu, a reactivação de memórias recentes e antigas e ainda o pensamento simbólico. Indo para além do Eu acordado, este modo de consciência pode alcançar fontes mais profundas de pensamento criativo e de resolução intuitiva de problemas. No entanto, contrariamente ao devaneio, e tal como o seu nome indica, o estado conduz progressivamente ao sono e ao sonho, enquanto o devaneio não nos tira da vigília. Um exemplo frequentemente dado da descrição de instantes deste género encontra-se nas páginas iniciais de *La Recherche du temps perdu*, de Marcel Proust (Proust 2003, 13). Outro, não menos eloquente e

adquirem por elas próprias as suas convicções, já que não são atormentadas pela censura. É o devaneio que coordena a vida, conclui o autor, é ele que lhe prepara as suas crenças e orienta o sentido. Por serem muitas vezes comunicáveis, os devaneios mais profundos aprofundam o ser de quem os recebe. Podem assim formar-se famílias de sonhadores. É por isso também que o devaneio é matéria-prima da literatura e da poesia. A matéria onírica incha as formas colhidas no real. A cooperação da função psíquica do real e da função do irreal, à qual nos referimos anteriormente, é-nos mostrada por cada escritor, como é imprescindível a qualquer inventor[20]. O mesmo devaneio que dá a forma mais propícia aos poemas é também uma das vias de acesso da poesia quando não somos poetas, já que os fantasmas criados no devaneio dos escritores são os intercessores que nos ensinam "a habitar a vida dupla, na fronteira sensibilizada entre o real e o imaginário" (Bachelard 1960, 138), que nos encanta. Assim, se quisermos tocar nas potências poéticas do psiquismo humano, o melhor é concentrarmo-nos não nos abismos nocturnos do sonho, que são verdadeiros mistérios de ontologia (*Ibidem*, 128), mas no simples devaneio, tentando salientar a sua especificidade: "sonho o mundo, o mundo existe como eu o sonho" (*Ibidem*, 136), poderia dizer-se.

Também o *cogito* difuso do sonhador diurno recebe dos objectos do devaneio uma confirmação tranquila da sua existência (*Ibidem*, 143). E, já que o mundo do devaneio é pleno *acolhimento* e princípio de *acolhimento* (*Ibidem*, 135-136), não é seguramente daquele que sonha de olhos abertos que se dirá, como Heidegger diz do *Dasein*, que está atirado para o mundo. Ao banhar-se na felicidade de sonhar o mundo, o sonhador diurno banha-se no bem-estar de um mundo feliz. O seu *cogito* poderia assim enunciar-se da seguinte forma: "*sonho o mundo, logo o mundo existe tal como eu o sonho.*" Os filósofos da ontologia forte e da totalidade do ser lidam mal com esta ontologia dispersa e plástica, que apaga as fronteiras entre o ser e o não-ser, escapando à pontualidade do aqui e agora (*Ibidem*, 144). O sonhador diurno mantém-se numa região intermédia que é

encantador, pode encontrar-se em *Speak Memory*, de Vladimir Nabokov (Nabokov 1989, 33-34). Chamo, ainda mais, a atenção para o caso da descoberta da forma anelar da molécula do benzeno por Friedrich August Kekulé, tal como ele a descreve no seu diário (Mavromatis 1991, 193; Lewin 1958, 48). Fomos conduzidos aos dois últimos exemplos por Evan Thompson, que tivemos o prazer de encontrar em Vancouver, graças ao seu belo *Waking, Dreaming, Being* (Thompson 2015).

[20] No seu artigo "La psychanalyse entre science et rêverie" (Bonicalzi 2004), Francesca Bonicalzi lembra a importância da imagem e da imaginação para o conhecimento científico e a criação artística, tal como a entende Bachelard na sua "*Contribuição para uma psicanálise do conhecimento científico*" (subtítulo de *A Formação do Espírito Científico*, de 1938). O artigo centra-se naquela que pode ser considerada a primeira fase da reflexão de Bachelard sobre a imagem e a imaginação. Sobre o uso que este faz da psicanálise e do termo "psicanálise", pode ler-se em detalhe e com proveito outro artigo da mesma autora, "Gaston Bachelard e il sapere della psicoanalisi" (Bonicalzi 2003).

também a da imaginação e do possível. Assim sendo, segundo Bachelard, a tarefa de uma poética da *rêverie* consiste em:

> determinar consolidações dos mundos imaginários, desenvolver a audácia dos sonhos construtivos, afirmar-se numa boa consciência de sonhador, coordenar liberdades, encontrar verdade em todas as indisciplinas da linguagem, abrir todas as prisões do ser para que o humano tenha todos os devires. Outras tantas tarefas, muitas vezes contraditórias, entre o que diz respeito ao ser e o que o exalta. (Bachelard 1960, 136)

Não admira, por isso, que Bachelard relacione o devaneio e a sua função libertadora com uma infância permanente – bem diferente dos restos infantis que Freud encontra nos sonhos dos adultos – que não se confunde com aquela de que há relatos, com aquela que cada um aprendeu a contar junto de quem começou por contar-lha, mas antes de uma infância impessoal, feita de lembranças puras, sem data, em que não só nos espantamos com o nosso próprio ser, como, para além disso, nos deparamos com o mundo tornado fabuloso e maravilhoso. Para reencontrar essa infância permanente, que é a do ser incognoscível, que se confunde com as próprias imagens do devaneio, há que "des-socializar a memória" (Bachelard 1960, 99), reencontrando a criança anterior ao esforço de ser objectiva na obrigação do qual se sentiu ao ser saturada por uma socialidade que a instruiu em diversas histórias, a começar pela da sua família ou da sua própria infância. A criança permanente, a do devaneio, não é aquela que foi instruída na obrigação de se tornar a continuação dos outros, já adultos, antes é a do reino das imagens mais livres, que permanentemente são objecto do interdito que nos impede de sonhar livremente, e que é bem mais do que o resultado dos complexos parentais que ocupam a psicanálise. Os interditos em questão são resultado de "complexos antropo-cósmicos" (Bachelard 1960, 106) contra os quais o devaneio nos ajuda a reagir. Se a psicanálise cura certas infâncias socializadas, os devaneios libertam uma infância potencial, remetendo para uma liberdade fundamental em que a criança se sente filha do cosmos. Para isso, é preciso que o mundo humano a deixe em paz. O devaneio requer e produz uma solidão próxima da do sonhador que dorme e do poeta enquanto escreve. Quem somos nós nessas solidões do devaneio, nessas infâncias sem data, nessa potencialidade que nos renova o fôlego e nos subtrai aos dramas da vida socializada? Somos anteriores ao nosso nome e à estabilidade que a nomeação por outros acabou por provocar na nossa identidade.

> Quando, na solidão, sonhando um pouco longamente, nos afastamos do presente para reviver os tempos da nossa primeira vida, vários rostos de criança vêm ao nosso encontro.

> Fomos vários na vida ensaiada, na nossa vida primitiva. Foi só pela narrativa dos outros que ficámos a par da nossa unidade… Reunimos todos os nossos seres em torno da unidade de um nome. (Bachelard 1960, 84)

O sonho *que se sabe sonhando a intimidade do mundo* é vígil, tem um sonhador que sabe que se trata do seu devaneio e que pode prolongar este devaneio pela arte (ou pela filosofia). Pelo contrário, o outro sonho, o que requer adormecimento, só advém com um "não-*cogito*" (Bachelard 1960, 128), que é solidário da perda do ser e que daria sentido à nossa vontade de dormir. Para além disso, é preciso insistir que o devaneio não é só "um pouco de matéria nocturna perdida na claridade do dia", quer dizer, como poderiam crer certos psicólogos, "sonhos confusos, sem estrutura, sem história, sem enigmas" (*Ibidem*, 9), que não merecem a atenção dada aos sonhos nocturnos. No entanto, é verdade que é possível passar do devaneio ao sonho, o que revela uma continuidade entre ambos, apesar da fronteira que os separa. Basta, para isso, que a "matéria onírica se condense um pouco na alma do sonhador", que o devaneio se torne sonolência e que o sonhador adormeça! São esses os estados hipnagógicos. Para além da "queda" que a marca, a continuidade entre o devaneio e o sonho parece ser também resultado de um "declínio" (*Ibidem*, 10) do inconsciente. Existem assim dois tipos de devaneio: o que nos precipita nos declives das trevas do sono, onde o *cogito* se desfaz em matéria onírica, e o que mantém a consciência de si próprio (*Ibidem*, 129). Nos sonhos, diz-nos Bachelard, o *cogito* perde-se porque a gramática da noite não é a mesma que a do dia, apesar do permanente esforço dos psicanalistas em ligar as profundezas do sonho sem memória aos dramas do quotidiano[21]. "O sonho é um sonâmbulo que não anda pelos caminhos

[21] São muito diferentes destas as constatações de que nos dá conta Evan Thompson no capítulo "Witnessing: is this a Dream?" do seu *Waking, Dreaming, Being* (Thompson 2015, 139-165), onde relata os esforços das equipas de investigação coordenadas por Keith Heaerne e Stephen LaBerge, no final dos anos 1970 e inícios de 80, com o intuito de verificar a capacidade de certos indivíduos em se manterem conscientes *apesar de* estarem a sonhar, o que permite atravessar a fronteira da vigília sem a perda do *cogito*. Os sujeitos em questão mantinham-se num *sonho lúcido*, como aqueles que anteriormente haviam interessado não só as tradições indianas e tibetanas, como também, no Ocidente, o Marquis d'Hervé de Saint Denys, o filósofo russo P. D. Ouspensky, o psiquiatra americano Nathan Rapport ou o investigador alemão Paul Tholey, entre outros. No entanto, estas equipas não se limitaram à descrição das vivências subjectivas de quem afirmava ter sonhado de forma lúcida e conseguiram uma confirmação fisiológica, objectiva, de que os sonhos lúcidos têm lugar durante fases de REM e não são, como alguns suspeitaram, simples momentos de vigília nocturna posteriormente interpretados como momentos do sonho. Os resultados destas equipas foram replicados mais recentemente por Daniel Erlacher e Michael Schredl (Erlacher e Schredl 2004) e também por Martin Dresler, do Instituto de Psiquiatria Max Plank (Dresler 2011), que conseguiram mostrar que, durante o sono, os sonhadores podem intencionalmente emitir sinais de presença consciente, testemunháveis por outros que os observam, não havendo, por isso, necessariamente,

da vida, mas que constantemente desce à procura de guaridas imemoriais" (Bachelard 1960, 128). Contrariamente ao devaneio, que é englobante, que é puro acolhimento sem diferença entre o sonhador e o mundo, o sonho profundo desenha uma fronteira entre a psique do dia e a psique da noite, na qual o espaço já não tem uma plasticidade doce. O sonho nocturno está atravancado de sólidos, cuja geometria é "dura" e que mantêm sempre em reserva uma segura hostilidade (*Ibidem*, 145). Para lá da fronteira do dia, perde-se o *cogito* e perde-se tanto mais que no sono o nosso ser é tentado pelo não-ser e pelo sonho absoluto de um estado "ante-subjectivo" (*Ibidem*, 124). É assim que a distinção entre sonho e devaneio pode ser esclarecida pela fenomenologia, "já que a intervenção possível da consciência no devaneio constitui um signo decisivo" (*Ibidem*, 10).

Tal como pudemos ler anteriormente, o sonho nocturno não é nosso, é um rapto, tira-nos o nosso ser, que se dissolve na noite. Essas noites sem fundo não só não têm história como não têm futuro, não se ligando de maneira alguma entre si. Tais noites imemoriais podem ser mais ou menos profundas. Há aquelas em que "o nosso ser do dia ainda está vivo o suficiente para adulterar as nossas lembranças" (*Ibidem*, 124). Nestas noites por metade, o nosso ser ainda se encontra presente, arrastando consigo dramas humanos e todo o peso das vidas mal feitas. São estas noites parciais que os psicanalistas exploram. Mas, por baixo delas, abre-se um abismo de não-ser em que se afundam certos sonhos feitos com restos do dia. Este sonho absoluto faz com que deixemos de poder apreender-nos a nós mesmos, dispersando o nosso ser em pedaços que distribuímos por quem quer que seja, ao que quer que seja, a "fantasmas de seres heteróclitos que nem sequer são sombras de nós próprios" (*Ibidem*, 125). Assim sendo, como é que podemos crer, tal como os psicanalistas, que o nosso sonho tem uma significação social, que simboliza um desejo, presente mas não assumido, da nossa vida relacional? Pelo contrário, os sonhos nocturnos convergem para o nada do nosso ser, para o universo do nada. Os sonhos mais profundos não têm sujeito, revelam-nos como seres sem história no reino da Noite sem história (*Ibidem*)! O *cogito* perde-se, dilui-se, é o de uma sombra. Não pode passar-se facilmente das imagens do sonho à existência de um sujeito que sonha, contrariamente ao que acontece quando passamos do pensamento ao sujeito que pensa. Apesar disso, os psicanalistas, tentam, em vão, estabelecer uma relação entre a subjectividade diurna – com as preocupações e os dramas do seu mundo socializado – e as profundezas nocturnas de um "ante-sujeito". Consequentemente, a diferença entre sonho e devaneio poderia entender-se da seguinte forma: o devaneio não deriva do sonho, é antes um elemento distinto de

dissolução do sonhador na substância dos sonhos, como afirma Bachelard, apesar da alteração do estado da consciência (que, de vígil, passa a onírica, sem nunca passar a ser inconsciente).

uma mente humana bem equilibrada. Esta diferença resulta de dois dos atributos essenciais: *primeiro*, é comunicável e pode ser vivenciado de novo pela escrita (Bachelard apresenta-se a si próprio como "sonhador de palavras"); *segundo*, permite que a consciência intervenha. O relato do sonho, ao invés, é uma recitação aborrecida, desprovida da poesia do devaneio, diz Roch C. Smith (Smith 2016, 119). Enquanto o devaneio aumenta o ser de quem sonha, os sonhos do sono não o permitem. Bachelard, tal como Binswanger, propõe-nos vias para acolher a espontaneidade das imagens, para o acréscimo do nosso ser que são, por isso, diferentes das da psicanálise freudiana. Mesmo que a imagem e o conceito não possam reconciliar-se por uma síntese da ordem da racionalidade, elas podem ser reconciliadas por uma síntese idealizante, poética, ao nível do *cogito* sonhador, diz-nos Bachelard. Mesmo que as imagens possam (ou devam) ser acolhidas na sua inocência, na sua significação originária, que é dada na sua simples presença, mesmo assim, elas encontram-se subordinadas a uma consciência desperta que acolhe activamente a sua vivacidade, de modo a extrair delas um *crescimento ontológico* – de modo que tenhamos de admitir que pensamos por imagens, e não só ao devanear. É a imaginação que assegura a "humanidade das vinte e quatro horas", não é a razão; são as imagens que permitem a poesia e a ciência[22] pelas quais se exprimem as metafísicas da noite e do dia.

Antes de concluir

A espontaneidade das imagens e o que há de involuntário na actividade onírica são constantes da vida. As suas matérias diurnas e nocturnas parecem indissociáveis da nossa corporeidade e da nossa vida afectiva. À sua maneira, elas estão na origem do nosso pensamento. É fácil de entender, por isso, que o nosso breve ensaio só possa ser um convite à reflexão sobre os sonhos, o devaneio e a imaginação e que pouco mais ambicione do que propor que recordemos a importância que cada um deles tem nas nossas vidas. Eles são indissociáveis da invenção da humanidade e estão constantemente presentes na criação artística e literária, em qualquer forma de pensamento e na lógica das descobertas indispensáveis ao alargamento do campo do conhecimento científico.

[22] "L'imagination, plus que la raison, est la force d'unité de l'âme humaine" (Bachelard 1943, 175). Neste diagnóstico, o Ricœur de *Lectures on Imagination*, recentemente publicadas (Ricœur 2024), coincide com o autor de *Poética do Devaneio*, que inspira parte das lições proferidas em Chicago no ano de 1975 (Ricœur 2024, 199-299). Há uma unidade no funcionamento do pensamento tanto na linguagem poética como na ciência que é assegurada pela imaginação (Ricœur 2024, 275). Sem imaginação, sem ficção, sem as metáforas próprias dos modelos científicos, não são possíveis as descobertas propiciadas pela deslocação dos conceitos do entendimento.

Cada uma das obras em que procurámos algumas respostas às nossas questões e que, junto com elas, motivaram este ensaio já deu lugar a inúmeros estudos críticos, a ricos debates e a reflexões decisivas para a evolução da teoria e da clínica psicanalíticas, da psiquiatria e da psicoterapia fenomenológicas e existenciais, ou ainda da reflexão filosófica sobre a imaginação e as imagens, tanto no campo da epistemologia e da filosofia das ciências como no da estética e até no da filosofia da acção.

Se à *Traumdeutung*, a *Traum und Existenz* e à *Poétique de la rêverie* acrescentarmos cada uma das obras dos seus autores que respeitam a estes temas e às suas implicações para a compreensão do *cogito*, da subjectividade e da existência, da corporeidade e das suas representações, para a averiguação do que pode ser o inconsciente e qual a sua relação com os estados do sono e da vigília, mais ainda nos damos conta do pouco que contribuímos para responder a tantas e tão complexas questões. No entanto, sabendo que nós próprios somos indissociáveis da realidade das imagens e do conjunto de mistérios, enigmas, interrogações e reflexões que elas suscitam, e dando-nos também conta do quão limitadas serão sempre quaisquer concepções da significação do sonhar, do devanear e do imaginar (porque, à sua maneira, requerem que seja atingido o sentido do acto de procura do sentido do agir…), retomaremos para concluir alguns aspectos das obras de Freud, de Binswanger e de Bachelard que poderão dar lugar a posteriores reflexões sobre estas realidades fundamentais, um pouco como se averiguam as propriedades de séries de números contínuas e infinitas a partir de um conjunto finito delimitado por dois valores discretos.

É certo que, pelas suas hipóteses sobre o trabalho do sonho, sobre a regressão formal e tópica, pelas suas hipóteses acerca da realização alucinatória de desejos inconscientes, pelas suas teses sobre a relação entre conteúdos latentes e conteúdos manifestos, entre pensamentos do sonho e sua figuração, mas também pelas teses sobre a relação entre restos diurnos e desejos infantis, a psicanálise se esforça por manter uma continuidade entre a vida vígil e a vida do sono, entre o pensamento diurno e a sua figuração onírica, apesar da barreira do recalcamento e da cuidadosa distinção entre processos primários e processos secundários. Graças a um trabalho verbal que articula interpretação e memória, esforça-se por manter a continuidade *a posteriori* de uma subjectividade que retoma a contingência dos eventos oníricos e o impessoal da espécie que eles revelam pela relação narrativa e dialógica da clínica, mesmo que o indivíduo que acorda possa não reconhecer-se, de início, no que lhe resta dos seus sonhos, mesmo que possa não saber que neles exprime os seus pensamentos e a perenidade das características da sua vida relacional sob as formas empobrecidas da imagem acompanhada de afecto. O *cogito* psicanalítico parece assim ser inseparável da linguagem falada, indispensável para revelar o sentido articulado pela

linguagem inconsciente dos sonhos. O recalcamento, sempre presente no *Logos* psicanalítico freudiano, faz da imagem onírica um disfarce e impede que o conteúdo manifesto possa ter um sentido sem que uma interpretação revele o que ela esconde e cifra. No entanto, não serão as alucinações primitivas, infralinguísticas, nas quais a realidade mal se distingue da satisfação figural do desejo, a revelar a continuidade de uma vida subjectiva, apesar das variações de estados e de modos que revelam a intermitência do *cogito*? As imagens só são pobres quando esquecemos que elas constantemente brotam da insistência das pulsões e que permanentemente exprimem a riqueza de motivos somáticos e relacionais.

Se a imagem – em particular a imagem onírica – não fosse tida como um resto de processos primitivos do pensamento humano, subordinado por isso aos resultados do seu desenvolvimento posterior (como é o caso em obras de Nietzsche e nas obras de Freud), haveria que ter em conta a sua fenomenalidade irredutível, o seu significado próprio, que permitisse acrescer a sua complexidade em desenvolvimentos passíveis de articulações de sentido que não passam pela palavra, quer dizer, passíveis de exprimir por meio de "vozes do silêncio" (para dizer como Malraux e Merleau-Ponty) providas de uma semiose própria que não requer nem o conceito nem a sua interpretação discursiva à luz das hipóteses do deslocamento e da condensação. A imagem diluiria as fronteiras entre consciência e inconsciência, mas também assinalaria uma continuidade de sentido excluída pela barreira do recalcamento. Este parece ser o ponto de partida da *Daseinsanalyse* de Binswnager e a sua afinidade com o pensamento de Bachelard sobre o sonhar, anterior a *Poética do Devaneio*[23] e que conduz ao livro que nos propusemos interrogar.

Em *O Ar e os Sonhos*, Bachelard debruçou-se longamente sobre o sonho do voo e sobre a "axiomática" da ascensão que o anima. A imagem onírica, tal como aí a encontramos, não é uma modificação redutora do pensamento vígil, mas antes um estado subjectivo fundamental, com caracteres próprios. A subjectividade do sonho, como o mostram os sonhos de voo ou de queda, é a de um sujeito disponível ao crescimento interior, em que a direcção dos vectores, por exemplo verticais, está submetida à dialéctica da ligeireza e do peso, que já implica o sentimento do corpo e do seu meio ambiente, aéreo e terrestre. O sujeito que sonha deixa-se instruir pelas imagens que se manifestam segundo estes vectores que permitem o seu crescimento. Crescer e elevar-se, ou cair e estagnar, por exemplo, para além de serem direcções de sentido, são também moções onde se exprimem disposições afectivas e "tímicas" na relação com forças externas que implicam a realidade

[23] Vamos para isso recorrer aos trabalhos de síntese de Zoé Pfister (Pfister 2022), Renato Boccali (Boccali 2014) e Francesca Bonicalzi (Bonicalzi 2012), cujo conhecimento detalhado do conjunto desse período das obras de Bachelard foi tão importante para nós.

interna, como a gravidade. A subjectividade, a imagem e o sonho entrelaçam-se e definem a humanidade no seu destino ético de fazer-se humana, pela responsabilidade e dever de tornar-se *cogito* da vida onírica.

Em seguida, num texto publicado em 1952, intitulado "L'espace onirique", Bachelard interessa-se pela geometria nocturna particular que se desenha nos nossos sonhos e propõe uma topologia dinâmica, feita da transformação em movimentos imaginados. Desta topologia emerge a ideia de duas "marés" (Bachelard 1970, 195) que pontuam o espaço do sonho. Tal como em *L'Air et les songes*, o filósofo centra-se naquilo que experienciamos: as invariantes do lugar e a dinâmica dos nossos cenários nocturnos interessam-no muito mais do que o seu significado oculto ou o trabalho do sonho que produziria essas imagens. Talvez compreendêssemos melhor estes movimentos íntimos, com as suas inúmeras vagas e ondas, se pudéssemos identificar e distinguir as duas grandes marés que, por sua vez, nos transportam para o centro da noite e nos devolvem à claridade e à actividade do dia. Isto porque a noite de bom sono tem um centro, uma meia-noite psíquica onde germinam as virtudes originais. Devemos, pois, dirigir-nos para esse centro, para de seguida partirmos de novo, num movimento de dilatação e contracção, de ampliação e redução, ou, para usar a metáfora comum a Bachelard e Binswanger, de diástole e sístole. A imagem poética não representa uma pulsão, não exprime um pensamento, como também não é eco de um passado. Na sua novidade e na sua actividade, tem um ser e um dinamismo que lhe são próprios. Em *A Poética do Espaço* (Bachelard 1957), são portanto muitas as críticas dirigidas à psicanálise que se assemelham às que Binswanger também formula: ocupado que está em desembaraçar a meada das suas interpretações, o psicanalista perde o impacto das imagens. A psicanálise intelectualiza-as. Ao interpretá-las, tradu-las numa outra linguagem em que se perde o seu *Logos* poético. Ao querer traduzi-las, trai-as, já que através das imagens o Ser se torna discurso, dirigindo-se a nós como uma carta íntima, que a linguagem falada de qualquer interpretação é incapaz de restituir. Em vez da interpretação, é proposta uma nova metodologia de abordagem do imaginário, cujo cerne é o conceito "retentissement", tal como ele se encontra na obra *Vers une cosmologie* do psiquiatra Minkowski, o qual permite libertar a relação que se estabelece entre a formação da imagem numa consciência individual aberta ao devaneio e a dimensão variacional do discurso poético.

A imagem poética pode então remeter-nos para a origem do ser da linguagem, através de uma espécie de ontologia directa, abrindo um "espaço de linguagem" comum ao dos conceitos. A ressonância das imagens numa consciência sonhadora convida-nos a ir mais fundo na nossa vida, em direcção à origem. Na sua particularidade de presença e ausência, as imagens oníricas, nocturnas e diurnas, produzem reverberações no eixo vertical

da consciência, atingindo a sua profundidade inconsciente e despertando arquétipos. Na nova concepção da imagem, elaborada em *A Poética do Espaço*, depois dos trabalhos sobre os elementos, a imagem é tida como "fonte", que pode ser despertada pela palavra poética, antes de ser "absoluta", como já tivemos a oportunidade de constatar na mesma obra. Torna-se uma imagem sem passado, sem causa, sem memória e sem conceito. O método fenomenológico permitir-nos-ia abordá-la a ela e ao seu enraizamento no cosmos.

De forma semelhante, Binswanger entende o sonho como uma modalidade particular do ser humano, que não pode ser reduzida a outros elementos corporais ou psíquicos e que não diz respeito a uma única esfera regional da existência, sendo antes a base ontológica que se encontra na raiz de todo o seu desenvolvimento cósmico. Eles são uma região privilegiada onde a nossa existência toma forma e sentido. As estruturas essenciais que caracterizam esta existência, que são as da presença (*Dasein*), manifestam-se no sonho: como já dissemos, Binswanger designa-as por direcções de sentido (*Bedeutungsrichtungen*), considerando a queda e a ascensão como duas das mais fundamentais, para além da proximidade e da distância, da iluminação e do escurecimento. Elas são a "fonte" de onde provêm a linguagem, a imaginação poética e, sobretudo, os sonhos, fazendo destes o lugar privilegiado para a sua revelação. Compreender as variações da existência que os sonhos constituem pelas suas imagens é, assim, partir para a compreensão da existência humana em geral e para as suas direcções de sentido, na perspectiva de uma antropologia existencial, mas também para a compreensão da loucura. Estas direcções de sentido podem aparecer se tivermos em atenção a estética do sonho, sem termos para isso de procurar um conteúdo latente cifrado e simbolizado por uma imagem onírica desprezada na sua manifestação imediata. Em vez de aceitar a complexidade imediata da imagem, a psicanálise redu-la pela hipótese do dinamismo subjacente que o produz – o trabalho do sonho. Binswanger e a sua psiquiatria existencial insistem, portanto, na necessidade de nos atermos às imagens tal como elas se nos apresentam, porque as imagens do sonho têm já em si um poder revelador suficiente e não têm por objectivo distorcer ou mascarar um significado primário. As dinâmicas, os afectos que as animam e lhes dão forma – a subida no voo de um pássaro, a alegria na intensificação das cores, por exemplo –, tal como em Bachelard, são já o conteúdo, o fundo ontológico do sonho, a existência na sua onda que sobe ou desce, vivida na singularidade da sua tonalidade afectiva e nos seus movimentos fundamentais. Estas imagens ecoam em nós porque remetem para a nossa própria experiência de uma onda de vida cósmica. Perante elas, estamos convencidos de que são sobre nós e que não são metáforas. Pelo contrário, elas estão impregnadas de forças psíquicas imediatas, de leis dinâmicas e materiais da psique que são também forças cósmicas presentes em cada instante da nossa vida e das nossas histórias.

Bibliografia

ARTEMIDORUS. 2020. *Interpretation of Dreams*. Oxford: Oxford University Press.

ARMSTRONG, Richard H. 2024. "Artemidorus as Symptom: Freud and Foucault". In *Truth in the Late Foucault: Antiquity, sexuality and psychoanalysis*, editado por Paul Allen Miller, 121-140. London: Bloomsbury Academic. http://dx.doi.org/10.5040/9781350357297.ch-007.

ASSOUN, Paul-Laurent. 1980. *Freud et Nietzsche*. Paris: Presses Universitaires de France.

BACHELARD, Gaston. 1938a. *La Formation de l'esprit scientifique. Contribution à une psychanalyse de la connaissance objective.* Paris: Vrin.

BACHELARD, Gaston. 1938b. *La Psychanalyse du feu.* Paris: Gallimard.

BACHELARD, Gaston. 1942. *L'Eau et les rêves. Essai sur l'imagination de la matière*. Paris: José Corti.

BACHELARD, Gaston. 1943. *L'Air et les songes. Essai sur l'imagination du mouvement*. Paris: José Corti.

BACHELARD, Gaston. 1945. *La Terre et les rêveries de la volonté. Essai sur l'imagination des forces*. Paris: José Corti.

BACHELARD, Gaston. 1948. *La Terre et les rêveries du repos. Essai sur les images de l'intimité*. Paris: José Corti.

BACHELARD, Gaston. [1957] 2001. *La Poétique de l'espace*. Paris: Presses Universitaires de France.

BACHELARD, Gaston. 1960. *Poétique de la rêverie*. Paris: Presses Universitaires de France.

BACHELARD, Gaston. [1970] 2002. *Le Droit de rêver.* Paris: Presses Universitaires de France.

BACHELARD, Gaston, e Ludwig Binswanger. 2019. "Correspondance Gaston Bachelard-Ludwig Binswanger (1948-1955)". *Revue Germanique Internationale* 30: 183-208. https://doi.org/10.4000/rgi.2383.

BASSO, Elisabetta. 2010. "Le rêve comme argument. Les enjeux épistémologiques à l'origine du projet psychiatrique de Ludwig Binswanger". *Les Archives de philosophie* 2010/4 (18): 655-686.

BASSO, Elisabetta. 2013. "Postface". In Binswanger, Ludwig, *Le Rêve et l'existence*, 87-114. Paris: Vrin.

LEÓN DE BERNARDI, Beatriz de. 2009. "Introducción al trabajo de Madeleine y Willy Baranger: La situación analítica como campo dinâmico". *Revista Uruguaya del Psicoanálisis* 108: 198-222.

BOCCALI, Renato. 2014. "Géométries ontologiques de l'espace onirique. Sur la topologie et la dynamique du rêve". *Imaginaire & Inconscient* 34: 47-59.

BONICALZI, Francesca. 2004. "La psychanalyse entre science et rêverie". *Cahiers Gaston Bachelard – Bachelard et l'écriture*: 90-102.

BONICALZI, Francesca. 2012. "Rêve de vol et verticalité de l'existence chez Bachelard et Binswanger". In *L'Homme à la folie*, editado por Jean-Pierre Pierron, 91-107. Louvain-la-Neuve: EME édition.

BONICALZI, Francesca. 2003. "Gaston Bachelard e il sapere della psicoanalisi". In *Epistemologia e Psicoanalisi: attualità di un confronto. Quaderni del Centro Milanese di Psicoanalisi Cesare Musatti – 7*, 47-74. Milano: Centro Milanese di Psicoanalisi.

BONTEMS, Vincent. 2010. *Bachelard.* Paris: Les Belles Lettres.

BINSWANGER, Ludwig. 1928. *Wandlungen in der Auffassung und Deutung des Traumes. Von den Griechen bis zur Gegengenwart*. Berlin: Springer.

BINSWANGER, Ludwig. 2013 [1930]. *Le Rêve et l'existence*, editado por Françoise Dastur. Paris: Vrin.

BINSWANGER, Ludwig. 1930. *Dream and Existence*. Translated by Forrest Wiliams and Jacob Needleman. A Special Issue from the Review of Existential Psychology & Psychiatry, edited by Keith Hoeller, vol. XIX, n.º 1.

BINSWANGER, Ludwig. 1936. *La Conception freudienne de l'homme à la lumière de l'anthropologie.* In Binswanger 1970.

BINSWANGER, Ludwig. 1970. *Analyse existentielle et psychanalyse freudienne*, tradução de Roger Lewinter. Paris: Gallimard.

BINSWANGER, Ludwig. 1998. *Le Problème de l'espace en psychopathologie*, tradução de Gros-Azorin. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail.

BUŞE, Ionel. 2004. "'Animus' et 'anima' chez Gaston Bachelard et Mircea Eliade". *Cahiers Gaston Bachelard. Numéro spécial: Bachelard et l'écriture*: 21–32. https://doi.org/10.3406/cgbac.2003.1224.

CAMERON, Olga Cox, e Carol Owens. 2021. *Studying Lacan's Seminar VI: Dream, Symptom, and the Collapse of Subjectivity.* London: Routledge.

CICERO. *De divinatione.* Loeb Classical Library.

CIVITARESE, Giuseppe. 2014. *The Necessary Dream*. *New Theories and Techniques of Interpretation in Psychoanalysis*, tradução de Ian Harvey. London: Karnac Books.

DRESLER, Martin. 2011. "Dreamed Movements Elicits Activation in the Sensorimotor Córtex". *Current Biology* 21:1-5

ERLACHER, Daniel, e Michael Schredl. 2004. "Time required for Motor Activities in Lucid Dreams". *Perceptual and Motor Skills* 99 (3): 1239-1242. https://doi.org/10.2466/pms.99.3f.1239-1242.

FERENCZI, Sandor. 1910. "The Psychological Analysis of Dreams". *The American Journal of Psychology* 21 (2) : 309-328.

FERRO, Antonino. 2019. *Psychoanalysis and Dreams: Bion, the Field and the Viscera of the Mind*. London: Routledge.

FREUD, Sigmund. (1900) 1969. *Interpretação dos sonhos*, tradução de Walderedo Ismael de Oliveira. XXXX: Imago Editora.

FREUD, Sigmund. 1929. "Sur un rêve de Descartes". In Lewin, Bertram D. (1958) 2016. *Du bon usage de la régression. À propos de trois rêves de Descartes*, tradução de Michel Gribinski, 57-61. Paris: Gallimard.

FREUD, Sigmund. 1920. "Sur la préhistoire de la technique analytique". In Freud, 1998: 255-258.

FREUD, Sigmund, e Ludwing Binswanger. 1995. *Correspondance, 1908-1938*, tradução de Ruth Menahem e Marianne Strauss. Paris: Calman-Lévy.

FREUD, Sigmund. 1998. *Résultats, Idées, Problèmes – I. 1890-1920.* Traduit de l'allemand par Janine Altounian, Paul-Laurent Assoun, Mikkel Borch-Jacobsen, André Bourguignon, Odile Bourguignon, Pierre Cotet, Joël Dor, Gunther Goran, Philippe Koeppel, Jean Laplanche, Alain Rauzy, Ferdinand Scherber. Presses Universitaires de France.

GASPAR, Ana. 2010. *O Lugar da Psicanálise na Obra de Gaston Bachelard. Entre o conceito e a imagem*. Lisboa: Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa.

GROS, Caroline. 2009. *Binswanger, entre phénoménologie et psychiatrie*. Paris: La Transparence.

GROTSTEIN, James. 2000. *Who is the Dreamer who Dreams the Dream?* New York, London: Routledge.

JUNG, Carl Gustav. 1974. *Dreams.* Princeton, NJ: Princeton University Press.

LACAN, Jacques. 2009. "Réponse de Lacan à une question de Catherine Millot: Improvisation: désir de mort, rêve et réveil". *L'Âne* (3): 3. https://www.valas.fr/Jacques-Lacan-Desir-de-mort-reve-et-reveil,053?lang=fr

LACAN, Jacques. 2013. *Seminaire VI – Le désir et son interprétation (1958-1959)*, editado por Jacques-Alain Miller. Paris: Seuil.

LANGS, Robert. (1988) 2018. *Decoding Your Dreams: A Revolutionary Technique for Understanding Your Dreams*. London, New York: Routledge.

LANSKY. Melvin R. 1992. *Essential Papers on Dreams.* New York, London: New York University Press.

LEROY, Maxime. 1929. *Descartes, le philosophe au masque*. Paris: Rieder.

LEWIN, Bertram D. (1958) 2016. *Du bon usage de la régression. À propos de trois rêves de Descartes*, tradução de Michel Gribinski. Paris: Gallimard.

MILLER, Paul Allen. 2024. *Truth in the Late Foucault: Antiquity, Sexuality and Psychoanalysis*. London: Bloomsbury Academia.

MELTZER, Daniel. 2009. *Dream Life: A Re-examination of the Psychoanalytic Theory and Technique*. London: Karnac Books.

MONTEIRO, João Sousa. 2023. *Bion's Theory of Dreams. A Visionary Model of the Mind*. London; New York: Routledge

MORAWSKA, Kamila. 2022. "Gaston Bachelard's Problems with Psychoanalysis. Between Freud and Jung". In *Bachelard Studies – Études Bachelardiennes – Studi Bachelardiani* 2 (February): 43-54. https://doi.org/10.7413/2724-5470028.

MOSS, Robert. 2008. *The Secret History of Dreaming*. California: New World Library.

MAVROMATIS, Andreas. [1987] 1991. *Hypnagogia: The Unique State of Consciousness Between Wakefulness and Sleep*. London; New York: Routlege.

NABOKOV, Vladimir. 1989. *Speak Memory*. New York: Vintage International.

NABOKOV, Vladimir. 2013. *Fala, Memória*, tradução de Aníbal Fernandes. Lisboa: Relógio d'Água.

NATHAN, Tobie. 2013. *La Nouvelle interprétation des rêves.* Paris: Editions Odile Jacob.

NIETZSCHE, Friedrich. (1872) 1978. *A Origem da Tragédia*, tradução de Álvaro Ribeiro. Guimarães: Guimarães Editores.

NIETZSCHE, Friedrich. (1878) 2005. *Humano, Demasiado Humano – I*, tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso.

NIETZSCHE, Friedrich. (1878) 2017. *Humano, Demasiado Humano – II*, tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.

NIETZSCHE, Friedrich. (1881) 2016. *Aurora*, tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.

OGDEN, Thomas. 2008. *Rediscovering Psychoanalysis: Thinking and Dreaming, Learning and Forgetting*. London; New York: Routledge.

OGDEN, Thomas. 1999. *Reverie and Interpretation*. London; New York: Routledge.

PEREIRA, Frederico. 1999. *Sonhar ainda. Do sonho-desejo-realizado ao sonho emblemático*. Lisboa: ISPA-Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

PFISTER, Zoé. 2022. "Gaston Bachelard et le rêve de la nuit : quelle méthode pour un "mystère d'ontologie "?". *Bachelard Studies – Études Bachelardiennes – Studi Bachelardiani* 2 (February): 55-73. https://doi.org/10.7413/2724-5470029.

PIERRON, Jean-Pierre, ed. 2012, *L'Homme à la folie*. Louvain-la-Neuve: EME édition.

PIRE, François. 1967. *De l'imagination poétique dans l'œuvre de Bachelard.* Paris: José Corti

PRICE, S.F.R. 1986. "The Future of Dreams: From Freud to Artemidorus". *Past & Present* 113 (1): 3-37.

PROENÇA, Nuno Miguel. 2008. *Qu'est-ce que l'objectivation en psychanalyse? Sept lectures de Freud*. Paris: L'Harmattan.

PROUST, Marcel. (1913) 2003. *Em Busca do Tempo Perdido. Vol. 1 – Do lado de Swann*, tradução de Pedro Tamen. Lisboa: Relógio d'Água.

RHEINBERGER, H. J. 2019. "Introduction à la correspondance Gaston Bachelard – Ludwig Binswanger (1948-1955)". *Revue germanique internationale* 30: 165-177. http://journals.openedition.org/rgi/2359.

RICŒUR, Paul. 2024. *Lectures on Imagination*, editado por George H. Taylor, Robert D. Sweeney, Jean-Luc Almaric e Patrick F. Crosby. Chicago: University of Chicago Press.

ROSENBERG, Simone. 1988. "L'image chez Bachelard et chez Jung: l'archétype est-il 'poétisable'?". *Cahiers Jungiens de Psychanalyse* 59: 48–57.

SEGAL, Hanna. 1990. *Dream, Phantasy and Art*. London; New York: Routledge.

SMITH, Roch C. 2016. *Gaston Bachelard, Philosopher of Science and Imagination (Revised and Updated)*. Albany, NY: State University of New York Press.

STOLOROW, Robert, e George Atwood. 1982. "Psychoanalytic phenomenology of the dream". *The Annual of Psychoanalysis* 10*:* 205–220.

STOLOROW, Robert, e George Atwood. 1992. "Dreams and the subjective world". *Lansky* 1992: 271-294.

THOMPSON, Evan. 2015. *Waking, Dreaming, Being*. New York: Columbia University Press.

TYLOR, Edward Burnett. 1871. *Primitive Culture: Development of Mythology, Religion, Art and Custom*. London: John Murray.

WINNICOTT, Donald. 1989. *Psycho-Analytic Explorations*. Massachusetts: Harvard University Press.

WINNICOTT, Donald. 2016. "Dreaming, Fantasying and Living: A Case-History Describing a Primary Dissociation". In *The Collected Works of D. W. Winnicott*: *Volume 9, 1969-1971*, 289-298. Oxford: Oxford University Press.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. 2015. "Jung et l'école française de l'imaginaire: Gaston Bachelard et Gilbert Durand". *Cahiers Gaston Bachelard* 13: 13-27.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. 2006. "La phénoménologie bachelardienne de l'imagination, écarts et variations". *Cahiers Bachelard* 8: 68-78.

A poética negativa de Doris Salcedo: *des-calar* a dor e (re)construir narrativas desviantes

*Anelise Hauschild Mondardo**

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 39-40 (2021), 99-113. ISSN 0870-4546.
DOI: https://doi.org/10.34619/ay5j-cmpe

Resumo

Quando Doris Salcedo, artista colombiana, apresenta sua obra chamada *Shibboleth* (2007), uma racha de 167 metros de extensão no piso de entrada do emblemático museu de arte contemporânea de Londres, o Tate Modern, provoca uma inquietante experiência. Ao fazer uso da dimensão negativa, o que esta obra nos dá a ver? Ao aludir à temática da violência política através de um ato de corte, rasga o silêncio e o esquecimento associados a essas questões em que o excesso traumático demanda enlace social ao mesmo tempo que coloca no ato de experiência com a própria obra a possibilidade de (re)construir narrativas desviantes. Objetivando desdobrar o conceito de negativo na arte contemporânea, este artigo apresenta algumas obras de Doris Salcedo e articula uma reflexão a partir do conceito psicanalítico de trauma e seus desdobramentos. E com isto propõe o diálogo entre arte e psicanálise como uma possibilidade de recomposição histórica em que o sujeito pode inscrever-se e o social reescrever-se.

Palavras-chave: trauma psíquico, poéticas negativas, arte contemporânea.

Abstract

When Doris Salcedo, a Colombian artist presents her work *Shibboleth* (2007), a 167 metres long crack on the entrance floor of London´s emblematic contemporary art museum, the Tate Modern, it causes an uncanny experience. By using the negative dimension, what does this work allows us to see? Alluding to the theme of political violence through a cutting act, it rips the silence and forgetfulness associated with these issues in which the traumatic excess demands a social link. The act of experience the work itself, enables the construction of deviant narratives. Aiming to unfold the concept of negative in contemporary art, this paper presents and discuss Doris Salcedo´s poetics, based on the psychoanalytical concept of trauma. And doing so, it proposes an articulation between art and psychoanalysis as a possibility of historical recomposition in which the subject inscribes itself and the social rewritten.

Keywords: trauma, negative poetics, contemporary art.

* Laboratório de Psicanálise, Processos Criativos e Interações Políticas (LAPCIP/UFSC), Brasil.
ORCID iD: https://orcid.org/0000-0003-2833-4312. *E-mail*: anelisemondardo@gmail.com.

Introdução

O filósofo e sociólogo alemão Theodor Adorno, ao proferir a emblemática frase "Após Auschwitz, escrever poesia é um ato de barbárie", aludindo às inomináveis faces da violência política, problematiza uma das funções da arte: como representar acontecimentos traumáticos e com isto dar visibilidade ao horror vivido quando o desejo seria esquecer e apagar todo e qualquer vestígio da violência extrema sofrida?

Outro filósofo, o francês Jacques Rancière, posicionando-se a partir de uma certa intolerância em relação a este "uso inflacionista da noção de irrepresentável na arte" (Rancière 2012, 119), discute os regimes de representação da arte e analisa de forma crítica as condições sob as quais certos acontecimentos podem ou não ser declarados como irrepresentáveis. Não só sublinha a dimensão política desta questão, como alerta para o risco de "o não apresentável, o impensável, o intratável, o indesculpável" (Rancière 2012, 119) naturalizarem posições de passividade e resignação.

Em se tratando da arte contemporânea, as manifestações artísticas vêm atualizando os fatos dolorosos que marcaram o século XX e cujos efeitos ainda se fazem presentes no século XXI, como o Holocausto, os genocídios, as guerras e as perseguições étnicas, religiosas e/ou políticas. A psicanálise, alinhando-se não só com o posicionamento filosófico e político de Jacques Rancière, mas igualmente com o dos artistas contemporâneos, compromete-se com a verdade histórica do sujeito e legitima a fala, a palavra e a imagem como estratégias para lidar com a violência traumática (Mondardo 2021). Aposta assim em uma espécie de recomposição histórica em que o sujeito se inscreve e pode reescrever o social.

Em uma espécie de "arqueologia da memória" (Molina 2015, 112), obras como as da artista colombiana Doris Salcedo (Bogotá 1958) propõem uma ressignificação individual e coletiva a partir de fragmentos de objetos domésticos de pessoas desaparecidas, sequestradas e/ou mortas, assim como do testemunho das vítimas sobreviventes, sublinhando o posicionamento ético-político em trabalhar a memória dos acontecimentos traumáticos e a sua contrapartida, o esquecimento. Neste sentido, Salcedo conforta-nos ao oferecer a obra de arte como uma das âncoras possíveis face às angústias, aos dilemas e aos questionamentos que nos atingem diretamente no corpo e na alma.

Rancière afirma que arte tem por base um regime específico de representação e enfatiza um sistema que regula as relações entre o dizível e o visível, entre o desdobramento de esquemas de inteligibilidade e o das manifestações do sensível, contribuindo assim de forma interessante para esta questão, pois oferece uma combinação de invenções destinadas a fazer entrar no enquadramento representativo o que nele antes não cabia. A questão

passa a ser como fazê-lo e de que forma tornar próprio o tema impróprio (Rancière 2012). E, assim, afirma-se não só a viabilidade como a necessidade de *des-calar* a dor. Neste ato de '*des-calamento*', reafirma-se a possibilidade de transformar a vivência traumática em uma experiência narrável. Quais são os contributos da poética negativa de Doris Salcedo para este processo de des-calamento?

Doris Salcedo, *Shibboleth* e o espaço negativo: a dimensão política na arte

Doris Salcedo é uma artista colombiana internacionalmente reconhecida, cujas instalações retratam incidentes históricos de massa, violência política, trauma, racismo e colonialismo que, silenciados, caem no esquecimento. Seu trabalho, mais conhecido a partir dos meados da década de 1980, está profundamente enraizado na cultura, história e peculiaridades sociais de seu país. Considerado um dos países mais violentos do mundo, a Colômbia lidera o número de homicídios *per capita*. Os 25 anos de guerrilhas militares fizeram mais de 220 mil mortos e deixaram mais de quatro milhões de pessoas desaparecidas. A própria artista teria tido membros de sua família desaparecidos nestes conflitos (Widholm e Grynsztejn 2015).

O conflito armado, marcado pela violência extrema entre as diferentes forças políticas – o Estado, os guerrilheiros e os paramilitares –, tem sido um problema recorrente na história da Colômbia. Os grupos armados mantêm-se presentes até os dias atuais em muitas regiões do país. Desde o século XIX, as guerras civis têm ocupado um lugar significativo na história e, embora nos últimos dez anos haja um processo lento de recuperação da memória desses conflitos, o fato é que ele não terminou (Sanchéz, 1990). Como salienta Grisales (2013, 126): "No imaginário dos colombianos predomina essa imagem generalizada de um passado violento, no qual a construção da nação se fez com guerras fratricidas e violentas que não terminam, pelo contrário se perpetuam como outras violências nos séculos XX e XXI."

Citando Pècault, sociólogo e estudioso da violência política colombiana, Grisales (2013) sublinha o caráter permanente da guerra e seus efeitos em relação aos processos de memória e esquecimento, constituindo um passado que parece estar sempre presente. Assinala também uma certa inexistência de relatos das vítimas. Em situações de violência extrema, a fim de evitar os usos políticos que se fazem da memória (Huyssen, 2009), faz se necessário que outras versões possam ser ouvidas, especialmente das vítimas ou daqueles que permaneceram em silêncio voluntário ou mesmo forçado. Reconstituir a verdade sobre fatos violentos, seus responsáveis, suas vítimas, bem como os impactos sociais e

políticos sobre a população, que marcaram a primeira década do século XXI, conduziu a uma mudança qualitativa e quantitativa de estudos sobre memória do conflito armado: obras de arte, teatro, filmes e outros dispositivos testemunham narrativas acerca deste passado violento e suas reverberações (Grisales 2013).

Neste aspeto, a obra de Doris Salcedo, alinhada com este comprometimento ético-político de trazer à tona a temática da violência extrema, é por ela mesma denominada "poética do luto" (Princenthal 2015, 136). Suas instalações e esculturas materializam a falta, a perda e a dor provocadas pela experiência traumática. Desse modo, recuperam a dignidade de vivenciar este doloroso processo que é o trabalho de luto.

Dentre as suas obras, destaca-se *Shibboleth* (2007)[1], que não é uma fotografia, uma escultura ou uma pintura, mas fisicamente uma racha de 167 metros de extensão no piso de um lugar emblemático para a escultura contemporânea – o Turbine Hall do Tate Modern em Londres. Mais do que ser vista ou contemplada, esta intervenção convoca à experiência. Segundo Rojas-Urrego e outros (2011, 90), "Não representa um buraco, um vazio ou um abismo. Apresenta-o, e com isso nos convida a refletir sobre aquilo que distingue a apresentação de sua representação".

No fim da exposição, a racha foi cimentada, deixando visível temporariamente apenas um rastro, uma espécie de cicatriz, mas que para sempre ficou inscrita no Tate Modern. O piso, suporte para a operação artística, nunca mais será o mesmo. Carrega a marca de que algo aconteceu ali e, embora tenha se processado uma espécie de preenchimento do espaço vazio, como uma cicatrização em aproximação ao conceito psicanalítico de elaboração psíquica, fica um rastro, um vestígio, uma marca indelével. Uma ferida aberta que, ao cicatrizar, faz lembrar que um golpe violento aconteceu.

O gesto artístico de abrir e fechar a racha opera uma dimensão temporal. É neste registo do *a posteriori*, um outro tempo, posterior ao do acontecimento traumático, que se criam as condições para a elaboração psíquica. Ao abrir a racha, alude ao acontecimento violento, mas, ao cimentá-la, aponta para o efeito da violência: a ausência, a perda, o desaparecimento, a morte. Vestígios do acontecimento que, ao serem lembrados, abrem a possibilidade de produzir memórias. *Shibboleth* parece aludir a esta necessidade de primeiramente empreender uma abertura, instalando uma dimensão temporal, para que algo, num segundo tempo, possa ser elaborado psiquicamente através da construção e recuperação de memórias. Para a psicanálise, esta dimensão temporal operada em dois tempos – o do acontecimento e o da recuperação de uma lembrança – é uma condição

[1] Instalação *Shibboleth* (2007). Tate Modern (Londres). URL: https://www.tate.org.uk/art/artworks/salcedo-shibboleth-i-p20334.

fundamental para que uma experiência violenta e traumática possa ser, mesmo que parcialmente, elaborada subjetivamente.

Rickes propõe o trabalho de memória sustentado pelo seu avesso, o esquecimento. O reconhecimento da perda impõe ao sujeito a necessidade de lidar com ela, de realizar um trabalho psíquico de recuperação e construção de memórias, que consiste em trazer fragmentos de memória para o presente, em tecer traços e operar sobre eles o complexo trabalho de re-tessitura, de re-enlace, atualizando-os (Rickes 2005). O esquecimento, no sentido de devolver uma dimensão de esperança no futuro, se faz a partir da dialética entre lembrar e esquecer. Está no reconhecimento da perda, a condição para que este processo seja ativado.

Ainda sobre a dimensão política, *Shibboleth* é a obra de uma artista latino-americana que invade o hall de entrada de um dos museus mais emblemáticos e tradicionais da Europa. Propõe já na entrada rasgar as bases estruturais do espaço e com isto rasga também a ideia de intransponibilidade entre as diferentes culturas. Shibboleth alude à separação instalada pela modernidade entre brancos e não brancos, colonizadores e colonizados e revela uma versão da história colonial e imperial não contada pela hegemonia moderna. Versão não oficial que, tendo sido apagada ou escondida, relegada ao silêncio e ao esquecimento, não está, todavia, morta. Ao contrário, permanecendo viva na memória, conserva a potencialidade de emergir (Princenthal 2015).

Instalação inoportuna, aparentemente fora de controle, intrusiva e cortante (tal qual a presença de imigrantes vistos como uma ameaça às narrativas pós-coloniais), a perturbar o consenso desenvolvimentista e hegemônico das sociedades europeias, *Shibboleth* instala e inscreve um alerta quanto às estratégias sutis e traiçoeiras utilizadas pelo racismo contemporâneo na produção de morte social, morte da subjetividade, morte das diferenças culturais. Neste sentido, há uma dimensão política em Shibboleth, na medida em que rompe com campos instituídos e anestesiados pelo senso comum. Segundo Sousa (2008, 41), "a criação artística tem a potência de dar acesso a novas imagens".

Mas a obra de Salcedo também instala uma "dimensão arqueológica e sísmica" (Weizman 2007, 30) e aponta para a dinâmica constante e permanente que envolve o corte. Uma vez aberto, não mais cessa de movimentar-se; uma vez instalado, faz exigência de trabalho, de produção de outras inscrições, deslocamentos e condensações. Quando *Shibboleth* apresenta uma racha que atravessa e transborda os limites físicos impostos pelo hall de entrada do Tate Modern, incita a pensar tanto nas facetas da violência quanto nas possibilidades de reação a elas. Alude às disputas político-culturais que podem dar-se em duas direções: de fora para dentro – engolindo e fazendo desaparecer o que está na superfície e com isto sufocando os gritos – ou de dentro para fora, eclodindo e trazendo

à superfície o que até então estava vividamente soterrado, arrancando-nos da inércia política.

Ainda que o gesto da artista seja cirúrgico ao dar uma forma precisa à racha, o corte a que *Shibboleth* alude tem a potência de rasgar os ideais culturais e de assim instalar questionamentos e problematizações que, inerentes à condição humana, não podem ficar simplesmente retidos ou submersos. Ao escancarar esta dimensão sísmica, isto é, ao enfatizar a ideia de um abalo sísmico, *Shibboleth* dá a ver o que, por excelência, insiste. O excesso que o traumático coloca em cena tensiona a matéria, coloca em luta sonho e despertar, mantém ou desfaz a forma? A obra dá forma ao traumático da relação com o "outro", com a cultura que choca, abala as fronteiras entre eu e não eu, entre o que pode aparecer e o que deve ficar soterrado, exigindo trabalho psíquico constante (Marsillac e Mondardo 2021). *Shibboleth* alude justamente a esta força que, inerente ao ato criativo, nos empurra para o perpétuo reconhecimento da impossibilidade de preencher o vazio, de apaziguar a angústia. Podendo ser identificada como uma "estética do corte" (Bal 2007, 41), coloca a poética de Doris Salcedo no centro do vazio, da falta e do mal-estar. E nos convida a abrir outros sentidos e a empreender outros laços com as experiências sociopolíticas no âmbito tanto coletivo quanto individual.

O aspeto conceitual da obra está contido em seu título. A palavra *shibboleth*, escolhida por Doris Salcedo para identificar a obra, também provoca um estranhamento, um tropeço na ignorância de seu significado, e cedo anuncia conter um enigma. Ou seja, o significado não está dado desde o início, o título não identifica, não descreve a obra de forma direta. Ao contrário, adensa ainda mais este jogo tão característico entre a obra e o seu título, entre apresentação e representação.

Shibboleth é uma palavra que tem uma peculiaridade de pronúncia que serve para identificar um determinado grupo linguístico, funcionando assim como um tipo de senha linguística. Remete aos tempos bíblicos, mais especificamente, ao Velho Testamento e à diferença étnica entre duas tribos rivais. Os gileaditas, vencedores do confronto, bloquearam todas as passagens para o Rio Jordão a fim de evitar que os efraimistas sobreviventes escapassem. Entre as pronúncias, havia uma diferença crucial que identificava e denunciava imediatamente a origem. Os efraimistas, apenas possibilitados de pronunciar a palavra com som "s", eram facilmente reconhecidos e, dessa forma, imediatamente executados (Borchardt-Hume 2007). Uma mesma palavra – *shibboleth* – era desdobrada em duas formas distintas de pronúncia: uma usada para dar passagem e autorizar a entrada, e a outra, impedindo a travessia e sentenciando à morte. A palavra, este marco do corte civilizatório, de inserção na cultura e no universo simbólico, é usada deliberadamente para perpetuar o poder e o domínio, e com isso, conservar a força de apagamento das diferenças subjetivas.

A potencialidade de libertação e de autonomia é, paradoxalmente, tomada como instrumento para a alienação, para o domínio da subjetividade, enfim, para a morte psíquica e social (Marsillac e Mondardo 2021). O registo da alteridade é viabilizado por um corte, sob ameaça de condenar a subjetividade ao domínio da violência política. Neste sentido, a arte de Doris Salcedo opera como resistência a esta morte social e psíquica.

Quando recupera a ligação entre a imagem da racha e o título da obra, ao contrário da lógica hegemônica, rasga o esquecimento, reabre o trauma e, assim, resgata a potência da rutura, e da emergência do singular (Marsillac e Mondardo 2021). É justamente por se apresentar como um "espaço negativo" (Borchardt-Hume 2007, 13) ou como "escultura negativa" (Mol 2021, 50) que sublinha a profundidade e a interioridade, fazendo de Shibboleth uma criação artística que é ao mesmo tempo ato político e utópico (Sousa 2008, 41).

Breves considerações sobre a ideia de negativo na arte

Numa primeira tentativa de analisar o conceito de negativo na obra de Doris Salcedo, recorro ao historiador de arte italiano Victor Stoichita (2016), que afirma que falar em espaço negativo no campo da arte é remontar à história da representação artística ocidental, ou seja, é compreender como se dá a reprodução das imagens.

Resgatando Plínio, Stoichita diz que "a pintura nasce quando, pela primeira vez, se circunscreve a sombra de um homem por meio de linhas" (Stoichita 2016, 7). Até então, o mais próximo que se chegava da reprodução de uma imagem dava-se pelo ato de delinear o contorno da sombra projetada pelos corpos expostos ao sol. Somente quando a sombra passou a incorporar um espaço de representação complexo, incluindo aspetos como a terceira dimensão, o volume, o relevo e o corpo, é que se deu o nascimento da arte em negativo.

A origem da escultura acrescenta elementos interessantes a esta ideia da sombra. Ainda citando Plínio, o autor acima referido encontra nas artes plásticas uma primeira expressão desta lógica em que a imagem torna o ausente presente. Seguindo a solicitação de sua filha, um pai fixou por meio de linhas o perfil do amante desta, projetado na parede pela luz, e aplicou-lhe argila, deu-lhe relevo e endureceu-o com fogo. Temos aqui a origem do simulacro, motivado pela iminência da partida do ser amado. Com a ajuda da sombra, a moça fixa a imagem do amante prestes a partir, criando desse modo uma figura de substituição. A imagem substituta torna-se portadora da relação erótica interrompida na separação e na partida do modelo, assumindo um caráter de representação do modelo original. Esclarece Stoichita:

> A sombra verdadeira acompanha o homem que parte, enquanto o seu contorno, traçado de modo definitivo na parede, eterniza uma presença sob a forma de uma imagem, fixa uma duração […] exorcizando desse modo o risco de morte e guardando junto de si uma imagem compensatória do ser ausente, que assim se torna eternamente vivo (de pé). (Stoichita 2016, 15-16)

Tanto a origem da pintura quanto a origem da escultura conduzem ao nascimento da representação artística em geral, a partir de um primitivo estado da sombra, denominado por Stoichita (2016, 7) de "imagem-sombra-primordial". O carácter primitivo da primeira operação de representação reside no fato de a imagem pictórica original não ter resultado da observação direta de um corpo humano e da sua representação, mas de uma fixação da projeção desse corpo. Neste sentido, tem-se a dimensão simbólica em evidência.

A ideia de transformar a ausência do corpo em presença através de uma imagem articula-se com os conceitos psicanalíticos de trauma, luto e elaboração psíquica, pois sublinham a exigência de fazer algo diante da perda. Há um trabalho psíquico, isto é, simbólico, a ser desenvolvido frente à perceção da realidade da perda. Mas é preciso reconhecer esta perda para que o trabalho de luto se ative. *Shibboleth* remete para esta ideia de expressar um acontecimento traumático. Algo aconteceu. Como um amante que parte, um corpo que desaparece, uma separação que se confirma. Sem isto, o gesto de criar uma estratégia – dar contorno à sombra do amante que parte – não se efetiva como uma elaboração da experiência e subjetivação da perda. Admitir a perda, a ausência, a morte, oferece a condição para criar algo no seu lugar. Mostrar a ferida. Dar a ver a violência do evento traumático é o primeiro passo em direção à elaboração psíquica.

Breves considerações sobre o conceito psicanalítico de trauma psíquico

Baseando-se em Sigmund Freud, Laplanche e Pontalis definem o traumático como todo e qualquer acontecimento cuja intensidade e incapacidade de reação provocam no sujeito efeitos patogênicos duradouros com consequente desorganização psíquica. A experiência traumática, portanto, caracteriza-se por um "afluxo de excitações que é excessivo em relação à tolerância do sujeito e à sua capacidade de dominar e elaborar psiquicamente" (Laplanche e Pontalis 1992, 522).

Provocando uma ruptura no processo psíquico, um bloqueio nas traduções possíveis dos acontecimentos vividos, o trauma impossibilita a realização de um trabalho de elaboração, congela o tempo e condena a cena que faz sofrer a repetir-se compulsivamente. As palavras que não puderem ser ditas, as cenas que não puderem ser narradas, as lágrimas

que não puderem ser vertidas, serão engolidas. Aquilo que não puder ser posto em conversa, ao ser silenciado, fica posto em conserva, isto é, fica encriptado no inconsciente do sujeito, corroendo a capacidade simbólica e figurativa. Como herança traumática, é transmitida transgeracionalmente como lacuna de memória (Abraham e Torok 1995).

Este excesso comporta-se como um pulsional que precisa ser capturado e transformado pelo aparelho psíquico, isto é, inscrever-se no psiquismo (Freud 1920). Para constituir-se como uma memória e adquirir uma dimensão simbólica, este excesso pulsional encriptado no inconsciente precisará sofrer um corte e, com isto, recuperar a condição de tramitar psiquicamente, dando lugar a uma significação que pode ser falada. Ao enlaçar-se com a temporalidade, o trauma pode tomar a forma de algo com significado, que, servindo de suporte para uma memória, transforma-se em um registo simbólico, seja no plano histórico individual, seja no plano social. Igualmente, pode abrir o passado, criando ligações entre este e o presente, resgatando assim a esperança quanto ao futuro. É isto que opera *Shibboleth*: um des-calar.

Outros trabalhos de Salcedo figuram nesta lógica e convocam-nos a analisar este delicado processo de *des-calar* e dar voz ao sofrimento.

Outras obras de Doris Salcedo: des-calando

Salcedo transforma objetos cotidianos como mobília doméstica e roupas pertencentes a pessoas desaparecidas e assassinadas em instalações imersivas e esculturas que oferecem espaço para um luto coletivo em honra às vítimas da violência de massa e opressão política. Por esta razão, a poética de Doris Salcedo convoca-nos a pensar e analisar esta dimensão de elaboração dos traumáticos tanto da violência política quanto da cotidiana. Des-calar a dor, mostrar os efeitos da violência.

Em *Atrabiliarios* (1992-2003)[2], Salcedo apresenta sapatos de pessoas desaparecidas que estão sepultados em nichos sutilmente cobertos por peles de animais toscamente agrafadas na parede. Ao apresentar sapatos usados, gastos e ainda moldados pelo pé, *Atrabiliarios* materializa a ausência dos corpos e denuncia a falta de rituais e locais de enterramento. Na mesma linha, em a série *La Casa Viuda* (1992-1994)[3], a artista apresenta portas avulsas, arrancadas de seus alicerces, vidros partidos, uma cadeira de brinquedo de criança com o tecido rasgado, um armário de madeira cuja porta contém um zíper.

[2] Instalação *Atrabiliarios* (1992-2003), San Francisco Museum of Modern Art (São Francisco). URL: https://www.sfmoma.org/artwork/2004.232.1-50/.

[3] Instalação *La Casa Viuda* (1992-1994), Collection Art Gallery of Ontario (Toronto). URL: https://moma.org/collection/works/134302.

Deste modo, Salcedo alude às mulheres rurais colombianas forçadas a sair de suas casas em busca de segurança.

A composição das esculturas cria experiências de estranhamento: a casa, símbolo de aconchego seguro, é transformada em um espaço de luto. É um modo de expor a verdade desorganizando e não propondo explicações. É o que Didi-Huberman denomina de "dialética do montador", referindo-se àquele que "des-põe, separando e depois rejuntando seus elementos no ponto de sua mais improvável relação" (Didi-Huberman 2012, 141).

Quando se pousa o olhar sobre estas imagens, o que é mesmo que se vê? Didi-Huberman (2010) ressalta haver uma inelutável cisão do ato de ver; isto é, diante de uma imagem a experiência de ver abre-se em duas: por um lado o que se vê é a evidência de um volume, uma materialidade geométrica, figurativa, coberta de inscrições; por outro lado, "há aquilo […] que me olha: e o que me olha em tal situação não tem mais nada de evidente, uma vez que se trata ao contrário de uma espécie de esvaziamento" (Didi-Huberman 2010, 37). As obras de arte convidam justamente a este jogo no qual a visão, ao mesmo tempo que se inquieta, constrói lugares para essa inquietude, exigindo do espectador reorientar-se e reconstruir o seu discurso. Configura-se em um paradoxo, pois coloca o observador nesta atitude ambivalente diante da imagem, isto é, entre o saber e o não saber, o universal e o singular, o legível e o impactante.

Em *Atrabiliarios,* os itens de vestuário apresentados presentificam a ausência do corpo; em *La Casa Viuda* a montagem dos objetos domésticos denuncia a viuvez e a orfandade daqueles que sobreviveram à violência.

Outra obra de Salcedo que dialoga com estas ideias, dando a ver não só o que está disponível ao olhar, mas o que está em negativo, é a serie de esculturas chamada *Unland* (1995-1998)[4]. Criada em resposta ao testemunho de crianças que presenciaram o assassinato de seus pais durante a Guerra Civil Colombiana (Princenthal 2000), Salcedo concebeu três esculturas formadas pela fusão do tampo de diferentes mesas de madeira. Cada mesa teve as pernas serradas sendo encaixada em outra. A artista e seus assistentes fizeram milhares de pequenos furos na superfície das mesas antes de preenchê-los com uma combinação de cabelo humano e fibras de seda de modo a cobrir grande parte da madeira (Widholm e Grynsztejn 2015). Materializando os efeitos da violência tanto para quem narra quanto para quem escuta, esta de-formação e/ou re-forma das mesas aponta para a dimensão paradoxal da elaboração do traumático. Ao mesmo tempo que se faz necessário tecer palavras e imagens numa tentativa de figurar e elaborar a experiência traumática, há

[4] Instalação *Unland* (1995-1998). San Francisco Museum of Modern Art (São Francisco). URL: https://www.sfmoma.org/artwork/98.530/

que se reconhecer o caráter do impossível. Sublinha-se o lugar do testemunho como um lugar terceiro que é capaz de ver a cena traumática de fora, e justamente por isto coloca-se em jogo um lugar que não é o da lei ou da ordem, mas antes "intersticial, informe, nem dentro, nem fora, nem dizível nem visível, funcionando como laboratório de intensidades afetivas à procura de configuração" (Gondar e Antonello 2016, 19).

Outra obra de Salcedo que articula esta dimensão etnológica à dimensão do traumático é a instalação *Fragmentos* (2018)[5]. Trata-se de um contra-monumento constituído por três espaços articulados numa grande superfície metálica formada por 1300 placas de metal que cobrem um piso de 800 metros quadrados. Essas placas foram feitas a partir de armas fundidas entregues pelos ex-guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC). Este gesto político ensaia um acordo de paz num país marcado por mais de 60 anos de guerrilhas militares, tendo contabilizado mais de 200 mil mortes, sequestros, desaparecimentos e vítimas de violência sexual (Nascimento 2023). Há uma dimensão colaborativa inquietante. Este piso foi construído com a participação ativa de mulheres vítimas de violência sexual. Cada uma das 1300 placas foi martelada por uma dessas mulheres. Num trabalho de compensação simbólica, *Fragmentos* proporciona um espaço para a visibilidade e para o não esquecimento da guerra, escancarando fragmentos de uma realidade política e social violentas. Salcedo deposita a força deste trabalho no piso e na transformação das ruínas, criando um estado de suspensão, de tramitação da dor e dos seus ancoramentos simbólicos (Sousa 2001).

Unland e *Fragmentos* sublinham esta dimensão etnográfica no método da artista de compor suas obras após "situar-se" no contexto traumático em questão e conversar com as testemunhas e sobreviventes. Aproxima-se do conceito de "descrição densa" em oposição a uma "descrição superficial" proposto pelo antropólogo Clifford Geertz (2008). Salcedo parece escapar à ideia de explicar os acontecimentos e promover entendimentos e racionalizações, apostando antes na produção de sentidos, inclusive recuperando a noção de laço social, de pertencimento a uma cultura.

Duas outras instalações de Doris Salcedo – *Noviembre 6 y 7* (2007)[6] e *Acción del Duelo* (2007)[7] – parecem alinhar com sua poética do luto. Em 1985, guerrilheiros colombianos invadem o Palácio da Justiça (suprema corte) e assassinam 280 pessoas, num cerco que

[5] Instalação *Fragmentos, Espacio de arte y memoria* (2018), Museo Nacional, Bogotá. URL: https://fragmentos.gov.co/fragmentos/Paginas/default.aspx.

[6] Projeto público efémero *Noviembre 6 y 7* (2007). Palace of Justice (Bogotá). URL: https://www.whitecube.com/artworks/noviembre-6-y-7-bogota-colombia.

[7] Projeto público efémero *Acción de Duelo* (2007). Plaza de Bolívar, Bogotá. URL: https://museodelademocracia.net/doris-salcedo/.

durou 53 horas. Em 2002, Salcedo fez descer lentamente 280 cadeiras na fachada deste palácio ao longo de exatas 53 horas (duração do cerco original). Em um ato de memória, *Noviembre 6 y 7* alude direta e simbolicamente a uma violenta chacina e denuncia, 17 anos depois, o silêncio e o esquecimento. Cada cadeira evoca não só o vazio deixado pelo corpo desaparecido, mas também a chance que cada espectador tem de se questionar sobre atos de violência e suas consequências na vida cotidiana. Fazer falar a dor e o silêncio entalados no esquecimento. Em 2007, ainda em fase de conclusão da obra *Shibboleth*, Doris Salcedo, ao tomar conhecimento de que onze deputados de Valle de Cauca (um importante departamento da Colômbia) haviam sido assassinados após cinco anos de sequestro, criou um *Ato Público*, praticamente um ato de luto. Vinte e quatro mil velas acesas foram então voluntariamente dispostas, uma a uma, sobre o chão inteiro de uma praça, formando uma teia efêmera e densa de luz, em contraposição ao vazio e ao escuro que a morte instala.

Ao sepultar sapatos, como em *Atrabiliarios*, encher mobília com betão, como em *La Casa Viúda*, deformar mesas de madeira, como em *Unland*, derreter armas e transformá-las em placas de metal, como em *Fragmentos*, suspender cadeiras vazias, como em *Noviembre 6 y 7*, acender velas, como em *Ato Público* e, finalmente, ao rasgar o piso, como em *Shibboleth*, Salcedo oferece objetos artísticos carregados de simbolismo – uma espécie de objeto-corpo (Marsillac 2018) – e com isto oferece igualmente uma possibilidade de despertar do sono profundo que aliena o sujeito, do doloroso sentimento de perda, do des-calar.

Considerações Finais

A poética de Doris Salcedo exemplifica como a arte contemporânea escapou ao clássico dilema entre ética e estética que tinha na fruição do belo e do sublime até então suas características fundamentais. A arte corria o risco de curar uma ferida, quando o necessário ainda era o movimento de mostrá-la. E neste aspecto – a mostração da dor, do sofrimento e do mal-estar –, obras como as de Salcedo trazem, não só de forma chocante, mas de forma palatável, os conflitos à consciência (Buschinelli 2015). A artista incita-nos a pensar no não apagamento da dor e na urgência em dar a ver uma realidade traumática.

Arte e psicanálise, neste sentido, utilizam uma linguagem negativa, isto é, utilizam estratégias através das quais a realidade, ao apresentar-se de forma opaca, distorcida, estabelece um jogo entre o que é linguagem do inconsciente e o que não está visível, mas se torna visível para capturar a atenção e assim movimentar o pensar, o comunicar algo. Para fazer aparecer o que não está sendo visto, arte e psicanálise precisam de alguma maneira forjar uma materialidade que, embora positiva, revela toda a sua negatividade, justamente

nesta dimensão opaca e distorcida, paradoxal e enigmática. Para tanto, valem-se de uma dinâmica em termos de operação para se formar e por isto mesmo podem ser decompostas e retroativamente reveladas.

A arte coloca em cena, através de uma materialidade, esta dimensão do inconsciente enigmática e paradoxal que, para ser apreendida em termos de sentido, requer que se respeitem alguns princípios. Esta dimensão negativa da linguagem tanto na arte quanto na aproximação à psicanálise apresenta-se em uma mistura de cenas, em que o jogo está no dizer e não dizer, no que pode e não pode ser dito, visto, ouvido. Jogo paradoxal que tem como efeito fazer cortes, aberturas e, com isto, dar a ver outras perspetivas da realidade. Desse modo, ativa a dolorosa experiência da perda e o inerente trabalho psíquico de subjetivá-la (Freud 1917).

A poética de Doris Salcedo – a partir de fragmentos – evoca o inenarrável, o impensável, o indizível e o imbatível, fazendo entrar no enquadramento representativo o que antes nele não cabia. Des-cala o sofrimento e dá voz à dor; desencapsula o afeto estrangulado na experiência traumática e oferece, enfim, as condições para a (re)construção de uma narrativa histórica. Ao utilizar a dimensão negativa, Salcedo dá-nos a ver um inquietante aspeto presente na arte contemporânea: a potência de convocação na sua condição de gritar, resistir, abrir brechas no discurso, propor outros pontos de vista e outras narrativas, colocar perguntas, suspender certezas e abrir furos (Marsillac 2018).

A poética negativa de Doris Salcedo rasga o silêncio, faz aparecer o traumático. Em um ato de corte, desencapsula o afeto ligado à experiência traumática da violência política. Neste processo, cuja marca é o excesso, o excesso que está em jogo, para além do simplesmente recuperado como memória, coloca no ato criativo, e no ato da experiência com a própria obra, a possibilidade de construir narrativas desviantes. Desta forma, coloca em jogo os possíveis encontros entre arte e psicanálise como um lugar onde a recomposição histórica do sujeito pode acontecer.

Referências bibliográficas

ABRAHAM, Nicolas, e Maria Torok. 1995. *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta.

BAL, Mieke. 2007. "Earth Aches the Aesthetics of the Cut". In *Doris Salcedo Shibboleth,* 42-63. London: Tate Modern.

BUCHINELLI, Cintia. 2015. "Não me abandone jamais: memória e esquecimento – representando o irrepresentável (diálogo entre arte e psicanálise)". *Revista Brasileira de Psicanálise* 49 (4): 193-202.

DIDI-HUBERMANN, Georges. 2010. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34.

DIDI-HUBERMANN, Georges. 2012. "A prova pela imagem". *Revista Brasileira de Psicanálise* 46 (3): 137-150.

FREUD, S. (1920) 1986. "Além do princípio do prazer". *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud,* vol. 18. Rio de Janeiro: Imago.

FREUD, S. (1917) 1986. "Luto e melancolia". *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud,* vol. 14. Rio de Janeiro: Imago.

GEERTZ, Clifford. 2008. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

GONDAR, Jô, e Diego Frichs Antonello. 2016. "O analista como testemunha". *Psicologia USP* 27 (1). https://doi.org/10.1590/0103-6564D20150010.

GRISALES, Sandra Patricia Arenas. "Colômbia: a memória em meio à guerra". *Tempo Social* (25) 2. https://doi.org/10.1590/S0103-20702013000200007.

HUYSSEN, Andreas. 2009. *Seduzidos pela memória.* Rio de Janeiro: Aeroplano.

LAPLANCHE, Jean, e J. B. Pontalis. 1992. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

MARSILLAC, Ana Lucia Mandeli. 2018. *Aberturas utópicas: arte, política e psicanálise*. Curitiba: Appris.

MARSILLAC, Ana Lucia Mandeli, e Anelise Hauschild Mondardo. 2021. *Contra-imagem, efeito de sujeito: arte contemporânea e psicanálise*. Lisboa: Livros ICNOVA. https://colecaoicnova.fcsh.unl.pt/index.php/icnova/article/view/71.

MOL, Barbara. 2021. "Shibboleth: à flor da pele da razão". *Revista-Valise* 10 (17): 47-57. http://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaValise/article/view/106678/61496.

MOLINA, Fulvia. 2015. "Arte, memória e direitos humanos". *Lua Nova* 96: 101-115. http://dx.doi.org/10.1590/0102-64450101-115/96.

MONDARDO, Anelise Hauschild. 2021. "Experiências traumáticas e experiências criativas: enlaces e desenlaces entre arte, psicanálise e clínica". In *Arte, saúde e criatividade: diálogos clínicos e interdisciplinares* [documento eletrônico]. Lisboa: Fundação Fernando Pessoa.

NASCIMENTO, Bárbara Mangueira do. 2023. "A violência de gênero na obra de três artistas latino-americanas: Doris Salcedo, Teresa Margolles e Regina José Galindo". *Revista Eletrônica da ANPHLAC* 23 (35): 132-149. https://doi.org/10.46752/anphlac.35.2023.4133.

PRINCENTHAL, Nancy. 2015. "The Language of Silence". *Art in America* 103 (5): 136-145.

PRINCENTHAL, Nancy. 2000. *Doris Salcedo*. London, New York: Phaidon Press, Inc.

RANCIÈRE, Jacques. (1940) 2012. *O destino das Imagens*. Lisboa: Orfeu Negro.

RICKES, Simone Moschen. 2005. "A construção da memória e a condição de perda". *Horizontes* 23 (1): 39-46.

ROJAS-URREGO, Alejandro, Andrea Escobar, Berta Elena Fonseca, Marta Lapacó, Sara Patricia, Moreno de Coral, Fanny Sabogal de Laverde, e Andrés Santacoloma. 2011. "*Shibboleth* de Doris Salcedo: Reflexôes sobre a representação do negativo". *Revista Brasileira de Psicanálise* 45 (1): 89-94. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2011000100009.

SÁNCHEZ, Gonzalez. 1990. "Guerra y política en la sociedade colombiana". *Análisis Político* 11: 7-27. https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/74324.

SOUSA, Edson Luiz André de. 2008. "A burocratização do amanhã: utopia e ato criativo". *Revista Porto Alegre* 14 (24). https://doi.org/10.22456/2179-8001.27933.

SOUSA, Edson Luiz André de. 2001. "Uma estética negativa em Freud". In *A invenção da vida: arte e psicanálise.* Porto Alegre: Artes e Ofícios.

STOICHITA, Victor. 2016. *Breve História da Sombra*. Rio de Janeiro: Imago.

WEIZMAN, Eyal. 2007. "Seismic Archaeology". In *Doris Salcedo Shibboleth*. London: Tate Modern.

WIDHOLM, Julie Rodrigues, e Madeleine Grynsztejn. 2015. *Doris Salcedo*. Chicago: University of Chicago Press.

Vária

O estrangeiro indesejável: O Brasil e António Aniceto Monteiro (lutas, tramas, diplomacias e polícias)

Jorge Rezende[*]

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 39-40 (2021), 117-272. ISSN 0870-4546
DOI: https://doi.org/10.34619/vfec-0fz5

Resumo

No final de Fevereiro de 1945, o matemático português António Aniceto Monteiro embarca para o Rio de Janeiro contratado pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, dando início a um exílio de mais de trinta anos na América do Sul. Este artigo descreve a sua actividade como antifascista, que levou a que fosse perseguido pelas autoridades brasileiras e impedido de regressar ao Brasil quando se exilou na Argentina no final de 1949, onde veio a falecer em 1980. Descreve ainda a perseguição que lhe foi movida, em 1959, quando conseguiu fazer uma visita de poucos meses ao Brasil a convite do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

Palavras-chave: matemáticos, físicos, política, exílios, perseguições.

Abstract

At the end of February 1945, the Portuguese mathematician António Aniceto Monteiro embarked to Rio de Janeiro, hired by the National Faculty of Philosophy of the University of Brazil, starting an exile of more than thirty years in South America. This article describes his activity as an anti-fascist that led him to be persecuted by the Brazilian authorities and prevented him from returning to Brazil, when he went into exile in Argentina at the end of 1949, where he died in 1980. It also describes how he was persecuted in 1959, when he managed to visit Brazil for a few months at the invitation of the Brazilian Center for Research in Physics.

Keywords: mathematicians, physicists, politics, exiles, persecutions.

* Grupo de Física Matemática, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, Portugal.
ORCID iD: https://orcid.org/0000-0001-7606-7306. *E-mail*: jmrezende@fc.ul.pt ou jorgerezend@gmail.com.

Notas prévias e agradecimentos

Este artigo é, no essencial, uma "colagem" de textos organizados, sensivelmente, por ordem cronológica, com alguns comentários meus. Correspondência de António Aniceto Monteiro e documentos obtidos nos arquivos do Rio de Janeiro forneceram a maior parte do material que o compõe. Outras informações obtive-as através de colecções documentais digitalizadas e acessíveis na rede; os jornais brasileiros, por exemplo, que num curto período de pouco mais de dois anos, entre 1945 e 1947, estavam livres de censura, estão acessíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil (clicar em "Busca avançada na hemeroteca"). Os únicos jornais não brasileiros citados são o *Diário de Lisboa*, que também está disponível na rede[1], o *Diário da Manhã*, o *Diário de Notícias*, o *Diário do Minho*, o *República* e *O Século*.

Correspondência e outros documentos do espólio de António Aniceto Monteiro entreguei-os na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) em 12 de Setembro de 2017. Assinou o Termo de Doação, por parte da BNP, a sua Directora-Geral, Doutora Maria Inês Cordeiro. A correspondência de António Aniceto Monteiro que chegou a Portugal na Primavera de 2017 foi doada por Luiz Fernando Monteiro, professor da Universidad Nacional del Sur. Logo no início de Fevereiro de 2017, contactei algumas instituições públicas portuguesas de reputação inquestionável (entre as quais a Torre do Tombo) para se decidir o destino final a dar-lhe, tendo-se optado finalmente pela Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), situada no Campo Grande, em Lisboa. Durante meses procedi à desinfestação, ordenação, catalogação e digitalização do espólio. Esta correspondência de António Aniceto Monteiro, bem como outros (poucos) documentos que eu já possuía, encontra-se agora no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea[2], onde poderá ser consultada por quem quiser. Este espólio contém cerca de 2700 cartas, cartas recebidas e cartas enviadas, sendo a mais antiga de 1943, e cerca de 170 outros documentos. Agradecimentos são devidos a Carlos Robledo e seu filho Gabriel, Instituto de Matemática de Bahía Blanca e, naturalmente, Luiz Fernando Monteiro. Neste artigo há apenas uma carta que não provém deste espólio; é dirigida a Mário Dionísio (1916–1993) e pode ser vista na Casa da Achada[3], em Lisboa.

Os arquivos do Rio de Janeiro que foram consultados são: Arquivo Histórico do Itamaraty, Arquivo Nacional e Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), onde também se

[1] Fundação Mário Soares e Maria Barroso, *Diário de Lisboa / Ruella Ramos*, Casa Comum [em linha], 1922--1990, http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_529; a Hemeroteca Digital de Lisboa tem alguns números, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/DiariodeLisboa/DiariodeLisboa_Indice_Total.htm.

[2] Ao espólio de António Aniceto Monteiro, ainda em fase de tratamento arquivístico, foi já atribuída a cota BNP, Esp. N99.

[3] Arquivo Pessoal Mário Dionísio e Maria Letícia Clemente da Silva, 3.7 Correspondência (1915-2003). O Guia do arquivo está disponível em: https://www.centromariodionisio.org/guia.php.

localiza o arquivo da Divisão de Polícia Política e Social. Este artigo não teria sido possível sem a ajuda de quatro pessoas a quem agradeço profundamente: os irmãos Saulo e Sueli Araújo, Elizabeth Brea e Ellen Cristine Monteiro Vogas; esta última, a meu pedido, realizou todo o trabalho de pesquisa nos arquivos do Rio de Janeiro.

Agradeço também a Luís Saraiva, aos *referees* e aos editores as leituras atentas e as importantes sugestões que fizeram e a Luiz Fernando Monteiro as informações prestadas.

Por várias razões, não foi possível consultar, para este artigo, o Arquivo Histórico-Diplomático situado no Palácio das Necessidades, em Lisboa. Certamente alguém o fará no futuro. Talvez aí se encontrem mais documentos da diplomacia portuguesa sobre a perseguição que foi movida a António Aniceto Monteiro no Brasil.

Através dos documentos aqui apresentados, o leitor poderá entender por que razão António Aniceto Monteiro decidiu partir para o exílio no Brasil em 1945, por que razão teve de partir para o exílio na Argentina em 1949, por que razão a partir desta data viu dificultada a atribuição de vistos para reentrar no Brasil e por que razão decidiu permanecer na Argentina e nunca aceitou propostas (com uma excepção que não pôde ser concretizada) para ir para outros países, em particular e sobretudo para os EUA. Ao mesmo tempo, o leitor constatará que é totalmente falso que o matemático partiu para o Brasil por estar "saturado da obstrução dos colegas" (Buescu 2012, 18, 84), é totalmente falso que "foram invejas e intrigas académicas de 'colegas' – e não o envolvimento político – que conduziram à sua queda em desgraça no Brasil" (Buescu 2013, 92) e é totalmente falso que "nem em Portugal nem no Brasil há registo de ele se ter envolvido em actividades políticas" (Buescu 2013, 92). Este artigo é baseado em documentos por uma razão simples: em História, tal como em Matemática, não basta fazer proclamações, não basta gritar *eureka!*, é preciso provar o que se afirma.

Muitas informações que aqui constam foram encontradas na rede; por exemplo, através dos jornais brasileiros é possível saber a data de falecimento de algumas pessoas.

Alguns esclarecimentos

Os dois cenários principais onde decorrem os acontecimentos que se descrevem neste artigo são a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil, mais tarde chamada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), ambos localizados no Rio de Janeiro, então capital do Brasil.

O Rio de Janeiro e a sua área rural constituíam o Distrito Federal. O Estado do Rio de Janeiro, com a capital em Niterói, não incluía o Distrito Federal. Em 21 de Abril de 1960, com a transferência da capital para Brasília, também se transferiu a designação "Distrito

Federal", e o que era anteriormente Distrito Federal passou a chamar-se Estado da Guanabara, tendo à sua frente um governador. Este foi incorporado no Estado do Rio de Janeiro em 1975 e passou a ser um município, tendo à sua frente um prefeito (Silva e Versiani 2016).

Os dois principais ministérios brasileiros que intervêm nos factos que aqui se descrevem são o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

No Ministério das Relações Exteriores (MRE) havia a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dependente desta, foi criado, por portaria de 30 de Janeiro de 1956, o Serviço de Assuntos Consulares e de Passaportes constituído por duas Divisões – a Consular e a de Passaportes – como se pode ver no Anuário do MRE correspondente ao ano de 1957, págs. 9 e 404, acessível através da Hemeroteca Digital do Brasil[4].

Do Ministério da Justiça e Negócios Interiores faziam parte o Departamento do Interior e da Justiça, o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) e outros organismos.

Do Departamento do Interior e da Justiça dependia a Divisão de Assuntos Políticos, de que dependia a Secção de Permanência e Expulsão de Estrangeiros.

O Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) era regulado pelo Decreto n.º 17905, de 27 de Fevereiro de 1945, 1945 (Brasil 1945). O DFSP estava "directamente subordinado ao Ministro de Estado" e tinha a "seu cargo, no Distrito Federal, os serviços de polícia e segurança pública e, no território nacional, os de polícia marítima, aérea e segurança de fronteiras". E adiantava o decreto: "Na execução dos serviços de polícia e segurança pública o DFSP prestará cooperação aos serviços de polícia estaduais, especialmente quando interessada a segurança do Estado e a estrutura das instituições". O DFSP tinha à sua frente um Chefe de Polícia e era composto por vários organismos como, por exemplo, a Divisão de Polícia Política e Social (DPS), a Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (DPM) e a Divisão de Intercâmbio e Coordenação (DIC).

A Divisão de Polícia Política e Social (DPS) tinha sido criada pelo Decreto-lei n.º 6378, de 28 de Março de 1944 (Brasil 1944), subordinada ao DFSP. O Decreto-lei n.º 7887, de 21 de Agosto de 1945 (Brasil 1945b) substituiu-a pela Delegacia de Ordem Política e Social. O Decreto-lei n.º 8168, de 9 de Novembro de 1945 (Brasil 1945d), restaurou a Divisão de Polícia Política e Social.

[4] Hemeroteca Digital, *Funcionários do Ministério das Relações Exteriores* (RJ), 1957, n.º 1, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764000&pesq=Servi%C3%A7o%20de%20Assuntos%20Consulares%20e%20de%20Passaportes&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=9972 e https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764000&pesq=Servi%C3%A7o%20de%20Assuntos%20Consulares%20e%20de%20Passaportes&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=10356

A Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (DPM) estava regulada pelo Decreto n.º 20532-A, de 25 de Janeiro de 1946 (Brasil 1946). Dela, dependia o Serviço de Registo de Estrangeiros (SRE). O SRE tinha várias secções, entre as quais a Secção de Fiscalização (SF) e a Secção de Registo e Controle (SRC). A Divisão de Intercâmbio e Coordenação (DIC) compreendia, entre outras, a Secção de Assistência às Polícias dos Estados (SAE):

> Em 1960, com a transferência da capital para Brasília, o Departamento Federal de Segurança Pública, órgão que abrigava a DPS, passou a se chamar Departamento Estadual de Segurança Pública (DESP). A "DPS, seus servidores, equipamentos e arquivo passaram, provisoriamente, para a custódia do governo do estado da Guanabara recém-criado. As funções da DPS permaneceram e o estado da Guanabara continua centralizando as informações de ordem política e social". Dois anos depois, uma lei estadual criou a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e o Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (DOPS/GB) [criado pela Lei n.º 263, de 24 de Dezembro de 1962.]. (Caldas *et al.* 2015, 262)

Actividade científica em Portugal e no Brasil

António Aniceto Monteiro (1907–1980) foi o grande impulsionador do Movimento Matemático na década 1936–1945. Quando, em 1936, regressa de Paris, acabado o doutoramento, incorpora-se imediatamente nas actividades do Núcleo de Matemática, Física e Química, que se iniciam a 16 de Novembro, dinamizadas principalmente por ele e pelos físicos António da Silveira (1904–1985) e Manuel Valadares (1904–1982); foi provavelmente nos trabalhos do *Núcleo* que Monteiro se encontrou pela primeira vez com Bento de Jesus Caraça (1901–1948) e Ruy Luís Gomes (1905–1984). O *Núcleo* acaba por se "desintegrar" em 1939. Em 1937, Monteiro funda a revista *Portugaliae Mathematica*, editada por António Monteiro, com a cooperação de Hugo Ribeiro, J. Paulo e M. Zaluar Nunes. Em 1939, põe a funcionar o Seminário da Análise Geral, em Lisboa. Hugo Ribeiro (1910–1988) e José Sebastião e Silva (1914–1972) foram seus alunos nessa época, tendo mais tarde completado o doutoramento na Suíça e em Roma, respectivamente. No fim de 1939, é fundada a *Gazeta de Matemática* por Bento de Jesus Caraça, António Monteiro, Hugo Ribeiro, José da Silva Paulo e Manuel Zaluar. Em Fevereiro de 1940, por sua iniciativa, começa a funcionar o Centro de Estudos Matemáticos de Lisboa. Em 12 de Dezembro de 1940, é fundada, com a sua forte contribuição, a Sociedade Portuguesa de Matemática, da qual é eleito Secretário-Geral. A Junta de Investigação Matemática (JIM) é fundada em 4 de Outubro de 1943 por Ruy Luís Gomes, Aureliano de Mira Fernandes (1884–1958) e António Aniceto Monteiro. Nesse ano, financiado pela JIM, vai trabalhar no Centro de Estudos Matemáticos

do Porto, onde dirige o Seminário de Topologia Geral. Aí orienta Alfredo Pereira Gomes (1919–2006), que completará o seu doutoramento em 1946, já na ausência de Monteiro. Por se recusar a assinar uma declaração de apoio ao regime ("Declaro por minha honra que estou integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas") e dessa atitude resultar a impossibilidade de ganhar a vida como professor (Rezende 2013, 64-68; Rezende 2016, 145-148, Rezende 2017a), parte para o exílio, no Brasil, em 1945.

António Aniceto Monteiro chega ao Rio de Janeiro para ocupar uma cátedra de Análise Superior na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) em Março de 1945. Nesse mesmo ano, é nomeado membro do Comité de Redacção da revista *Summa Brasiliensis Mathematicae* que a Fundação Getúlio Vargas edita. Em 1945 e 1946, Monteiro é investigador do Núcleo Técnico Científico da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro), dirigido por Lélio Gama. Em 1948, inicia a série de publicações intituladas *Notas de Matemática*. Nos anos 1948––1949, são editados seis fascículos. Em 1949, António Aniceto Monteiro participa activamente na criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), no Rio de Janeiro, do qual é membro fundador e para o qual é contratado como investigador de Matemática. Nesse mesmo ano, lecciona um curso de Introdução à Matemática para os investigadores do Instituto de Biofísica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro por convite do seu Director, Carlos Chagas. No dia 5 de Dezembro de 1949, ido do Brasil, chega a Buenos Aires, dando início ao seu segundo exílio.

A ditadura de Getúlio Vargas, o que a antecedeu e o que se seguiu

No dia 8 de Julho de 1940, desembarcam no Rio de Janeiro, tendo viajado de Lisboa no navio *Colonial*, dois "húngaros, Maria Vieira da Silva Szenes (nascida em Lisboa em 13/7/1908) e Árpád Szenes (nascido em Budapeste em 6/5/1897), casados, artistas pintores, com residência no país de origem na Nagy Janos Utca, Budapeste". Viajam com o "passaporte n.º 1/113 K.A.1940 expedido pelas autoridades de Legação da Hungria em Lisboa na data 18/1/1940 visado sob o n.º 999". Isto é o que se pode ler nas respectivas "fichas consulares de qualificação"[5]. Maria é, de facto, a conhecida pintora Maria Helena Vieira da Silva. A razão pela qual, na ficha consular de qualificação, aparece como "húngara" está por esclarecer. Por esclarecer também está a razão pela qual ela assina essa ficha "Maria Vieira da Silva Szenes". Maria Helena e Arpad (em húngaro escreve-se "Árpád") chegam ao Brasil em plena ditadura de Getúlio Vargas.

[5] Cf. *FamilySearch*: https://tombo.pt/conteudo/familysearch.

Movimentos tenentistas

Nos anos 20 do século passado, vivia-se um clima de grande insatisfação nos quartéis brasileiros, onde havia muitas carências, faltava tudo. A situação de degradação das condições de vida no exército atingia especialmente os tenentes, que tinham de aguardar muito tempo por uma promoção. Isso originou a eclosão de várias insurreições militares que ficaram conhecidas como movimentos "tenentistas". No entanto, as reivindicações passaram também a ter um cunho político democrático como, por exemplo, a exigência do voto secreto e a independência do poder judicial. Em 5 de Julho de 1922, eclodiram insurreições militares no forte de Copacabana, na Vila Militar, no forte da Vigia, na Escola Militar do Realengo e no 1.º Batalhão de Engenharia, entre outros. Em 1924, também houve várias insurreições iniciadas em 5 de Julho. Em Outubro do mesmo ano, iniciou-se uma insurreição em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, sob o comando do capitão Luís Carlos Prestes (1898–1990), à frente do 1.º Batalhão Ferroviário. De várias partes vieram mais militares, que acabaram por formar a Coluna Prestes, a que se juntaram revoltosos de São Paulo comandados por Miguel Costa. Nos quase dois anos e meio seguintes os 1500 homens percorreram 25 000 km. No final tinham cerca de 750 baixas, sobretudo devido a doenças. Os principais integrantes partiram para o exílio. Luís Carlos Prestes tornou-se, mais tarde, comunista.

Ascensão de Getúlio Vargas

Em 1 de Março de 1930, foram realizadas eleições presidenciais ganhas por Júlio Prestes. Todavia, este nunca chegaria a tomar posse em virtude do golpe de estado que seria desencadeado em Outubro desse ano e que levaria ao poder o candidato derrotado, Getúlio Vargas (1882–1954), em 3 de Novembro.

A resistência a Getúlio Vargas organizou-se. Em Março de 1935, foi fundada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), para lutar contra o fascismo e o imperialismo, à imagem das frentes populares europeias. Com influência do Partido Comunista do Brasil (PCB), congregava, além de comunistas, gente de esquerda como militares, católicos, operários e intelectuais, opositores de Getúlio Vargas. Luís Carlos Prestes, dirigente comunista recentemente regressado da União Soviética, foi eleito seu presidente de honra por proposta do então estudante Carlos Lacerda. A ANL inspirou a revolta que estourou em 23 de Novembro de 1935 com insurreições militares na cidade de Natal e, no dia 27, no Rio de Janeiro. A repressão foi brutal, levando à prisão de milhares de pessoas. Entre os presos estava Olga Gutmann Benário (1908–1942), esposa de Luís Carlos Prestes, que, por ser alemã, mesmo estando grávida, foi deportada para a Alemanha, onde acabou por

morrer, executada pelos nazis, num campo de concentração (Abreu 2009; Abreu 2009a; Prestes 2009)[6].

O Estado Novo de Getúlio Vargas

Em 10 de Novembro de 1937, novo golpe de estado, chefiado por Getúlio Vargas, que instaurou o chamado Estado Novo e significou o aprofundamento da ditadura à imagem dos fascismos europeus. A Constituição de 1937 levou à instituição da censura e à perseguição dos comunistas. O nome "Estado Novo" foi copiado do que foi dado ao regime português a partir da Constituição de 1933. Getúlio admirava o ditador português, António de Oliveira Salazar (1889–1970), e importou para o Brasil as suas práticas e as suas instituições; por exemplo, o seu Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi copiado do Secretariado de Propaganda Nacional. Os governos português e brasileiro eram admiradores e seguidores dos governos italiano e alemão. Salazar tinha sobre a secretária um retrato autografado de Mussolini trazido de Roma por António Ferro.

Abertura democrática e novamente a repressão

Com o aproximar do fim da guerra e a derrota que se anunciava do nazifascismo, a ditadura de Getúlio entrou naturalmente em declínio em grande parte devido à pressão popular.

De 22 a 27 de Janeiro de 1945, realizou-se, no Teatro Municipal de São Paulo, o Primeiro Congresso Nacional de Escritores, que constituiu uma manifestação de oposição à ditadura; Aníbal Machado (presidente) e Jorge Amado, entre outros, faziam parte da mesa. O leitor retenha estes dois nomes, que aparecerão mais tarde associados a Monteiro num ofício da polícia de 9 de Dezembro de 1949.

Foi em Fevereiro de 1945 que a imprensa do Rio de Janeiro resolveu unanimemente não entregar os seus artigos ao DIP para serem inspeccionados; a insubmissão começou na edição do dia 22 de Fevereiro do *Correio da Manhã*[7] com uma entrevista de José Américo de Almeida ao jornalista Carlos Lacerda (Silva 2003); por coincidência, ou não, poucos dias depois, António Aniceto Monteiro e família embarcavam para o Brasil. No seguimento da entrevista, Getúlio marcou eleições (28 de Fevereiro de 1945) e amnistiou os presos políticos (18 de Abril de 1945). O Partido Comunista do Brasil começou a actuar livremente e adquiriu grande força. Outros partidos se formaram: União Democrática Nacional (7 de

[6] Sobre Olga Benário ver ainda: Folha de S. Paulo 2001; Lima 2017; Ribeiro 2019, 188.

[7] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1945, n.º 15431, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22Declara%C3%A7%C3%B5es%20do%20Sr.%20Jos%C3%A9%20Am%C3%A9rico%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=24792

Abril de 1945), Partido Trabalhista Brasileiro, com Getúlio a presidente de honra (15 de Maio de 1945), Partido Social Democrático, que lançou como candidato à presidência o general Eurico Gaspar Dutra (17 de Julho de 1945).

Em 2 de Abril de 1945, o Brasil estabelece relações diplomáticas com a União Soviética.

Em 23 de Maio de 1945, realiza-se um comício do Partido Comunista do Brasil (PCB), no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, com cem mil pessoas e a intervenção de Luís Carlos Prestes, seu secretário-geral.

Foi neste contexto que foi fundado, por pessoas ligadas ao PCB, o jornal *Tribuna Popular*. A direcção inicial era constituída por Pedro Motta Lima, Aydano do Couto Ferraz, Álvaro Moreyra, Dalcídio Jurandir e Carlos Drummond de Andrade[8]. Teve uma vida curta devido à repressão de que o partido foi vítima. O primeiro número saiu em 22 de Maio de 1945 e o último em 28 de Dezembro de 1947. No final dos anos 1940, por iniciativa do PCB, foi fundado o jornal *Imprensa Popular*, com Pedro Motta Lima a director; o último número saiu em 1958.

Em 27 de Outubro de 1945, o PCB obtém o seu registo eleitoral no Tribunal Superior Eleitoral, ficando assim reconhecida oficialmente a sua legalidade.

Em 29 de Outubro de 1945, Getúlio demite-se para evitar ser deposto por um golpe militar, chefiado por Eurico Gaspar Dutra (1883–1974), e parte para o exílio na sua terra natal. É substituído por José Linhares, que era o presidente do Supremo Tribunal Federal. No dia 2 de Dezembro, são realizadas eleições para o Senado Federal, para a Câmara dos Deputados e para a presidência. Getúlio é eleito senador e o general Eurico Gaspar Dutra é eleito presidente, com o apoio de Getúlio.

Em 15 de Março de 1946, promulgando o Decreto-lei n.º 9070 (Brasil 1946a), Gaspar Dutra limita fortemente o direito à greve "dando ao governo condições de declarar qualquer greve ilegal" (Kornis e Santana 2009). Uma nova Constituição é promulgada em 18 de Setembro de 1946.

Em 7 de Maio de 1947, Gaspar Dutra suspende o funcionamento da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) e o Tribunal Superior Eleitoral cancela o registo do Partido Comunista do Brasil; no dia 9 de Maio, por ordem do Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, é proibida a actividade do partido e todas as suas sedes são mandadas fechar; desencadeia-se uma forte repressão contra os comunistas.

Harry Truman, presidente dos EUA, chega ao Brasil no dia 1 de Setembro de 1947. No dia seguinte é assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, que subordina os

[8] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular* (RJ), 1945, n.º 1, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=Aydano%20Moreyra%20Jurandir&pagfis=1

militares latino-americanos aos Estados Unidos, nomeadamente à sua política de Guerra Fria. Em 5 de Setembro, Truman discursa na Câmara dos Deputados.

Em 21 de Outubro de 1947, o Brasil rompe relações com a União Soviética.

Em 10 de Janeiro de 1948, a Câmara dos Deputados aprova, por 179 contra 74 votos, a destituição dos deputados do PCB.

Entre Janeiro de 1945 e Maio de 1947, assistiu-se a uma relativa abertura democrática no Brasil; este intervalo de tempo de cerca de dois anos e três meses marcaria definitivamente o futuro de Monteiro. Nesse período, expôs claramente as suas posições antifascistas de oposição ao governo português, o que o tornou um alvo mais fácil das perseguições políticas urdidas entre as tramas universitárias, as diplomacias brasileira e portuguesa e as respectivas polícias.

Getúlio, Juscelino, Jânio e Goulart

Em 3 de Outubro de 1950, realizam-se eleições para a Presidência da República do Brasil. Getúlio Vargas concorre e ganha. Toma posse no dia 31 de Janeiro de 1951.

Getúlio Vargas suicida-se em 24 de Agosto de 1954, na sequência do escândalo em torno do atentado da Rua Tonelero, em Copacabana, perpetrado a 5 de Agosto, visando o assassinato do jornalista e político Carlos Lacerda, um forte adversário do presidente. Sucede-lhe imediatamente o vice-presidente, Café Filho, que ocupa o cargo até 8 de Novembro de 1955. Em 3 de Outubro, tinha havido eleições ganhas por Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902–1976). Por motivo de doença, Café Filho dá lugar a Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados. Este, num ambiente de golpes palacianos, é deposto ao fim de três dias, sendo substituído por Nereu Ramos, que fica até 31 de Janeiro de 1956, dia da posse de Juscelino como presidente, tendo como vice-presidente João Goulart. A Juscelino sucederá Jânio Quadros (1917–1992), tendo também como vice-presidente João Goulart. Ocupa o posto pelo breve período de 31 de Janeiro a 25 de Agosto de 1961, data em que renuncia. Por Goulart se encontrar ausente do país, ocupa interinamente o lugar de presidente, por treze dias, Ranieri Mazzilli, o presidente da Câmara dos Deputados. João Goulart (1919–1976) toma posse em 8 de Setembro de 1961 e, em 2 de Abril de 1964, é deposto por um golpe militar iniciado na antevéspera.

Ditadura militar

De 2 a 15 de Abril de 1964, assume a presidência, mais uma vez, formalmente, Ranieri Mazzilli, embora fossem os militares a deter o poder, de facto. Segue-se o longo e duro período da ditadura militar, com um brigadeiro, um almirante, vários generais e dois

marechais na presidência da república: Castelo Branco, de 15 de Abril de 1964 a 15 de Março de 1967; Costa e Silva, de 15 de Março de 1967 a 31 de Agosto de 1969; a Junta Governativa Provisória, no pior período da ditadura, de 31 de Agosto a 30 de Outubro de 1969; Emílio Garrastazu Médici, de 30 de Outubro de 1969 a 15 de Março de 1974; Ernesto Geisel, de 15 de Março de 1974 a 15 de Março de 1979; João Figueiredo, de 15 de Março de 1979 a 15 de Março de 1985.

Um convite para o Brasil

Nos anos 1940, António Aniceto Monteiro, impedido de trabalhar em Portugal, vê-se obrigado a procurar trabalho no estrangeiro. Com data de 16 de Julho de 1943, recebe de Francisco Clementino de San Tiago Dantas, director da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil, o Ofício N.º 797, um convite para lá exercer a sua profissão:

> Sr. Professor Antonio Monteiro: Como diretor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, venho convidar a V.Excia., em nome do Conselho Técnico Administrativo e da Congregação de Professores, para integrar o corpo docente da nossa Faculdade, na qualidade de professor contratado, lecionando Análise Superior, cadeira até aqui regida pelo professor Gabrielle Mammana. Seu nome é bem conhecido e estimado em nosso meio universitário, e recentemente chegaram às nossas mãos recomendações especiais dos professores von Neumann e Einstein, que mais acentuaram nosso desejo de contar com a sua colaboração. (BNP, Esp. N99, cx. 4)[9]

Francisco Clementino de San Tiago Dantas (1911–1964), conhecido por San Tiago Dantas, era um jornalista, advogado, professor e político. É muito relevante para a compreensão dos acontecimentos que aqui se descrevem que ele tenha sido Ministro das Relações Exteriores de 8 de Setembro de 1961 a 12 de Julho de 1962, durante a presidência de João Goulart. Foi ainda Ministro da Fazenda de 23 de Janeiro de 1963 a 20 de Junho de 1963.

Após mais de um ano de uma difícil espera (Fitas e Videira 2004), no início de 1945 chegou finalmente a possibilidade de Monteiro embarcar para o Rio de Janeiro. Mas era ainda necessário tratar de vários documentos junto da embaixada do Brasil em Lisboa.

O Decreto-lei n.º 406, de 4 de Maio de 1938 (Brasil 1938) , que "dispõe sôbre a entrada de estrangeiros no território nacional", diz no seu Art. 6.º: "Não será aposto o visto […] se

[9] Como todas as cartas citadas neste artigo, excepto a dirigida a Mário Dionísio, esta pertence ao Espólio de António Aniceto Monteiro, ainda em fase de tratamento, mas à consulta, na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), em Lisboa, com a cota Esp. N99.

a autoridade consular tiver conhecimento de fatos ou razoável motivo para considerar o estrangeiro indesejável". O Decreto n.º 3010, de 20 de Agosto de 1938 (Brasil 1938a), que regulamenta o referido Decreto-lei n.º 406, enumera os documentos necessários para entrar no Brasil. Aqueles que quisessem permanecer mais de seis meses, como era o caso de Monteiro, teriam de comparecer, em pessoa, perante a autoridade consular, apresentando o passaporte e diferentes atestados, entre os quais um "negativo de antecedentes penais dos últimos cinco anos, expedido por autoridade policial competente", e outro "de não ser de conduta nociva à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições, passado por autoridade policial, ou duas pessoas idôneas, a critério da autoridade consular". Este último era passado em Portugal pela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), isto é, pela sinistra polícia política que, em 22 de Outubro de 1945, mudou o seu nome para Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). Esta exigência manteve-se assim ao longo dos anos, como veremos mais adiante na carta a Gabriel Fialho de 13 de Julho de 1960. No Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, encontra-se o pedido e a resposta da PVDE, no caso de Monteiro. O primeiro, datado de 6 de Fevereiro de 1945, estava assinado por Piedade de Jesus Bento (proprietária de uma casa de passagens e passaportes na Rua Nova do Carvalho, 10), que foi certamente quem lhe tratou da documentação, o que mostra a natureza rotineira deste requerimento (E. D. significa "espera deferimento"):

> Exmo. Snr. Director da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado: ANTÓNIO ANICETO RIBEIRO MONTEIRO, casado, de 37 anos de idade, professor catedrático, filho de António Ribeiro Monteiro e de Maria Joana Lino de Figueiredo e Silva Monteiro, natural de Santo André – Mossâmedes – África Ocidental Portuguesa; requer a V. Exª, para fins de embarque para o Brasil, atestado de que não exerce ou exerceu qualquer actividade subversiva; e assim E. D.

Já a resposta da Secretaria Geral da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, de 10 de Fevereiro de 1945, não seria tão rotineira:

> CERTIDÃO – ANTÓNIO DE CASTRO SILVA, adjunto da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, CERTIFICO, em cumprimento do despacho retro, que nos registos desta Polícia não consta que o requerente ANTÓNIO ANICETO RIBEIRO MONTEIRO tenha desenvolvido qualquer actividade revolucionária, ou professe ideias extremistas. E por ser verdade se passa a presente certidão que por mim vai assinada, levando o selo branco desta Polícia.

Não haja, porém, ilusões. Monteiro não seria formalmente do conhecimento da polícia política, mas era certamente do conhecimento de outras autoridades, nomeadamente académicas (Rezende 2016, 141-143).

Em 26 de Fevereiro de 1945, António Aniceto Monteiro escreve a Mário Dionísio: "Estou em vésperas do embarque. Devia partir num barco espanhol mas à última hora consegui transferir a minha passagem para o 'Serpa Pinto' que chega ao Rio em 15 dias. […] É meio-dia e meia hora de 2ª feira; eu embarco depois de amanhã às 3 da tarde"[10].

A Pensão Internacional

António Aniceto Monteiro e a família chegam ao Rio de Janeiro no dia 16 de Março de 1945 (*Diário da Noite* desse dia[11]). Vão viver para o que outrora tinha sido o Grande Hotel Internacional, no Silvestre, localizado no bairro de Santa Teresa, onde já habitavam Maria Helena Vieira da Silva (1908–1992) e Arpad Szenes (1897–1985).

Em 1896 o jornal *The Rio News*[12] anunciava que o hotel estava "situated on the picturesque Santa Theresa Hill" e o *Jornal do Brasil*[13] publicava o seguinte:

> Grande Hotel Internacional, o primeiro desta capital, situado na saudável floresta do Silvestre, em Santa Thereza, rua do Aqueducto n. 108, telephone n. 8018, bonds à porta até 1 hora e 40 minutos da noite. Os srs. passageiros podem mandar as suas bagagens à rua da Assembléa n. 72, de onde serão conduzidas para o hotel e onde se dão todas as informações. O hotel fornece carros para conducção dos srs. hóspedes à estrada de ferro, para o trem da manhã.

Vaslav Nijinsky, célebre bailarino, aí passou a sua lua-de-mel em 1913. Em turné pela América do Sul, na companhia Bailados Russos de Sergei Diaghilev, casou-se, em 10 de Setembro, em Buenos Aires, com Romola de Pulszky. Na entrevista que deu ao *Correio da Manhã* de 17 de Outubro[14], assim é descrito o ambiente:

[10] CASA DA ACHADA, Arquivo Pessoal de Mário Dionísio e Maria Letícia Clemente da Silva, 3.7 Correspondência (1915-2003).

[11] Hemeroteca Digital, *Diário da Noite* (RJ), n.º 3724, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_02&pesq=%22Antonio%20Aniceto%20Monteiro%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=27077

[12] Hemeroteca Digital, *The Rio News*, 1896, n.º 27, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=349070&pesq=picturesque%20Santa%20Theresa&pagfis=4875

[13] Hemeroteca Digital, *Jornal do Brasil* (RJ), 1896, n.º 292, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_01&pesq=%22Grande%20Hotel%20Internacional%22%20%22o%20primeiro%20desta%20capital%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=7090

[14] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1913, n.º 5374, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_02&pesq=%22OS%20BAILADOS%20RUSSOS%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=16486

> Alto de Santa Thereza, à tarde. A luz do sol vivo de hontem entrava livremente pelos immensos halls do Hotel Internacional. A viagem havia sido um bom prenúncio para a entrevista com o grande bailarino: dansavam as árvores, em meneios languidos; borboletas bailavam, tambem; a natureza, toda, parecia obedecer a um rhythmo superior.

Com o passar do tempo, nos anos 1930, o interesse das pessoas voltou-se para as praias e com isso veio a degradação do hotel, que se passou a chamar "pensão" (Lamego 2007, 17). Nos anos 1940 podiam ver-se na imprensa anúncios como este: "Pensão Internacional. Santa Teresa, Rua Almirante Alexandrino, 964. Ótimos aposentos. Excelente passadio. No melhor local do distrito federal, 25 minutos do Largo da Carioca. FONE: 25-7015. Bondes de 15 em 15 minutos 'Silvestre' ou 'Lagoinha'"[15].

Maria Helena e Arpad conhecem-se em Paris, para onde foi em 1928 para estudar escultura e pintura. Em 22 de Fevereiro de 1930, casam-se e, com isso, Maria Helena perde a nacionalidade portuguesa. Instalam-se na Villa des Camélias, onde têm também o seu local de trabalho. Tornam-se apátridas, provavelmente devido à situação na Hungria e ao facto de Arpad ser judeu. Em 1939, fugidos à guerra e ao nazismo, vêm para Portugal. Para poderem obter a nacionalidade portuguesa, Arpad converte-se ao catolicismo e casam-se religiosamente na igreja de S. Sebastião da Pedreira. Mesmo assim, a nacionalidade é-lhes negada e por esse motivo decidem emigrar para o Brasil. Já habitavam na Pensão Internacional desde 1942 quando António Aniceto Monteiro e a família chegaram ao país.

O ateliê de Maria Helena confundia-se com a casa que habitavam e era um dos dez chalés vizinhos do grande edifício. Neste, instalou Arpad o seu ateliê. Foi também para aí que foi habitar a família Monteiro. Ruben Navarra, crítico de arte, também lá morava. O artista francês Jacques van de Beuque (1922–2000), exilado da guerra, e o pintor brasileiro Carlos Scliar (1920–2001) ocupavam igualmente chalés (Lamego 2007, 18-19).

O físico José Leite Lopes (1918–2006) morou na Pensão Internacional, como conta em *Cinqüenta e cinco Anos de Física no Brasil: Evocações* (Lopes 1985; Lopes 2004, 35):

> Relembro a figura de Antônio Aniceto Monteiro, matemático português que deu importante contribuição matemática no Brasil enquanto aqui esteve como professor na FNFi, até que pressões políticas oriundas do regime salazarista de Portugal tiveram força suficiente, nesta universidade, àquela época, para afastá-lo.

[15] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1942, n.º 14757, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22Pens%C3%A3o%20Internacional%22%20Silvestre%E2%80%99%20ou%20%E2%80%98%20Lagoinha%E2%80%99%20%22Rua%20Almirante%20Alexandrino%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=14483

> Lembro da Pensão Internacional de Santa Teresa no Rio de Janeiro, para onde fui em 1946, depois de casar-me, assumir a cátedra na Faculdade Nacional de Filosofia. Ali estavam os Monteiro, o casal de pintores Maria Helena Vieira da Silva e Arpad Szenes, mundialmente famosos, o pintor Carlos Scliar, o saudoso crítico de arte Ruben Navarra e os nossos vizinhos e amigos, os ceramistas Anna e Adolpho Soares, num ambiente onde pairava talvez a sombra de Isadora Duncan, que lá – dizem – havia se hospedado e para onde iam, freqüentemente, à noite, Murilo Mendes, Manuel Bandeira, Heitor Grillo e Cecília Meirelles.

Não é de admirar que a polícia se interessasse pelos habitantes e pelas visitas da Pensão Internacional e de outros hotéis de Santa Teresa. Monteiro notava a sua presença: "Ele conhecia bem os agentes da PIDE (Polícia de Investigação e de Defesa do Estado), de Portugal, e não foi difícil perceber que mesmo no Brasil era vigiado, conforme presenciou Leite Lopes em uma de suas viagens no bondinho de Santa Tereza" (Silva 1997, 117). Os agentes bem podiam ser da PIDE ou da DPS, a Divisão de Polícia Política e Social. É possível que houvesse portugueses, agentes ou informadores, interessados na vida de Monteiro. Quanto à DPS, essa interessou-se mesmo pelo matemático português.

Não era muito lucrativo o trabalho profissional de Arpad e Maria Helena. Ele dava bastantes aulas, tinha muitos alunos. Ela também ensinava; o filho mais velho dos Monteiro foi seu aluno. Contavam com a ajuda dos amigos, especialmente Cecília Meireles, na compra e encomenda de obras (Lamego 2007, 16, 18). Eis um apanhado, baseado na leitura dos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital do Brasil, das exposições em que os seus trabalhos foram exibidos (a data é a da inauguração):

- **23 de Novembro de 1940:** Exposição de Arpad Szenes na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Segundo a imprensa mereceram "especial destaque os retratos" de Adalgisa Nery Fontes, Karla Konder, Branca Lage, Gelsa Ribeiro da Costa, Yone Stamato, Léa Bach, Murilo Mendes, Mário de Andrade, Álvaro Ribeiro da Costa, Aníbal Machado, Jorge de Lima e Hélio Vianna[16].
- **18 de Novembro de 1941:** Mais uma vez na sede da ABI, a primeira exposição de artistas modernos portugueses. Obras de Ofélia Marques, Maria Helena Vieira da Silva, Estrela Faria, Almada Negreiros, Paulo, Tom, Bernardo Marques, Eduardo Anahory e Botelho[17].

[16] Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias* (RJ), 1940, n.º 275, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_07&pesq=Szenes&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=3761

[17] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1941, n.º 5849, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=%22Exposi%C3%A7%C3%A3o%20de%20artistas%20portugueses%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=7768

- **7 de Julho de 1942:** No Museu Nacional de Belas Artes, exposição de desenhos e pinturas de Maria Helena Vieira da Silva[18].
- **30 de Abril de 1944:** No Instituto de Arquitetos do Brasil, exposição das ilustrações feitas por quinze pintores para o livro *Os Contistas Russos*, primeiro volume da série *Contos do Mundo*, organizada por Rubem Braga para a Companhia Editora Leitura. Desenhos de Arpad Szenes, Oswaldo Goeldi, Clóvis Graciano, Carlos Scliar, Eros Gonçalves, Augusto Rodrigues, Maria Helena Vieira da Silva, Alcides da Rocha Miranda, Lívio Abramo, Burle Marx, Lescochek, Manoel Martins, Guignard, Aldo Bonadei e Athos Bulcão[19].
- **5 de Dezembro de 1944:** Exposição de Maria Helena Vieira da Silva na Galeria Askanasi[20].
- **1947:** Ilustrações de Arpad Szenes para *A canção de amor e morte do porta-estandarte Cristóvão Rilke*, de Rainer Maria Rilke, tradução de Cecília Meireles[21].
- **2 de Maio de 1947:** Na sede do Instituto de Arquitetos do Brasil, o *Atelier Silvestre*, dirigido por Arpad Szenes, inaugura uma exposição de pintura de um grupo de artistas novos: Almir Mavignier, E. A. Morais Rego, Frank Schaeffer, Gennaro

[18] Hemeroteca Digital, *Diretrizes: Política, Economia, Cultura*, 1942, n.º 107, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=163880&pesq=%22grande%20artista%20portuguesa%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=4312, *A Manhã* (RJ), 1942, n.º 279, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pesq=%22Maria%20Helena%20Vieira%20da%20Silva%22&pagfis=16299 e https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pesq=%22Maria%20Helena%20Vieira%20da%20Silva%22&pagfis=16302

[19] Hemeroteca Digital, *Leitura* (RJ), 1944, n.º 16, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=115509&pesq=%22Contistas%20russos%22%20Arpad&pagfis=2787, e n.º 18, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=115509&pesq=%2215%20pintores%22%20exposi%C3%A7%C3%A3o&pagfis=2928, e *Sombra* (RJ), 1944, n.º 33, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=151157&pesq=Arpad&pagfis=2962

[20] Hemeroteca Digital, *A Manhã* (RJ), 1944, n.º 1026, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pesq=%22Helena%20Vieira%20da%20Silva%22&pagfis=25138 e https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pesq=%22Maria%20Helena%22%20Galeria&pagfis=25139, *Diário Carioca* (RJ), 1944, n.º 5059, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_03&pesq=%22Helena%20Vieira%20da%20Silva%22%20%22Galeria%20Askanasi%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=19013 e *Leitura* (RJ), 1945, n.º 25, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=115509&pesq=%22Helena%20Vieira%20da%20Silva%22%20Galeria&pagfis=3346

[21] Hemeroteca Digital, *Sombra* (RJ), 1947, n.º 66, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=151157&pesq=%22A%20can%C3%A7%C3%A3o%20de%20amor%20e%20morte%22&pagfis=5630 e *Diário de Pernambuco* (PE), 1947, 269,https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_12&pesq=%22Rainer%20Maria%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=28034

Vidal, Kathleen Waters, Lígia Junqueira, Polly McDonell, Bela Kennedy e Regina Schaeffer[22].

Arpad fazia muitos retratos. Numa consulta não exaustiva aos jornais registei os de Haydée Nicolussi[23], Cecília Meireles[24], García Lorca[25], Adalgisa Nery[26], Dulcina de Morais[27], Odilon Azevedo e Dulcina de Morais[28], Pablo Neruda[29], Luís Carlos Prestes[30], Graciliano Ramos[31], José Lins do Rego[32], Murilo Mendes[33], Maria Helena Vieira da Silva[34]. Muitos destes aparecem na revista *Leitura*. Também retratou António Aniceto Monteiro e a esposa, Lídia.

[22] Hemeroteca Digital, *Jornal do Brasil* (RJ), 1947, n.º 100, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&pesq=%22ATELIER%20SILVESTRE%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=46304

[23] Hemeroteca Digital, *Autores e Livros : suplemento literário de A Manhã* (RJ) - 1941 a 1950, 1944, n.º 3, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066559&pesq=%22Haydee%20Nicolussi%22%20%22Ultimo%20desejo%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1781

[24] Hemeroteca Digital, *A Manhã* (RJ), 1946, n.º 1365, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pesq=Cecilia%20Meireles%20Arpad&pagfis=28916, *Correio da Manhã* (RJ), 1947, n.º 16270, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=Arpad%20Szenes&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=38933 e *Leitura* (RJ), 1964, n.º 83-84, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=115509&pesq=arpad%20szenes&pagfis=687

[25] Hemeroteca Digital, *Leitura* (RJ), 1944, n.º 15, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=115509&pesq=Lorca%20Arpad&pagfis=2719 e *Leitura* (RJ), 1957, n.º 2, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=115509&Pesq=Garcia%20Lorca%20arpad&pagfis=5444

[26] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1941, n.º 5675. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&Pesq=Adalgisa%20Szenes&pagfis=5317

[27] Hemeroteca Digital, *Leitura* (RJ), 1944, n.º 15. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=115509&pesq=Szenes&pagfis=2745

[28] Hemeroteca Digital, *Leitura* (RJ), 1944, n.º 15. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=115509&pesq=Dulcina%20Arpad&pagfis=2756

[29] Hemeroteca Digital, *Leitura* (RJ), 1945, n.º 29. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=115509&pesq=%22Pablo%20Neruda%22%20Arpad&pagfis=3715

[30] Hemeroteca Digital, *Leitura* (RJ), 1945, n.º 29. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=115509&pesq=Prestes%20Arpad&pagfis=3788

[31] Hemeroteca Digital, *Leitura* (RJ), 1957, n.º 1. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=115509&pesq=graciliano%20ramos%20arpad&pagfis=5373

[32] Hemeroteca Digital, *Leitura* (RJ), 1957, n.º 4. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=115509&pesq=%22Jos%C3%A9%20Lins%22%20arpad&pagfis=5577

[33] Hemeroteca Digital, *Diário de Pernambuco* (PE), 1947, n.º 92. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_12&pesq=%22Mendes%20no%20Recife%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=25810

[34] Hemeroteca Digital, *Anuário Brasileiro de Literatura* (RJ), 1942, n.º 6. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=158550&pesq=%22Murilo%20Mendes%22%20%22Amor%20e%20pintura%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2223 e *Diário de Notícias* (RJ), 1948, n.º 7869, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=%22Not%C3%ADcia%20dos%20Bichos%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=39460

Numa crónica de *O Jornal*, de 14 de Julho de 1946[35], intitulada "Retorno de Arpad Szenes", a poetisa Haydée Nicolussi (1905–1970), que tinha estado presa dez anos antes com Olga Benário e outras mulheres (Lima 2017, 51; Ribeiro 2019, 187-189), "a bonita moça, loura, desenhada por Arpad Szenes" (como a descreveu Carlos Drummond de Andrade no *Jornal do Brasil*, de 21 de Fevereiro de 1970[36], aquando da sua morte), conta-nos assim as suas idas à casa do casal de pintores:

> Não foi à toa que ele e Maria Helena escolheram para morar um dos recantos mais fabulosos do Rio de Janeiro: as ruínas do Hotel Internacional, escondido entre os bosques húmidos do Silvestre, onde outrora um outro casal de artistas extraordinários, Nijinsky e Romola, passaram a lua-de-mel.
>
> Escrevo essas notas num dia frio e ventoso de Julho e essa ventania me traz justamente a memória dos dias de chuva e de frio que passei em companhia de Arpad e Maria Helena, posando para o retrato que deveria ilustrar o meu primeiro livro de versos.
>
> O vento desgalhava furiosamente as árvores da mata. Folhas, libélulas, morcegos, asas e nuvens, tudo parecia voar sem rumo numa atmosfera lívida de tarde sem crepúsculo, até que a chuva começou a riscar o céu com fios de cristal apagando aquelas cintilações breves de asas cor de ouro, de esmaltes verdes ou de fuligem. Longe batiam janelas e portas desmanteladas. Perto estremeciam vigas, soalhos podres, rastejos trêmulos de ratinhos assustados e de baratas.
>
> Aureolado pela nuvem azul de um cigarro, Arpad Szenes falava de Botticelli e trabalhava em largas curvas e retas, ao contrário de Maria Helena que, pendida como um pássaro pernalta sobre o espelho de uma prancha, ia juntando com a ponta do pincel pedrinhas preciosas de um mosaico imaginário que assírios e bizantinos deixaram na sua imaginação.
>
> E todas as tardes, quando eu voltava para a cidade, eles enchiam as minhas mãos de ramos de hera orvalhada pela chuva e eu descia a montanha tão feliz como se tivesse acabado de conviver com velhos deuses do Olimpo.
>
> Bem-aventurados moradores da velha casa da mata!

[35] Hemeroteca Digital, *O Jornal* (RJ), n.º 8039, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pesq=Hayd%C3%A9e%20Nicolussi%20Szenes&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=34017

[36] Hemeroteca Digital, *Jornal do Brasil* (RJ), 1970, n.º 270, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=Hayd%C3%A9e%20Nicolussi&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=180921

Num dia chuvoso, 27 de Fevereiro de 1947, Maria Helena regressa a Paris na terceira classe do paquete *Campana* (Lamego 2007, 1). Acompanha-a o seu amigo de toda a vida, Carlos Scliar. Arpad fica ainda por quatro meses no Rio de Janeiro a dar as suas aulas.

Anos volvidos, do que foi o Grande Hotel Internacional, ou da pensão que se lhe seguiu, tudo desapareceu, substituído por um condomínio.

Os portugueses antifascistas e os amigos da democracia portuguesa e do povo espanhol

Os acontecimentos que se relatam nesta secção têm como cenários principais as sedes da Associação Brasileira de Imprensa, da União Nacional dos Estudantes e da Liga de Defesa Nacional.

A Associação Brasileira de Imprensa, a União Nacional dos Estudantes e a Liga de Defesa Nacional

A sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) situava-se, e ainda se situa, na Rua Araújo Porto Alegre, 71, no Rio de Janeiro. Foi construída nos anos 1930 e inaugurada em 1939. Segundo a página da ABI na rede, o edifício "é referencial para a arquitetura moderna brasileira", tendo sido adoptadas na sua construção "técnicas pioneiras apresentadas por Le Corbusier […] além de outras características representativas da evolução da arquitetura moderna" (ABI 2013). Do outro lado da rua, no número 70, situava-se na época o café Vermelhinho (na realidade, o nome do café era "Porto Alegre", como se pode ver em *A Manha*, de 19 de Setembro de 1945[37]), assim conhecido pela cor das suas cadeiras de palha, ou talvez pelas posições políticas dos que o frequentavam. Carlos Drummond de Andrade, na sua crónica "Poetas em Maio" (que se pode ler na revista *Leitura*, de Maio de 1945[38]), faz referência a esse café e também a outro, o "Amarelinho". A ida do "Amarelinho" para o "Vermelhinho" fazia-se atravessando a Cinelândia (a Praça Floriano e o seu entorno, no centro do Rio de Janeiro). Nos anos 1940, além de Drummond, muitos intelectuais, como Athos Bulcão, Niemeyer, Portinari, Vinícius de Moraes, João Cabral de Melo Neto, frequentavam o "Vermelhinho", e foi também nesse local de convívio que António Aniceto Monteiro conheceu alguns deles. Arpad e Maria Helena não eram frequentadores, apesar de terem realizado exposições em 1940 e 1941 na sede da ABI (Lamego 2007, 3-4).

[37] Hemeroteca Digital, *A Manha*, 1945, n.º 22, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720984&pesq=Vermelhinho&pagfis=2667

[38] Hemeroteca Digital, *Leitura* (RJ), n.º 29, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=115509&pesq=%22Poetas%20em%20Maio%22&pagfis=3718

A Associação foi presidida por Herbert Moses (1884–1972), advogado e jornalista, de 1931 até 1965. Herbert Moses era irmão de Arthur Alexandre Moses (1886–1967), médico e biólogo, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABI 2013a).

A quinhentos metros da sede da ABI, na Avenida Presidente Antônio Carlos, 40, num prédio que ainda existe, localizava-se, nos anos 1940, a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi). Mais perto ainda, a quatrocentos e cinquenta metros da sede da ABI, na Rua Álvaro Alvim, 21, ficava, em 1949, aquando da sua fundação, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); dois anos depois, mudar-se-ia para a Avenida Wenceslau Braz, 71, no Campus da Praia Vermelha da Universidade do Brasil, já longe do centro da cidade também neste caso, bastava atravessar a Cinelândia, para se ir da ABI ou do "Vermelhinho", para o CBPF. A cento e noventa metros da sede da ABI, na Avenida Rio Branco, 199, ficava, e ainda aí permanece, o Museu Nacional de Belas Artes, onde Maria Helena expôs em 1942 e onde, nos anos 1940 e 1950, funcionava a Escola Nacional de Belas Artes: "ao fim da tarde, professores e alunos da escola vinham tomar chope no Vermelhinho, onde se encontravam com escritores e críticos de arte, quase todos funcionários públicos que, àquela hora, também saíam do trabalho" (Gullar 2008). A cento e setenta metros da sede da ABI, na Rua da Imprensa, 16, ficava, e ainda fica, o Palácio Gustavo Capanema, edifício do Ministério da Educação e Saúde, inaugurado em 3 de Outubro de 1945, em cuja construção se envolveram Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Le Corbusier, Burle Marx, Cândido Portinari e outros, na fase inicial de uma época de ouro da arquitectura brasileira; quem teve um papel decisivo na escolha da equipa que concebeu o edifício foi Carlos Drummond de Andrade, que trabalhou no Ministério da Educação e Saúde, primeiro como Chefe de Gabinete, até 30 de Outubro de 1945, e depois no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, até se reformar (Cavalcanti 2018). A cento e cinquenta metros da sede da ABI, na Avenida Rio Branco, 219, localizava-se, e ainda se localiza, a Biblioteca Nacional do Brasil; é da sua responsabilidade a criação e a manutenção da Hemeroteca Digital do Brasil.

A sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) situava-se, e ainda se situa, na Praia do Flamengo, 132. A ocupação pelos estudantes do Clube Germânia, que aí funcionava em 1942, foi legalizada por Getúlio Vargas. Incendiada em Abril de 1964, aquando do golpe de estado, e o que restava do prédio demolido nos anos 1980 pela ditadura militar, está, actualmente, a ser reconstruída segundo o projecto de Oscar Niemeyer. Na sede da UNE foi instalado, nos anos 1940, o primeiro restaurante estudantil do Brasil.

Tanto a sede da ABI como a sede da UNE foram objecto de abusos e invasões por parte da polícia nos anos 1940.

A Liga de Defesa Nacional (LDN) ficava no edifício do Silogeu Brasileiro, Avenida Augusto Severo, 4, na esquina com a Rua Teixeira de Freitas, no Rio de Janeiro. Lá funcionaram

a Academia Brasileira de Letras, a Academia de Medicina, o Instituto dos Advogados do Brasil e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Acabado de construir em 1905, o prédio foi demolido em 1972 para dar lugar a um edifício de 13 andares, onde apenas o IHGB permanece (Oliveira 2012, 114, 119).

Nos anos que esteve no Brasil, com destaque para 1945 e 1946, a par com a sua actividade profissional, António Aniceto Monteiro envolveu-se em iniciativas de oposição ao regime português: deu duas entrevistas, fez uma conferência, escreveu artigos na imprensa, participou activamente em reuniões, almoços, jantares e comícios (Rezende 2016, 149-158). Quase todas estas actividades tiveram o apoio dos inúmeros brasileiros, sobretudo prestigiados intelectuais, que, em 1945, fundaram a Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa (SADP) e a Sociedade dos Amigos do Povo Espanhol (SAPE). Foi sobretudo isso que as autoridades brasileiras não perdoaram a Monteiro, como veremos num ofício da polícia de 9 de Dezembro de 1949.

Aqui convém esclarecer o leitor que, por vezes, tanto a SADP como a SAPE aparecem referidas com designações ligeiramente diferentes: a palavra "Sociedade" é substituída por "Associação" ou "Associação Brasileira" ou "Sociedade Brasileira". É frequente ver SAPE dar lugar a ABAPE, Associação Brasileira dos Amigos do Povo Espanhol.

Por vezes os jornais também alteram as designações. Por exemplo, o *Tribuna Popular*, de 17 de Agosto de 1945[39] chama "Liga dos Portugueses Anti-fascistas" à "Frente de Unidade Anti-Fascista", de que falaremos a seguir. O *Correio da Manhã* de 15 de Julho de 1945[40] refere-se a um "Núcleo de Portugueses Anti-Fascistas", sem que se perceba ao certo se se trata do nome de uma organização.

Esta secção baseia-se quase exclusivamente e de uma forma tanto quanto possível exaustiva no que dizem os jornais. É natural, portanto, que ao leitor ainda fiquem bastantes dúvidas. Só uma investigação mais ampla poderá, talvez, dissipá-las.

A fundação da Frente de Unidade Antifascista

Em 19 de Abril de 1945 o jornal *Correio da Manhã*[41] traz o seguinte "comunicado" assinado por Lúcio Pinheiro dos Santos, em nome de uma "comissão promotora":

[39] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular* (RJ), 1945, n.º 76, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=restaura%C3%A7%C3%A3o%20democracia%20portugal&pagfis=644

[40] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1945, n.º 15552, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22Colonia%20Portuguesa%20do%20Brasil%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=26832

[41] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1945, n.º 15478, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=REUNI%C3%83O%20Flamengo&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=25611

> Com o conhecimento das autoridades competentes, convidam-se os portugueses anti-fascistas de todas as opiniões democráticas, de qualquer grupo ou partido, das direitas e das esquerdas, para uma reunião de fins patrióticos, de resistência moral da frente de unidade democrática contra o fascismo português, a realizar-se no sábado 21 do corrente, às 16 horas, na União Nacional dos Estudantes, praia do Flamengo, 132, à qual serão submetidas decisões de grande relevância ao mesmo tempo que serão prestadas as homenagens dos portugueses livres à memória do grande cidadão da nova democracia mundial, Franklin Delano Roosevelt.

Lúcio Alberto Pinheiro dos Santos (1889–1950) foi um filósofo português exilado no Brasil, onde veio a falecer, que esteve à frente de quase todas as iniciativas dos antifascistas portugueses e participou empenhadamente nas actividades da Sociedade dos Amigos do Povo Espanhol e da Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa. António Aniceto Monteiro era muito amigo dele, como revela em carta a Hugo Ribeiro de 16 de Outubro de 1951:

> Encontrei no Brasil um português, que já faleceu, o professor Lúcio Pinheiro dos Santos, que era realmente um grande carácter e muitos serviços prestou à causa da democracia em Portugal. Foi o maior amigo que tive no Rio e que muitas saudades me deixou, pela sua afabilidade, bondade e dedicação à causa da democracia em Portugal. Viveu trinta anos no Brasil como professor do ensino particular. Ensinava física, matemática e filosofia. Era casado com uma irmã da mulher do Pulido, que se encontra agora em Portugal. Ele faleceu o ano passado quando me encontrava na Argentina (em Dezembro do ano passado). (BNP, EspN99, cx. 7)

O mesmo jornal, o *Correio da Manhã*[42], do mesmo dia, num artigo intitulado "Justo despertar" afirma: "Provocou interesse a convocação de portugueses anti-fascistas, de todos os matizes políticos, para uma reunião de afirmações doutrinárias e de homenagem a Roosevelt, na sede da União Nacional dos Estudantes". Mais adiante, enumera os "valores marcantes nos vários aspectos do pensamento democrático e unânimes na oposição ao fascismo" da "colônia portuguesa" naquela época:

> […] o dr. José Augusto Prestes, hoje à frente da Beneficência Portuguesa, e republicano militante desde os tempos da propaganda; o sr. Raul Monteiro Guimarães, antigo deputado

[42] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1945, n.º 15478, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=Justo%20despertar&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=25610

> e industrial; o sr. Gervásio Seabra, industrial e comerciante; o dr. Moura Pinto, ministro da Justiça no governo Sidónio Pais, como representante do Partido Unionista de Brito Camacho; o antigo senador Marques Ribeiro; o sr. Jaime de Morais, antigo governador da Índia; o professor Aniceto Monteiro, doutorado em Matemática pela Sorbonne; o major Sarmento de Beires que, como aviador, fez o raid a Macau, e era colaborador da Seara Nova; o sr. Lúcio Pinheiro dos Santos, deputado às Constituintes de 1911 e professor da Universidade do Porto; o dr. Jaime Cortesão, cartógrafo erudito e investigador do século XVI; outro escritor e jornalista, o sr. Novais Teixeira; o sr. Sarmento Pimentel, que, como capitão do Exército e à frente dos seus homens, restaurou a Monarquia no Porto em 1919; o velho republicano Raul Pereira; o sr. Dores Gonçalves, o editor Câmara Pires, os jornalistas António Rocha e António Amorim, etc.

"Sarmento de Beires" é José Manuel Sarmento de Beires (1893–1974), major da Força Aérea, que realizou, com outros, o voo Lisboa-Macau em 1924 e a travessia aérea nocturna do Atlântico Sul em 1927; em 1928, participou num movimento militar falhado contra o governo, tendo passado à clandestinidade; foi preso em 1933 e, mais tarde, exilou-se no Brasil. José Manuel Sarmento de Beires era amigo de Mira Fernandes e irmão de Rodrigo Sarmento de Beires (1895–1974), professor catedrático de matemática na Universidade do Porto. Monteiro conheceu Rodrigo Sarmento de Beires quando esteve no Porto.

"Novais Teixeira" é Joaquim Novais Teixeira (1899–1972), jornalista e homem ligado aos meios culturais. Emigrou para Espanha em 1919. Aí conheceu grandes nomes da cultura espanhola e trabalhou para o governo republicano. Durante a guerra de Espanha, foi conselheiro de Largo Caballero. Em 1941 exila-se no Brasil. Em 1948 vai para França, onde é correspondente de jornais brasileiros. Relaciona-se com Maria Helena Vieira da Silva e Arpad Szenes. Crítico literário e de cinema, chega a integrar o júri do Festival de Cannes, em 1952, e a organizar outros festivais (Cunha 2004).

"Sarmento Pimentel" é João Maria Ferreira Sarmento Pimentel (1888–1987), oficial do exército português. Deixou um livro muito interessante: *Memórias do Capitão*. Claro que, ao contrário do que diz o jornal, não "restaurou a Monarquia no Porto em 1919"; pelo contrário, derrotou-a.

O leitor interessado poderá consultar biografias de José Augusto Prestes (1870–1952) e Francisco das Dores Gonçalves (?–1965) em (Paulo 2011, 86, 89) e de Alberto Moura Pinto (1883–1960), Jaime Alberto de Castro Morais (1882–1973), Jaime Cortesão (1884–1960) e Inocêncio Câmara Pires (1898–1966) em (Paulo 2009, 128-130). Sobre José Augusto Prestes poderá ainda ver (Rezende 2022, 76).

Finaliza assim o artigo:

> Ao que ouvimos, pensa-se na formação de um "comitê" cuja ação e alvos, como é óbvio, nunca poderiam entre nós ser secretos, para coordenar as energias e diretivas democráticas dos portugueses exilados, em plena identidade de vistas com os alvos doutrinários da democracia brasileira e com os da vasta colônia portuguesa radicada nos Estados Unidos, que aliás há muito teve ensejo de publicamente se manifestar nesse sentido.

A reunião de 21 de Abril de 1945 foi um passo importante na organização da luta dos portugueses antifascistas do Brasil. Além de ter sido prestada homenagem a Roosevelt, que tinha falecido em 12 de Abril, foi aclamada, de pé, a Força Expedicionária Brasileira (FEB).

O jornal *Correio da Manhã* [43] do dia seguinte informa que:

> […] assumiu a presidência da mesa o sr. Lúcio dos Santos, antigo deputado às Constituintes e representante da comissão promotora. Convidou para a mesa como representante da intelectualidade feminina, a pintora Maria H. Vieira da Silva; como representante dos intelectuais brasileiros presentes, o sr. Hermes Lima; dos exilados espanhóis, o jornalista Manoel Ruiz; e ainda, os srs. Figueiredo Lima, Ilda Leite (da U. N. E.), Thomaz Ribeiro Colaço e Novais [no jornal está "Moraes"] Teixeira.

Tomás Ribeiro Colaço (1899–1965), advogado, monárquico, era filho de Jorge Rey Colaço e de Branca de Gonta Colaço. Estava no Brasil desde 1940 e era um dos inimigos de estimação do regime português (Rezende 2016, 151-154). O embaixador Pedro Teotónio Pereira (1902–1972), nas suas cartas a Salazar (Almeida 2008), falava dele, com raiva, quase diariamente. Jorge Rey Colaço, o famoso artista plástico autor dos painéis de azulejos da estação de São Bento, no Porto, era primo de Amélia Rey Colaço. Branca Eva de Gonta Syder Ribeiro Colaço era filha do escritor Tomás Ribeiro e da poetisa Ann Charlotte Syder.

O mesmo jornal, mais adiante[44]:

> O jornalista Novais Teixeira justificou, expondo o perigo internacional que Portugal poderia correr se se mantivesse alheio à Conferência de São Francisco, a seguinte moção, que foi aclamada com grande vibração patriótica e, ao que nos informam, ontem mesmo telegrafada para Nova York.

[43] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), n.º 15481, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=comiss%C3%A3o%20promotora&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=25649

[44] *Ibidem*.

> Os portugueses anti-fascistas do Rio de Janeiro, reunidos em comício público resolvem: – pedir ao Comitê Português pela Democracia, de Nova York, que interprete junto aos delegados das Nações Unidas à Conferência de S. Francisco o profundo sentimento anti-fascista dos portugueses do Brasil, sem distinção de partidos; – e de sua firme resolução de apoiar o Movimento da Libertação de Portugal que visa a instalar um governo provisório, convocar Constituintes e repor Portugal em sua verdadeira posição internacional, comprometida desde a cumplicidade oficial de Lisboa com o nazi-fascismo na guerra de Espanha, e agravada ainda, durante o conflito presente, por uma neutralidade suspeita e contrária aos direitos, compromissos e sentimentos da Nação. […]
> O nosso pensamento é o da integração sincera e total nos princípios de Liberdade, Direito e Justiça que norteiam as Nações Unidas e que permanecem intactos na consciência viva do povo português.

A Conferência de São Francisco, que teve como objectivo a constituição da Organização das Nações Unidas, decorreu de 25 de Abril a 26 de Junho de 1945. Portugal não foi convidado a participar. A finalizar, o jornal informa[45]:

> Foi lido, ainda, e aprovado por aclamação, o programa (clandestino em Portugal, devido à censura, mas largamente difundido) segundo o qual o governo provisório a constituir-se em Portugal reintegrará a velha nação lusa em seus destinos democráticos.

Sobre o mesmo assunto, o *Diário Carioca*[46] do mesmo dia diz:

> Antes de encerrar a sessão o professor Lúcio dos Santos leu o programa da Frente Nacional de Unidade Anti-Fascista Portuguesa, que propugna pela criação de um governo provisório de Portugal em substituição do governo salazarista; em cada item do manifesto o orador era interrompido com aplausos.

Embora os jornais não o digam explicitamente, o programa que foi aprovado era, muito provavelmente, o do Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), fundado, em Portugal, nos finais de 1943:

[45] *Ibidem*.

[46] Hemeroteca Digital, *Diário Carioca,* 1945, n.º 5168. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_03&pesq=%22a%20grande%20reuni%C3%A3o%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=20295

> Apesar da sua ânsia – justificada – de acção, o PCP colaborou de forma muito importante na redacção do Programa de Emergência do Governo Provisório, adoptado pelo Conselho Nacional em Julho de 1944. Este documento foi elaborado por um comité com os seguintes membros: Barbosa de Magalhães, Azevedo Gomes, Bento de Jesus Caraça, Álvaro Cunhal, Luís Dias Amado, Jacinto Simões e José Magalhães Godinho, e recebeu a aprovação do Conselho Nacional numa reunião de dois dias na casa de campo do Dr. Luciano Barata; durante o mês seguinte foi impresso e distribuído clandestinamente por todo o País. Os seus nove pontos representavam uma combinação das medidas de emergência propostas pelo Partido Comunista com algumas reformas mais específicas desejadas pelos republicanos: a destruição do sistema fascista, a introdução dum sistema democrático, o melhoramento das condições de vida do povo português, a democratização do crédito e das instituições bancárias, o desenvolvimento da educação e da cultura, a reforma do sistema judicial, a reorganização das forças armadas, "a defesa da unidade de Portugal e das colónias" [*sic*] e o apoio de Portugal aos Aliados e às Nações Unidas. (Raby 1984, 692)

Uns meses mais tarde, no jornal *Tribuna Popular*, de 19 de Outubro de 1945[47], podia ler-se o título:

> Movimento nacional em marcha a oposição portugueza a Salazar. A manobra do ditador amigo de Franco encontrou repulsa unânime em Portugal. "Todos os democratas portugueses do Brasil estão unidos e disciplinados". Declarações do jornalista Novais Teixeira da Frente de Unidade Anti-Fascista.

Reproduzo a parte da entrevista que tem como subtítulo "O movimento anti-fascista português no Rio":

> O jornalista Novais Teixeira aborda outro ponto importante:
> – O primeiro ato de adesão à Frente de Unidade Anti-Fascista dos democratas portugueses residentes no Rio de Janeiro foi o comício público realizado na UNE, a 21 de abril deste ano e convocado pelo Prof. Lúcio Pinheiro dos Santos, devidamente autorizado pelas autoridades brasileiras. Aquele foi o primeiro passo para a organização dos portugueses anti-fascistas do Rio, que têm desenvolvido a sua ação em normas absolutamente democráticas, sempre sob o consenso majoritário de todos os seus membros. Quisemos, assim, corresponder à chamada que nos veio do povo de Portugal representado pela Frente de

[47] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1945, n.º 130. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=Movimento%20nacional%20em%20marcha&pagfis=1112

> Unidade Anti-Fascista e que se congrega democraticamente numa ação comum de luta e de resistência para derrubar a ditadura salazarista. A conduta e realizações dessa Frente constituem hoje a esperança de libertação e de reorganização moral, jurídica e econômica de um país sacrificado a 19 anos de prepotência, de arbitrariedade e de subversão de todos os poderes.

O final da entrevista tem como subtítulo "Todos unidos":

> O jornalista Novais Teixeira acentua:
> – Não temos que fazer daqui apelos à unidade. Todos os democratas portugueses do Brasil estão unidos e disciplinados, na mais absoluta obediência à Frente de Unidade Anti-Fascista de Portugal.
> E por fim:
> – Quero daqui agradecer a todos os brasileiros da Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa o poderoso auxílio de solidariedade que estão dando ao nosso movimento libertador.

Temos assim que, na reunião de 21 de Abril de 1945, tinha sido formada a Frente de Unidade Anti-Fascista dos democratas portugueses residentes no Rio de Janeiro. O leitor terá certamente reparado que Novais Teixeira afirma a existência em Portugal de uma organização intitulada "Frente de Unidade Anti-Fascista". Aparentemente está a referir-se ao MUNAF. Todavia, antes e depois da data desta entrevista, Lúcio Pinheiro dos Santos, em artigos na imprensa, faz persistente referência a uma "Frente de Unidade Anti-Fascista" que existiria em Portugal.

O Comité dos Portugueses Antifascistas

Regressemos a meados de 1945. Em Abril de 1945, foi fundado o Comitê dos Portugueses Anti-Fascistas (CPAF) do qual fazia parte António Aniceto Monteiro, como conta Miguel Urbano Rodrigues:

> Em abril de 1945 foi fundado no Rio de Janeiro o Comitê Anti-Fascista do qual faziam parte o matemático Aniceto Monteiro e o jornalista Roberto das Neves. Houve uma imediata adesão de inúmeros trabalhadores. O CPAF chegou a editar uma vintena de boletins. Foram feitas tentativas para o estabelecimento de uma acção comum com um grupo de exilados que residiam no Rio constituído por Jaime Cortesão, Jaime Morais e Moura Pinto. (Rodrigues 2003, 183)

O *Diário Carioca* de 17 de Agosto de 1945[48] diz que Lúcio Pinheiro dos Santos é o "presidente do Comitê Anti-fascista Português". Do Comitê dos Portugueses Anti-Fascistas farão parte também Sarmento Pimentel, Tomás Ribeiro Colaço e Joaquim Novais Teixeira (Paulo 2009, 136-137). Os jornais brasileiros, aparentemente, não abordam o tema da sua fundação.

A fundação da Sociedade dos Amigos do Povo Espanhol

A Sociedade dos Amigos do Povo Espanhol (SAPE) é fundada em 29 de Junho de 1945 no Rio de Janeiro, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e eleita uma sua Direcção Provisória: presidente – engenheiro Luiz Hildebrando de Barros Horta Barbosa; vice-presidente – major Carlos da Costa Leite; segunda vice-presidente – educadora Branca de Almeida Fialho; secretário-geral – comandante Roberto Sisson; primeiro secretário – escritor José Lins do Rego; segundo secretário – Edison Carneiro; vogais – cônsul Ramiro Fernández Pintado, vice-cônsul Ricardo Antonio Pérez, comandante Manuel Freire Castilla e o filósofo Lúcio Pinheiro dos Santos (*Tribuna Popular* de 30 de Junho[49]).

O major Carlos da Costa Leite expôs "os objectivos mais imediatos da Sociedade": "Auxiliar moral e materialmente as vítimas da guerra de Franco e apoiar o povo espanhol na sua luta pela reconquista das liberdades democráticas e do regime republicano" (*Diário de Notícias* de 30 de Junho[50]).

A instalação da SAPE dá-se a 18 de Julho de 1945 na sede da ABI.

O leitor retenha estes nomes: Carlos da Costa Leite e Roberto Sisson. Verá que um ofício da polícia de 9 de Dezembro de 1949 acusará Monteiro de manter com eles "as mais estreitas ligações".

"Roberto Sisson" é Roberto Henrique Sisson (1899–1976), militar e político. Foi secretário-geral da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Carlos da Costa Leite (1895–1980), militar e engenheiro civil, participou nos movimentos militares dos anos 1920, foi dirigente da Aliança Nacional Libertadora (ANL), participou na insurreição de 23 de Novembro de 1935 e lutou na guerra de Espanha.

[48] Hemeroteca Digital, *Diário Carioca*, 1945, n.º 5267, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_03&pesq=%22Lucio%20Pinheiro%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=21577

[49] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1945, n.º 35, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=%22Amigos%20do%20Povo%20espanhol%22&pagfis=280

[50] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1945, n.º 6958, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=%22Amigos%20do%20Povo%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=23293

Vale a pena falar também de Branca de Almeida Fialho. Branca Osório de Almeida Fialho (1896–1965) foi uma das organizadoras da Associação Brasileira de Educação, a que chegou a presidir (nos períodos 1934–1935 e 1942–1944). Presidiu também à Federação de Mulheres do Brasil, filiada na Federação Internacional de Mulheres. Criou com o irmão, Miguel Osório de Almeida (1890–1953), o primeiro centro de fisiologia experimental do Brasil. Era também irmã de Álvaro Osório de Almeida (1882–1952), igualmente fisiologista. Os três irmãos eram filhos de Gabriel Osório de Almeida, engenheiro, pessoa muito influente na época, e de sua esposa Carlota. Branca de Almeida Fialho foi sócia e fundadora do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). Foi casada com o desembargador Henrique Fialho e era mãe (Sanglard 2008, 99) do físico Gabriel Emiliano de Almeida Fialho (1920–1986), igualmente fundador do CBPF.

O princípio da Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa

O jornal *Correio da Manhã* de 4 de Julho de 1945[51] traz o artigo "Movimentos", não assinado, que faz referência ao comício de 21 de Abril e anuncia a criação de uma nova associação:

> E a pedra fundamental de tais movimentos [contra a persistência do fascismo em Portugal] será sempre o Comício de Portugueses Anti-Fascistas, que entre nós alcançou tão alta projeção.
> Fala-se na criação de um núcleo de "Amigos da Democracia Portuguesa", desejando alguns que tal movimento seja encabeçado pela Associação Brasileira de Escritores, o que seria em verdade coerente depois das notáveis afirmações e conclusões do Congresso de São Paulo. Se alguma crítica pode ser feita a tão justo empenho é a de ser ele, de certo modo, pleonástico, dado que todos os democratas brasileiros são necessariamente amigos da democracia portuguesa, sentindo essa amizade implícita nos quadros intelectuais em que se movem.

O Congresso de São Paulo é o Primeiro Congresso Nacional de Escritores, que se realizou de 22 a 27 de Janeiro de 1945 no Teatro Municipal de São Paulo e ao qual já fizemos referência.

[51] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1945, n.º 15542, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=movimentos&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=26678

Actividade da Frente de Unidade Antifascista

O jornal *Tribuna Popular* de 14 de Julho de 1945[52] traz o seguinte "convite":

> A Comissão Central do movimento anti-fascista português convida o primeiro grupo que fez entrega de adesões à Frente de Unidade Anti-Fascista de Portugal a comparecer à reunião no próximo sábado, 14 do corrente, às 16 horas, na Liga de Defesa Nacional, para se ultimarem os trabalhos de organização.

Os jornais *A Noite*, de 13 de Agosto[53], e *Correio da Manhã*, de 15 de Agosto[54], inserem o seguinte "convite":

> A comissão iniciadora do movimento anti-fascista português convida todos os portugueses democratas, sem distinção de partidos políticos, a comparecerem à grande reunião que se realizará no próximo dia 16 do corrente, às 20 horas, na sede da União Nacional dos Estudantes, à Praia do Flamengo, 132, com a seguinte ordem do dia:
> 1.º – Frente da Unidade anti-fascista de Portugal;
> 2.º – Informe sobre a posição dos anti-fascistas portugueses do Brasil e dos Estados Unidos da América do Norte na Conferência de São Francisco;
> 3.º – Eleição da comissão diretiva do movimento anti-fascista português e da comissão que deve levar por diante os trabalhos de organização e propaganda do movimento dos anti-fascistas portugueses.
> (a.) Lúcio Pinheiro dos Santos, professor; Antonio F. Azenha, marceneiro; Lino Teixeira, do comércio hoteleiro; Osvaldo Granado Ferreira, comerciário; Adriano Augusto Lourenço, motorista; Raimundo Sousa Santos, gráfico.

"Antonio F. Azenha" é António Fernandes Azenha. No dia 5 de Setembro de 1934, ocorreu uma greve dos operários da Central do Brasil, a principal rede ferroviária brasileira, que liga o Rio de Janeiro a outras cidades, que afectou, sobretudo, as oficinas do Engenho de Dentro. Foram presos vinte e seis operários, entre os quais António Fernandes

[52] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1945, n.º 47, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=%22comiss%C3%A3o%20central%22%20portugueses&pagfis=391

[53] Hemeroteca Digital, *A Noite* (RJ), 1945, n.º 12030, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pesq=%22Reuni%C3%A3o%20marcada%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=35472

[54] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1945, n.º 15578, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=Movimento%20portugueses&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=27294

Azenha (*O Paiz*, de 7 de Setembro[55]). O *Diário de Notícias* de 13 de Outubro de 1934[56] tem o seguinte título: "VÃO SER BANIDOS DO BRASIL. A policia processou dez extremistas e provocadores estrangeiros, que vinham actuando nos nossos meios proletários". Diz um trecho da notícia:

> Mandados para a Casa de Detenção, aguardam a portaria do ministro da Justiça, que os banirá do território nacional, os seguintes anarchistas e communistas: Thomaz Martins Vergara ou Francisco Ricardo, Herminio Marcos Fernandez, Julio Baptista, Antonio Pohl e Torquato Villan Garcia, (anarchistas); Oswaldo Gueluf, Salvador Pinto Fula, Manoel Ribeiro da Costa, Antonio Fernandes Azenha e Manoel Ferreira dos Santos, (communistas).

O *Jornal do Commercio* de 23 de Novembro de 1934[57] informa que o tribunal do "Districto Federal" decidira pela não expulsão de António Fernandes Azenha.

"Lino Teixeira" é Lino Pinto Teixeira (1903–1979), nascido em Vila Pouca de Aguiar, Trás-os-Montes. Aparece mencionado em vários jornais brasileiros ao longo dos anos. O *Diário Carioca* de 16 de Junho de 1929[58] diz que ele é "garçon de restaurante" e que é proposto para "1.º Secretário" numa lista candidata à "Directoria" do "Centro Cosmopolita" composta de maneira a "pacificar as duas correntes"; o Centro Cosmopolita era uma "associação dos trabalhadores em hotéis, cafés e estabelecimentos congéneres […] fundada em 31 de Julho de 1903" (Fernández 2012); "as duas correntes" eram, provavelmente, a comunista e a anarquista. O *Tribuna Popular* de 9 de Janeiro de 1946[59] faz referência a Lino Pinto Teixeira numa notícia sobre a preparação do "Congresso" do "Sindicato dos Hoteleiros". O mesmo jornal de 28 de Abril de 1946 informa que Lino Pinto Teixeira integra a delegação do "Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares do Rio de

[55] Hemeroteca Digital, *O Paiz*, 1934, n.º 17074, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_06&pesq=%22Antonio%20Fernandes%20Azenha%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=5031

[56] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1934, n.º 2400, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&pesq=%22A%20pol%C3%ADcia%20processou%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=20644

[57] Hemeroteca Digital, *Jornal do Commercio*, 1934, n.º 46, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_12&pesq=%22Antonio%20Fernandes%20Azenha%22&pasta=ano%20193&hf=-memoria.bn.gov.br&pagfis=33364

[58] Hemeroteca Digital, *Diário Carioca*, 1929, n.º 274, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_01&pesq=centro%20cosmopolita&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=3271

[59] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular,* 1946, n.º 196, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=%22Lino%20Pinto%20Teixeira%22&pagfis=1647

Janeiro" ao "Congresso Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal". O *Cine Reporter – Semanário Cinematográfico* de 31 de Julho de 1954[60] informa que "O empresário Lino Pinto Teixeira deverá incorporar brevemente mais um cinema ao seu circuito. Trata-se do 'Cine Vera Cruz'", localizado no elegante bairro niteroiense da Icaraí, cuja inauguração ocorrerá nos próximos dois meses. As poltronas serão Brafor. Lotação: 1.350 lugares". O jornal *O Fluminense* de 19 de Dezembro de 1954[61] diz que "Lino Pinto Teixeira" é "proprietário do Hotel Cassino Icaraí". O *Imprensa Popular* de 11 de Outubro de 1955[62], a propósito da proibição do filme "Rio, 40 Graus" de Nelson Pereira dos Santos, "ouviu o exibidor Lino Pinto Teixeira, proprietário de um circuito de estabelecimentos cinematográficos de Niterói e São Gonçalo". O *Diário Carioca* de 7 de Março de 1964 traz a notícia de um acidente automóvel em que esteve envolvido "Lino Pinto Teixeira (60 anos, hoteleiro, Rua Maxwell, 348)". Na coluna "Falecimentos", do jornal *O Fluminense* de 25 de Maio de 1979[63], aparece "Lino Pinto Teixeira, 75 anos".

Segundo o seu registo de baptismo, Lino Teixeira, filho de um sapateiro, nasceu em 20 de Julho, embora ele comemorasse o aniversário em 20 de Junho. Casou com Regina Amélia, de quem teve uma filha, chamada Lobélia. Casou pela segunda vez com Maura, de quem teve um filho. Esteve em Portugal entre 1931 e 1935. Lino Teixeira, o dirigente comunista Militão de Bessa Ribeiro e outros foram julgados no Porto, no Tribunal Militar Especial, em 6 de Abril de 1935, por pertencerem ao Socorro Vermelho Internacional. Lino foi julgado à revelia, por ter fugido[64].

Os jornais brasileiros dos anos 1930 e 1940 dão conta de um Osvaldo Granado Ferreira, praticante de remo, participante em várias competições, desempenhando as funções de "patrão" ("timoneiro")[65]. Em 1945, Osvaldo Granado Ferreira trabalhava na Camisaria

[60] Hemeroteca Digital, *Cine Reporter – Semanário Cinematográfico* (SP), 1954, n.º 967. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085995&pesq=%22Lino%20Pinto%20Teixeira%22&pagfis=3584

[61] Hemeroteca Digital, *O Fluminense*, 1954, n.º 22152, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_09&pesq=Lino%20Pinto%20Teixeira%20%22Hotel%20Cassino%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=6960

[62] Hemeroteca Digital, *Imprensa Popular,* n.º 1629, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=108081&pesq=%22Lino%20Pinto%20Teixeira%22&pagfis=9809

[63] Hemeroteca Digital, *O Fluminense*, 1979, n.º 2808, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_11&pesq=%22Lino%20Pinto%20Teixeira%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=66641

[64] Para mais informações sobre este homem, ver Rezende 2022.

[65] Hemeroteca Digital, *Jornal do Brasil* (RJ), 1938, n.º 222. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&pesq=%22Osvaldo%20Granado%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=87314 e *Jornal do Brasil* (RJ), 1939, n.º 251, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/

Progresso, propriedade da firma, fundada por um português de Cucujães (*Diário da Noite* de 1 de Novembro de 1948[66]), Castro Lopes Brandão & Cia. Ltda., detentora também de A Cristaleira, A Progresso de Copacabana e a Alfaiataria Guanabara (*Gazeta de Notícias* de 4 de Outubro de 1945[67]); era um activo sindicalista, pertencente ao Sindicato dos Trabalhadores no Comércio (*Jornal do Brasil* de 17 de Junho[68], *Diário de Notícias* de 24 de Junho[69], *A Noite* de 18 de Outubro de 1945[70], *Diário de Notícias* de 15 de Agosto[71], *Gazeta de Notícias* de 5 de Outubro de 1946[72]). Segundo o *Jornal do Commercio* de 18 de Outubro de 1946[73], Osvaldo Granado Ferreira ("casado", "comerciante") morava na Rua Dr. Niemeyer n.º 17. Nos anos 1960, um Osvaldo Granado Ferreira era accionista da Companhia de Urbanização Territorial (*Diário Carioca* de 5 de Julho de 1962[74]), pertencendo ao seu Conselho Fiscal, bem como da firma Modas Carioca Ltda., estabelecida na Rua Visconde de Pirajá, 244-A (*Jornal do Brasil* de 11 de Junho de 1966[75]).

DocReader.aspx?bib=030015_05&pesq=%22Osvaldo%20Granado%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=96761

66 Hemeroteca Digital, *Diário da Noite* (RJ), 1948, n.º 4794, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_02&pesq=%22Castro%20Lopes%20Brand%C3%A3o%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=47462

67 Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias* (RJ), 1945, n.º 232, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_07&pesq=%22Telegramas%20ao%22%20Presidente&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=24441

68 Hemeroteca Digital, *Jornal do Brasil* (RJ), 1945, n.º 140, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&pesq=%22Osvaldo%20Granado%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=34002

69 Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1945, n.º 6953, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=%22Osvaldo%20Granado%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=23206

70 Hemeroteca Digital, *A Noite* (RJ), 1945, n.º 12087, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pesq=%22empolgante%20reuni%C3%A3o%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=36597

71 Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1946, n.º 7303, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&Pesq=%22Osvaldo%20Granado%22&pagfis=29223

72 Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias* (RJ), 1946, n.º 233, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_07&pesq=%22nova%20tabela%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=28741

73 Hemeroteca Digital, *Jornal do Commercio* (RJ), 1946, n.º 16, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&pesq=%22Osvaldo%20Granado%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=32825

74 Hemeroteca Digital, *Diário Carioca*, 1962, n.º 10522, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_05&pesq=%22Osvaldo%20Granado%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=10151

75 Hemeroteca Digital, *Jornal do Brasil* (RJ), 1966, n.º 135, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22Modas%20Carioca%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=85402

O *Diário Carioca* de 29 de Dezembro de 1931[76] informa-nos que "o negociante Adriano Augusto Lourenço, solteiro, de 21 annos de edade, morador à rua São Carlos n. 213, foi colhido por um auto que o jogou à distância". No *Correio da Manhã*[77] vem que Adriano Augusto Lourenço foi aprovado no exame de motorista em 27 de Maio de 1933. O *Diário de Notícias* de 23 de Maio de 1943[78] diz-nos que ele é associado da "União Beneficente dos Chauffeurs do Rio de Janeiro", com o n.º 6817. Por ter sido testemunha de um crime, ficamos a saber, pelos jornais de 28 de Janeiro de 1956[79], que Adriano Augusto Lourenço tem 44 anos e é solteiro, português, motorista profissional (prontuário 29926) e reside na rua Acapu, 184, em Marechal Hermes; o seu táxi tem a placa de identificação 4–31–60 (*Diário da Noite* de 9 de Fevereiro de 1956[80]).

O *Correio da Manhã* de 17 de Agosto de 1945[81] informa assim os seus leitores sobre a reunião realizada no dia anterior:

> Conforme estava anunciada, realizou-se ontem na sede da U. N. E. a grande reunião dos anti-fascistas portugueses. […]
>
> Na Mesa, a que presidiu o professor Lúcio dos Santos, antigo deputado às Constituintes portuguesas, tomaram lugar várias senhoras, jornalistas, professores, universitários e operários, em fraternal convívio.

[76] Hemeroteca Digital, *Diário Carioca*, 1931, n.º 1077, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_02&pesq=%22Adriano%20Augusto%20Louren%C3%A7o%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=6871

[77] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1933, n.º 11805, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=%22Adriano%20Augusto%20Louren%C3%A7o%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=16691

[78] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1943, n.º 6311, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=Beneficente%20%22Adriano%20Augusto%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=14137

[79] Hemeroteca Digital, *A Luta Democratica: Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar* (RJ), 1956, n.º 607, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030678&pesq=%22Adriano%20Augusto%20Louren%C3%A7o%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=5037 e *A Noite* (RJ), 1956, n.º 15227, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_05&pesq=%22Adriano%20Augusto%20Louren%C3%A7o%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=34286

[80] Hemeroteca Digital, *A Noite* (SP), 1956, n.º 9529, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093351&pesq=%22Adriano%20Augusto%20Louren%C3%A7o%22&pasta=ano%20195&hf=-memoria.bn.gov.br&pagfis=38478

[81] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1945, n.º 15580, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22reuni%C3%A3o%20e%20elei%C3%A7%C3%A3o%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=27319

> Na primeira fase da reunião falaram o presidente da mesa, o jornalista Novaes Teixeira e vários outros oradores, salientando não ter a Frente Anti-Fascista Portuguesa nenhuma política, nenhum partido, representando o povo democrático português, e incluindo membros das mais diversas correntes, desde monarquistas, liberais até comunistas. […]
> Na segunda parte dos trabalhos foram eleitos por aclamação a Comissão Diretiva, cinco comissões de Propaganda (comerciários, comércio hoteleiro, motoristas, marceneiros e gráficos) e cinco comissões especiais (Administrativa, Cultural, do Boletim, Feminina e de Imprensa).

O *Diário Carioca* do mesmo dia[82] traz duas fotografias da reunião da véspera e é mais explícito. Reproduzem-se o título e excertos da notícia:

> Os portugueses anti-fascistas do Brasil apoiarão o movimento de resistência. A reunião de ontem na U.N.E. – Eleito o diretório do movimento – O prof. Lúcio Pinheiro dos Santos escolhido para presidente
> Os portugueses anti-fascistas do Brasil promoveram, ontem, à noite, uma movimentada sessão, na sede da U. N. E., para lançar uma adesão integral à Frente de Unidade Anti-fascista de Portugal, que vem agindo subterraneamente naquele país. […]
> Dando começo aos trabalhos, falou o Sr. Lúcio Pinheiro dos Santos, presidente do Comitê Anti-fascista Português, que verberou o regime de Salazar […]
> Outros oradores fizeram-se ouvir, destacando-se os Srs. Novais Teixeira, Adriano Augusto, jornalista Figueiredo Lima e José Lago Malanes […].
> DIRETORIA ELEITA. Foi nomeada uma diretoria efetiva para a Frente de Unidade Anti-fascista dos Portugueses do Brasil, que ficou assim constituída: Presidente: Lúcio Pinheiro dos Santos; Vice-presidente: Lino Teixeira; Secretário-geral: Franklin Alves; Tesoureiro: José Rodrigues Piranga.

"Franklin Alves" é Franklin Alves Freixo, marceneiro, nascido em 4 de Novembro de 1900 no lugar do Monte, freguesia de Valbom, concelho de Gondomar, distrito do Porto, filho de António Alves Freixo e Quitéria da Conceição (Cardoso 2019, 361). O jornal *O Radical*, nas suas edições de 29 de Setembro[83] e 7 de Outubro de 1932[84], diz que ele é secretário-geral do "Syndicato dos Trabalhadores em Marcenarias e Classes Annexas" e que luta,

[82] Hemeroteca Digital, *Diário Carioca,* 1945, n.º 5267, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_03&pesq=%22Lucio%20Pinheiro%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=21577

[83] Hemeroteca Digital, *O Radical* (RJ), 1932, n.º 114, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830399&pesq=marcenarias&pagfis=993

[84] Hemeroteca Digital, *O Radical* (RJ), 1932, n.º 122, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830399&pesq=marcenarias&pagfis=1077

conjuntamente com outras forças sindicais, pela aplicação da chamada "Lei das Férias". O jornal *Correio da Manhã* de 16 de Maio de 1940[85], sob o título "Prisão de um communista, em Nova Iguassu'", diz:

> Em Nova Iguassu', onde vinha fazendo propaganda do communismo, foi preso por agentes da delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Rio, o indivíduo Franklin Alves Freixo, de nacionalidade portugueza. […] Foram tambem presos naquelle município os communistas Manoel Tranquilino da Silva e Sebastião Melchíades Salles.

O *Diário da Noite*, com a mesma data, diz que estes dois últimos eram cúmplices de Franklin, numa notícia com o título "Communistas, larápios e falsos cidadãos brasileiros presos pela polícia fluminense" e que ostenta a fotografia do português ao lado da de um estoniano envolvido num furto[86]. Ainda falaremos mais duas vezes do marceneiro Franklin Alves Freixo.

Sobre um homem chamado José Rodrigues Piranga, o *Diário da Noite* de 5 de Janeiro de 1949[87] traz a seguinte notícia:

> Quando tentava atravessar a passagem de nível existente em frente à rua das Missões, na estação de Ramos, foi colhido e morto por um trem da Leopoldina o comerciante José Rodrigues Piranga, de 42 anos, residente à rua Paulino Fernandes n. 52, apartamento 301, em Botafogo. O inditoso negociante, cujo cadáver foi removido para o Necrotério, era proprietário de um depósito de sedas à rua 4 de Novembro, naquele subúrbio.

A fundação da Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa

Os jornais *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias* de 26[88] e 28 de Agosto de 1945[89], respectivamente, anunciam a fundação "por um vasto núcleo de intelectuais brasileiros" da

[85] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1940, n.º 13965, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=Franklin%20Alves%20Freixo&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1584

[86] Hemeroteca Digital, *Diário da Noite* (RJ), 1940, n.º 3954, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_02&pesq=%22Franklin%20Alves%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2078

[87] Hemeroteca Digital, *A Noite* (RJ), 1949, n.º 4847, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_02&pesq=%22Rodrigues%20Piranga%22&hf=memoria.bn.gov.br

[88] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1945, n.º 15588, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22Amigos%20da%20Democracia%20Portuguesa%22&hf=-memoria.bn.gov.br&pagfis=27451

[89] Hemeroteca Digital, *Diário de* Notícias (RJ), 1945, n.º 7008, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=%22DEMOCRACIA%20PORTUGUESA%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=24183

Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa (SADP) que, no seu manifesto fundador, afirmam:

> São muitos os laços que nos unem a Portugal e acreditamos firmemente na comunidade dos nossos destinos e da nossa cultura mas sabemos tambem que a fraternidade lusobrasileira se acha perigosamente ameaçada pela tendência fascista do governo português. […] Fundando a Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa, é nosso intuito prestigiar por todos os meios ao nosso alcance os esforços daqueles que, dentro de Portugal ou no exílio, pretendem substituir o governo salazarista por um regime compatível com as tradições de dignidade e independência dos portugueses, tornando assim possível, no plano oficial, o restabelecimento das relações de fraternidade e confiança, que nunca deixaram de existir entre os dois povos irmãos.

Os fundadores são cerca de noventa intelectuais brasileiros, cujos nomes impressionam, entre os quais: Gilberto Freyre, Manuel Bandeira, Graciliano Ramos, Hermes Lima, Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes, José Lins do Rego, Sérgio Buarque de Holanda, Jorge Amado, Moacir Werneck de Castro, Aníbal M. Machado, Rubem Braga, Joracy Camargo, Guilherme Figueiredo, Oscar Niemeyer, Carlos Scliar, Ary de Andrade, Luiz Paes Leme, Francisco Chermont. Carlos Lacerda também era fundador.

O leitor retenha estes nomes: Sérgio Buarque de Holanda, Jorge Amado e Aníbal Machado. Verá que o tal ofício da polícia de 9 de Dezembro de 1949 acusará António Aniceto Monteiro de manter com eles "as mais estreitas ligações".

Sérgio Buarque de Holanda (1902–1982) foi um historiador brasileiro, professor da Faculdade Nacional de Filosofia, pai de Francisco Buarque de Holanda, prémio Camões 2019. É o autor do livro *Raízes do Brasil*, a sua obra mais conhecida.

"Jorge Amado", Jorge Leal Amado de Faria (1912–2001), é o bem conhecido escritor brasileiro, autor de *Jubiabá*, *Capitães da Areia*, *Terras do Sem Fim*, *Seara Vermelha*, *Gabriela, Cravo e Canela* e muitos outros romances. Sempre teve uma forte actividade política.

"Aníbal Machado" é Aníbal Monteiro Machado (1894–1964), escritor; no início de 1945 era presidente da Associação Brasileira de Escritores, fundada em 1942. A sua obra mais conhecida é *Viagem aos Seios de Duília*.

Vale a pena reter ainda dois nomes que têm um papel político relevante na história do Brasil: Hermes Lima e Carlos Lacerda.

Hermes Lima (1902–1978) foi jurista, professor e político. Sob a presidência de João Goulart, foi sucessivamente: Ministro do Gabinete Civil da Presidência da República, de 12 de Setembro de 1961 a 14 de Julho de 1962; Ministro do Trabalho, de 13 de Julho de 1962

a 31 de Agosto de 1962; Ministro das Relações Exteriores, de 18 de Setembro de 1962 a 18 de Junho de 1963; Primeiro-ministro, de 18 de Setembro de 1962 a 24 de Janeiro de 1963; Ministro do Supremo Tribunal Federal, de 26 de Junho de 1963 a 19 de Janeiro de 1969, tendo este cargo sido abolido pela ditadura militar.

O jornalista e político Carlos Lacerda (1914–1977), cujo nome completo era Carlos Frederico Werneck de Lacerda, era primo do escritor Moacir Werneck de Castro (1915––2010). Lacerda tinha sido comunista quando jovem, tal como os seus familiares próximos, mas a partir de 1939 afastou-se ideologicamente, e também do primo, e começou a sua viragem à direita sendo sempre um opositor de Getúlio Vargas. Chamava-se Carlos Frederico em homenagem a Karl Marx e Friedrich Engels (Macedo 2017).

No dia 15 de Setembro, realiza-se a "sessão de instalação" da SADP na sede da ABI. Preside à sessão Hermes Lima, secretariado por Francisco Chermont e Moacir Werneck de Castro. São convidados para a mesa Álvaro Moreyra, Aníbal Machado, Abel Chermont, Danton Jobim, Álvaro Ventura, o comandante Roberto Sisson, Aristeu Aquiles, Manoel Ruiz e Lúcio Pinheiro dos Santos. Falam Hermes Lima, Aníbal Machado, Lúcio Pinheiro dos Santos (em nome dos antifascistas portugueses), Álvaro Ventura (em nome do Partido Comunista do Brasil) e Álvaro Moreyra (*Correio da Manhã* de 16 de Setembro de 1945[90]).

Lúcio Pinheiro dos Santos, no discurso que pronuncia na ocasião e que o *Tribuna Popular* publica em 4 de Outubro de 1945[91], elogia Tomás Ribeiro Colaço ("cuja cultura, guardada sua posição pessoal, se casa harmoniosamente com as livres correntes de idéias do pensamento brasileiro, sem nunca ter descido a fazer propaganda do dogma nacionalista ibérico"), o jornalista Novais Teixeira ("um jornalista português que tem uma alta compreensão da liberdade do pensamento brasileiro, e que eu sei que tem um amigo em cada escritor e em cada jornalista brasileiro que o conhece […] um combatente civil da República Espanhola […] um daqueles, entre portugueses e brasileiros, que desagravaram nossa consciência do crime infame da agressão salazarista contra o povo espanhol") e António Aniceto Monteiro ("Falo de lealdade para me referir ao professor da Faculdade Nacional de Filosofia e matemático português […] que, chegado há poucos meses, não seguiu os caminhos errados, e diria fraudulentos, da amizade luso-brasileira, preferindo seguir os certos, da compreensão, que tudo exige de nós e nada dos outros, ao contrário do que fazem, geralmente, os visitantes intelectuais").

[90] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1945, n.º 15606, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22%C3%81lvaro%20Moreyra%22%20%22An%C3%A-Dbal%20Machado%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=27767

[91] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1945, n.º 117, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=%22L%C3%BAcio%20Pinheiro%20dos%20Santos%22&pagfis=1002

Dando início à actividade da SADP, é assinada a seguinte "Declaração" (*Correio da Manhã* de 16 de Setembro de 1945[92]):

> Na sessão solene de instalação da Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa os abaixo assinados proclamam e reconhecem que, só num ambiente de liberdade e de legalidade, podem as relações entre o povo brasileiro e o povo português continuar na linha comum do destino histórico, que torna as duas nações expressões da mesma cultura.
> Em conseqüência, hipotecam seu mais decidido apoio à causa anti-fascista em Portugal, concretizada na luta contra o governo policial de Salazar, e dirigem uma fraternal saudação aos portugueses antifascistas no Brasil, os quais, desde o primeiro instante, apoiaram a posição de nosso país na guerra ao lado dos povos amantes da liberdade. – Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1945

Solidariedade com presos políticos espanhóis

A participação de operários e outros trabalhadores não intelectuais de origem portuguesa nas acções contra o fascismo, nesta época no Brasil, é muito significativa. Exemplo disso é a "Convocatória de uma reunião de marceneiros portugueses anti-fascistas" que vem no *Tribuna Popular* de 20 de Setembro de 1945[93]. Assinam o documento: Franklin Alves Freixo, António Fernandes Azenha e António Pinto de Oliveira.

Nesta mesma edição do jornal *Tribuna Popular*,[94] vem uma entrevista com Lúcio Pinheiro dos Santos da qual começo por transcrever o título e, em seguida, um excerto:

> Contra a ameaça que pesa sobre Sapirain e Alvarez. Manifesta-se a Frente de Unidade Antifascista dos Portugueses do Brasil. Fala à TRIBUNA POPULAR o professor Lúcio Pinheiro dos Santos.
> Cada hora que passa cresce o número de protestos, em nome da liberdade e da dignidade humana, contra a prisão e ameaça de fuzilamento de Santiago Alvarez e Sebastian Zapirain, bravos comandantes dos exércitos republicanos, por parte do governo fascista de Franco.

[92] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1945, n.º 15606, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22%C3%81lvaro%20Moreyra%22%20%22An%C3%A-Dbal%20Machado%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=27767

[93] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1945, n.º 105, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=%22marceneiros%20portugueses%22&pagfis=903

[94] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1945, n.º 105, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=%22L%C3%BAcio%20Pinheiro%20dos%20Santos%22&pagfis=903

Santiago Álvarez Gómez (1913–2002) e Sebastián Zapirain Aguinaga (1903–1996), um galego e um basco, condenados à morte, acabariam por ver as suas penas comutadas devido à campanha internacional organizada em seu favor.

As eleições de 18 de Novembro de 1945

No dia 5 de Outubro, no auditório da ABI, realiza-se, por iniciativa de portugueses, a que se juntaram Hermes Lima, presidente da SADP, e Horta Barbosa, presidente da SAPE, uma sessão comemorativa do 35.º aniversário da proclamação da República em Portugal. É aprovada "uma declaração de repúdio ao atual regime português".

No dia 20 de Outubro de 1945 o *Correio da Manhã*[95] publica o seguinte "comunicado":

> O Comitê Português da Frente de Unidade Anti-fascista do Rio de Janeiro convida todos os portugueses anti-fascistas a comparecerem ao comício que se realiza hoje, sábado, promovido pela Associação Brasileira dos Amigos do Povo Espanhol e no qual deverá fazer uso da palavra o comandante Sarmento de Beires, realizador de uma das primeiras travessias aéreas do Atlântico, presidente da União dos Portugueses Anti-fascistas de São Paulo.
>
> O Comitê Português da Frente de Unidade Anti-fascista do Rio, a União dos Portugueses Anti-fascistas de São Paulo solidarizaram-se por telegrama, expedido no dia 13, com a atitude da oposição republicana, em seu repúdio à manobra eleitoral salazarista, apoiando as reclamações da Resistência democrática do povo de Portugal.

Em 6 de Outubro de 1945, tinha sido dissolvida a Assembleia Nacional em Portugal e tinham sido marcadas eleições legislativas para o dia 18 de Novembro. Tratava-se de uma tentativa de legitimação do regime saído enfraquecido com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota do nazifascismo. Esta é a "manobra eleitoral salazarista" de que se fala neste comunicado. Numa entrevista a António Ferro saída em dois jornais portugueses, *Diário de Notícias* e *O Século*, no dia 14 de Novembro, Salazar diria que estas eleições seriam "absolutamente livres, tão livres como na livre Inglaterra".

O Movimento de Unidade Democrática (MUD), constituído legalmente em Portugal a partir do MUNAF, no dia 8 de Outubro de 1945, com uma sessão pública no Centro Escolar Republicano Almirante Reis, viu a sua actividade reprimida e, não tendo condições para

[95] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1945, n.º 15636, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22Frente%20de%20Unidade%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=28282

participar nas eleições, acabou por apelar à abstenção. Foram eleitos apenas os candidatos da União Nacional, o partido de Salazar.

Pelo *Tribuna Popular* de 26 de Outubro[96], fica-se a saber que o comício previsto para dia 20 afinal só se realizou dia 25. O título da notícia do jornal é o seguinte:

> Constituída a Frente "pró-rompimento de relações com o governo de Franco". Em grande Comício realizado, ontem, no Largo da Carioca, pela Associação Brasileira de Amigos do Povo Espanhol, americanos e portugueses clamam contra a existência do regime de Franco. A palavra do revolucionário Sarmento de Beires, herói da travessia aérea do Atlântico. Telegramas ao Presidente da República e aos Embaixadores de Portugal e do Paraguai.

"Eleições fascistas em Portugal. Um comício de protesto" é o título de uma notícia do *Correio da Manhã* de 6 de Novembro de 1945[97]:

> Promovido pela Sociedade de Amigos da Democracia Portuguesa e pelo Comitê do Movimento de Unidade Democrática dos portugueses antifascistas residentes nesta capital realizar-se-á no próximo dia 18 um comício público de protesto contra as eleições fascistas que, nesse dia, se realizarão em Portugal. Oportunamente será noticiada a organização deste ato de confraternização luso-brasileira.

"O comício do dia 18 contra o fascismo português" é o título do *Diário de Notícias* do dia 13[98] sobre o mesmo assunto:

> A Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa e o Comitê da Frente de Unidade Anti-Fascista dos Portugueses realizarão no próximo domingo, dia em que se celebram em Portugal as eleições fascistas convocadas por Salazar, sem a participação da maioria democrática do país, um grande comício de protesto, no qual a colônia portuguesa do Brasil mostrará o seu repúdio à farsa eleitoral em que se pretende envolver o nome de Portugal.

[96] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1945, n.º 136, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=%22Constitu%C3%ADda%20a%20Frente%22&pagfis=1164

[97] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1945, n.º 15649, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22fascistas%20em%20Portugal%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=28542

[98] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1945, n.º 7073, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=%22FASCISMO%20PORTUGU%C3%8AS%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=25329

> O ato celebrar-se-á na União Nacional de Estudantes, na praia do Flamengo, 132, às 15 horas, e será presidido pelo professor Hermes Lima, presidente da Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa. Também usarão da palavra vários oradores portugueses e brasileiros.

Vários jornais, como o *Diário do Paraná*[99] e o *Diário de Pernambuco* do dia 17[100], veiculando informações provindas da Agência Meridional de Notícias, falam de "um comício monstro para protestar contra a ditadura que por 19 longos anos infelicita Portugal". Adiantam que a "notícia foi dada pelo Prof. António Aniceto Monteiro, exilado político português, lente da Faculdade Nacional de Filosofia. Acentuou o informante que reina um verdadeiro pavor em Portugal e que os portugueses odeiam o fascismo que oprime a sua liberdade". Com estas palavras, dão a entender que Monteiro estava na organização do protesto. O comício realizou-se no dia em que, em Portugal, estavam a decorrer as "eleições promovidas por Salazar", "classificadas como uma farsa".

O *Correio da Manhã*, dos dias 17[101] e 18[102], e o *Jornal do Brasil*, de 18[103], dizem que foram a Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa (SADP) e os "Comités Anti-Fascistas dos Portugueses do Rio, Niterói e São Paulo" a promover o comício.

Efectivamente, no domingo dia 18 de Novembro, organizado pelo Comité Central da Frente Portuguesa da Unidade Anti-Fascista, e com o patrocínio da SADP, segundo o *Tribuna Popular*[104], realiza-se, na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), um "grande comício". Diz o referido jornal:

[99] Hemeroteca Digital, *Diário* do *Paraná*, 1945, n.º 28, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171433&pesq=%22Ant%C3%B3nio%20Aniceto%20Monteiro%22&pagfis=222

[100] Hemeroteca Digital, *Diário de Pernambuco*, 1945, n.º 240, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_12&pesq=%22Ant%C3%B3nio%20Aniceto%20Monteiro%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=20605

[101] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1945, n.º 15659, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22Portugueses%20do%20Rio,%20Niter%C3%B3i%20e%20S%C3%A3o%20Paulo%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=28707

[102] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1945, n.º 15660, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=Portugueses%20Rio,%20Niter%C3%B3i%20e%20S%C3%A3o%20Paulo&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=28719

[103] Hemeroteca Digital, *Jornal do Brasil*, 1945, n.º 271, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&pesq=%22portugueses%20do%20Rio%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=36740

[104] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1945, n.º 154, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=%22Unidade%20Democr%C3%A1tica%22&pagfis=1319

> o senhor Hermes Lima assumiu a presidência, que lhe foi entregue pelo professor António Aniceto Monteiro em nome do Comité de Unidade Democrática dos Portugueses Antifascistas. O senhor Hermes Lima, por seu turno, convidou o senhor Aniceto Monteiro a secretariar a sessão.

Integraram a mesa, além dos oradores da sessão, Ricardo Seabra, Jaime Cortesão e Carlos Beltrão (UNE). Mais adiante, informa o jornal:

> O professor António Aniceto Monteiro, o grande matemático português que se encontra exercendo as funções de professor na nossa Faculdade, abordou o interessantíssimo tema "A ditadura e o movimento de resistência", que desenvolveu por forma a manter suspensa a assistência.
> São do senhor Aniceto Monteiro as palavras:
> – As colónias portuguesas no estrangeiro devem transformar-se rapidamente em reservas do movimento revolucionário. Os portugueses anti-fascistas do Brasil devem ser a vanguarda do movimento de resistência à Ditadura no exterior.

"Ricardo Seabra" é Ricardo Seabra de Moura (1892–1979). O leitor pode ver uma sua biografia em (Paulo 2011, 87).

O mesmo jornal[105] publica uma fotografia de António Aniceto Monteiro a discursar. Aqui, "colónia portuguesa" significa "o conjunto de portugueses estabelecidos num determinado país estrangeiro".

O *Diário de Notícias* do dia 20 de Novembro[106] traz uma fotografia ao alto da terceira página onde se vê um orador, Hermes Lima, de pé, e, ao seu lado direito, o matemático português.

Falaram ainda Lúcio Pinheiro dos Santos, Francisco das Dores Gonçalves, o comandante Átila Soares (PSD – Partido Social Democrático), Homero Pires (representante da Esquerda Democrática), Moura Pinto, o comandante Sarmento de Beires, o jornalista Novais Teixeira, Lino Teixeira, Tomás Ribeiro Colaço, o ex-sargento combatente Hilton Lobato (em nome da FEB – Força Expedicionária Brasileira), Pedro Motta Lima (PCB), Figueiredo Lima e outros.

[105] *Ibidem*.

[106] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1945, n.º 7079, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=%22Hermes%20Lima%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=25438

"Duzentos contos de matemática…": entrevista de António Aniceto Monteiro

O *Correio da Manhã* de 10 de Novembro de 1945[107] publica a entrevista a António Aniceto Monteiro "Duzentos contos de matemática… O professor Aniceto Monteiro nos faz suas confidências – a inteligência e a ditadura", que vem na sequência do discurso de António Júlio de Castro Fernandes, Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, reproduzido pelo jornal *O Século*, de Lisboa, de 26 de Outubro, e de um artigo do *Diário da Manhã* (*Órgão da União Nacional*), também de Lisboa, de 29 de Outubro. Neste, "alguns dos bolseiros [da Junta de Educação Nacional (JEN)] eram identificados com a indicação do quanto tinham custado ao país". Em relação a Monteiro, dizia "que se recusou a trabalhar no país, 'nem sequer chegou, no seu regresso, a dar aulas da sua especialidade. Finalmente partiu para o Brasil, onde é professor'" (Gaspar 2009, 156-158). Nas páginas do jornal *República*, publicado em Lisboa, Bento de Jesus Caraça, Fernando Lopes Graça, Manuel Valadares, Aurélio Marques da Silva e outros responderam a Castro Fernandes. Essas respostas podem ser lidas no blogue *António Aniceto Monteiro* (Rezende 2017), onde também pode ser lido o artigo do *Diário da Manhã*. O texto completo da entrevista de Monteiro pode ser lido em (Rezende 2016, 163-166). Eis um excerto:

> – É exacto que não deu aulas em Portugal?
> – Não. Dei muitas aulas particulares, desde 1936 até à minha vinda, e desenvolvi no meu sector grandes esforços. Simplesmente, recusei assinar um papel de compromisso político para poder leccionar… matemática. Por isso não me nomearam; nem modesto funcionário podia ser lá. Teria que morrer à fome, com os meus, doutorado pela Sorbonne. O próprio IAC me avisou, em Outubro de 1941, que era preferível sair do país. Ainda dirigi durante um ano o Centro de Matemática do próprio IAC que sempre me apoiou. Mas em 1942, o ministro da Educação encerrou a minha actividade. Recebi depois o honroso convite do governo brasileiro.
> Na Faculdade Nacional de Filosofia, com enorme satisfação, continuo o meu trabalho, que tanto me apaixona. Servindo a cultura brasileira na medida das minhas forças, sirvo qualquer coisa a que dou também o coração…

"IAC" significa Instituto para a Alta Cultura, organismo que sucedeu à JEN.

[107] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1945, n.º 234, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=Duzentos%20contos%20de%20matem%C3%A1tica&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=28604

No dia seguinte, o mesmo jornal *Diário da Manhã* publica o seguinte "esclarecimento":

> A propósito da entrevista com o Professor Dr. Aniceto Monteiro que ontem publicámos recebemos amável carta desse ilustre professor em que confirma o seu desmentido categórico à notícia telegrafada de Lisboa relativo a não ter dado aulas em Portugal e esclarece que "durante os 9 anos que vivi sob o jugo do fascismo português, de 1936 a 1945, após o meu regresso de Paris, realizei numerosos cursos, conferências e palestras nas Faculdades de Ciências de Lisboa, Porto e Coimbra, no Instituto Superior Técnico, no Centro de Estudos Matemáticos do próprio Instituto para a Alta Cultura em que desempenhava as funções de director de pesquisas.

Simplesmente esta actividade não a desempenhei como funcionário público, mas como cidadão que tinha deveres a cumprir para com a cultura portuguesa."

"Os Intelectuais Portugueses e o fascismo": um artigo de António Aniceto Monteiro

No número de Dezembro de 1945 da revista *Leitura*[108] vem um artigo do "Prof. Aniceto Monteiro" intitulado "Os Intelectuais Portugueses e o fascismo". Eis aqui um excerto:

> Professores, cientistas, escritores e artistas de valor têm sido presos, deportados, espancados pela polícia; outros demitidos e expulsos dos seus lugares sem processo nem julgamento. Basta citar, entre tantos outros, os nomes dos professores Abel Salazar, Aurélio Quintanilha, Alberto de Araújo, Newton de Macedo, Barbosa de Magalhães, Rodrigues Lapa, Irene Lisboa, dos escritores José Rodrigues Migueis, Jayme Cortesão, Alves Redol, Pereira Gomes, Armindo Rodrigues, Manoel Mendes, Casais Monteiro, dos advogados Álvaro Cunhal, e Avelino Cunhal, do compositor Lopes Graça, da pianista Manuela Câncio Reis. O anterior ministro da Educação, Mário de Figueiredo, foi levado a confessar um dia, em circunstâncias que não é possível revelar neste momento, que a ditadura não tinha o apoio de nenhum intelectual de valor.

Buscas da polícia no navio Serpa Pinto

O impacto que tiveram todas estas iniciativas nas autoridades brasileiras e portuguesas deve ter sido muito grande. Nessa época, jornais, livros e panfletos circulavam de barco.

[108] Hemeroteca Digital, *Leitura,* 1945, n.º 36, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=115509&pesq=%22Os%20Intelectuais%20Portugueses%20e%20o%20fascismo%22&pagfis=4312

No dia 5 de Dezembro de 1945, os jornais brasileiros publicam um telegrama da Associated Press com o seguinte conteúdo, segundo o *Correio da Manhã*[109]:

> Passageiros e tripulantes do 'Serpa Pinto', foram revistados pela polícia, antes de desembarcar, para impedir a entrada de jornais, livros, revistas e propaganda anti-salazarista. A despeito da ação da polícia, sabe-se que vários jornais e livros condenados circulam clandestinamente em Lisboa.

A notícia do *Correio da Manhã* tem por título "MEDO DA LIBERDADE". O título do *Tribuna Popular*[110] para relatar a mesma ocorrência é "A GESTAPO DE SALAZAR CONTRA O 'EXOTISMO BRASILEIRO'".

A direcção da Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa

Jornais de 14 e 15 de Dezembro informam que a SADP, "fundada no Rio de Janeiro com o fim de promover o desenvolvimento das relações democráticas dos dois povos e apoiar a luta pela liberdade em Portugal", lhes tinha comunicado a constituição da sua "diretoria":

> Presidente: professor Hermes Lima; Vice-presidentes: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda (presidente da Associação Brasileira de Escritores) e professor Homero Pires; secretário-geral: Francisco Chermont; membros do Conselho Deliberativo: Aníbal Machado, Afonso Arinos de Melo Franco, Astrogildo Pereira, Álvaro Moreyra, Caio Prado Júnior, Cândido Portinari, Danton Jobim, Graciliano Ramos, Francisco Assis Barbosa, José Lins do Rego, Moacir Werneck de Castro, Prestes Menezes, Rubem Braga, Vinícius Morais, Valdir Duarte.

Informam ainda os jornais que as adesões à SADP estavam abertas em todo o Brasil "para todos os portugueses e brasileiros anti-fascistas, e para todos os anti-fascistas em geral".

No arquivo da Divisão de Polícia Política e Social (DPS), situado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), existe uma página dactilografada, anónima, não indicando qualquer proveniência ou destinatário, com o título, em maiúsculas, "Sociedade Brasileira dos Amigos da Democracia Portuguesa" com uma lista dos seus membros mais importantes:

[109] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1945, n.º 15674, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22Serpa%20Pinto%22%20&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=28997

[110] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1945, n.º 167, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=Gestapo%20de%20Salazar&pagfis=1420

> Directoria. Presidente: Hermes Lima (Brasileiro – Professor da Faculdade Nacional de Direito). Vice-Presidentes: Gilberto Freire (Brasileiro – Professor da Faculdade de Direito de Recife), Homero Pires (Brasileiro – Professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro), Sérgio Buarque de Holanda (Brasileiro – Escritor). Secretário: Ary de Andrade (Brasileiro, Previdenciário). Tesoureiro: Clarindo de Queiroz Rabelo (Brasileiro – Professor Assistente da Faculdade de Filosofia). Sócios Fundadores: Hermes Lima, Gilberto Freire, Homero Pires, Sérgio Buarque de Holanda, Ary de Andrade, Clarindo de Queiroz Rabelo, Lucio Pinheiro dos Santos (Português), Antonio Aniceto Monteiro (Português), Jaime Cortesão (Português), Tulio Moura Pinto (Português), José Manuel Sarmento Beires (Português), Ricardo Seabra (Português), João Cristovam Cardoso (Brasileiro), Aníbal M. Machado (Brasileiro), Salvador Correia de Sá e Benevides (Brasileiro), Jorge Ferreira (Brasileiro).

"João Cristovam Cardoso" é João Christóvão Cardoso (1903–1980), médico e doutor em química, professor da FNFi. Vai aparecer num ofício da polícia de 9 de Dezembro de 1949 como sendo conivente com Monteiro e será expulso em 1969, durante a ditadura militar.

Clarindo de Queiroz Rabelo era assistente de Mineralogia e Petrografia da FNFi (*Gazeta de Notícias* de 6 de Outubro de 1946[111]). O jornal *Tribuna Popular* de 21 de Janeiro de 1947[112], sob o título "Fiscalização da apuração do pleito", publica uma "convocação importante": "Da Comissão de Apuração Eleitoral do PCB, (C.A.E.) pedem-nos a publicação do seguinte: 'Devem comparecer, hoje, ás 9 horas, na rua Conde de Lage, 25, os companheiros abaixo escalados para fiscais junto às mesas apuradoras seguintes'" e seguem-se quarenta nomes, sendo o 23.º o de Clarindo de Queiroz Rabelo.

O autor desta denúncia, quando se refere a Tulio Moura Pinto, deve estar a referir-se a Alberto Moura Pinto. A lista dos nomes não coincide exactamente com a que vem nos jornais em Dezembro de 1945.

Também no arquivo da DPS se encontra o recorte de uma notícia do *Tribuna Popular*, de 8 de Março de 1947[113], com a sigla SBADP e os nomes sublinhados a lápis vermelho, com o título "Protesta a SBADP contra a prisão de magistrados democratas":

[111] Hemeroteca Digital, *Gazeta de Notícias,* 1946, n.º 234, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_07&pesq=%22engenharia%20de%20minas%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=28750

[112] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1947, n.º 504, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=%22Fiscaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20apura%C3%A7%C3%A3o%20do%20pleito%22&pagfis=4054

[113] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1947, n.º 543, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=%22Protesta%20a%20SBADP%22&pagfis=4352

> Ilustres democratas portugueses exilados no Brasil e dois professores brasileiros pertencentes à Sociedade Brasileira de Amigos da Democracia Portuguesa, por motivo da prisão do professor Ruy Gomes, efetuada na cidade do Porto, em Portugal, enviaram ao governador civil daquela cidade o seguinte telegrama: Excelentíssimo sr. Governador Civil do Porto, Portugal – Protestamos perante V. Exa. contra a incriminação do professor Ruy Gomes e seus companheiros por delito de opinião e palavra, provando a falta de liberdades políticas essenciais no atual regime, exigindo o rápido restabelecimento da democracia (a.) João Cristovão Cardoso, pela SBADP, Antonlo Monteiro, Moura Pinto, Lucio Pinheiro dos Santos, Sarmento de Beires, Clarindo Rabello, Sarmento Pimentel, Jayme Cortesão.

No "Complemento ao curriculum vitae de Ruy Luís Gomes (vida política)", escrito pelo próprio, descreve-se assim essa prisão (Rezende 2006): "Foi preso em 1 de Janeiro de 1947, na sequência dos acontecimentos ligados ao funeral de Abel Salazar. Foi levado a tribunal de polícia, no dia seguinte, mas o julgamento não chegou a realizar-se e foi posto em liberdade".

A chegada do embaixador Pedro Teotónio Pereira

O *Diário de Notícias* de 4 de Janeiro de 1946[114] traz o seguinte título: "Esperado amanhã o novo embaixador português no Brasil". E, mais adiante: "Pelo 'Serpa Pinto', que é esperado amanhã, chegará ao Rio o novo embaixador de Portugal junto ao governo brasileiro, sr. Pedro Teotónio Pereira".

Em seguida, publica "Uma nota da 'Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa'" que diz: "constitui motivo de preocupação a chegada a esta capital do notório elemento fascista que é o novo embaixador do governo de Salazar, sr. Pedro Teotónio Pereira". Seguem-se assinaturas da direcção da SADP e muitas outras pessoas nomeadamente notáveis intelectuais brasileiros.

Já o *Tribuna Popular*[115] com a mesma data traz um artigo de Moacir Werneck de Castro, "Chega amanhã ao Rio o novo embaixador de Salazar":

> Fascista n.º 2 de Portugal, serviu como agente de ligação entre o salazarismo e o falangismo de Franco. Foi o criador da Legião dos Viriatos, que recrutava pobres portugueses

[114] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1946, n.º 7116, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=26134

[115] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1946, n.º 192, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=%22novo%20embaixador%20de%20Salazar%22&pagfis=1612

para morrer na Espanha, durante a intervenção de Hitler e Mussolini contra o povo espanhol. Secretário de Estado das Corporações, foi um feroz perseguidor do operariado português, tendo introduzido em seu país o sistema feudal-corporativo.

Aquilo que se passou à chegada do embaixador é relatado pelo *Tribuna Popular* do dia 6[116], numa notícia com o título "CHEGOU O EMBAIXADOR DO ESTADO NOVO PORTUGUÊS": "O agente de ligação entre Salazar e Franco, em seu primeiro contacto com a imprensa, causou péssima impressão aos jornalistas – Vaiado, no Cais do Porto, quando descia do 'Serpa Pinto'". O jornal diz que a vaia foi espontânea. Se o foi ou não, não sabemos, mas não deve ter causado boa impressão no embaixador. Não é que ele não soubesse já ao que ia, até porque foi por isso que o delfim de Salazar foi destacado para o Brasil como já largamente documentámos (Rezende 2013, 73-74; Rezende 2016, 150-158).

Homenagem a Hermes Lima

No dia 25 de Janeiro de 1946, o jornal *A Noite*[117] noticia que, na véspera, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), se realizou "uma festa de confraternização democrática luso-brasileira". O "pretexto da festa foi o de homenagear […] Hermes Lima […] há pouco eleito deputado ao Parlamento Constituinte pelo povo carioca". Mais adiante, diz-se que "Hermes Lima é o presidente da Associação Brasileira dos Amigos da Democracia Portuguesa, fundada […] a fim de apoiar o esforço dos democratas lusos no sentido de pôr termo a um regime de opressão e de mentira que, ao lado de Espanha, se constitui em exceção intolerável no panorama democrático da Europa".

O jantar foi promovido pela União dos Democratas Portugueses, de que era presidente Ricardo Seabra de Moura, e estiveram presentes, entre outros, Sarmento de Beires, Sarmento Pimentel, Jaime Morais, Pinto de Miranda, Moura Pinto, Jaime Cortesão, Tomás Ribeiro Colaço e "o jovem professor António Monteiro, que teve de abandonar a sua cátedra [*sic*] universitária e a sua pátria, porque o seu brio cívico não lhe permitia assumir outra posição que não fosse de franca hostilidade à ditadura".

[116] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1946, n.º 194, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=%22ESTADO%20NOVO%22&pagfis=1628

[117] Hemeroteca Digital, *A Noite*, 1946, n.º 12169, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pesq=%22Hermes%20Lima%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=38204

Um telegrama dirigido à ONU

Em 7 de Fevereiro de 1946, o *Correio da Manhã*[118] e o *Diário de Notícias*[119] publicam um telegrama dirigido ao presidente da Assembleia-Geral das Nações Unidas, o belga Paul Henri Spaak, que desencadeará a fúria do jornal oficioso do regime português, o *Diário da Manhã* (*Órgão da União Nacional*), como veremos, pedindo que "reconheça o perigo de um tal regime [o português] e contribua para cessarem as deploráveis e poderosas complacências que lhe dão alento a fim de tornar possível, por seu próprio esforço, a reconquista das liberdades públicas". Seguem-se mais de 60 assinaturas, entre as quais as de Monteiro, Ricardo Seabra, Jaime Cortesão e Sarmento Pimentel.

Rejeição de Eduardo Aunós como embaixador de Espanha

No mesmo *Diário de Notícias* do dia 7 de Fevereiro[120] vem um artigo com o sugestivo título "Fascista mesmo antes de Franco tomar o poder" e o subtítulo "Traços sobre a personalidade do Sr. Eduardo Aunós, novo embaixador da Espanha no Rio, segundo uma nota da Associação Brasileira dos Amigos do Povo Espanhol". Diz a notícia a dado passo: "Ontem, foi Pedro Teotónio Pereira. Hoje, é Aunós. O fascismo está em casa. Não procura roupagens novas: desafia. Vem para actuar contra a democracia e para propagar a velha semente do ódio e da guerra fratricida".

O jornal *A Noite* de 20 de Fevereiro de 1946[121] dizia que a actuação de Eduardo Aunós no Brasil "seria prejudicial à causa continental", pois que ele "não passava de um agente político de Franco interessado em implementar, na América do Sul, teorias de tendência fascista, contrárias ao espírito de solidariedade que une as Américas"; informava ainda que "o Livro Azul norte-americano dava-o como implicado numa conspiração para enviar armas alemãs [nazis] para a Argentina".

[118] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1946, n.º 15727, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=Paul%20Henri%20Spaak&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=29930

[119] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1946, n.º 7145, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=Paul%20Henri%20Spaak&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=26606

[120] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1946, n.º 7145, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=%22Eduardo%20Aun%C3%B3s%22&pasta=ano%20194&hf=-memoria.bn.gov.br&pagfis=26614

[121] Hemeroteca Digital, *A Noite* (RJ), 1946, n.º 12191, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pesq=%22Eduardo%20Aun%C3%B3s%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=38619

No mesmo jornal[122], na primeira página, pode ler-se "A Espanha não nomearia novo embaixador para o Brasil". A notícia é proveniente da United Press em Madrid: "Nos círculos diplomáticos locais foi recebida friamente a notícia procedente do Rio de Janeiro que diz que o embaixador espanhol Aunós não será recebido oficialmente pelo governo brasileiro".

"Um comício no Largo da Carioca" é o título de uma notícia das páginas interiores do mesmo jornal *A Noite*: "Haverá amanhã à tarde, no largo da Carioca um comício de regozijo pela não vinda do embaixador Aunós, da Espanha, pelo salvamento dos republicanos espanhóis condenados à morte e bem assim para reafirmar a condenação à política totalitária de Franco".

O jornal *Correio da Manhã* de 21 de Fevereiro[123], sob o título "O comício antifranquista de hoje. Será pedido o rompimento com Franco", transcreve um comunicado, que vem também no *Tribuna Popular*, de que se reproduz um excerto:

> As adesões das organizações democráticas serão feitas, a partir das 9 horas na sede da Abape, à avenida Rio Branco n. 257, sala 713, onde também devem ser feitas as inscrições dos oradores. Além de vários constituintes, falarão representantes dos Portugueses Antifascistas do Brasil, dos Comitês Femininos e médico de Ajuda aos Refugiados Espanhóis na França e de várias organizações democráticas.

O número 257 da Avenida Rio Branco ficava na mesma artéria que a Escola Nacional de Belas Artes e a Biblioteca Nacional do Brasil e distava trezentos e cinquenta metros da sede da ABI e do "Vermelhinho". No 257 funcionavam a Sociedade dos Amigos do Povo Espanhol, a Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa e o Comitê dos Portugueses Anti-Fascistas.

"Situação Política Portuguesa": conferência de António Aniceto Monteiro

"Sobre a situação política em Portugal" é o título da seguinte notícia do *Tribuna Popular* de 23 de Fevereiro de 1946[124]:

[122] Hemeroteca Digital, *A Noite* (RJ), 1946, n.º 12191, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pesq=%22Eduardo%20Aun%C3%B3s%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=38618

[123] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1946, n.º 15738, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=antifranquista%20Franco&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=30090

[124] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1946, n.º 235, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=padeiros%20portugueses&pagfis=1954

> O Sub-Comitê profissional de Padeiros do Comitê dos Portugueses Anti-Fascistas do Rio de Janeiro promove no próximo domingo, dia 24, às 16 horas, na Avenida Presidente Vargas, 2470, uma conferência sobre a "Situação Política Portuguesa", que será proferida pelo conhecido anti-fascista Dr. Aniceto Monteiro, para a qual convida todos os seus aderentes e simpatizantes a comparecerem acompanhados de suas famílias e amigos.
>
> O referido Comitê aproveita a oportunidade para informar que todos os sábados, às 16 horas, na sua sede à Avenida Rio Branco, 257, 7.º andar, sala 713-5, se realizam pequenas palestras de geral interesse para a causa da Democracia Portuguesa e chama a atenção de seus aderentes, em especial, para a palestra que se realizará hoje, no fim da qual serão expostas algumas publicações anti-fascistas que circulam clandestinamente em Portugal.

O *Diário de Notícias* da véspera[125] informa também sobre a conferência de Monteiro, embora seja mais sucinto. Na "Avenida Presidente Vargas, 2470" ficava a sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria e de Produtos de Cacau e Balas do Rio de Janeiro (*Tribuna Popular* de 9 de Fevereiro de 1946[126]).

"A atual situação dos Trabalhadores Portugueses": conferência de Lindolfo Hill

"'A atual situação dos Trabalhadores Portugueses'. O tema da conferência de Lindolfo Hill, hoje, no Sindicato dos Marceneiros" é o título de uma notícia do *Tribuna Popular* de 17 de Março de 1946[127]:

> Sob o patrocínio do Comitê dos Portugueses Anti-Fascistas do Rio de Janeiro, o líder sindical Lindolfo Hill fará hoje uma palestra sobre o tema "A atual situação dos trabalhadores portugueses". A conferência, que está sendo aguardada com vivo interesse, será feita na sede do Sindicato dos Marceneiros, à Avenida Marechal Floriano n.º 225, às 16 horas.
>
> Como chefe da delegação brasileira ao Congresso Mundial dos Sindicatos, em Paris, Lindolfo Hill, que é também membro da Comissão Executiva do P.C.B., pôde constatar, em sua passagem por Lisboa, as miseráveis condições de vida dos trabalhadores portugueses, explorados e oprimidos pelo fascismo salazarista.

[125] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1946, n.º 7158, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=%22ANICETO%20MONTEIRO%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=26817

[126] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1946, n.º 223, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=Avenida%20Presidente%20Vargas,%202470&pagfis=1871

[127] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1946, n.º 252, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=Lindolfo%20Hill%20marceneiros&pagfis=2083

> A palestra de Lindolfo Hill deve ser ouvida pelo maior número possível de operários, estudantes e intelectuais. Ela será o depoimento de um trabalhador brasileiro contra a ditadura de Salazar, um desmentido às invencionices do DIP do sr. Antônio Ferro e seus turistas sobre o "paraíso português".

Lindolfo Hill (1917–1977), natural de Juiz de Fora, Minas Gerais, era pedreiro. O avô dele, Franz Hill, tinha emigrado da Renânia-Palatinado, Alemanha, em 1858. Lindolfo Hill foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil em Juiz de Fora (*Tribuna Popular* de 9 de Novembro de 1945[128]) e foi, também aí, o primeiro vereador comunista, eleito nas eleições realizadas em 23 de Novembro de 1947 (*A Noite* de 30 de Outubro[129] e de 8 de Dezembro de 1947[130]).

No dia 19 de Março, o *Tribuna Popular*[131] informa sobre o que se passou na conferência num texto com o título "Os trabalhadores e o povo portugueses lutam contra a opressão salazarista. Greves e movimentos de massas de que participaram centenas de milhares de homens e mulheres – Luta heróica e sem tréguas – A conferência de Lindolfo Hill, ontem, a convite da Frente de Unidade dos Anti-fascistas portugueses". Eis um excerto da notícia:

> Além de Lindolfo Hill, compuseram a mesa que dirigiu a sessão os srs. Franklin Alves Freixo, que a presidiu, representante da Comissão Organizadora do ato, Nereu da Costa Pacheco, pelo Sindicato dos Marceneiros, Joaquim Alves da Rocha, representando os marceneiros portugueses anti-fascistas, a sra. Aurora Monteiro, do Grupo Feminino dos Portugueses Anti-Fascistas e o representante da TRIBUNA POPULAR. […]
> [Lindolfo Hill] Entra, em seguida, a analisar as causas de ainda se manterem de pé esses dois focos fascistas [Portugal e Espanha] da Europa, afirmando que tal se deve, exclusivamente, em virtude da mão forte que lhe emprestam os grupos imperialistas internacionais, os mesmos que levaram ao poder a Hitler e Mussolini, na esperança de que esses focos se venham a transformar em centro de irradiação de novos conflitos mundiais.

[128] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1945, n.º 145, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=%22Lindolfo%20Hill%22&pagfis=1236

[129] Hemeroteca Digital, *A Noite* (RJ), 1947, n.º 12709, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pesq=%22Campanha%20eleitoral%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=49123

[130] Hemeroteca Digital, *A Noite* (RJ), 1947, n.º 12742, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pesq=%22Lindolfo%20Hill%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=49838

[131] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1946, n.º 253, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154547&pesq=%22opress%C3%A3o%20salazarista%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2093

> E se afirma isso, diz Hill, é porque presenciou com os seus próprios olhos o ódio que o povo português vota aos governantes seus algozes e se prepara para acertar contas com eles.
> [Ilegível] alguns fatos que fundamentam a sua exposição e que provam a determinação do povo lusitano de se libertar dos tiranos que o escravizam. Tais fatos, publicados pela imprensa clandestina de Portugal, dentre outros no jornal "Avante!", do glorioso Partido Comunista de Portugal, narram greves e movimentos de massa que em poucos meses atingiram a cifra de centenas de milhares de homens e mulheres. Essas greves e lutas são na sua quase totalidade lideradas pela classe operária, tendo à sua frente o seu instrumento de luta, o Partido Comunista. Dessas manifestações – o que tem grande significado – participaram também camponeses da região do Além Tejo, exigindo melhores salários e mais uma série de reivindicações.
> Focaliza, então, a repressão salazarista a tais movimentos e fala do campo de concentração de Tarrafal, que nada fica a dever à sua finada matriz da Alemanha nazista: o sombrio Dachau. Narra algumas impressões que lhe foram transmitidas por dois trabalhadores que conseguiram escapar de Tarrafal e que dão uma Idéia clara do inferno que é aquela "obra cristã de Salazar". Recorda ainda a mais recente farsa do tirano português, representada pelas eleições de dezembro último, quando ele teve oportunidade de sentir a oposição que tem da parte do povo que oprime.

Por altura desta conferência um documento do Serviço Público do Estado de Minas Gerais, com o subtítulo "Correspondência expedida", traça o perfil de Lindolfo Hill ("pront. 4.116"):

> Brasileiro descendente de alemães, com 28 anos de idade, operário em construção civil, residente em Juiz de Fora. Membro da comissão executiva do CN do PCB, no Rio, do CE, em Belo Horizonte. Secretário político do CM de Juiz de Fora. Em fins de 1945, representou os trabalhadores brasileiros no congresso operário de Paris. Não era fichado pela polícia na época da ilegalidade. Contudo, segundo a "Tribuna Popular" do Rio, de 26-10-1945, "é dos elementos de mais expressão do PCB" e é o mais jovem membro da comissão executiva do Partido, tendo "dez anos de luta partidária". Foi candidato a deputado nas eleições de 2 de dezembro de 1945.
> (vide pasta 4.126)
> Escolhido em 5.5.46 para secretário de Massas do C.E. do PCB está residindo nesta Capital (Jun.46). (Palmar 2015)

"CM", "CN" e "CE" são os seguintes órgãos do PCB, respectivamente: Comité Municipal, Comité Nacional e Comissão Executiva.

O *Diário de Notícias* de 3 de Setembro de 1946[132] traz o seguinte título: "Normalizada a situação da cidade. Depredadas pela policia as sedes do Partido Comunista – Prisões e espancamentos na sede do Sindicato dos Marceneiros". Eis um excerto da notícia:

> Esteve ontem em nossa redação numerosa comissão de operários em marcenaria […] que nos veio relatar o seguinte:
> Sábado [31 de Agosto], por volta das 16,30 horas, estavam na sede do Sindicato dos Oficiais Marcineiros, na av. Marechal Floriano, 225, sobrado, os srs. Mario Pacheco Jordão, presidente; Nereu da Costa Pacheco, tesoureiro daquela entidade e mais os associados Cláudio Carrera, do Conselho Fiscal, Ildefonso Byron, Manuel Francisco dos Santos, Pedro Carrera Conde e outros, quando parou na porta um tintureiro cheio de investigadores, muitos dos quais subiram, chefiados por um de nome Iglesias, e invadiram a sede do referido Sindicato, espancando, a borracha e casse-tête, a murros e ponta-pés, todos os presentes, prendendo-os em seguida e conduzindo-os à Policia Central onde permaneceram detidos até domingo.
> "Isto, afirmou-nos a referida comissão, sem qualquer motivo justificável, sem que nada fizéssemos para tal atitude".

O *Diário da Noite* do dia seguinte[133] publica um telegrama do sindicato, de protesto pelo sucedido, destinado ao presidente Gaspar Dutra, em que Nereu da Costa Pacheco é identificado não como "tesoureiro" mas como "procurador". O *Tribuna Popular* de 10 de Setembro de 1946[134] inclui Nereu da Costa Pacheco numa lista de contribuintes de uma campanha de solidariedade com o jornal.

No dia 7 de Novembro de 1950, o "Delegado Geral de Ordem Pública" de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, através do ofício N.º – 604/50/DG/P – RESERVADO, dirigido ao "Senhor Delegado Especializado", "remete fotografias de elemento subversivo": "Atendendo solicitação constante de vosso radiograma de 6 do corrente datado, remeto-vos inclusas fotografias de LINDOLFO HILL, conhecido elemento comunista e ora procurado pela polícia" (Palmar 2015).

[132] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1946, n.º 7319, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=Normalizada%20Partido%20Comunista&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=29500

[133] Hemeroteca Digital, *A Noite* (RJ), 1946, n.º 4189, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_02&pesq=%22Nereu%20da%20Costa%20Pacheco%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=35269

[134] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1946, n.º 389, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=%22Nereu%20da%20Costa%20Pacheco%22&pagfis=3195

Este "Delegado Geral de Ordem Pública" era José Henriques Soares, que ainda se atravessará no caminho de Monteiro em 1960, como veremos.

Em 1970, vários oponentes à ditadura militar, entre os quais Luís Carlos Prestes e Lindolfo Hill, começaram a ser julgados à revelia, por "estarem foragidos". Lindolfo Hill seria preso no dia 17 de Janeiro de 1973, em Campinas (Palmar 2015).

Pedro Teotónio Pereira "indigna-se"

Pedro Teotónio Pereira move todas as influências para calar os oposicionistas a Salazar no Brasil. Por exemplo, o *Tribuna Popular* de 21 de Março de 1946[135] relata assim uma ida do embaixador ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para pressionar o ministro Octacílio Negrão de Lima (1897–1960), irmão de Francisco Negrão de Lima (1901–1981), de quem ainda falaremos:

> MEDIDAS CONTRA OS TRABALHADORES PORTUGUESES. O embaixador de Salazar conferenciou com o ministro Negrão. Está indignado com os elementos que assistiram à conferência de Lindolfo Hill. Pleiteia que os seus patrícios sejam punidos, à moda da terra.

Comício contra Franco

"Comício contra Franco no Largo da Carioca" é o título de uma notícia do *Tribuna Popular* de 15 de Março de 1946[136]. Informa o jornal: "Realizar-se-á amanhã às 17.30 horas no largo da Carioca, promovido pela Associação Brasileira dos Amigos do Povo Espanhol". Diz ainda o jornal que, entre outros, falará o "sr. Aniceto Monteiro, representante do Comitê de Portugueses anti-fascistas". E, com o subtítulo "Convite aos portugueses": "A Frente de Unidade dos Portugueses anti-fascistas do Brasil convida a todos os portugueses a comparecer a esse comício".

Informa o mesmo jornal, mas do dia 17[137], que, devido ao "mau tempo", este comício tinha sido adiado para a "próxima quinta-feira" à mesma hora.

"Em praça pública, o povo pedirá, hoje, o rompimento com Franco. Um grande comício promovido pela ABAPE – Falam à TRIBUNA POPULAR elementos da direção daquela Associação

[135] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1946, n.º 255, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=Pleiteia&pagfis=2107

[136] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1946, n.º 250, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=Franco%20Largo%20da%20Carioca&pagfis=2069

[137] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1946, n.º 252, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=ABAPE&pagfis=2090

– Oradores do comício" é o título do *Tribuna Popular* de 21 de Março de 1946[138], anunciando o comício que, no dia 16, tinha sido adiado por causa do mau tempo. Um excerto da notícia:

> Falarão no comício, entre outros oradores, o dr. L. H. Horta Barbosa, presidente da Abape; Ramiro Pintado, ex-cônsul da República Espanhola no Rio e vice-presidente da Abape; dr. Aniceto Monteiro, do Comitê dos Portugueses anti-fascistas; deputados Flores da Cunha, Soares Filho, Jorge Amado, Eusébio Rocha, Campos Vergal; estudante Haroldo Machado Lemos, pela UNE, deputados Agostinho Dias de Oliveira pelo PCB; Joaquim Barroso pelo MUT; Augusto Rendu, Manuel Delicado, em nome do Comitê Sul-Americano de Ajuda ao Povo Espanhol, Marcos Zeida [no original está "Leida"], líder sindical paraguaio e o Barão de Itararé, cada um dos quais disporá de cinco minutos para falar.

O *Tribuna Popular* do dia 22[139], na sua primeira página, tem o seguinte título: "Uma grande manifestação, o comício da ABAPE contra o fascista Franco. Falaram representantes de vários partidos e outras entidades democráticas – Fez-se representar o embaixador da França – Uma saudação do embaixador do México – Vozes anti-fascistas da Espanha e de Portugal". Acompanham a notícia duas fotografias onde se pode ver que, de facto, estava muita gente no comício. Cartazes dizem, em maiúsculas: "Maria Tereza Toral. Isabel Saenz Toledo. Mercedes Gomez. Abaixo Franco". "Abaixo Franco. Falange Nazi-Fascista!" "Os portuários associam-se aos amigos do povo espanhol contra o carrasco Franco". O jornal diz que Monteiro falou, mas não adianta o conteúdo do discurso.

MUNAF: "Salazar é fascista"

A revista *Leitura* de Abril de 1946[140] traz a seguinte notícia:

> "Salazar é Fascista"
> É este o título de uma pequena brochura editada pelo Comitê dos Portugueses Anti-Fascistas do Brasil sobre o governo fascista de Salazar, iniciando a publicação de uma série de "Documentos sobre o fascismo português" que o referido Comitê se propõe divulgar ao povo brasileiro, alvo preferido da propaganda salazarista no exterior.

[138] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1946, n.º 255, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=ABAPE&pagfis=2107

[139] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1946, n.º 256, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=ABAPE&pagfis=2115

[140] Hemeroteca Digital, *Leitura*, 1946, n.º 39, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=115509&pesq=%22Salazar%20%C3%A9%20Fascista%22&pagfis=4577

> "Salazar é fascista" circula clandestinamente em Portugal desde 1944, distribuído pelo Movimento de Unidade Anti-Fascista de Portugal que, sob a direção de um Conselho Nacional de Unidade, no qual se fazem representar todas as correntes opostas ao fascismo salazarista – a imensa maioria da nação – prossegue na grande luta de libertação de Portugal. […]
>
> Estas publicações encontram-se à venda na sede do Comitê dos Portugueses Anti-Fascistas, à Avenida Rio Branco, 257 – 7.º andar – sala 715.

Em 2 de Junho de 1946, o embaixador Pedro Teotónio Pereira escreve a Salazar: "A carta que vai junta é muito urgente. Mando ao Lourenço elementos seguros sobre a vinda de panfletos comunistas para aqui. Vai apanhar uma ponta do fio" (Almeida 2008, 215). "Lourenço" é Agostinho Lourenço da Conceição Pereira (1886–1964), conhecido por Agostinho Lourenço, director da PIDE, a famigerada polícia política portuguesa.

36.º aniversário do 5 de Outubro

O *Correio da Manhã* de 29 de Setembro[141] anuncia "um acto cívico, comemorativo do 36.º aniversário da proclamação da República em Portugal" a realizar em 5 de Outubro "no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)" pelos "Democratas Portugueses residentes no Brasil", "sob os auspícios da Associação Brasileira dos Amigos da Democracia Portuguesa". Os oradores são: Lúcio Pinheiro dos Santos, Jaime Cortesão, António Aniceto Monteiro e Alberto Moura Pinto. Outros jornais, desse dia e dos seguintes, fazem o mesmo anúncio.

Um telegrama a Luís Carlos Prestes

Notícia do jornal *Tribuna Popular* de 10 de Outubro de 1946[142] com o título "Dos portugueses anti-fascistas ao Senador Prestes":

> O senador Luiz Carlos Prestes recebeu o seguinte telegrama, desta capital:
>
> "O Comitê dos Portugueses Anti-Fascistas do Brasil envia-lhe e aos senhores senadores Hamilton Nogueira, Mathias Olímpio, Aluizio de Carvalho, Álvaro Adolfo e Ivo de Aquino

[141] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1946, n.º 15923, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22Rep%C3%BAblica%20em%20Portugal%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=33312

[142] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1946, n.º 415, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=%22nador%20Prestes%22&pagfis=3401

a expressão de seus mais gratos sentimentos pela condenação do Senado do Brasil ao regime fascista de Salazar, o que vale por uma reparação dada aos povos português e brasileiro, na tarefa histórica de renovação democrática. Sua intervenção é um ato político de grande transcendência, cuja repercussão próxima e remota há de ser sempre reconhecida. Saudações muito cordiais. (a.) Lúcio Pinheiro dos Santos".

O programa dos antifascistas portugueses numa entrevista de António Aniceto Monteiro

No dia 17 de Outubro de 1946, sai uma entrevista no *Diário da Noite*[143] a António Aniceto Monteiro feita na sequência da revolta da Mealhada, ocorrida exactamente uma semana antes, com o título "A rebelião em Portugal na palavra do professor António Monteiro. Os democratas portugueses e o 'putch' de Lisboa – Programa de acção". A menção ao "'putch' de Lisboa" não está correcta. Eis um excerto da entrevista:

O PROGRAMA DOS ANTI-FASCISTAS PORTUGUESES

Ao lhe perguntarmos a respeito do que efectivamente está ocorrendo com Portugal, declarou inicialmente:

– Em primeiro lugar é necessário fazer uma avaliação política actual. O povo português encontrou o caminho que o há de levar a derrubar o fascismo. Em princípios de 1944, criou-se um amplo Movimento de Unidade Anti-fascista, em que estão integrados todos os partidos políticos da oposição e que tem um programa de governo claro: destruir a ordem fascista, instituir uma ordem democrática, melhorar as condições de vida do povo, democratizar o crédito e as instituições bancárias, desenvolver a instrução e a cultura, dignificar a justiça, defender a unidade de Portugal com as colónias, colocar Portugal ao lado das Nações Unidas.

Quando Monteiro refere "Movimento de Unidade Antifascista", trata-se, como já vimos, do Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), fundado nos finais de 1943. Monteiro enumera alguns pontos programáticos do MUNAF (Raby 1984, 692). Pode dizer-se, portanto, que António Aniceto Monteiro aderiu ao programa do MUNAF. O texto completo da entrevista de Monteiro pode ser lido em (Rezende 2016, 167-170).

[143] Hemeroteca Digital, *Diário da Noite*, 1946, n.º 4226, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_02&pesq=%22democratas%20portugueses%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=35945

Regozijo pela decisão da Assembleia-Geral da ONU sobre o caso espanhol

No dia 12 de Dezembro de 1946, a Assembleia-Geral da Nações Unidas aprova a Resolução 39 (I) sobre as "Relações dos Membros das Nações Unidas com Espanha" (UN General Assembly 1946), cujo texto se encontra facilmente na rede:

> Na origem, natureza, estrutura e conduta geral, o regime de Franco é um regime de carácter fascista, estabelecido em grande parte graças à ajuda da Alemanha nazi e da Itália fascista de Mussolini.
> Durante a prolongada luta das Nações Unidas contra Hitler e Mussolini, Franco, apesar dos contínuos protestos dos Aliados, prestou assistência considerável às potências inimigas. […]
> Provas incontestáveis mostram que Franco era, com Hitler e Mussolini, um dos culpados na conspiração de guerra contra os países que finalmente no decorrer da guerra mundial formaram toda a Organização das Nações Unidas. […]
> Recomenda que o governo espanhol de Franco seja excluído como membro de organizações internacionais estabelecidas pelas Nações Unidas ou a elas vinculadas e da participação em conferências ou outras actividades que possam ser realizadas pelas Nações Unidas ou por estas organizações, até que um governo novo e aceitável seja estabelecido em Espanha. […]
> Recomenda que todos os membros das Nações Unidas retirem imediatamente os seus embaixadores e ministros plenipotenciários credenciados em Madrid.

O jornal *A Manhã* de 22 de Dezembro de 1946[144] noticia que, na véspera, se realizou um "almoço de confraternização hispano-brasileiro em regozijo pela decisão da Assembleia Geral da ONU sobre o caso espanhol". O almoço, promovido pela ABAPE, teve lugar no restaurante da Casa do Estudante do Brasil e nele estiveram Cândido Portinari, José Lins do Rego, Aníbal Machado, Branca Fialho, Mira y Lopez e António Aniceto Monteiro, entre outros. Discursaram Branca Fialho, presidente interina da ABAPE, Mira y Lopez, pelos republicanos exilados espanhóis, e o major Costa Leite, secretário da ABAPE. Os três tinham a ver com Monteiro: Branca Fialho era mãe de Gabriel Fialho, amigo do matemático, e do qual ainda falaremos; ainda leremos um excerto de uma carta a Mira y Lopez; Carlos Costa Leite vai aparecer num ofício da polícia de 9 de Dezembro de 1949 como sendo conivente com Monteiro.

"Mira y Lopez" é Emilio Mira y Lopez (1896–1964), notável sociólogo, psiquiatra e psicólogo espanhol, exilado no Brasil.

[144] Hemeroteca Digital, *A Manhã*, 1946, n.º 1650, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&pesq=almo%C3%A7o%20confraterniza%C3%A7%C3%A3o&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=32528

No dia 4 de Novembro de 1950, a Assembleia-Geral das Nações Unidas, através da sua Resolução 386 (V) (UN General Assembly 1950), revoga a Resolução 39 (I), apesar de o regime espanhol não ter mudado a sua natureza. Espanha ingressaria na ONU em 1955.

Exposição da imprensa clandestina portuguesa

"Exposição da imprensa clandestina portuguesa" é o título de notícias tanto do *Diário de Notícias* do dia 22[145] como do *Tribuna Popular* de 24 de Dezembro de 1946[146], que reproduzem o seguinte comunicado:

> Promovida por um grupo de jornalistas, escritores e artistas, sob o patrocínio da Sociedade Brasileira de Amigos da Democracia Portuguesa realizar-se-á brevemente uma Exposição da Imprensa Clandestina Portuguesa que apresentará nesta Capital, pela primeira vez, exemplares dos vários periódicos e publicações editados pelo valoroso movimento clandestino anti-salazarista. […]
>
> Entre os patrocinantes que cedem o lugar de honra à S. B. A. D. P., presidida pelo deputado Hermes de Lima, encontram-se os senhores: Guilherme de Figueiredo, Aníbal Machado, Aparício Torelly, Rubem Braga, Matos Pimenta, Alcides Rocha Miranda, José Lins do Rego, Jorge Amado, Mário Martins, Joel Silveira, Moacyr Werneck de Castro, Carlos Scliar, Quirino Campofiorito, Raul Deveza, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Rafael Correia de Oliveira, Sílvia Chalreo, Darcy Evangelista, Vítor Espírito Santo, Álvaro Moreyra, Paulo Werneck, João Mesplé, Egydio Squeff, Dalcídio Jurandir, Aydano do Couto Ferraz, Lello Landucci, Oscar Niemeyer, Origines Lessa, Dias da Costa e outros.

Em carta de 29 de Dezembro de 1946, o embaixador português, Pedro Teotónio Pereira, escreve a Salazar: "O reviralho vai fazer uma exposição da imprensa clandestina portuguesa. Nós bem podíamos fazer uma da imprensa ordinária no Brasil!" (Almeida 2008, 281).

"Inaugura-se, hoje, a Exposição da Imprensa Clandestina Portuguesa" diz um título do *Diário de Notícias* de 25 de Janeiro de 1947[147]:

[145] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1946, n.º 7413, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=Exposi%C3%A7%C3%A3o%20da%20imprensa%20clandestina&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=31160

[146] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1946, n.º 479, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pesq=imprensa%20clandestina&pagfis=3878

[147] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1947, n.º 7440, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=Exposi%C3%A7%C3%A3o%20da%20imprensa%20clandestina&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=31626

> Terá lugar, hoje, às 16 horas, no salão do 9.º andar da Associação Brasileira de Imprensa, a I Exposição da Imprensa Clandestina Portuguesa, realizada sob os auspícios da Sociedade de Amigos da Democracia Portuguesa.
> Nessa exposição serão pela primeira vez, expostos ao público exemplares de numerosos periódicos, manifestos, panfletos e representações publicados clandestinamente em Portugal, e bem assim grande parte do material de propaganda do Movimento de Unidade Democrática que tem sido no ambiente de opressão que se vive em Portugal, a manifestação desassombrada contra o governo de Salazar.

O *Tribuna Popular* do dia 28[148] mostra uma fotografia da inauguração, com a seguinte legenda:

> Exposição da imprensa clandestina portuguesa. – Patrocinada pela Sociedade Brasileira dos Amigos da Democracia, foi inaugurada no 9.º andar da Associação Brasileira de Imprensa, uma exposição dos jornais, boletins, impressos, etc., que circulam clandestinamente em Portugal. Os jornais, na generalidade mimeografados, constituem um eloqüente atestado da opressão que vem sofrendo o povo português sob o jugo da ditadura clerical-fascista de Salazar e do cardeal Cerejeira. "Avante", órgão central do Partido Comunista Português, o "Malho", "Vanguarda", o "Leme", a "Terra", o "Combate" são alguns dos jornais constantes da exposição, contendo a relação das últimas vítimas da gestapo salazarista, os lutadores anti-fascistas enviados para o campo de concentração da morte lenta, o campo do Tarrafal. Ao ato inaugural acorreram inúmeras pessoas, conforme se pode constatar pelo clichê acima, quando os visitantes posavam para a nossa objetiva.

Na fotografia pode ver-se, na parede de fundo, o símbolo do MUD, e, do lado direito, um cartaz num cavalete com os dizeres "Esta é a voz livre do povo português"; de pé, mais de dezassete homens; sentadas, cinco mulheres.

No dia 31 de Janeiro de 1947, Pedro Teotónio Pereira escreve a Salazar:

> E mais esta da exposição de imprensa clandestina. Uma miséria. Felizmente ninguém deu por isso. Os jornais deixaram de nos atacar. Passam-se semanas inteiras sem uma palavra desagradável. Mas foi a ABI (Associação Brasileira de Imprensa, órgão oficial), que cedeu a sua sala. (Almeida 2008, 294)

[148] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, n.º 1947, 510, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154547&Pesq=imprensa%20clandestina&pagfis=4098

O *Tribuna Popular* de 4 de Fevereiro de 1947[149] traz duas fotografias, documentando a visita de Luís Carlos Prestes à exposição, acompanhadas da seguinte legenda:

> A luta subterrânea do povo português, contra a opressão salazarista, está refletida com bastante nitidez nesta exposição da imprensa clandestina que ora se encontra no auditório da ABI, sob o patrocínio da Sociedade Brasileira dos Amigos da Democracia Portuguesa. Numerosos jornais ali estão atestando o crescente movimento de resistência à ditadura. São órgãos de diferentes organizações ilegais, todos porém orientados para a reconquista da liberdade. "O Malho", "Voz do Povo", "A Terra", "Lanterna", "Mundo Novo", "Vanguarda", "O Combate", "A Rua", "Avante", "O Leme", "Democracia", "Libertação Nacional", "Unidade", "A Voz do Soldado" – tais são alguns desses jornais. Há pelas paredes observações como esta: "Um jornal clandestino custa muitas vezes a vida a quem o faz e a quem o lê". Acima de um exemplar do "Avante" (órgão do Partido Comunista Português) e de um boletim do "MUD", lê-se esta inscrição: "Toda canção de liberdade vem do cárcere". A exposição é um clamor contra o regime de opressão, contra a existência do campo de morte de Tarrafal, contra a intolerável sobrevivência do fascismo na península. E é também um apelo comovente, aos democratas de todo o mundo, para que intensifiquem a luta contra os restos do fascismo. As fotos acima fixam um aspecto da exposição, no momento em que a visitava o Senador Luiz Carlos Prestes, juntamente com o jornalista Armênio Guedes, sendo recebidos pelos drs. João Cristóvão Cardoso e Clarindo Rabelo, respectivamente secretário e tesoureiro da SBADP. Cercado de outros visitantes, vê-se também o dirigente máximo do PCB assinando o livro de visita.

Recordemos que João Christóvão Cardoso vai aparecer num ofício da polícia de 9 de Dezembro de 1949 como sendo conivente com Monteiro, e será expulso em 1969, durante a ditadura militar.

O *Tribuna Popular* de 9 de Fevereiro de 1947[150] traz a notícia do encerramento da exposição. Eis um excerto:

> Encerra-se amanhã, segunda-feira às 17.30 horas, com uma pequena cerimônia, a Exposição da Imprensa Clandestina Portuguesa. […] Usarão da palavra no ato o secretário da SBADP, prof. J. C. Cardoso [no original está "A. Cardoso"], a pintora Sílvia Chalreo e o comandante Sarmento de Beires, este último em nome dos democratas portugueses.

[149] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, 1947, n.º 516, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154547&Pesq=imprensa%20clandestina&pagfis=4147

[150] Hemeroteca Digital, *Tribuna Popular*, n.º 1947, 521, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154547&Pesq=imprensa%20clandestina&pagfis=4184

"Um punhado de pedras no fundo duma peneira"

Em meados de 1947, Pedro Teotónio Pereira vai para Washington, não sem antes se vangloriar perante Salazar do resultado da sua actividade:

> Viemos como tropas de choque romper uma muralha de ódio e de mentira. Vencemos em toda a linha e reina agora a paz. […]
> Consinta pois V. Ex.ª que lhe diga que a parte "fazível" desta obra está assegurada e realizada: a colónia mais numerosa, unida e vibrante de patriotismo que nunca; os elementos adversos reduzidos a um punhado de pedras no fundo duma peneira; o Martinho metido definitivamente na sombra, quieto e calado; as campanhas terminadas; os grupos de intelectuais brasileiros tendo deixado de apoiar os nossos reviralhistas e não tomando já parte em quaisquer manifestações; toda a febre de há um ano reduzida a uns décimos que afloram de vez em quando. E, com tudo isto, um novo e crescente respeito por Portugal, pelo seu Governo e por V. Ex.ª. (Almeida 2008, 305-306)

"Martinho" é Martinho Nobre de Melo (1891–1985), o embaixador que precedeu Pedro Teotónio Pereira no Rio de Janeiro. Nasceu em Cabo Verde. Pedro Teotónio Pereira, quando fala dele, usa expressões como: "coisas de preto", "procedeu como um verdadeiro mulato", "outra vez o feitio de preto" (Almeida 2008, 187, 201).

Na sua tese de doutoramento, Carmem G. Burgert Schiavion descreve muito bem as pressões que a embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, não só no período de Pedro Teotónio Pereira, exercia sobre as autoridades brasileiras (Schiavion 2007, 220-223). Vale a pena ler o excerto da sua tese que publiquei no blogue *António Aniceto Monteiro* (Rezende 2016a).

A embaixada do Brasil em Lisboa

A embaixada do Brasil em Lisboa costumava informar o Itamaraty do que dissesse respeito aos oposicionistas portugueses. Aqui damos três exemplos.

Ofício sobre "Atividades de políticos portugueses no Rio de Janeiro"

Em 4 de Março de 1946, o encarregado de Negócios em Lisboa, Ruy Ribeiro Couto, dirige ao então Ministro de Estado das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, o ofício n.º 70 (Arquivo Histórico do Itamaraty) sobre as "Atividades de políticos portugueses no Rio de Janeiro":

> Em aditamento ao ofício n.º 59, datado de 20 de Fevereiro último, tenho a honra de remeter a Vossa Excelência, em anexo, um retalho do jornal "Diário da Manhã", desta Capital, transcrevendo com alguns comentários o relato publicado pela "Noite", de 24 de Janeiro passado, sobre a reunião de confraternização democrática luso-brasileira, realizada na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro.

Em anexo, seguia o recorte do *Diário da Manhã* (Órgão da União Nacional), de 26 de Fevereiro de 1946, com o artigo intitulado "A traição é sempre má fé":

> A Vitória de ontem trouxe ao esclarecimento da atitude de alguns portugueses residentes no Brasil (podem contar-se, já agora) mais alguns elementos de importância.
> Em primeiro lugar – do que não será, conhecido dos nossos leitores – o relato publicado pelo jornal "A Noite" da sessão de propaganda anti-portuguesa, no Rio, em 24 de Janeiro passado: […]
> Foi desta sessão que saiu o telegrama seguinte, assinado por um certo número de nomes, que já não escapam ao ferrete da própria ignomínia:
> "Presidente Paul Henri Spaak. – Organização das Nações Unidas. – Londres – Em nome dos democratas de Portugal, impedidos de comunicarem com o Mundo livre, os abaixo assinados, representando os sentimentos democráticos da Colónia Portuguesa do Brasil, saúdam V. Exª e a Assembleia das Nações Unidas, rogando transmita a seus colegas o ardente desejo de ver o nosso país colaborar na obra da paz, defendendo a dignidade e a liberdade dos homens dos povos, em que estais empenhados.
> Povo português impossibilitado de comparticipar nessa nobre missão por um governo totalitário que ao cabo de vinte anos de opressão culmina impondo-lhe, em fraudulentas eleições, a sobrevivência dum fascismo vencido nos campos de batalha e condenado pela consciência universal – confia na austera Justiça dessa Magna Assembleia para que ela reconheça o perigo dum tal regime e contribua para cessarem deploráveis e poderosas complacências que lhe dão alento a fim de tornar possível, por seu próprio esforço, a reconquista das liberdades públicas – Ricardo Seabra, Dores Gonçalves, Pedro Pinto Miranda, Tibúrcio de Oliveira, António Leite da Costa, Alamiro Andrade, Aniceto Monteiro, Manuel Pinto Almeida, Teófilo Carinhas, Câmara Pires, Francisco Vieira, Moura Pinto, Melo Espinola, Jaime Cortesão, Luís Vasconcelos, António Machado, Jaime de Morais, António Amorim, António Rodrigues, Madalena Silva, Raul Moutinho Esteves, Armando Salomão, José Augusto Minhoto, Virgilina Pinto Alves, Joaquim Ferrão, Eugénia Neves, Elmano Pestano de Vasconcelos, Neves Correia, Jacinto Medina, Adelino Maia, Acácio Lobo, João dos Santos Gonçalves, Fausto Cortesão, Marques Barreiros, Manuel Martins Baguinho, Domingos Veloso, Lamartina Pimentel, Marques Ribeiro, Nuno Marques Ribeiro, José Sebastião

> Monteiro, Vitorino Fernandes da Silva, Armando Santos, Alberto Bebiano Ceppas, Francisco Oliveira Marques, Sarmento Pimentel, Joaquim Pereira Almeida, Américo Cardoso, António Santos Oliveira, João de Siqueira, Nelson Pereira Baptista, Francisco Remis, Manuel Duarte, Ismael Pereira, Alberto S. Martins, Lourenço Guedes, Adelino Fernandes, António Pinto, David Pereira, Eduardo Moura, Alberto Martins, Ângelo Pereira, Manuel Cândido Gomes."
>
> Que é que eles pretendem? Uma intervenção estrangeira que lhes satisfaça as ambições e os ódios! Mas isso mesmo se tenta em condições que nenhum português bem nascido poderá conhecer sem arrepios de nojo! Com efeito, já neste mês de Fevereiro, a 2, se publicava, em S. Paulo, um apelo aos portugueses do Brasil em que se escrevia o seguinte:
>
> "Interpretando, portanto, o pensamento do povo português e o de milhares de compatriotas que lutaram ao lado da República espanhola, na defesa da liberdade e da justiça, o 'Comité' dos Portugueses Antifascistas do Rio de Janeiro faz um apelo a todos os portugueses do Brasil e da América, para que redobrem de energia na sua luta contra Franco reforçando as organizações democráticas de auxílio ao povo espanhol. Recomendamos a todos os portugueses do Brasil que adiram à Associação Brasileira dos Amigos do Povo Espanhol, aproveitando as suas iniciativas, prestigiando os seus actos, participando das suas reuniões. Todos os patriotas portugueses devem compreender que a causa da democracia na Península Ibérica é indivisível e, portanto, lutar pela democracia espanhola é lutar, simultaneamente, pela democracia portuguesa. Viva a Espanha! Viva Portugal!"
>
> Que "democracia portuguesa" é esta que depende da "democracia espanhola"?… E que há por detrás de tudo isto?
>
> A traição destes homens não é ingenuidade, loucura ou boa fé. Eles sabem quem os comanda. A traição é sempre má fé! Mas os portugueses saberão responder-lhe com dignidade e firmeza!

Este artigo do *Diário da Manhã* vem na sequência do discurso do ditador português, António de Oliveira Salazar, no dia 23 de Fevereiro de 1946, na sala da Biblioteca do Palácio de S. Bento, perante a Comissão Central, a Junta Consultiva e os presidentes das Comissões Distritais da União Nacional e que ficou conhecido pelo título "Ideias falsas e palavras vãs"[151]. O mesmo jornal do dia 26, comentando esse discurso, traz o editorial "Meditação da hora que passa" onde se pode ler o seguinte parágrafo:

> Quando alguns homens nascidos em Portugal, cá dentro e lá fora, procuram levar às últimas consequências das suas posições de partido, os seus ódios, os seus despeitos, as

[151] Assembleia da República. 2024. "Diário das Sessões n.º 37". *Debates parlamentares*: 636. https://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/04/01/037/1946-02-26?sft=true#p636

> suas ambições ao ponto de se reclamarem intervenções estrangeiras para fazer regressar Portugal à humilhante situação de que o arrancou há quase vinte anos uma explosão invencível de patriotismo desinteressado e altivo, – o Sr. Doutor Oliveira Salazar teve força de alma para de novo colocar no plano nacional todas as questões que interessam à honra, à grandeza e ao futuro da Pátria.

Na mesma data, 26 de Fevereiro, decorreu a Sessão n.º 37 da IV Legislatura da Assembleia Nacional, em Lisboa (Assembleia da República 2024: 623) Nela "O Sr. Deputado [Paulo] Cancela de Abreu verberou o procedimento de certos emigrados políticos portugueses no estrangeiro". Num discurso longo[152] o deputado disse, nomeadamente:

> Todos simples emigrados voluntários, alguns intitulam-se deportados políticos para, sob esta máscara, se apresentarem como vítimas e melhor fazerem ouvir nos países incautos os seus clamores de revolta postiça contra uma imaginária opressão. […]
> De resto, a boa imprensa como o Governo do país irmão e a grande massa da colónia portuguesa reagem contra a campanha.
> Demonstrou-o ainda recentemente a forma excepcionalmente brilhante e carinhosa como foi acolhido o novo embaixador português, não obstante as tentativas que, sem rebuço, se esboçaram para que assim não acontecesse. […]
> Os factos são por demais evidentes para se imporem ao conceito de todos os portugueses, a fim de formularem juízo seguro sobre a loucura dos homens que se servem de semelhantes processos para escalarem o Poder e colherem os frutos de uma vitória e de uma obra que lhes não pertencem e imediata e irremediavelmente destruiriam.

Ofício sobre as demissões de Bento de Jesus Caraça e Mário de Azevedo Gomes

Através do ofício n.º 284 (Arquivo Histórico do Itamaraty), datado de 23 de Outubro de 1946 e assinado por Frank Moscoso, a embaixada em Lisboa alerta Samuel de Souza Leão Gracie, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, para a "Demissão de dois professores que subscreveram o manifesto do M.U.D.":

> Tenho a honra de remeter a V. Excelência, em anexo, o recorte de um dos jornais desta Capital, do dia 17 do corrente, com a nota oficiosa publicada pelo Ministério da Educação Nacional sobre a pena de demissão imposta aos professores Bento de Jesus Caraça e Mário

[152] Assembleia da República. 2024. "Diário das Sessões n.º 37". *Debates parlamentares*: 626. https://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/04/01/037/1946-02-26?sft=true#p626

de Azevedo Gomes, por haverem os mesmos subscrito o manifesto relativo à admissão de Portugal na O.N.U, lançado recentemente pelo Movimento de Unidade Democrática (M.U.D.).

Telegrama sobre um "Manifesto anti-salazarista"

Anos mais tarde, no dia 4 de Março de 1959, a embaixada do Brasil em Lisboa envia o seguinte telegrama n.º 69 ("reservado") com o título "Politica interna portuguesa. Manifesto anti-salazarista" (Arquivo Histórico do Itamaraty):

> A Embaixada do Brasil em Lisboa cumprimenta a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e tem a honra de encaminhar-lhe cópia de um manifesto publicado recentemente em Braga, no qual se criticam as soluções do Estado Novo português, tanto do ponto de vista político quanto sob o aspecto social e econômico.
> 2. Como notará a Secretaria de Estado, o manifesto é seguido por uma relação nominal dos 152 signatários (todos oriundos das Províncias do Minho e Douro), com as respectivas profissões e residências. Esse fato, quase sem precedentes, merece ser encarado com atenção, pois dá bem idéia das novas tendências que se esboçam atualmente no cenário político português.

O manifesto a que este telegrama se refere é, muito provavelmente, aquele que foi elaborado por democratas de Braga, em 14 de Janeiro de 1959, intitulado "Aos Portugueses", cujos "relatores" foram Lino Lima e Víctor de Sá (Simões 1999). Apela "ao patriotismo do Sr. Presidente do Conselho [António de Oliveira Salazar] para que abandone voluntariamente o poder, pois estamos convencidos, como muita gente, que, tendo findado a sua missão, somente a sua presença na chefia do governo está a impedir a evolução pacífica da vida política nacional"; ficou conhecido popularmente por "Vai-te embora, António" e tem 142 assinaturas (Simões 1999, 104).

As primeiras dificuldades

Em 1948, a situação de Monteiro no Brasil começa a piorar. Antevendo o que está para vir, em 14 de Janeiro lamenta-se a Alfredo Pereira Gomes, que estava em Paris:

> Muito mais teria trabalhado se não fossem as nossas coisas lá da terra, que me tomaram um tempo por vezes excessivo e me têm dado muita preocupação, por falta de experiência, certamente por incapacidade, e falta de jeito para estas coisas. Quem te manda a ti sapateiro tocar rabecão? O que devia era mesmo fazer sapatos tanto mais que meu avô era sapateiro.

Dificuldades económicas

Em 14 de Maio António Aniceto Monteiro escreve a Emilio Mira y Lopez:

> O meu contrato na Faculdade terminou no dia 15 de Março. O seu renovamento já foi aprovado no Departamento de Matemática, Congregação da Faculdade, Conselho Universitário, Conselho de Curadores da Universidade, mas deve ainda passar pelo Ministério da Ed., Pres. da Rep., Dasp, Pres. Rep., Ministério da Ed. para voltar finalmente à Universidade. A isto se chama aqui autonomia universitária. Estou sem vencimentos desde Abril e há colegas que estão na mesma situação desde Janeiro. O que mais me impressiona é a indiferença com que se encaram estes problemas. Tudo se considera natural e ninguém tem a ideia de fazer uma diligência para modificar o andamento das coisas. Tenho às vezes a impressão que certas pessoas cresceram de repente, sem haver tempo para que nelas amadurecessem certos sentimentos e noções. (BNP Esp. N99, cx. 8)

"DASP" significa Departamento Administrativo do Serviço Público.
Carta de António Aniceto Monteiro a Hugo Ribeiro de 5 de Julho de 1948:

> Poucas notícias tenho sobre o meu contrato. Saiu da Reitoria para o Ministério em 25 de Maio e deve estar agora na Presidência da República. Desde os fins de Abril que estou sem vencimentos e não sei o tempo que isto vai durar. Já tive que pedir dinheiro emprestado. Nenhum dos meus colegas do departamento se tem incomodado com estes problemas. Quem me emprestou dinheiro foi um colega assistente da Escola Politécnica (Maurício Peixoto). Todos os meus colegas do Departamento sabem que estou sem recursos e nenhum deles procura apressar a resolução do problema. Todos encaram esta fluência burocrática como uma espécie de fatalidade que caiu sobre o Brasil. Isto é considerado como um facto normal, rotineiro e ninguém pensa em alterar a situação. Tudo isto me traz desgostoso e com vontade de sair do Brasil. […]
>
> Já lhe mandei dizer porque não me foi possível encarar a hipótese de ir para Bozeman como me sugeriu em tempos. Comuniquei o facto ao Stone, numa carta que lhe escrevi em tempos. Respondeu-me nos seguintes termos: "I am sorry that you were not able to consider the post at Bozeman seriously. To go there would undoubtedly have been a strange and perhaps trying experience for you, but it might have led to a position more nearly in accord with your tastes and needs. Montana, of course, is one of the thinly populated parts of the country with great mountains and some remnants of the 'frontier spirit'. You are right in thinking that Schaerf was there for a time – he is now at Washington University, St Louis. Perhaps you will think again of coming to the U. S. If so, please keep

> me informed in the event that I might have knowledge which could be of use for you." (BNP Esp. N99, cx. 7)

"Maurício Peixoto" é Maurício Matos Peixoto (1921–2019), matemático brasileiro.

"Stone" é Marshall Harvey Stone (1903–1989), que foi um importante matemático norte-americano. É dele um conhecido teorema de Análise Funcional.

"Schaerf" é Henry Schaerf (1907–2006), matemático nascido em Rohatyn, pequena localidade que pertencia à Polónia e que actualmente se localiza na Ucrânia. Após a invasão alemã da Polónia, em 1939, foi para a Suíça. Em 1946, emigrou para os EUA.

Carta de Hugo Ribeiro, que nesta época estava em Berkeley, a António Aniceto Monteiro, de 29 de Julho de 1948: "Creio que deveria decidir desde já a sua vinda para aqui (realizável, provavelmente, só em Junho próximo?) […] Creio que, depois do que lhe diz o Stone, V. tem a porta aberta nos Estados Unidos para quando quiser vir" (BNP. Esp. N99, cx. 7).

Carta de António Aniceto Monteiro a Hugo Ribeiro de 8 de Agosto de 1948:

> Já devo imenso dinheiro neste momento e ainda encontro (fora do departamento de matemática) quem me empreste. Achámos graça, eu e a Lídia, à vontade que você tem que eu vá para os Estados Unidos e de preferência para a Califórnia. […] O problema mais importante é o seguinte: que caminho seguirá os Estados Unidos? […] É possível que num futuro próximo o homem já não tenha liberdade de pensar como lhe aprouver. […]
> O problema dos meus vencimentos continua na mesma. O processo está no DASP. […]
> O Carlos Chagas, director do Instituto de Biofísica da Universidade, sabendo das minhas dificuldades, propôs-me há dias fazer em Outubro, Novembro e Dezembro, duas lições por semana de cálculo (para os biólogos seus assistentes). (*Ibidem*)

Carlos Chagas Filho (1910–2000) era médico e cientista, director do Instituto de Biofísica da Universidade. Era filho de Carlos Ribeiro Justiniano das Chagas (1878–1934), médico brasileiro que descreveu, em 1909, a tripanossomíase americana, mais conhecida por doença de Chagas. Foi desta doença que faleceu o matemático argentino Antonio Diego, discípulo de Monteiro.

Carta de António Aniceto Monteiro a Hugo Ribeiro de 19 de Outubro de 1948:

> O Rey Pastor escreveu para a Argentina para me arranjarem trabalho e para a Venezuela, por saber que eu estava interessado em sair. […] Recebi carta do Stone em que se me oferece para escrever para o Vallarta do México e acha que o Peru não oferece agora condições (inflação e perturbação política). Acha que a Argentina é um bom lugar para eu ir,

> mas que a situação pode piorar. Insiste novamente nos Estados Unidos, onde precisam de matemáticos. (*Ibidem*)

"Rey Pastor" é Julio Rey Pastor (1888–1962), matemático e historiador de ciência espanhol. Foi uma figura central da matemática hispânica nesta época. Em 1921 emigrou para a Argentina.

"Vallarta" é Manuel Sandoval Vallarta (1899-1977), físico mexicano, professor no MIT e na Universidade Nacional Autónoma de México.

Vigilância sobre Jorge Amado

Com o início da Guerra Fria, as autoridades brasileiras mantêm apertada vigilância policial. É assim que, em 18 de Maio de 1948, o Ministro interino das Relações Exteriores, Cyro de Freitas-Valle, envia ao seu colega Adroaldo Mesquita da Costa, Ministro de Estado, da Justiça e Negócios Interiores, uma informação sobre a "Viagem do Senhor Jorge Amado a Moscou":

> Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que a Embaixada do Brasil em Paris informou ao Ministério das Relações Exteriores que o escritor brasileiro, comunista, Jorge Amado partiu daquela capital para Moscou, onde foi receber instruções para organizar o próximo Congresso da Paz no México. (Arquivo Histórico do Itamaraty)

Em 10 de Agosto de 1949, é a vez do Ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, escrever ao mesmo Adroaldo Mesquita da Costa sobre a actividade de "Jorge Amado na Rumânia": "Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o incluso recorte do jornal 'La Roumanie Nouvelle', de 15 de julho último, no qual se transcrevem declarações do Sr. Jorge Amado em recente conferência que realizou em Bucareste, fazendo profissão de fé comunista" (Arquivo Histórico do Itamaraty).

A morte de Bento de Jesus Caraça

Bento de Jesus Caraça teve uma grande influência no Brasil. Assim o testemunha Elon Lages Lima (1929–2017), investigador emérito do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), do qual chegou a ser director por três períodos:

> Conheci Monteiro por causa de Bento de Jesus Caraça. Antes deles, os únicos matemáticos portugueses de quem ouvira falar tinham sido Pedro Nunes e Gomes Teixeira. Isto sem

> mencionar os livros elementares de Álgebra e Aritmética de Serrasqueiro, bem conceituados entre meus professores do ginásio e estudantes da geração que precedeu a minha.
> Ninguém me apresentou ou sugeriu Caraça. Encontrei-o por acaso, num alfarrábio em Fortaleza, sob a forma de um livro com páginas ainda dobradas. Chamava-se "Lições de Álgebra e Análise", vol. 1. Algum aficionado certamente o comprara pelo título ou ganhara-o de presente, e se desfizera dele, desapontado pelo primeiro contacto com seu conteúdo. Exatamente esse estranho índice e os inesperados conceitos que vislumbrei nas páginas expostas entre os cadernos dobrados é que me fascinaram. Comprei o livro e, por meio dele, me iniciei no mundo dos conjuntos, números transfinitos, números naturais, inteiros, reais e complexos, todos construídos passo a passo. Caraça era meu único professor, meu guia. Um aspecto interessante do livro eram as indicações bibliográficas comentadas, no fim de cada capítulo. Devido a elas, encomendei "Pure Mathematics" de Hardy e "Survey of Modern Algebra" de Birkhoff-MacLane a uma livraria no Rio. Junto com os livros, veio um catálogo no qual estavam a monografia "Filtros e Ideais" de Monteiro e a "Aritmética Racional", que ele escreveu junto com J. Silva Paulo. (Lima 1997, 7)

António Aniceto Monteiro e Bento de Jesus Caraça eram amigos, tinham fundado com outros a *Gazeta de Matemática* e a Sociedade Portuguesa de Matemática (SPM). No entanto, havia divergências entre o grupo de que fazia parte Monteiro e o de Caraça. Em 8 de Agosto de 1947, Monteiro escreve a Hugo Ribeiro: "É preferível fazer um esforço 150 na investigação do que um esforço 100 no trabalho de extensão cultural (este trabalho deve ser realizado, mas por outras pessoas, neste momento)" (BNP. Esp. N99, cx. 7). Creio que isto resume o tipo de discordâncias que existiam, com Monteiro, a defender o esforço na investigação científica, em contraponto com Caraça, autor de *A Cultura Integral do Indivíduo*. Foi, provavelmente, esta fractura que esteve na origem da extinção do Núcleo de Matemática, Física e Química, anos antes, em 1939. Não deixa de ser irónico e merecedor de reflexão que Elon Lages Lima, investigador emérito do IMPA, por três vezes seu director, tenha dito, anos mais tarde: "Caraça era meu único professor, meu guia".

Condolências pela morte de Bento de Jesus Caraça

Se Caraça era bem conhecido cientificamente no Brasil, não o era menos do ponto de vista político e já depois da sua morte foi usado pelas autoridades para acusar Monteiro.

Bento de Jesus Caraça morreu no dia 25 de Junho de 1948. Logo no dia 29, António Aniceto Monteiro escreve ao seu grande amigo, o físico Guido Beck (1903–1988), que vivia em Córdoba, Argentina:

> Fiquei muito aborrecido com todos os acontecimentos que precederam a sua partida de São Paulo. A pouco e pouco tenho sabido o que se passou. O mais importante é que não lhe pagaram os vencimentos durante todo o tempo que esteve em São Paulo – um verdadeiro escândalo. Eu também continuo sem vencimentos (desde Abril).
> Tenho uma notícia muito triste para lhe dar. Faleceu em Lisboa o professor Bento de Jesus Caraça, segundo creio no dia 25 deste mês. Peço-lhe para tomar a iniciativa de enviarem da Argentina uma carta (ou um telegrama) à Sociedade Portuguesa de Matemática, R. Almirante Barroso, 20, Lisboa, com os sentimentos dos matemáticos argentinos. Você sabe que o Caraça era um bom professor, um cidadão no verdadeiro sentido da palavra, e uma das figuras mais representativas da autêntica cultura portuguesa. Era sobretudo importante que escrevessem com urgência. Não deixe de tratar deste assunto com urgência e com o carinho que o caso merece. Ficar-lhe-ei muito grato. Seria mais interessante que de várias Universidades os professores escrevessem cartas colectivas à Sociedade Portuguesa de Matemática. Poderia pedir ao Rey Pastor que enviasse um telegrama em nome da União Matemática Argentina. (O Rey Pastor estava em contacto com o Caraça para editar uma tradução espanhola de um dos livros que publicou). Como sabe o Caraça tinha sido expulso há pouco tempo da Universidade. Escreva o mais depressa possível dizendo o que fez para eu comunicar para Portugal. (BNP. Esp. N99, cx. 8)

No dia 5 de Julho, António Aniceto Monteiro escreve a Hugo Ribeiro:

> Já deve saber neste momento do falecimento do Caraça. Foi enviado um telegrama à Sociedade da parte dos professores da minha Faculdade. Escrevi ou tomei providências para que sejam enviadas condolências de São Paulo, Porto Alegre, Recife, Uruguai e Argentina, tudo dirigido à Sociedade Portuguesa de Matemática. Fiquei muito impressionado com a morte do Caraça. É a primeira baixa no pequeno grupo que fundou a Gazeta de Matemática. Tenho várias cartas a escrever a este respeito, o que ainda não fiz porque tenho estado de cama há vários dias. Já escrevi umas quatro. (BNP. Esp. N99, cx. 7)

Em 25 de Julho, António Aniceto Monteiro recebe a resposta de Guido Beck:

> Tenía que demorar algo mi contestación a su última carta, por tener que ir, urgentemente, a Tucumán. Sin embargo, antes de irme, ya había escrito a Rey Pastor y a González Domínguez (actualmente presidente de la Unión Matemática Argentina). Tuve contestación de la parte de Rey Pastor y confío en que las cartas de pesame a la Soc. Port. de Mat. han salido. Personalmente lamento mucho la muerte de B. J. Caraça, quien conocí bien, ya que estuve con el durante algunas semanas en Sintra. La noticia de su fallecimiento me

> llegó también de Rodrigues Martins de Coimbra, añadiendo que la señora y los hijos de Caraça están casi sin recursos. (BNP. Esp. N99, cx. 8)

"González Domínguez" é Alberto González Domínguez (1904–1982), matemático argentino, discípulo e colaborador de Rey Pastor. Foi membro fundador da União Matemática Argentina.

"Rodrigues Martins" é José Luís Rodrigues Martins (1914–1994), convidado por Guido Beck para seu assistente em Coimbra em 1941, e que veio a tornar-se o primeiro doutorado português em física teórica (Leonardo, Martins e Fiolhais 2011, 13).

Acusações contra Monteiro

A propósito da morte de Bento de Jesus Caraça, no número de Agosto de 1948 da revista *Fundamentos*[153], Monteiro publica uma sua biografia: "Bento de Jesus Caraça – Desaparece uma prestigiosa figura da vida portuguesa". Pois isso foi um motivo de acusação contra Monteiro, como ele conta numa carta a Alfredo Pereira Gomes, que estava em Lisboa, de 2 de Outubro de 1976:

> Outros antecedentes de outra natureza são a supressão da minha bolsa do IAC a que me referi na minha carta anterior, a não renovação do meu contrato na Fac. de Filosofia do Rio, pelas minhas actividades políticas (segundo me declarou o Calmon quando lhe fui pedir explicações). Este Calmon disse ao Prof. Christóvam Colombo dos Santos que eu tinha escrito um artigo sobre a morte de Bento Caraça. Com grande indignação do Calmon, o Christóvam fez a defesa do Caraça. Assim é a vida! Para terminar, o meu afastamento da Universidade do Sur. Nunca fiz mal a ninguém e sempre [me] dediquei ao trabalho com vigor e entusiasmo. E não me querem em nenhum lado. Porquê? (BNP. Esp. N99, cx. 8)

A frase "Para terminar, o meu afastamento da Universidade do Sur" refere-se ao facto de, em 15 de Abril de 1975, o reitor interventor da Universidad Nacional del Sur, Remus Tetu, ter resolvido dar por terminadas, com efeito a 31 de Março de 1975, as funções de vários professores, entre os quais António Aniceto Monteiro, como veremos.

Pedro Calmon (1902–1985) era o reitor da Universidade do Brasil, nomeado nesse ano de 1948. "O novo reitor, o já mencionado Pedro Calmon, nutria grande simpatia pelo regime salazarista, como se pode, por exemplo, perceber nas memórias que escreveu e

[153] Hemeroteca Digital, *Fundamentos* (SP), 1948, n.º 3, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=102725&pesq=%22Bento%20de%20Jesus%20Cara%C3%A7a%22&pagfis=211

nas quais relata com saudade os encontros que teve com Salazar em Portugal na altura das negociações do tratado ortográfico" (Videira 2008, 206). Ainda falaremos dele.

Christóvam Colombo dos Santos (1890–1980) era professor em Belo Horizonte e amigo de Monteiro, que assim descreve, em carta ao matemático Leopoldo Nachbin (1922–1993) de 7 de Novembro de 1948, um seu gesto de solidariedade:

> O nosso amigo Christóvam dos Santos escreveu-me dizendo que estava pronto a requerer uma licença por um ano para que eu fosse reger Cálculo na Escola de Engenharia. Fiquei muito sensibilizado e estou capaz de aceitar, deixando a família aqui no Rio, se não tiver para onde ir no princípio do ano. A fac. de Filosofia de Belo Horizonte tem no curso de mat.: 6 alunos no 1.º ano, um padre no 2.º ano e uma freira no 3.º ano! É tudo quanto lhe posso dizer no momento sobre a minha situação. O mais importante seria averiguar o que se passa, ou o que se passou aqui no Rio. Não me espantaria muito se – como em Portugal – algum 'colega' procurasse inutilizar a minha vida à custa de mentiras. (BNP. Esp. N99, cx. 6)

Marshall Harvey Stone

O matemático norte-americano Marshall Harvey Stone visitou o Brasil, onde conheceu Monteiro, com o qual trocou muita correspondência. Foi, a par com Guido Beck, uma das pessoas que mais se preocuparam em encontrar uma solução para Monteiro fora do Brasil, como testemunham inúmeras cartas (Fitas & Videira 2004). Leopoldo Nachbin e Hugo Ribeiro eram outros colegas e amigos que se encontravam nos EUA, mas a pessoa mais influente era Stone.

Posições políticas de Monteiro

Em 24 de Setembro de 1948, Monteiro escreve-lhe, para o Departamento de Matemática da Universidade de Chicago, uma carta, onde, no seguinte excerto, aborda as suas posições políticas:

> Vous savez que je déteste le régime politique qu'existe au Portugal. En 1937, je me suis refusé à signer une déclaration qu'on exige à tous les fonctionnaires publiques. Je pensais que je ne devais pas signer un mensonge sous ma parole d'honneur. Cela peut paraître un peu ridicule à une époque où les hommes – et parfois les pays – ne respectent pas leur parole, mais je n'ai pas pu faire autrement. J'ai lutté tant que j'ai pu pour le développement des études mathématiques au Portugal et je me suis décidé à abandonner le pays lorsque je me suis trouvé dans une situation où je ne pouvais plus rien faire. Cela a duré 9 ans. J'ai

> gaspillé 90% de mes énergies à lutter contre les forces adverses – surtout des professeurs de mathématiques – que cherchaient à détruire tout qu'on tâchait de construire.
> J'ai commis, probablement, une erreur en restant au Portugal pendant une si longue période, dans des conditions si difficiles, mais je pensais que j'avais des devoirs pour mon pays – qui avait payé mes études – malgré l'existence d'un gouvernement incapable.
> Je suis arrivé à Rio au début de 1945. Le Brésil devenait peu à peu un pays démocratique. Pour la première fois dans ma vie, j'ai parlé – ici au Brésil – contre le régime fasciste portugais dans des réunions publiques. J'ai aussi écrit des articles dans les journaux. La liberté de presse et de réunion n'existe pas dans mon pays depuis 22 ans. Je n'ai jamais voté. Je ne suis pas un professionnel de la politique – l'expérience a d'ailleurs montré que je n'avais ni les qualités ni les connaissances nécessaires à cet effet – mais je suis solidaire avec le peuple de mon pays et j'ai tenu à définir ma position. L'évolution de la situation politique brésilienne m'a amené, depuis presque deux ans, à abandonner ces activités et je me suis tourné seulement vers mon travail scientifique.
> Vous connaissez l'évolution de la situation politique internationale, avec ses réflexes dans chaque pays, et en particulier aux États-Unis. Les événements m'amènent à penser que je n'obtiendrais pas un visa pour entrer aux États-Unis. C'est ce qui montre des exemples récents que je connais. (BNP. Esp. N99, cx. 8)

Nesta época, Leopoldo Nachbin estava precisamente no mesmo departamento que Marshall Stone. O seguinte trecho é de uma carta que Monteiro escreve a Leopoldo Nachbin no dia 7 de Novembro de 1948:

> Minha situação. Continuo sem ter recebido os meus vencimentos apesar de ter falado novamente com o Reitor, que me garantiu que receberia os vencimentos até Dezembro, que iriam fazer uma coisa decente que me dariam o dinheiro de viagem (de acordo com o meu contrato). Pediu-me além disso que não fizesse onda, que tinha esperanças de ver o problema resolvido, e ordenou-me que não reproduzisse a conversa que teve comigo. Tudo isto é muito estranho e existe uma cortina de ferro à roda do caso. O Chagas o Eremildo [no original está "Heremildo"] e agora o Moses têm procurado esclarecer o problema sem resultados concretos. É opinião corrente que o problema teve a sua origem na Faculdade, mas eu tenho vertigens em pensar em semelhante hipótese. Outros acontecimentos, fora do assunto, vieram reforçar a hipótese em questão. (BNP. Esp. N99, cx. 6)

"Eremildo" é Eremildo Luiz Vianna (1913–1998), catedrático de História Antiga e Medieval da Faculdade Nacional de Filosofia (ver Pereira 2008; Pereira 2010). Ainda falaremos dele.

"Moses" é Arthur Alexandre Moses (1886–1967), médico e biólogo, presidente da Academia Brasileira de Ciências. Era irmão de Herbert Moses (1884–1972), advogado e jornalista, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) desde 1931 até 1965.

O último contrato

Em 5 de Dezembro de 1948, António Aniceto Monteiro escreve a Hugo Ribeiro:

> Assinei o meu contrato, que só foi prorrogado até ao fim deste mês. Nessa ocasião o Reitor ditou, à minha frente, uma carta dirigida ao Director da Faculdade, comunicando que o contrato não seria renovado no próximo ano. Foi esta a maneira elegante que ele encontrou de me comunicar o facto. Disse-me na ocasião que gostava muito dos portugueses tanto de um lado como de outro (já anteriormente me declarara que não era salazarista). Uns dias antes quando o Reitor me tinha dito que o contrato seria assinado até Março, como estava proposto pela Faculdade, eu insistira no esclarecimento de toda esta intriga, solicitei um inquérito em [que] eu fosse ouvido, em que fossem apresentadas acusações concretas, as respectivas provas, etc. Declarou que eu não conseguiria esclarecer coisa alguma como desejava, nem saber do que se tratava. Manifestei é claro a minha estranheza declarando que não me parecia normal um procedimento semelhante, tanto mais que alguns dos meus colegas tinham fortes razões para supor que se tratava de uma intriga de professores da Faculdade, prejudicados com as consequências do meu trabalho científico e do apoio que eu dava aos estudiosos mais dedicados e competentes. Pessoalmente não tinha nenhumas provas para afirmar que assim era, mas parecia-me conveniente esclarecer todos estes problemas. Em resumo: para ter direito a receber as viagens de regresso a Portugal, como está no contrato, tenho que sair até ao fim de Março. É claro que não regresso a Portugal e nestas condições é preciso ainda ver se me pagam a importância correspondente. Não tenho situação nenhuma em vista neste momento. Recebi apenas há poucos dias uma carta do Professor Pi Calleja, falando da possibilidade de uma situação na Universidade de Cuyo, San Juan. Respondi ontem dizendo que estava interessado e pedindo uma resposta tão pronta quanto possível. O Valadares procura uma solução em França ou Inglaterra. O Stone deve ter escrito para o Vallarta, no México. Vou tratar de lhe escrever de novo ao Stone, pedindo-lhe para procurar uma situação nos Estados Unidos. […]
>
> Há dois anos que não me ocupo dos problemas da nossa terra o que não acontecia anteriormente. Expliquei isto claramente ao Stone. Que o facto é susceptível de prejudicar a minha vida, está mais que provado. Além disso não conheço a intriga que teceram à minha roda aqui no Rio. Dada a situação difícil em que me encontro eu poderia tomar

> o compromisso, perante um professor de matemática, de me dedicar exclusivamente ao trabalho científico, se essa declaração pudesse contribuir para levantar qualquer obstáculo que pudesse eventualmente surgir. Duvido porém que isto dê algum resultado numa época em que a maioria dos homens não respeita a palavra empenhada, criando por esse facto um ambiente geral de suspeições, de falta de respeito aos sentimentos de cada um. O direito de asilo, que é também o direito ao trabalho está também condicionado às circunstâncias da vida de cada país, que se transforma rapidamente sob os nossos olhos. […] Tenho a impressão que a situação em Portugal não se vai alterar nos tempos mais próximos e que meus filhos terão que fazer os seus estudos no estrangeiro. […] Vamos a ver se é possível terminar com esta vida errante. (BNP. Esp. N99, cx. 8)

"Pi Calleja" é Pere [Pedro] Pi Calleja (1907–1986), matemático nascido em Barcelona. Exilou-se na Argentina.

"Valadares" é Manuel José Nogueira Valadares (1904–1982), físico português, compadre de Monteiro.

Em 9 de Dezembro de 1948, António Aniceto Monteiro escreve a Leopoldo Nachbin:

> Acabei finalmente por assinar o meu contrato, mas só até ao fim de Dezembro. O Reitor enviou um ofício ao Director da Faculdade comunicando que o contrato não seria renovado. O meu problema aqui no Rio está portanto liquidado. Há dez ou quinze dias atrás a situação era diferente. O Reitor tinha declarado que o meu contrato seria renovado até Março. Tudo se passou à minha revelia: não fui ouvido, não me deram explicação de espécie alguma. Tenho que sair do Brasil dentro de 3 meses. Mesmo que não arranje situação alguma estou disposto a ir-me embora. Não é possível viver numa bagunça desta natureza. (BNP. Esp. N99, cx. 6)

Mais adiante ainda poderá ser lido outro excerto de uma carta a Marshall Stone.

Warren Arthur Ambrose

Warren Ambrose (1914–1995) é outro importante matemático norte-americano. Professor do MIT e da Universidade de Buenos Aires, esteve no Brasil na época de Monteiro, do qual era muito amigo. As relações entre ambos eram muito próximas, como se verá nos excertos das cartas que adiante se reproduzem. Ambrose foi um opositor à guerra do Vietname e às ditaduras de extrema-direita na América Latina. Em 29 de Julho de 1966, foi um dos espancados na Faculdade de Ciências Exactas da Universidade de Buenos Aires na célebre noite dos bastões compridos ("La noche de los bastones largos"). Pode ser lida na

rede uma carta aberta que então escreveu ao *New York Times* denunciando esse "brutal incidente" (Red43 2019; Serra 2017).

Dificuldades económicas

Em 9 de Dezembro de 1948, António Aniceto Monteiro escreve a Warren Ambrose para o Institute for Advanced Study, em Princeton:

> Entretanto posso anunciar-lhe que vou, finalmente, este mês receber os meus vencimentos em atraso. Isto significa que vou pagar-lhe os 900 cruzeiros que lhe devo muito em breve. Infelizmente o meu contrato só foi renovado até ao fim do mês de Dezembro de 1948. Dentro de poucos dias estarei sem trabalho. Sairei do Brasil dentro de três meses, mas não tenho ainda para onde ir. Estou porém fazendo diligências por vários lados. O Nachbin pode dar-lhe notícias mais detalhadas. (BNP. Esp. N99, cx. 8)

Em 14 de Dezembro de 1948, Lee Ambrose, primeira esposa de Warren Ambrose, escreve a Lídia Monteiro:

> I think you should try to make every effort to come to the United States at this time, on whatever kind of visa you can get. It does not have to be permanent of course. You can then live with us until you get a job. We will be here until September of 1949 and you are very welcome to live with us all during that time. We have room enough or can easily make room for you. That is simple. After António gets a job he can then try to get his visa changed to a more permanent one. We will be glad to sign an affidavit insuring your support and we can easily get some other person to sign in addition, if that is necessary. We will take the responsibility for your financial support until António gets a job. That is trivial… The only thing that must be done now is for António to get a visa to the United States. […]
> PS. Do not worry about the money you owe us. Please let us know if you need more! I will write more soon. (BNP. Esp. N99, cx. 8)

Excerto de carta de Warren Ambrose a António Aniceto Monteiro datada de 16 de Dezembro de 1948:

> Please don't mention for at least a few years that you owe us some trivial amount of cruzeiros. And please tell us when you need some more money and we will send you some. I hope you are a reasonable enough person to take me at my word on this matter – so please show this letter to your wife just in case she is that reasonable while you are not. […]

PS. Let me know of anything that I can do to help you – writing letters of recommendation, etc. (BNP. Esp. N99, cx. 8)

Acusação contra Monteiro

Excerto de carta de António Aniceto Monteiro a Warren Ambrose datada de 25 de Dezembro de 1948:

Fui chamado ao reitor no dia 2 de Dezembro para assinar o meu contrato até 31 de Dezembro. Nesse momento ele ditou um ofício, dirigido ao Director da Faculdade, comunicando que o meu contrato não seria renovado. Foi esta a maneira elegante que encontrou para me comunicar o facto.

No dia 15 de Novembro, quando o Reitor me tinha dito que estava tudo resolvido, eu declarei: "Apesar de tudo, Senhor Reitor, estou interessado em esclarecer a minha situação. Quero saber com precisão quais as acusações políticas que me fazem, quem as faz, que provas existem. Quero ser ouvido. O Senhor é professor de Direito e deve compreender que não posso ser julgado sem ser ouvido, etc." O Reitor disse-me que "eu não conseguiria saber coisa alguma". Declarei que não estava habituado a tratar de coisas inconfessáveis e retirei-me.

Entretanto certos acontecimentos que se desenrolaram na Fac. neste período levaram alguns amigos a pensar que se tratava de uma intriga montada pelo Abdelhay e pelo Rocha Lagoa (professor de matemáticas gerais, que vai agora fazer concurso juntamente com o Abdelhay, para esta cadeira). Não há dúvidas de que eles estão ligados um ao outro neste momento. Há várias indicações que levam a formular esta hipótese, algumas delas muito fortes, mas na realidade não há uma prova concreta. O contrato do Nachbin não foi renovado pelo Departamento de Mat. – O Abdelhay faltou à Congregação, o Oliveira aprovou, o Rocha Lagoa votou contra. O contrato do Nachbin teve que ser aprovado pelo Departamento de Física. […]

Nestas condições não sei ainda neste momento qual a origem da intriga que montaram contra mim. O que sei de há dois dias para cá é que um dos examinadores da banca para o concurso de matemáticas gerais declarou que existia um grupo de comunistas na Faculdade e que eu era o chefe. É a primeira indicação que tenho sobre a natureza da acusação que existe contra mim. Se ela se confirmar fico numa situação muito difícil apesar de se tratar de uma completa falsidade. Nunca me ocupei de política brasileira. Limitei-me a participar no movimento de apoio aos democratas de Portugal e eventualmente escrevi artigos nesse sentido. Julgo que o Nachbin deve estar ao corrente de tudo o que se tem passado, porque lhe tenho contado algumas coisas e o Peixoto também lhe tem escrito

> cartas para o pôr ao corrente do que se tem passado. Seja como for a minha situação parece-me muito difícil porque as intrigas que aqui existem são susceptíveis até de comprometer a minha ida para outro país. (BNP. Esp. N99, cx. 8)

"Abdelhay" é José Abdelhay (1917–1996), matemático brasileiro.

"Rocha Lagoa" é José Rocha Lagoa (1901–1957), matemático brasileiro.

"Oliveira" pode ser Ernesto Luiz de Oliveira Júnior (?–1990), matemático brasileiro que foi director do Departamento de Matemática da FNFi no tempo de Monteiro (Araújo 2009, 55; Pereira 2010). Também pode ser Francisco Mendes de Oliveira Castro (1902–1993), matemático brasileiro (Araújo 2009, 37; IMPA 2003, 79, 185; Pereira 2010, 238; Silva 1997; Silva 2006).

O fim do contrato

Acusação contra Monteiro

Carta de António Aniceto Monteiro para Leopoldo Nachbin, datada de 21 de Dezembro de 1948:

> Para ver o que isto tudo é, basta que lhe diga que neste momento ainda não recebi comunicação da Faculdade de que o meu contrato não seria renovado. Encontrei ontem o Director e pedi-lhe para me comunicar o facto com toda a urgência, porque na melhor das hipóteses eu seria avisado com 10 dias de antecedência que ia ficar sem trabalho. Esperava que não o fizessem 9 ou mesmo 8 dias antes e queria de qualquer modo ficar com esse documento na minha pasta (isto para ter uma prova da maneira como são tratados os professores estrangeiros na Universidade do Brasil). O Hervásio [no original está "Ervásio"] disse duras verdades ao Ministro da Educação (numa reunião que o João Alberto deu em honra do Lattes) a propósito do meu caso. Algumas das pessoas presentes puxavam pelo casaco do [H]ervásio, mas isso só contribuiu para que ele dissesse mais coisas. O Ministro sentiu necessidade de dizer qualquer coisa em face da situação e declarou que eu tinha fundado uma liga antifascista (é esta a primeira coisa precisa que me dá uma ideia da natureza das acusações que me fazem). O Moses declarou que o caso não tinha importância de maior, etc. Nessa mesma reunião eu fui apresentado ao Ministro pelo vereador Paes Leme. O Ministro não teve coragem de me enfrentar – olhando de soslaio de vez em quando – e depois de ouvir o vereador deu-lhe o fora dizendo que a Universidade era autónoma e que ele se limitava a encaminhar os processos às instâncias superiores. Como não me dirigisse a palavra voltei-lhe as costas e fui-me embora. No meu problema não houve propriamente uma reviravolta do Reitor. Houve tapeação. Sentia uma certa pressão do Chagas, Santiago

> [deve ser "San Tiago"] que lhe falou a pedido do Chagas, Moses e resolveu declarar que o problema estava resolvido por este ano, para dar o golpe mais tarde. O Reitor não me apresentou razão nenhuma para não renovar o contrato. Não tenho conhecimento de que o Oliveira tenha feito alguma diligência directamente na Reitoria e posso dizer o mesmo de todos os "colegas" da Faculdade com excepção do Eremildo Vianna. O João Alberto que teve conhecimento do meu caso por intermédio do [H]ervásio, Leite, Lattes, etc., está disposto a ocupar-se do problema. Falei com o Paulo de Assis Ribeiro que me procurou da parte dele e declarei que não quero continuar a trabalhar em semelhante Departamento. Poderiam, se achassem conveniente, lutar para que me pagassem os vencimentos até Março como está no contrato proposto pela Faculdade, o que me daria um tempo razoável para tratar da minha vida. Duvido que consigam alguma coisa. (BNP. Esp. N99, cx. 6)

"Hervásio" é Hervásio Guimarães de Carvalho (1916–1999). Pertenceu ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). Doutorou-se em Energia Nuclear pela Universidade da Carolina do Norte (1954). Foi orientador inicial, durante um curto período, de Jerome Isaac Friedman, futuro prémio Nobel.

"João Alberto" é João Alberto Lins de Barros (1897–1955), de quem ainda falaremos pormenorizadamente. Na altura tinha funções governamentais.

"Lattes" é Cesare Mansueto Giulio Lattes (1924–2005), mais conhecido por César Lattes. Físico ilustre, foi fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF).

O Ministro da Educação era Clemente Mariani Bittencourt (1900–1981).

"Paes Leme" é Luiz Pinheiro Paes Leme (1913–1982), vereador da União Democrática Nacional, um dos fundadores da Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa. Paes Leme foi presidente da União Nacional dos Estudantes no princípio dos anos 1940, tendo sido um dos que participaram na já referida ocupação do Clube Germânia (MyHeritage 2024).

Paulo de Assis Ribeiro (1906–1974) foi um engenheiro geógrafo e economista brasileiro; encontrou-se com Monteiro na Fundação Getúlio Vargas, de que foi director.

Eremildo [Luiz] Vianna, segundo Monteiro, nas cartas a Leopoldo Nachbin, tinha "procurado esclarecer o problema sem resultados concretos" e que devia ter feito "alguma diligência directamente na Reitoria". Anos mais tarde, aderiu à ditadura militar imposta pelo golpe de 1964 e foi acusado de ter denunciado 44 colegas como "comunistas" (Ferreira 2014; Pereira 2008; L. Pereira 2010). O *Jornal do Brasil* de 16 de Abril de 1978[154] tem o seguinte

[154] Hemeroteca Digital, *Jornal do Brasil* (RJ), 1978, n.º 8, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Costa%20e%20Silva%22%20Eremildo&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=123129

título: "Costa e Silva só puniu 12 dos 44 que Eremildo acusou"; na notícia informa que, por decreto do presidente de 25 de Abril de 1969, foram aposentados Elisa Esther Frota Pessoa (1921–2018), física, Guy José Paulo de Hollanda (1913–1975), historiador, Hugo Weiss (?–1978), historiador, Jayme Tiomno (1920–2011), físico, João Christóvão Cardoso (1903––1980), médico, químico e físico, José Américo da Motta Pessanha (1932–1993), filósofo, José Leite Lopes (1918–2006), físico, Manoel Maurício de Albuquerque (1927–1981), historiador e geógrafo, Maria Laura Mouzinho Leite Lopes (1917–2013), matemática, Maria Yedda Leite Linhares (1921–2011), historiadora, Moema Eulália de Oliveira Toscano (1927––2017), socióloga, e Sarah de Castro Barbosa (1930–2018), física. Pelo menos, Maria Laura e José Leite Lopes eram amigos próximos de Monteiro. João Christóvão Cardoso vai aparecer num ofício da polícia de 9 de Dezembro de 1949 como sendo conivente com o matemático português. O leitor terá certamente reparado que, dos doze punidos, cinco eram mulheres.

Confirmação oficial da não renovação do contrato

A confirmação oficial da não renovação do contrato chega finalmente através do Ofício n.º 1542 de 23 de Dezembro de 1948. O director da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Antônio Carneiro Leão (1887–1966), envia "Ao Professor Antonio Aniceto Ribeiro Monteiro" a seguinte "Informação sobre contrato":

> Informo a V. S. que o Magnífico Reitor da Universidade com o ofício n.º 6603 de 3 do corrente mês de dezembro, comunicou que o contrato entre V. S. e o Governo da República, para a função de regente da cadeira de Análise Superior desta Faculdade, nos termos da sua cláusula sétima, não será renovado no próximo ano.
> Informo, outrossim, a V. S., que a demora desta comunicação é motivada pelo fato do ofício acima citado, encaminhado ao Departamento de Matemática a 8 do corrente, para dele ficar inteirado, somente hoje, 23, foi devolvido sem nenhuma declaração.

Porém, apesar do conteúdo da carta, não se esqueceu de a terminar com a hipócrita fórmula de cortesia "Reitero a V. S. os protestos de meu elevado apreço e consideração" (BNP, Esp. N99).

Representação dos alunos

Em defesa de Monteiro acorreram os seus alunos com uma representação dirigida "À Egrégia Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia", que pode ser vista no espólio depositado na Biblioteca Nacional de Portugal:

> Tendo nós, alunos dos cursos de Matemática e Física desta Faculdade, tomado conhecimento de rumores segundo os quais não veria renovado o seu contrato para o próximo ano o professor Antônio A. Monteiro, o qual vem, como contratado, brilhantemente regendo a cadeira de Análise Superior daqueles cursos, o que seria extremamente deplorável, de vez que perderíamos um tão precioso elemento à nossa formação cultural como o é aquele professor, internacionalmente conhecido e acatado por suas pesquisas no campo da Análise Matemática, apressamo-nos a vir solicitar os bons ofícios dessa Egrégia Congregação no sentido de que se empenhe ela, enérgica e decididamente, na defesa dos nossos interesses, promovendo os meios necessários à renovação do contrato daquele Mestre.
>
> Consta também que o professor Monteiro seria considerado dispensado a partir de 1.º de janeiro próximo futuro, sem sequer ter direito ao gozo dos vencimentos relativos aos meses de janeiro, fevereiro e março de 1949, período de férias a que, por sua dedicação e alta eficiência das aulas ministradas, fez jus aquele professor.

Terminam com a frase "Certos de que a Egrégia Congregação fará sua esta nossa causa, agradecida e atenciosamente nos subscrevemos" e assinam "Pelo 1.º ano: Elza Vieira de Souza Teixeira. Pelo 2.º ano: Luiz Paulo M. Maia. Pelo 3.º ano: Anna Amália Haensel Feijó" (BNP, Esp. N99).

Acusação contra Monteiro

Em 27 de Dezembro de 1948 António Aniceto Monteiro escreve a Leopoldo Nachbin:

> Na reunião em que foi aprovado o seu contrato, foi lida uma representação dos estudantes de Mat. e Física dos 3 primeiros anos, a propósito do meu caso. Nenhum dos professores presentes pronunciou uma única palavra a respeito do assunto. Recebi um ofício do Director, com data de 23 de Dez., em que me comunica que o meu contrato não será renovado. Aviso com 8 dias de antecedência! E não foi menor porque insisti junto do Director para que me fizesse a comunicação. Diz o ofício: "a demora desta comunicação é motivada pelo facto do ofício acima citado (do Reitor), encaminhado ao Departamento de Matemática a 8 do corrente, para dele ficar inteirado, somente hoje 23, foi devolvido sem nenhuma declaração". Tenho manifestado a minha estranheza, a toda a gente, pelo facto de ninguém ter pronunciado uma palavra, na Congregação, a respeito do meu caso. Trata-se duma capitulação completa. Medo! O Caetano (o homem do charuto) que faz parte da banca de mat. gerais, disse ao Peixoto que existia um grupo de comunas na Faculdade e que agora tinham descoberto o chefe que seria eu! É a primeira precisão que

> me chega aos ouvidos sobre a natureza das acusações que me fazem. Como se trata de uma completa falsidade, não tenho dúvidas nenhumas, se a coisa se confirmar, de que se trata de uma intriga montada na Faculdade, para conseguir o meu afastamento. (BNP. Esp. N99, cx. 6)

"Caetano" pode ser Luiz Caetano de Oliveira (1879–1972). (Araújo 2009, 44; IMPA 2003, 241; Pereira 2010, 35).

Carta a Marshall Stone

Em 20 de Janeiro de 1949 António Aniceto Monteiro escreve a Marshall Stone:

> Il est possible, en tout cas, si l'intrigue qui m'entoure n'est pas arrivée en Argentine, qu'on arrive a une solution. On fait des démarches en Angleterre, France, São Paulo et Belo Horizonte. Si je pouvais choisir, je m'en irais du Brésil, et cela, par les raisons suivantes:
> D'abord, les libertés démocratiques fondamentales ne sont pas respectées, à l'heure actuelle. Vous devez savoir déjà quelques détails sur mon problème, par l'intermédiaire de Nachbin, et sur la situation du Département de Math. de la Faculté. Mon contrat n'a pas été renouvelé et celui de Nachbin non plus. Pour Nachbin, on a trouvé une solution dans le Département de Physique. Je l'ai averti sur les difficultés que peuvent survenir. Le problème central est la chaire d'Analyse Mathématique et Supérieure occupée actuellement par Abdelhay comme "professor interino". La position d'Abdelhay est en danger en face de la concurrence de Nachbin qui gagnera le concours s'il est réalisé d'une façon honnête. Mais Abdelhay connaît trop l'honnêteté des jurys universitaires et les détours par où l'on peut y arriver dans ce pays. Il prépare son chemin sans s'arrêter sur des questions de morale, ni sur les moyens et les méthodes à utiliser, car il n'a pas de scrupules. Il a déjà deux victoires: moi et Nachbin ne sommes plus dans le département. Il a perdu volontairement le concours pour la chaise de mathématiques générales, en laissant de parler une minute dans la leçon qu'il a faite. Il demandera plus tard le salaire correspondant. Abdelhay m'a dit un jour que quand quelqu'un apparaît dans notre vie comme un obstacle, on doit l'éliminer par tous les moyens possibles. Tout le monde me dit qu'il est l'auteur des intrigues soulevés contre moi – mais je ne pourrais pas le croire sans voir des preuves, malgré ma certitude qu'il est un homme sans caractère. Je ne sais pas d'ailleurs qu'elle est l'origine des intrigues en question. Je suis fatigué de faire des conjectures: Département de Mathématiques, Consulat ou Ambassade du Portugal, Colonie portugaise à Rio, etc. D'ailleurs, quand j'ai déclaré au Recteur que je voulais une enquête, le nom de l'accusateur, connaître l'accusation, etc., il m'a répondu: vous ne saurez rien. Je lui ai répondu que je

n'étais pas habitué à m'occuper de problèmes de cette nature. Je n'ai pas de confiance dans le Recteur, car il est un Salazariste.

Les élèves de Math. et Physique des 3 premières années de la Faculté ont envoyé une représentation à la Congrégation de la Faculté à propos de ma situation. Pas un seul professeur a prononcé un mot à ce sujet après la lecture de la représentation en question. Je ne pourrais pas vivre très longtemps dans un tel milieu. Je connais des hommes dignes et décents ici, à São Paulo et à Belo Horizonte, mais ils ne sont pas la majorité dans les Universités. Après tout cela, je suis fatigué du Brésil, du climat de Rio, que je supporte difficilement (je suis fatigué tout le temps), de l'absence presque complète de relations sociales. À ce point de vue São Paulo, et surtout Belo Horizonte, serait un peu mieux. Je vais m'arrêter, car je ne finirai pas de me plaindre.

Nachbin m'a dit que vous aviez l'intention de faire des démarches dans le meeting d'Ohio, pour voir s'il était possible de me trouver une place aux États-Unis. Je vous remercie de tout mon cœur, votre gentillesse et votre initiative. S'il était possible d'obtenir une solution favorable, je l'accepterais avec joie; mais pensez-vous que cela est possible dans les conditions actuelles? L'assurance que je peux vous donner que je ne m'occuperai que de mathématiques serait-elle suffisante pour écarter des difficultés éventuelles?

Quoi qu'il en soit, ma situation actuelle ne peut pas être empiré par un refus.

Il y a aussi un problème important que n'est pas encore résolu. D'après mon contrat, j'ai droit au voyage de retour au Portugal, pour moi et ma famille, pendant 3 mois après la fin du contrat. Ce délai termine le 31 mars. J'ai déclaré au Recteur que je ne veux pas rentrer au Portugal, au moment actuel, mais qu'il pourrait me payer l'importance correspondante (environ 30 contos). Il m'a dit qu'il le ferait, mais je ne suis pas sûr. Je vais tâcher d'éclaircir ce problème le plus rapidement possible. Cela faciliterait énormément mon déplacement, car autrement, je n'aurais pas l'argent nécessaire pour un voyage un peu long. Si je suis sûr de recevoir cet argent et si je ne trouve pas avant la fin de mars une situation, il est possible que je m'en aille à Montevideo, pour y attendre une solution.

Comme vous voyez je n'ai pas mal de problèmes à résoudre qui ne sont pas du tout intéressants.

Il y a encore à considérer l'hypothèse d'un changement de situation au Portugal – après les élections du 13 février. Le plus probable c'est que le général Norton de Matos – le candidat de tous les démocrates – ne recevra pas les garanties nécessaires d'un apurement [no original está "d'une appuration"] honnête du résultat des élections, et dans ce cas il ne maintiendra pas sa candidature. Dans le cas contraire, il vaincra les élections, par une grande majorité; et alors j'aurais la possibilité de retourner au Portugal. (BNP. Esp. N99, cx. 8)

A Transcontinental e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas

João Alberto e os seus irmãos

Uma das figuras do getulismo foi João Alberto Lins de Barros (1897–1955), que ficou conhecido em todo o Brasil simplesmente por João Alberto. Singular figura a de João Alberto, como singular era a sua família. Eram quinze irmãos (Mayer 2009), mas dois, além de João Alberto, interessam-nos especialmente: Henry British Lins de Barros (1917–2000) e Nelson Alberto Lins de Barros (1920–1966), ambos físicos. Esta última condição e o poder que João Alberto tinha fizeram dos três, com outros, entre os quais Monteiro, fundadores do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) em 1949, como veremos. João Alberto foi o primeiro presidente do CBPF.

João Alberto foi um militar que participou nas insurreições dos anos 1920 (Mayer 2009). Juntou-se à coluna militar de Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, tendo comandado um dos seus quatro destacamentos. Em 1927, com o fim da campanha, ingressou na clandestinidade. Apoiou Getúlio no golpe de 1930. Foi interventor federal no estado de São Paulo de 26 de Novembro de 1930 a 25 de Julho de 1931. Nessa condição, e apesar dela, autorizou o funcionamento do Partido Comunista do Brasil (PCB). Comandou a polícia do Distrito Federal de 1932 a 1933. Foi deputado em 1934 e em 1935 pelo Partido Social Democrático de Pernambuco. Em 1941 e 1942, foi embaixador do Brasil no Canadá. Em Setembro de 1942, Getúlio confiou-lhe a presidência da "Coordenação de Mobilização Econômica" e, no ano seguinte, a presidência da Fundação Brasil Central. Participou na criação da Fundação Getúlio Vargas em 1944. Em Março de 1945, foi nomeado novamente Chefe de Polícia do Distrito Federal. A seguir à queda de Getúlio Vargas, apoiou a candidatura de Eurico Gaspar Dutra. Foi vereador pelo Distrito Federal em 1947 pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Foi ainda director da companhia de aviação Transcontinental. Nos anos 1950, quando Getúlio regressou ao poder, participou novamente no governo. Faleceu em 1955, meio ano após o suicídio do presidente.

Os irmãos Lins de Barros tiveram também projecção na música. Por exemplo, João Alberto tocava vários instrumentos, compunha e chegou a ser presidente da Orquestra Sinfónica Brasileira; Nelson, no final dos anos 1950, esteve ligado à Bossa Nova, tendo composto sobretudo em parceria com Carlos Lyra. Importa dizer que Nelson estudou na Universidade da Califórnia em Berkeley (onde conheceu e foi amigo de Hugo Ribeiro) e trabalhou no Consulado do Brasil, na Califórnia, antes de regressar ao Brasil para integrar o CBPF.

Em 20 de Setembro de 1948, Hugo Ribeiro envia, de Berkeley, esta pequena nota a António Aniceto Monteiro: "Um excelente amigo que volta, saudoso, ao Brasil, leva-lhe um livro. É o Nelson de Barros" (BNP, Esp. N99, cx. 7).

Assim, no final de 1948, Nelson, o físico irmão de João Alberto Lins de Barros, faz entrada em cena no Rio de Janeiro e na vida de Monteiro. João Alberto era um homem muito influente e contribuiria para a sobrevivência do matemático em 1949. Para o que nos interessa agora, importa sublinhar que ele foi um dos directores da companhia de aviação Transcontinental, que deu emprego a Monteiro, e um dos grandes impulsionadores da fundação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF).

A Transcontinental

A Linha Aérea Transcontinental Brasileira S.A. (LATB), ou simplesmente Transcontinental, foi fundada em 1944 por Thomaz Óscar Pinto da Cunha Saavedra (Barão de Saavedra), Joaquim Júlio de Proença, comandante Ruy da Costa Gama e Roberto J. Taves (*Correio da Manhã* de 7 de Junho[155] e 3 de Setembro de 1944[156], de 25[157] e 27 de Janeiro de 1945[158]). No início de 1947, aliou-se com a Viação Aérea Santos Dumont S. A. (VASD). As duas companhias elegeram como director presidente o coronel Dulcídio do Espírito Santo Cardoso e como director gerente Armando Nogueira (*Correio da Manhã* de 20 de Março de 1947[159]). De Dulcídio ainda voltaremos a falar. O *Diário de Pernambuco* de 25 de Novembro de 1948[160] dava o incontornável João Alberto como accionista e um dos directores da Transcontinental. Em 1951, a empresa foi vendida à Real Transportes Aéreos, tendo sido incorporada por esta no ano seguinte. A Real Transportes Aéreos dissolveu-se na Varig em 1961.

[155] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1944, n.º 15213, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=Transcontinental&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=21025

[156] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1944, n.º 15289, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=Transcontinental&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=22301

[157] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1945, n.º 15409, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22os%20referidos%20avi%C3%B5es%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=24425

[158] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1945, n.º 15411, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22Bar%C3%A3o%20de%20Saavedra%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=24458

[159] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1947, n.º 16065, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=Transcontinental&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=35734

[160] Hemeroteca Digital, *Diário de Pernambuco*, 1948, n.º 275, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_12&pesq=Transcontinental&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=32011

O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas

Quanto ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, José Leite Lopes relata assim como foi constituído:

> Foi nesta época que me veio ver no 6.º andar da Faculdade Nacional de Filosofia, Nelson Lins de Barros, chegado da Califórnia, a quem solicitara Lattes que me procurasse para saber dos pormenores da situação da física no Rio de Janeiro. Ao expor-lhe as dificuldades, convidou-me a visitar o seu irmão, João Alberto Lins de Barros, Ministro do Itamarati, antigo participante dos movimentos militares de 1922, 1924 e 1930, e figura de prestígio nos meios políticos da época. Após o meu relato, disse-me João Alberto que estava então acompanhado de seus irmãos Nelson e Henry British, que não poderia o Rio de Janeiro deixar de desenvolver atividades em física nuclear e que deveríamos então partir para a criação de uma instituição privada, independente da Universidade do Brasil, que procurasse fundos para a pesquisa. Nasceu assim a ideia do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, fundado em 15 de janeiro de 1949, com o apoio financeiro inicial de João Alberto, da Confederação Nacional das Indústrias, bem como de físicos e personalidades como San Tiago Dantas, Álvaro Alberto, Rómulo Almeida, Edmundo de Macedo Soares e Silva, Arthur Moses, Costa Ribeiro, Luís Cintra do Prado. Do banqueiro Mário de Almeida obtivemos recursos para a construção do Pavilhão que leva o seu nome, no campus da Praia Vermelha da Universidade do Brasil. Da Universidade – com a qual sempre quis estreitar os laços de colaboração do CBPF – obtivemos mandato universitário; e dela trazíamos estudantes para cursos e trabalhos de laboratório. Se colegas como Plínio Sussekind Rocha divergiam da criação de um instituto de pesquisas fora da universidade – uma atitude respeitável e, em princípio, correta – sabia eu que a adoção dessa atitude implicaria a condenação à ausência de pesquisas em física nuclear na Universidade, a frustração das nossas carreiras, a impossibilidade de criar conhecimento científico. (Lopes 2004, 24-25)

Hipóteses de trabalho fora do Brasil

Em 21 de Janeiro de 1949, António Aniceto Monteiro escreve a Hugo Ribeiro:

> A minha situação continua na mesma. Escrevi para Cuyo aceitando, em princípio, o convite, pedindo minuta do contrato, etc., no dia 5 e estou aguardando resposta. Em França teria uma situação como chargé de recherches em Outubro próximo (35 000 francos por mês – diz-me o Valadares que viveria dificilmente com 50 000 francos) e dentro de um ano seria promovido a maître des recherches (50 000 francos). Estou aguardando notícias de Inglaterra.

> De São Paulo e de Belo Horizonte não tenho notícias. O Stone escreveu novamente para o México, mas ainda não recebi notícias. Por outro lado diz-me o Nachbin que o Stone, que chegou a Chicago em 24 de Dezembro, iria procurar uma situação para mim no meeting do fim de ano. Chegou-me posteriormente a notícia de que estaria pensando em me encontrar uma situação em Chicago – possivelmente provisória, mas não tenho confirmação. Escrevi-lhe ontem.
> Se me pagarem as viagens a que tenho direito pelo meu contrato (ou antes, se me derem a importância correspondente) é provável que vá para o Uruguai aguardar uma solução, se não tiver até 31 de Março uma solução no Brasil. Receberia assim 35 contos, com os quais poderia aguentar uns tempos, mas não confio no Reitor (imagine você que ele desrecomendou o Egas Moniz ao Carlos Chagas porque é contrário ao governo!). […]
> Acaba de me telefonar o professor Lúcio Pinheiro dos Santos – a figura que mais considero na colónia portuguesa – dizendo-me que falou com o irmão do Nelson, de quem teve boas notícias sobre o meu caso. Impressão geral, pelo telefone, de que se confirma a hipótese de uma intriga na Universidade. Vai arranjar-me trabalho para aguentar a situação e pensa que poderia ficar por aqui. Vamos a ver. (BNP. Esp. N99, cx. 7)

"Egas Moniz" é António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz (1874–1955), nascido António Caetano de Abreu Freire de Resende, médico português que ganhou o Nobel de Fisiologia ou Medicina em 1949.

O trabalho na Transcontinental

Em 6 de Março de 1949, António Aniceto Monteiro escreve a Leopoldo Nachbin:

> Desde o dia 1 de Fevereiro que estou trabalhando numa companhia de aviação, na parte de estatística e não tenho tido tempo para fazer coisa alguma. […]
> Ainda não sei muito bem qual será a minha situação financeira na companhia em questão. Foi o João Alberto que me colocou lá, provavelmente por influência do irmão Nelson, muito amigo do Hugo e do Lattes, etc. A proposta inicial era para ganhar cinco contos por mês; mas há poucos dias quando lhe mostrei o trabalho que tenho feito, conversando sobre o que poderia fazer na companhia, e sobre o andamento das démarches que estava fazendo para encontrar trabalho no exterior, ele disse-me que o melhor era ficar por aqui, que a aviação comercial pagava bem, que poderia ter uma boa situação com tempo para estudar, etc., mas nada disto foi concretizado, porque hoje é dia 6 e nem recebi ainda o meu ordenado de Fevereiro. Por enquanto tenho feito um trabalho de rotina, apurar certos dados sobre aproveitamento (de passageiros – quilómetro, toneladas – quilómetro, etc.)

> que interessam para um controle da situação da companhia, organização de gráficos de controle estatístico, sobre o tráfego, etc. Uma funcionária está já este mês fazendo sozinha este trabalho que até agora não era feito na companhia. Encontrei até agora só um problema que tem realmente interesse (tanto sob o ponto de vista matemático, como sob o ponto de vista de lucro financeiro para a companhia) que é o problema da reserva de lugares nos aviões da companhia. (BNP. Esp. N99, cx. 6)

Em 3 de Abril de 1949, António Aniceto Monteiro escreve a Leite Lopes:

> Aqui vão as novidades, que tenho para lhe contar. Tenho dedicado a minha actividade à companhia em regime de full-time, mas agora vou abrandar. Tenho 22 cartas para responder. Por isso vou escrever em estilo telegráfico. Carta muito amiga do Catunda dizendo que nada se arranjou em São Paulo. Carta do Pi Calleja anunciando o envio do convite de San Juan, que recebi há dois dias ou três. Ficaram de enviar telegrama para eu embarcar. Estou sem saber o que fazer. Se me tivessem escrito em Janeiro teria embarcado. Conversei com o João Alberto que acha que devo ficar no Brasil, porque a aviação comercial tem boas perspectivas, que posso continuar estudando, com o emprego na companhia, que esta situação é independente do estado. Por outro lado já tenho os filhos matriculados, livros comprados, fardas, etc. O Toninho [o filho mais velho de Monteiro] arranjou um emprego como ajudante do Alijó (vitrinista da Sloper), ganhando novecentos cruzeiros por mês e trabalhando aos sábados de tarde.
>
> Estou pensando em abandonar a profissão de professor. Entretanto vou esperar que passem o Santaló e o Balanzat, para conversar com eles sobre a situação na Argentina. Continuam as diligências em Belo Horizonte; vou falar com o professor Canabrava e o Paulo de Assis Ribeiro na próxima terça-feira. O primeiro vai ser encarregado de reorganizar a Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte. Por outro lado li há dois dias no jornal uma moção apresentada numa Assembleia de Belo Horizonte (câmara municipal?) propondo a expulsão de todos os mal pensantes.

"Catunda" é Omar Catunda (1906–1986), matemático brasileiro que trabalhou com Luigi Fantappiè na Universidade de São Paulo.

"Sloper" é a Casa Sloper, fundada em 1899 pelo inglês Henry Sloper. Vendia roupa (de homem, de mulher, de cama, etc.), brinquedos, etc. Uma das suas lojas ficava na Rua Uruguaiana, no Rio de Janeiro.

"Alijó" pode ser Luiz Alijó de Lima, comprador da Casa Sloper a partir de 1946, depois de o ter sido n'A Imperial, pertencente ao seu tio, o português Eduardo Alijó. Comprador era

aquela pessoa que ia ao estrangeiro, a Paris ou Nova Iorque, por exemplo, comprar roupa para as lojas do Rio de Janeiro; cada viagem, ida e volta, podia durar seis meses (Lopes 2014).

"Santaló" é Luis Antoni Santaló Sors (1911–2001), mais conhecido por Luis Santaló, matemático nascido em Gerona. Exilou-se na Argentina devido à Guerra de Espanha.

"Balanzat" é Manuel Balanzat de los Santos (1912–1994), mais conhecido por Manuel Balanzat, matemático espanhol muito amigo de Monteiro, que o conheceu em Paris. Exilou-se na Argentina devido à Guerra de Espanha.

"Canabrava" é, provavelmente, Euryalo (ou Euríalo) Cannabrava (1906–1979), filósofo brasileiro.

Hipóteses de trabalho fora do Brasil

Carta de António Aniceto Monteiro a Alfredo Pereira Gomes, que estava em França, de 16 de Abril de 1949:

> Entrei o ano desempregado. […] Tinha recebido no mês de Dezembro um convite para ensinar na Facultad de Ingeniería, Ciencias Exactas, Físicas y Naturales de San Juan, na Argentina, pertencente à Universidade de Cuyo. […] Estas condições gerais dos contratos na Argentina são muito mais satisfatórias que as usadas no Brasil, onde os contratos são renovados anualmente (através de uma burocracia incrível – chegando os professores a estar 6 a 12 meses, todos os anos!, com os vencimentos em atraso) depois de terminado o primeiro período de contrato, que é em regra por mais de um ano.
>
> Em França teria a possibilidade de receber uma bolsa da Caisse d'Aide à la Recherche Scientifique dirigida por Borel, mas insuficiente para sustentar a família; […] O meu contrato aqui no Rio tinha uma cláusula segundo a qual eu tinha direito a viagens ou antes a passagens de regresso a Portugal se terminasse o trabalho a contento da Faculdade. Quando em 2 de Dezembro assinei com o Reitor a renovação do meu contrato (por 9 meses e meio e não por um ano como tinha sido publicado no Diário Oficial) ele chamou a atenção para essa cláusula do contrato. Eu declarei que não regressaria a Portugal mas que poderia mandar pagar a importância correspondente. Prometeu que assim faria o que até hoje não aconteceu. Como no contrato se diz que eu tenho aquele direito no prazo de 3 meses depois de terminado o contrato, entrei com um requerimento no último dia do prazo (em 31 de Março) solicitando a importância das viagens; mas tenho poucas esperanças (e nunca tive muitas) de vir a recebê-la. Tudo isto me levou a escrever em 5 de Janeiro ao Director da Facultad de San Juan aceitando o convite e pedindo uma resposta até ao fim de Janeiro, dizendo ainda que quereria chegar a San Juan no decorrer do mês de Março, saindo do Brasil nos fins de Fevereiro, ou coisa parecida. […] No fim de Janeiro escrevi

ao professor Pi Calleja, de San Juan, pedindo uma resposta urgente e ao Manuel Balanzat [professor em San Luis, velho amigo dos tempos de Paris, espanhol emigrado, que estava em Paris nessa época] para que obtivesse notícias a respeito do assunto de algum professor de Cuyo (esta carta, como vim a saber depois, não chegou às mãos do destinatário). […]
Aqui no Brasil eram realizadas démarches para me encontrarem uma situação em Belo Horizonte e São Paulo. […]
Hoje tenho um emprego e isso contribui certamente para que eu veja as coisas com olhos diferentes, sobretudo por ter um emprego independente do Estado. Se eu soubesse que a situação em Portugal iria sofrer uma alteração dentro de um prazo relativamente curto, poderia considerar a minha ida para a Argentina como uma situação transitória, de pouca duração, e pensar em refazer a minha vida em Portugal, um pouco mais tarde; mas cada vez que examino o problema sob este aspecto e olho para a evolução actual dos acontecimentos fico descrente, sendo levado a pensar que ainda terei que passar um bom par de anos fora do país. […]
Foi precisamente no momento em que os ordenados dos professores foram aumentados de uma maneira substancial para 8400 cruzeiros que eu fiquei sem trabalho na Faculdade. É certo que ainda recebi esse aumento durante quatro meses, digo 5 meses, de Agosto a Dezembro, mas a vida continua subindo e em Maio ou Junho tive que começar a vender os meus livros para sustentar a família, porque estava há dois meses sem receber os meus vencimentos. […]
Antes de tomar uma decisão, que estou adiando na medida do possível, gostaria de ouvir a opinião de alguns amigos a quem escrevo esta carta. […]
Em resumo, no momento presente, trata-se apenas de saber se aceito ou não o contrato para a Facultad de San Juan. […]
Devo ainda acrescentar que outras diligências estão ainda em curso neste momento, em particular no México e nos Estados Unidos, sem que tenham ainda conduzido a qualquer resultado. […] Informaram-me já dois amigos brasileiros, que lá se encontram neste momento estudando, que deve ser provável que os esforços do Stone e do Albert conduzam a resultados positivos. Outros matemáticos americanos têm trabalhado na mesma direcção. Mas nas actuais circunstâncias do mundo duvido que pudesse viver feliz no ambiente existente. Pensei até certa altura que as eleições do ano passado conduzissem a outros resultados, mas os acontecimentos se encarregaram de me desiludir.
Finalmente há ainda a hipótese de poder trabalhar num centro de pesquisas particular que foi aqui criado, mas não é certo. […]
Dentro de 4 dias passará pelo Rio o professor Santaló, a caminho da Argentina, com quem vou conversar a respeito de tudo isto. […]

> Acabo de receber uma carta de um amigo segundo a qual correm em Lisboa os boatos mais antagónicos a meu respeito: desde Director de uma companhia até o de me encontrar [n]a sombra. […] Mesmo aqui no Rio quando os estudantes de Matemática e Física da Faculdade Nacional de Filosofia preparavam uma representação que foi depois apresentada à Congregação da Faculdade, a propósito do meu contrato, eles "souberam" que eu não era contratado este ano porque eu tinha aceite um convite para um lugar de professor na Universidade de Coimbra. (BNP. Esp. N99, cx. 8)

Como veremos adiante, a carta que "não chegou às mãos do destinatário" pode ter desaparecido em virtude da vigilância que era exercida pela polícia sobre a correspondência de Monteiro.

O "centro de pesquisas particular que foi aqui criado" é o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

"Albert" é Abraham Adrian Albert (1905–1972), importante matemático norte-americano, que esteve no Brasil na mesma altura que Marshall Stone e Monteiro.

Ao falar das "eleições do ano passado", Monteiro refere-se às eleições para a presidência dos EUA realizadas em 2 de Novembro de 1948. Um dos candidatos era Henry A. Wallace, que tinha sido vice-presidente de Roosevelt e que recolhia simpatias à esquerda. Há uma célebre fotografia dele (da Getty Images) com Einstein e Paul Robeson em 21 de Setembro de 1947[161].

Discordâncias entre Monteiro e Hugo Ribeiro

Bento de Jesus Caraça morreu em 1948. Álvaro Cunhal foi preso em 25 de Março de 1949. Em Maio de 1949, já Soeiro Pereira Gomes estava muito doente; morreria em 5 de Dezembro desse ano. Caraça, Cunhal e Soeiro eram amigos de Hugo Ribeiro e Monteiro e tinham tido muita influência nas vidas de ambos. Em 4 de Abril de 1949, é fundada a NATO com a participação de Portugal, pondo termo a algum isolamento internacional do regime. Já em 1946 e 1947, tinha havido as expulsões de muitos professores universitários. Estes e outros factos podem explicar o tom das duas cartas seguintes.

Carta de Hugo Ribeiro a António Aniceto Monteiro de 11 de Maio de 1949:

> Os fracos meios de informação e a fraca experiência de que disponho continuam-me dizendo que, nas suas circunstâncias, eu decidiria desde já insistir por uma situação nos

[161] Getty Images. https://www.gettyimages.pt/detail/fotografia-de-not%C3%ADcias/former-vice-president-henry-wallace-physicist-fotografia-de-not%C3%ADcias/517359644?adppopup=true

> E. U. […] V. diz que nas actuais circunstâncias do mundo duvida que pudesse viver feliz no ambiente existente aqui. Eu penso que V. ou está imaginando muito erradamente o ambiente nos E. U. ou então V. está vivendo no Brasil (ou irá viver na Argentina) em estado de muito extraordinária felicidade. […]
> Não creio que já tenha nascido em Portugal consciência do carácter e da gravidade dos nossos problemas. Muitas pessoas se mexem, mas às cegas, quase sempre, e, agora, de mistura com neopolíticos que levaram 20 anos para concordar que as coisas iam mal. […] Será gente cada vez menos capaz a que terá que enfrentar todos os nossos problemas e fazer política. […] Ajudar cá de fora à formação de gente capaz de pensar direito é o que julgo poder fazer de melhor para o nosso país. (BNP. Esp. N99, cx. 7)

Visivelmente desagradado com estas palavras de Hugo Ribeiro, António Aniceto Monteiro escreve-lhe uma carta, em 14 de Agosto de 1949, que acaba por não enviar, mas arquiva:

> Além disso tencionava responder à sua carta, onde revelava uma incompreensão total dos meus problemas e das minhas palavras. […]
> E, é conveniente notar, estou passando no Brasil as horas mais amargas da minha vida. Irei trabalhar numa Faculdade onde não existem revistas de matemática, numa cidade pequena, sem ambiente matemático. Está tudo, portanto, muito longe do "estado de muito extraordinária felicidade" de que fala ironicamente na sua carta. Nunca pensei que o ridículo ajudasse a esclarecer o que quer que fosse.
> Fora isto devo dizer-lhe que tenho passado os últimos seis meses a fazer as quatro operações elementares da Aritmética, calculando médias e desvio-padrão, fazendo gráficos, etc. Todas as noites tenho pena da minha própria existência, da de minha mulher e da de meus filhos.
> Discordo inteiramente de tudo quanto diz a respeito de Portugal e não vejo de modo algum como poderemos ajudar cá de fora à formação de gente capaz de pensar direito.
> Penso que em Portugal está surgindo gente cada vez mais capaz de enfrentar os nossos problemas e não acredito de modo algum que isso seja um privilégio dos que saíram para o estrangeiro. Pelo contrário. É o contacto directo e vivido com os problemas portugueses que determinará o caminho a percorrer. Estou convencido que não faltam ao nosso povo as qualidades necessárias – inteligência, dedicação, energia, etc. – para esse efeito. É certo que as condições são duras e difíceis, mas essa circunstância multiplicará e despertará as energias necessárias. Só a vontade inquebrantável de milhões de homens poderá resolver os nossos problemas e em particular o do desenvolvimento da nossa cultura matemática. (BNP. Esp. N99, cx. 7)

Em vez desta carta arquivada, António Aniceto Monteiro escreve a Hugo Ribeiro, em 15 de Agosto de 1949, estas lacónicas palavras:

> Vou para uma Faculdade sem revistas e, segundo me dizem, sem matemáticos, o que acho preferível a continuar na companhia. Tudo muito longe do "estado de extraordinária felicidade" de que fala ironicamente na sua carta. Nunca pensei que o ridículo ajudasse a esclarecer o que quer que fosse. (BNP. Esp. N99, cx. 7)

O trabalho no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas

Carta de António Aniceto Monteiro a Maurício Matos Peixoto de 31 de Outubro de 1949:

> Tenho andado numa bagunça.
> No dia 25 de Setembro pedi a minha demissão ao João Alberto, por não estar disposto a aturar a besta do Dulcídio. Recusei-me a fazer o que quer que fosse para a Transcontinental. O homem insistiu para que trabalhasse para ele, mas eu recusei-me. Fiquei assim desempregado, de novo.
> Poucos dias depois o Lattes convidou-me para fazer uma série de lições, no Centro, sobre Espaços de Hilbert e desenvolvimentos em série de funções ortogonais e normais. Lições para físicos e engenheiros, que têm corrido bem (duas aulas por semana). Simultaneamente estou trabalhando com o Paulo de Assis Ribeiro em DEMOGRAFIA! Ganho 4500 com o primeiro trabalho e 3500 com o segundo. […]
> Quando li na sua carta que a Universidade de Alabama me tinha enviado duas cartas dei dois pulos. Telefonei para a Maria Laura, para procurar na Faculdade. Não havia nada. Disse o homem da portaria que só tinha entregue em tempos, ao Alvércio, uma revista para mim – que de resto não recebi. A propósito, o Sr. Palmeira faleceu poucos dias depois, na própria Faculdade. Sentiu-se mal, chamaram a assistência mas faleceu, creio que com um ataque de coração. O Alvércio declarou a Maria Laura que nada tinha recebido. Acho muito estranho que tenham desaparecido duas cartas da mesma origem.
> A única coisa que eu sabia a respeito de tudo isto é que o Stone tinha ficado admirado, quando soube nos fins de Maio que eu nada recebera da Universidade de Alabama (isto mandou-me dizer o Nachbin) e que tencionava escrever de novo. O próprio Stone nada me disse em nenhuma das cartas que me escreveu. Se não estou em erro foi o Leite que me mandou dizer que estavam tratando de arranjar uma situação em Alabama.
> Preciso de saber quem me escreveu, para comunicar que nada recebi. Estou fazendo, por certo, figura de sujeito mal-educado perante várias pessoas (Albert, Stone e Alabama pelo menos). A turma da Faculdade é de amargar. […]

> Há três semanas que recebi a sua carta e quantas coisas se têm dado! Estou muito cansado de tudo isto. O João Alberto ainda não pagou o meu trabalho de 15 de Agosto até fins de Setembro. Já reclamei e vai pagar, mas foi preciso reclamar (por certo, não se lembrou). (BNP. Esp. N99, cx. 1)

"Dulcídio" é o coronel Dulcídio do Espírito Santo Cardoso (1896–1978), que tinha o cargo de director presidente das companhias LATB e VASD. Teve, entre outros cargos políticos, o da chefia da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo em 1937, no tempo da ditadura de Getúlio. Quando João Alberto era Chefe de Polícia do Distrito Federal, em 1945, convidou-o para dirigir a Delegacia de Ordem Política e Social. Pertencia ao Partido Trabalhista Brasileiro, fundado em 1945 (Cardoso 2009).

"Alvércio" é Alvércio Moreira Gomes (1916–2003), matemático brasileiro.

O desaparecimento das duas cartas a que se refere Monteiro pode estar relacionado com a vigilância policial que existia sobre a sua correspondência, como se verá em seguida.

Alienígena indesejável

Carta de António Aniceto Monteiro a Hugo Ribeiro de 22 de Fevereiro de 1950:

> Pouco tempo depois de receber a sua carta deixava o trabalho na companhia. Em Outubro e Novembro trabalhei no centro do Lattes. […] Em fins de Outubro chegou o visto da Argentina. Em 30 de Nov. deixei o Brasil. Em 20 de Dez. fui buscar a Lídia a Buenos Aires que ficara no Rio para que os garotos terminassem os exames. Em 25 de Dez. viajámos todos para San Juan. […] Estou agora em Calingasta a descansar uma semana para iniciar as minhas aulas no dia 1 e aproveito a oportunidade para reiniciar a minha correspondência. (BNP. Esp. N99, cx. 7)

O "centro do Lattes" é o CBPF.

Um ofício acusatório da Divisão de Polícia Política e Social

Ao escrever esta carta no princípio de 1950, Monteiro não sabia que, em 9 de Dezembro de 1949, o Director da Divisão de Polícia Política e Social, major Adauto Esmeraldo, tinha dirigido "ao Sr. Diretor da Seção Consular do Min. das Relações Exteriores" o seguinte ofício (Ref. Prot. N.º 17.834/49) que pode ser consultado no Arquivo Histórico do Itamaraty:

> ANTÔNIO ANICETO RIBEIRO MONTEIRO, português, comunista militante conforme resultado de sindicâncias que em seguida transcreverei, solicitou e obteve em 30 de novembro último verificação de antecedentes para fins de viagem à Argentina. Por se tratar de elemento que professa ideologia contrária ao regime brasileiro, esta Divisão sugere a conveniência de ser evitado o seu regresso ao Brasil.
>
> O estrangeiro em causa, lente contratado da Faculdade Nacional de Filosofia, cadeira de matemática, mantém as mais estreitas ligações com os seguintes agitadores, membros do extinto Partido Comunista do Brasil: ex-Comandante da Marinha de Guerra ROBERTO SISSON, ex-Major do Exército CARLOS COSTA LEITE, escritor ANÍBAL MACHADO, SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, JORGE AMADO e outros da plêiade denominada de "Intelectuais Comunistas". O lusitano em questão é, ainda, um dos fundadores e principais membros da "Associação dos Amigos da Democracia Portuguesa" que funciona intimamente ligada à "Associação Brasileira dos Amigos do Povo Espanhol", entidades de caráter comunista, ambas sediadas à Av. Rio Branco, 257 – 7.º andar.
>
> Mantém correspondência com elementos comunistas no estrangeiro, desenvolvendo, ainda, intensa campanha vermelha intelectual no seio da Colônia Portuguesa nesta Capital. Ao que se apurou, suas principais atividades, tanto demagógicas como doutrinárias, se processam na própria Faculdade em que pontifica como um dos catedráticos, alimentando o mais chegado contato com discípulos reconhecidamente comunistas, sendo de não menor gravidade as reuniões secretas de que o mesmo participa juntamente com alunos da referida Faculdade e com a conivência do professor daquela Instituição JOÃO CRISTÓVÃO CARDOSO.

João Christovão Cardoso (1903–1980) formou-se em Medicina, doutorou-se em Química e em Ciências Físicas. Teve cargos importantes na Universidade do Brasil. Foi membro fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e presidiu ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) entre 1957 e 1961. Foi um dos aposentados compulsivamente em 1969, aquando do caso Eremildo Vianna, como já vimos.

A não concessão de vistos a Monteiro

Também não sabia Monteiro que, em 30 de Dezembro de 1949, no seguimento do ofício da polícia, o Ministério das Relações Exteriores enviou "às missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos consulados de carreira e privativos", pedindo para manter o assunto "reservado", a Circular n.º 896 sobre a "não concessão de visto a Antônio Aniceto Ribeiro Monteiro", documento que pode ser consultado no arquivo do Itamaraty ou no

Relatório do Ministério das Relações Exteriores[162] correspondente ao ano de 1949, pág. 396, acessível através da Hemeroteca Digital do Brasil:

> A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e, à vista das informações prestadas pela Divisão de Polícia Política e Social, do Departamento Federal de Segurança Pública, sobre os antecedentes do cidadão português Antônio Aniceto Ribeiro Monteiro, ex-professor da Faculdade Nacional de Filosofia desta Capital, recomenda-lhes não conceder ao alienígena em causa visto de qualquer espécie para o Brasil.

Após dois anos de pressões económicas que levaram ao segundo exílio de Monteiro, as autoridades brasileiras, com esta "recomendação" da não concessão de vistos, impedem, de facto, o seu regresso ao Brasil.

No dia 12 de Setembro de 1951, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores envia para a embaixada em Lisboa a seguinte carta-telegrama n.º 63 (Arquivo Histórico do Itamaraty) sobre as "facilidades para a concessão de vistos a imigrantes":

> Estando o Governo brasileiro vivamente empenhado em incrementar a imigração de elementos que interessam a plena realização da política de desenvolvimento agrícola e Industrial, que se traçou, foram instruídas nessa data, as Repartições Consulares nesse país no sentido de facilitarem a concessão de vistos a Imigrantes. Assim, deverão ser simplificadas, na medida do possível, as exigências quanto à documentação legal; satisfazendo, nessa ordem, a apresentação de passaporte válido, certificado de saúde e de bons antecedentes penais e, a critério do Consulado, quando as circunstâncias exigirem, atestado de bons antecedentes políticos.

Carta de Hugo Ribeiro, que nesta altura estava na Universidade de Nebraska, em Lincoln, a António Aniceto Monteiro, de 29 de Setembro de 1951:

> Disse-me um amigo que passou aqui de S. Francisco para o leste que o seu nome apareceu, há uns 10 meses, numa lista que o Brasil enviou para os seus consulados, com a indicação de que lhe recusassem visto para entrada no Brasil. Esta informação, que é recente, é de

[162] Hemeroteca Digital, *Relatórios do Ministério das Relações Exteriores*, 1949, n.º 1, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=ZB0028&pesq=%22Aniceto%20Ribeiro%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=11936

> fonte perfeitamente segura (não é boato); e tive-a, por acaso, ao falar de si e da matemática em Portugal. (BNP, Esp. N99, cx. 7)

Carta de António Aniceto Monteiro a Hugo Ribeiro de 16 de Outubro de 1951:

> Achei muito curiosa a notícia que me dá a respeito do Brasil. Não sabia que me atribuíam tanta importância. Realmente no Rio fiz o possível por esclarecer a opinião da colónia e do público em geral sobre a situação política do nosso país. Dada a minha falta de preparação para estas coisas tive aborrecimentos e perdi muito tempo que poderia ter dedicado ao estudo. Os mandões da colónia, salvo raras excepções, são salazaristas. Muitos pensavam que atacar o governo de Portugal era atacar o país, fazendo uma confusão enorme sobre tudo. O emigrante é analfabeto e muitos só pensam nas patacas. Em 1945 quando o fascismo ruía por todos os lados havia um ambiente propício para esclarecer a opinião pública sobre a miséria da nossa vida; mas passado pouco tempo a situação mudou. Hoje faz-se a corte a Franco, a Salazar e outros ditadores de uma forma aberta. (BNP, Esp. N99, cx. 7)

Adauto Esmeraldo e os seus amigos

Quem era o major Adauto Esmeraldo, director da Divisão de Polícia Política e Social, que, em 9 Dezembro de 1949, escreveu o ofício acusatório contra António Aniceto Monteiro? Quem faz uma simples busca na rede, com os métodos habituais, fica a saber que nasceu em 1903 e faleceu em 1992 e poucas mais informações obtém, e as que obtém não parecem seguras. Procurando depois nos jornais brasileiros, através da Hemeroteca Digital do Brasil, embora não seja possível ler todos e tudo, o que se encontra dá para escrever um livro.

Este militar de artilharia tomou posse como director da Divisão de Polícia Política e Social (DPS), substituindo o coronel Augusto Imbassahy, em 30 de Janeiro de 1947, numa cerimónia presidida pelo general Antônio José de Lima Câmara (1895–1973), Chefe de Polícia (*Diário de Notícias* do dia seguinte[163]).

O *Diário de Notícias* de 30 de Agosto de 1949[164] dá-nos conta da saída do quinto número da revista *Lei e Polícia*, que se definia como "Órgão técnico de repressão à delinquência e

[163] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1947, n.º 7445, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=%22Adauto%20Esmeraldo%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=31701

[164] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1949, n.º 8237, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=%22Uma%20revista%20de%20pol%C3%ADcia%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=47373

combate ao comunismo". Na lista dos seus colaboradores lá estão Adauto Esmeraldo e um dos seus braços-direitos, o sinistro Inspector Cecil de Macedo Borer (1913–2003), chefe do Sector Trabalhista da DPS; aqui, "trabalhista" quer dizer que era o grupo encarregado de reprimir os trabalhadores. "Repressão à delinquência e combate ao comunismo" é todo um programa que, naquela época, em particular, foi violentamente aplicado.

Quando, em 7 de Maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral aprova o cancelamento do Partido Comunista, lá está o director da DPS em "rigorosa prontidão" (*Diário de Notícias* de 8 de Maio de 1947[165]). Foi ele quem, no dia 9, procedeu ao fechamento de todas as sedes do PCB, "em menos de duas horas", segundo o *Diário de Notícias* do dia seguinte[166]. E a repressão intensificou-se.

O mesmo jornal do dia 22 de Maio de 1947[167] informa que um vereador da Câmara Municipal afirmou que oito operários foram "retirados de um bonde e espancados pela polícia, em plena via pública". O director da DPS declarou "desconhecer por completo tal ocorrência" e intimou o vereador a apresentar o nome desses operários. Informa também o jornal que foram presos pela DPS seis "pixadores" do Partido Comunista.

O *Diário da Noite* de 2 de Dezembro de 1947[168], a propósito da convocação de "14 comícios comunistas", tem na sua primeira página o seguinte título: "O Chefe de Polícia e o Dir. da Polícia Política falam ao 'Diário da Noite'. MAJOR ADAUTO ESMERALDO: 'Vã tentativa de desrespeito às autoridades constituídas'. GENERAL LIMA CÂMARA: 'A Polícia está apta para manter a ordem em toda a sua plenitude'". Ao lado a imagem de um cartaz apreendido com os seguintes dizeres: 'O POVO BRAZILEIRO E CONTRA A CASSAÇÃO DOS MANDATO DE CEUS LEGITIMO REPREZENTANTE ELEITO PELLO POUVO'".

O *Diário de Notícias* de 25 de Abril de 1948[169] traz declarações "do major Adauto Esmeraldo, a propósito das últimas prisões de elementos comunistas": "Afirma o diretor da Polícia Política que nenhum preso foi espancado". Mais informa o major de que também nenhum preso foi torturado. E acrescenta: "Os comunistas e os cripto-comunistas podem chamar-nos de fascistas, podem inventar que estamos espancando os detidos para ave-

[165] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1947, n.º 7524, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&Pesq=%22Adauto%20Esmeraldo%22&pagfis=32992

[166] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1947, n.º 7526, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&Pesq=%22Adauto%20Esmeraldo%22&pagfis=33018

[167] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1947, n.º 7536, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&Pesq=%22Adauto%20Esmeraldo%22&pagfis=33188

[168] Hemeroteca Digital, *Diário da Noite* (RJ), 1948, n.º 4463, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_02&pesq=%22Adauto%20Esmeraldo%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=41787

[169] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1948, n.º 7822, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&Pesq=%22Adauto%20Esmeraldo%22&pagfis=38504

riguações. Todos os que conhecem o general Lima Câmara e a mim, sabem que a minha formação moral não permite tais barbaridades.". Cecil Borer, chefe do Sector Trabalhista da polícia, acusa os detidos de organizarem uma greve e, sem apresentar provas, de visarem a prática de actos de sabotagem; diz ainda que foram feitas 73 buscas domiciliárias e 85 detenções. Para além destas, foram detidas mais 150 pessoas para evitar os festejos do 1.º de Maio. Entre os presos estão a irmã e o primo de Luís Carlos Prestes. O mesmo jornal de 29 de Abril tem no título de uma notícia: "Veemente e unânime repulsa da Câmara dos Deputados aos métodos de repressão usados pela Polícia". Nessa sessão da Câmara, "o sr. Osmar de Aquino classifica o major Adauto Esmeraldo de 'um homem de bem' e o sr. Cecil Borer, de 'torturador profissional'". O deputado Hermes Lima declara, na mesma sessão: "Nada justifica […] essa onda de brutalidade, contra a qual a Nação se levanta pelos seus representantes".

"Ruidosa diligência policial na Rua 13 de Maio" é um título do *Diário de Notícias* do dia 26 de Agosto de 1949[170]. A polícia sitiou "todo um quarteirão do centro da cidade" para impedir uma sessão pública "Pró Paz" e fez dez prisões. Todos foram levados para a sede da polícia, à presença de Adauto Esmeraldo. "Os funcionários que àquela hora deixavam o trabalho recebiam ordem de circular. Não era permitido parar nem para comprar um jornal. E os que, estranhando a ordem absurda, tentaram reclamar, foram espaldeirados".

O *Correio da Manhã* de 13 de Novembro de 1958[171] traz uma notícia com o título: "Juiz aceitou denúncia contra policiais da DPS". Os acusados são todos do Sector Trabalhista da DPS, dirigida, na altura da ocorrência constante na denúncia, por Adauto Esmeraldo: Waldemiro Dibo ("alcaguete" da polícia), Charles Macedo Borer, Gerson Azeredo Coutinho, João Batista Januário, Dimas Cordeiro, Carlos Gomes Meneses, Adalberto Sousa Gomes, José Pereira Vasconcelos. Charles Borer era irmão de Cecil Borer e ainda falaremos dele. O promotor Everardo Moreira Lima acusa-os da morte de Lafaiete Fonseca Santos, ferimentos em João Trindade da Cruz e invasão da casa de Domingos da Conceição Silva, com agressão violenta, no dia 29 de Setembro de 1950. Os acusados "deixaram suas vítimas na estrada que dá para a Ilha do Governador próximo à Avenida Brasil, onde atiraram com seus revólveres contra suas vítimas". Pelos jornais da época fica-se a saber que as vítimas estavam a colocar cartazes e foram acusadas de serem comunistas; ambos eram operários, sendo Lafaiete sapateiro e Domingos pintor. Isento-me de falar das sevícias, descritas

[170] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1949, n.º 8234, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&Pesq=%22Adauto%20Esmeraldo%22&pagfis=47295

[171] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1958, n.º 20134, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pesq=%22den%C3%BAncia%20contra%20policiais%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=98818

pelo *Tribuna da Imprensa* de 1 de Julho de 1957[172], a que foi submetido Lafaiete antes de o matarem. Numa crónica do *Diário de Notícias* de 2 de Julho de 1957[173], intitulada "Vergonha", o escritor Rubem Braga conta a determinado passo:

> Dibo diz que na ocasião [do crime], assustado com o que vira, e temendo complicações, procurou o chefe do Setor Trabalhista, inspetor [Cecil] Borer, que lhe disse – "isso não dá em nada" – e o coronel Adauto Esmeraldo, chefe da Divisão Política e Social, que disse a mesma coisa. Houve naturalmente um inquérito que muitíssimo naturalmente "não deu em nada".

Como se pode constatar lendo o jornal *Última Hora* de 17 de Outubro de 1963[174], o processo contra Charles Borer e cúmplices, que decorreu na 1.ª Vara Criminal, naturalmente, "não deu em nada".

Na sequência da intenção do Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, João Goulart, aumentar o salário mínimo para o dobro, em Fevereiro de 1954, oitenta e dois coronéis e tenentes-coronéis exprimem a sua oposição assinando o manifesto que ficou conhecido por "Memorial dos Coronéis" (Memorial da democracia 1954). Entre os signatários, estão Adauto Esmeraldo e dois militares dos quais ainda falaremos: Amaury Kruel e Sizeno Sarmento (*Diário da Noite* de 25 de Fevereiro de 1954). Deste confronto resultam o adiamento da subida do salário mínimo e a saída do governo de João Goulart.

"Tomou posse ontem o presidente Nereu Ramos" é o grande título da primeira página do *Correio da Manhã* do dia 12 de Novembro de 1955[175]. O jornal dá conta das movimentações militares e afirma que "é uma vitória da legalidade". Diz o jornal que às 4h da manhã "chegam à Chefatura de Polícia os coronéis Batista Teixeira e Protásio de Oliveira. Ali só se encontram o coronel Adauto Esmeraldo, diretor da Divisão de Polícia Política e Social, e o inspetor Cecil Borer, aos quais dão voz de prisão". Assim termina a carreira do coronel Adauto Esmeraldo como director da DPS.

[172] Hemeroteca Digital, *Tribuna da Imprensa* (RJ), 1957, n.º 2277, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_01&pesq=Lafaiete&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=35855

[173] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1957, n.º 10625, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_03&pesq=Vergonha%20Amauri&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=62172

[174] Hemeroteca Digital, *Última Hora* (RJ), 1963, n.º 1288, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq=%22Charles%20Borer%22&pagfis=95279

[175] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1955, n.º 19213, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pesq=%22o%20presidente%20Nereu%20Ramos%22%20%20posse&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=54971

Em 14 de Julho de 1958, o Rio de Janeiro é abalado pelo caso Aida Curi (*Diário de Notícias* de 19 de Janeiro de 1960[176]). Aida Jacob Curi era uma moça de 18 anos que foi levada à força para o terraço do edifício Rio Nobre, um prédio com doze pisos na Avenida Atlântica, por dois rapazes de 19 e 17 anos, auxiliados pelo porteiro do prédio, de 26, numa tentativa de "curra", isto é, violação por uma ou mais pessoas com a cumplicidade de outra ou outras. Aida resistiu valentemente, foi barbaramente sovada, desmaiou e, finalmente, acabou sendo projectada lá do alto para a rua. O "síndico" do prédio era padrasto do jovem mais novo, Cássio Murilo, e tinha sido director da DPS – era o coronel Adauto Esmeraldo. O militar tudo fez para proteger o enteado, a ponto de o promotor ter pensado incluí-lo na denúncia, como conta o jornal *Última Hora* de 16 de Fevereiro de 1960[177]. Finalmente, e sem entrar em pormenores escusados, todos saíram do caso bem melhor do que mereciam, excepto a moça (*Correio da Manhã* de 12 de Novembro de 1966[178]). Por ser menor, Cássio Murilo foi enviado para um reformatório (*Correio da Manhã* de 17 de Setembro de 1967[179]), donde saiu para cumprir o serviço militar[180]. No final do julgamento, já Adauto Esmeraldo era general da reserva.

O jornal *Imprensa Popular* de 27 de Julho de 1958[181], na sua última página, aborda o caso Aida Curi: "Criado Entre Ladrões, Assassinos e Policiais Cassio Murilo Acabou se Integrando no Ambiente Deletério!". O título é sensacionalista, mas não deixa de ser verdadeiro. Pelo jornal ficamos a conhecer muitos dos factos da actividade de Adauto Esmeraldo como director da DPS e ficamos também a saber que o Chefe de Polícia é o general Amaury Kruel, em cujo gabinete trabalha Cacilda Vinagre, a mãe de Cássio Murilo e esposa de Esmeraldo que, por sua vez, é amigo de Kruel. Este e outros jornais informam que Cacilda assassinou o primeiro marido de uma forma pouco convencional. Quanto a Amaury Kruel: "Durante sua gestão [na chefia do DFSP] foi criada uma unidade especial de polícia, o

[176] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1960, n.º 11404, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=%22Aida%20Curi%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=479

[177] Hemeroteca Digital, *Última Hora* (RJ), 1960, n.º 2955, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pesq=%22Aida%20Curi%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=59398

[178] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1966, n.º 22579, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=Cassio%20Murilo&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=76376

[179] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1967, n.º 22839, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=%22Delegado%20pede%20a%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=85687

[180] "Caso Aída Curi", *Wikipedia,* https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_A%C3%ADda_Curi

[181] Hemeroteca Digital, *Imprensa Popular* (RJ), 1958, n.º 2481, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=108081&pesq=%22Aida%20Curi%22&pagfis=16152

Esquadrão Motorizado, cujas iniciais (EM) estão associadas ao 'Esquadrão da Morte'" (Caldas *et al*. 2015, 394-395). Amaury Kruel (1901–1996) ficou conhecido por, tendo prometido lealdade a João Goulart, o ter traído em 31 de Março de 1964, quando era comandante do II Exército e aderiu ao golpe de estado, em troca de um milhão e duzentos mil dólares, dinheiro que "vinha do governo americano", segundo denúncia do então major do exército Erimá Pinheiro Moreira à Comissão da Verdade de São Paulo (CMVVH 2013-2014, 46-58). O leitor interessado poderá ver na rede o pequeno filme "Quando Dólares Falam Mais Alto" com o depoimento de Erimá perante o filho de João Goulart. Denunciado por Erimá, em 9 de Agosto de 1966, Amaury Kruel pediu a passagem à reserva e foi promovido a marechal… (São Paulo 2015; Coutinho 2009).

Anos depois do assassinato de Aida Curi, em 27 de Agosto de 1967, Cássio Murilo matou a sangue-frio, com três tiros, um guarda particular, apenas porque ele não lhe sabia responder a uma pergunta (*Correio da Manhã* de 17 de Setembro de 1967[182]). Mais uma vez, acorreu a proteger o enteado o general Esmeraldo (*Correio da Manhã* de 19 de Setembro de 1967[183]), como outrora tinha protegido, segundo o "alcaguete" Waldemiro Dibo, os assassinos do sapateiro Lafaiete (*Tribuna da Imprensa* de 1 de Julho de 1957[184]). Cássio Murilo ficou impune (*Correio da Manhã* de 17 de Julho de 1964)[185].

"Manifesto Anticomunista de Generais" é um título do *Diário de Notícias* de 29 de Dezembro de 1961[186]. E diz logo no início:

> Notícias de Fortaleza dizem que o general Adauto Esmeraldo se encontra naquela capital, "em missão secreta", com o objetivo de colher assinaturas de autoridades militares para um manifesto anticomunista a ser lançado à nação nos primeiros dias de janeiro próximo. O documento, segundo informações obtidas junto a fonte digna de crédito, abordará "os perigos da infiltração comunista no país".

[182] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1967, n.º 22839, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=%22Delegado%20pede%20a%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=85687

[183] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1967, n.º 22840, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=%22C%C3%81CIO%20PELO%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=85753

[184] Hemeroteca Digital, *Tribuna da Imprensa* (RJ), 1957, n.º 2277, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_01&pesq=Lafaiete&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=35855

[185] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1964, n.º 21866, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=%22Adauto%20Esmeraldo%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=53356

[186] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1961, n.º 12002, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=Manifesto%20de%20generais&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=18598

Falou com militares e manteve "prolongada conferência com o arcebispo metropolitano, d. Antônio Lustosa". Desde 8 de Setembro de 1961 que João Goulart era presidente e o general, "em missão secreta", ajudava a movimentar as tropas que o haveriam de derrubar.

"Armas apreendidas ao lado do sítio de Goulart" está no grande título da primeira página do *Diário de Notícias* de 12 de Outubro de 1963[187]. E, logo a abrir, informa o jornal: "Tinham sido destinadas […] à polícia carioca as armas de guerra, de fabricação americana, apreendidas, na tarde de anteontem, no sítio do milionário português Alberto Pereira da Silva, em Jacarepaguá, a 500 metros da propriedade onde o presidente João Goulart costuma passar o fim de semana". Alberto Pereira da Silva "fugiu momentos antes da chegada" dos militares que fizeram a apreensão. Interrogada, a esposa do português informou ter sido Charles Borer, irmão de Cecil Borer, que na altura dirigia o Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara, "quem entregou as armas de guerra ao seu marido". O jornal *Última Hora* de 15 de Outubro de 1963[188] tem o seguinte título "Êle [Alberto Pereira da Silva] tinha as armas para matar Jango [João Goulart]" e acusa o português de ter recebido 120 milhões de cruzeiros do governador da Guanabara, Carlos Lacerda. O *Jornal do Brasil* do mesmo dia[189], logo na primeira página, tem uma fotografia com o título "O sorriso como arma" e diz a legenda: "Os Srs. Alberto Pereira da Silva e Charles Borer entraram, sorridentes no Quartel da Polícia do Exército". E, de facto, lá estavam eles os dois, contentes; lá saberiam porquê. *O Jornal*[190] do mesmo dia diz que o "sítio" do português fica a "uma hora a pé da propriedade do presidente João Goulart" e que "os indiciados estavam desde sexta-feira homiziados na residência do general Adauto Esmeraldo, na rua Djalma Ulrich n.º 182 em Copacabana".

Em Abril de 1964, chega a ditadura militar. E deu-se bem com a ditadura o general. Logo-logo está ele a director-presidente (*Correio da Manhã* de 17 de Julho de 1964)[191] da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), da qual sai em Novembro do

[187] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1963, n.º 12546, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=Armas%20apreendidas%20Goulart&pasta=ano%20196&hf=-memoria.bn.gov.br&pagfis=33485

[188] Hemeroteca Digital, *Última Hora* (RJ), 1963, n.º 448, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765147&pesq=%22para%20matar%20Jango%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=5114

[189] Hemeroteca Digital, *Jornal do Brasil* (RJ), 1963, n.º 241, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22sorriso%20como%20arma%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=45190

[190] Hemeroteca Digital, *O Jornal* (RJ), 1963, n.º 12994, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&pesq=%22propriedade%20do%20presidente%20Jo%C3%A3o%20Goulart%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=31220

[191] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1964, n.º 21866, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=%22Adauto%20Esmeraldo%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=53356

ano seguinte, sendo substituído por… outro general (*Correio da Manhã* de 1 de Setembro de 1965[192]). Em 19 de Junho de 1970, o *Diário de Pernambuco*[193] traz uma notícia que o dá como ligado à editora LTB (Listas Telefônicas Brasileiras). Nos anos 70, é director vice-presidente das Indústrias de Cimento Portland Cantagalo SA (*O Fluminense* de 13 de Setembro[194] e de 4 de Outubro de 1971[195]). O *Jornal do Brasil* de 3 de Julho de 1974[196] diz que ele é director da Seagram – Destilaria Continental. O mesmo *Jornal do Brasil* de 30 de Abril de 1975[197] publica o relatório da directoria da Paskin SA, Indústrias Petroquímicas, da qual faz parte o general.

No *Jornal do Brasil* de 8 de Junho de 1981[198] pode ler-se que o juiz da 3.ª Vara da Justiça Federal recebeu as denúncias de uma procuradora contra o director da Vitória Minas SA, Crédito Imobiliário e mais 27 nomes, de um total de 49, implicados em diversos crimes relacionados com as empresas do grupo. São acusados de terem "o propósito ostensivo de enriquecer ilicitamente, às custas de recursos repassados pelo Banco Nacional de Habitação" (BNH). E lá está "Adauto Esmeraldo, general da reserva, residente no Rio de Janeiro" denunciado pelo "crime de fraude na administração de sociedade anónima". O *Tribuna da Imprensa* de 4 de Março de 1985[199], sob o título "Nélson da Matta riscado do BNH, diretorias entraram em leilão", diz a determinado passo, talvez por piada, "apoiado pelo esquema Humberto Barreto – Geisel, surge o nome de Adauto Esmeraldo, hoje um dos gerentes mais prestigiados pela área de habitação do BNH e que goza da maior confiança do diretor Arnaldo Prieto". Humberto Barreto era o braço-direito de Ernesto Geisel.

[192] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1965, n.º 22211, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=%22Adauto%20Esmeraldo%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=66059

[193] Hemeroteca Digital, *Diário de Pernambuco*, 1970, n.º 144, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=%22Adauto%20Esmeraldo%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=5170

[194] Hemeroteca Digital, *O Fluminense,* n.º 1971, 20873, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_11&pesq=Adauto%20Esmeraldo&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=176

[195] Hemeroteca Digital, *O Fluminense,* n.º 1971, 20891, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_11&pesq=Adauto%20Esmeraldo&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=521

[196] Hemeroteca Digital, *Jornal do Brasil* (RJ), 1974, n.º 86, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=Seagram%20Adauto&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=37315

[197] Hemeroteca Digital, *Jornal do Brasil* (RJ), 1975, n.º 22, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=Esmeraldo&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=54163

[198] Hemeroteca Digital, *Jornal do Brasil* (RJ), 1981, n.º 61, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=%22Vit%C3%B3ria%20Minas%22%20Esmeraldo&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=287658

[199] Hemeroteca Digital, *Tribuna da Imprensa,* n.º 1985, 10924, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_04&pesq=%22Adauto%20Esmeraldo%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=19019

Em 16 de Janeiro de 1974, a propósito da escolha do general Ernesto Geisel para presidente, feita no dia anterior, o *Jornal do Brasil*[200] publica uma foto com a seguinte legenda:

> Em março de 1945 um grupo de oficiais do Exército Brasileiro visitou, no Estado norte-americano de Geórgia, o Fort Benning. Entre eles estava o Major Ernesto Geisel (o segundo a partir da esquerda) e os demais são: o Tenente-Coronel Inácio de Freitas Rolin, Tenente-coronel Hoche Pulcherio, Major Salm de Miranda, Major Adauto Esmeraldo, Major João Gualberto Gomes de Sá, Capitão Geraldo de Meneses Cortes, Capitão Hugo Manhães Bethlem e Tenente Richard O. Weber, do Exército dos Estados Unidos.

Pelo *Jornal do Brasil* de 17 de Julho de 1977[201], ficamos a saber que Adauto Esmeraldo e Ernesto Geisel são "velhos amigos" e que se visitavam antes de o segundo assumir a presidência.

Portanto, tanto Adauto Esmeraldo como Ernesto Geisel, que viria a ser presidente do Brasil, estiveram em Fort Benning em 1945. Falar em Fort Benning é falar na "Escola das Américas", que começou a funcionar um ano mais tarde, primeiro no Panamá e depois lá, e onde foram preparados muitos dos militares que haveriam de fazer sangrar as veias da América Latina (Sanches 2014).

Ao procurar mais informações sobre a ligação de Ernesto Geisel a Fort Benning, vamos dar com Paul Aussaresses (1918–2013), o militar que, durante a guerra da Argélia, o general Jacques Massu encarregou de chefiar o serviço de informações e desmantelar a resistência argelina. Segundo as suas próprias palavras, viu-se à frente de um esquadrão da morte ("à la tête d'un 'escadron de la mort'") e torturou ou deixou que torturassem sem arrependimentos nem remorsos ("il reconnaît avoir torturé ou laissé torturer des hommes 'sans regrets ni remords'") (Dehimi 2013). Aussaresses aplicava então o seu método habitual, que depois passaria a ensinar: torturar e em seguida matar.

Aussaresses foi adido militar no Brasil junto à embaixada francesa nos anos 1970. Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* (Duarte-Plon 2008), que se pode ler na rede, a jornalista pergunta-lhe "quais eram suas atribuições" nos "cursos de interrogatório e informação a oficiais no Centro de Instrução de Guerra na Selva, em Manaus", ao que ele responde:

[200] Hemeroteca Digital, *Jornal do Brasil* (RJ), 1974, n.º 281, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=Geisel%20Esmeraldo&pagfis=26846

[201] Hemeroteca Digital, *Jornal do Brasil* (RJ), 1977, n.º 100, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=Geisel%20Esmeraldo&pagfis=101610

> Eu dava aulas nessa escola militar porque tinha sido instrutor das Forças Especiais do Exército Americano no Fort Bragg. Fui nomeado instrutor dos pára-quedistas da infantaria americana em Fort Benning, na Geórgia, e me pediram para ser também instrutor em Fort Bragg, na Carolina do Norte. Isso foi nos anos 60. Nessa escola, encontrei oficiais estagiários das forças especiais de vários países da América do Sul.

E o que ensinaria ele em Fort Bragg, Fort Benning ou Manaus? Ensinou o que praticou na Argélia e que depois foi replicado no Vietname, na América do Sul e noutros lugares, claro. Mais adiante, nessa entrevista, elogia largamente os "muito amigos" presidentes Ernesto Geisel ("de uma profunda moralidade"), João Figueiredo ("adorável, sedutor") e Garrastazu Médici.

Na mesma entrevista, diz Aussaresses: "Penso que, se a tortura pode evitar a morte de inocentes, ela se justifica". Pelo seu lado, segundo a Comissão Nacional da Verdade, disse Geisel: "Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior" (Sanches 2014).

Pouco depois da missão no Brasil, Aussaresses reforma-se da tropa, mas, tal como Geisel ou Esmeraldo, continua "activo". O Tribuna da Imprensa de 22 de Janeiro de 1980[202] informa-nos da "actividade" do general: "Encontra-se em visita ao Brasil o General Paul Aussaresses, antigo Adido Militar junto à Embaixada da França. Reformado agora deixou em Brasília a filha, funcionária do setor cultural de missão diplomática do seu país. No presente, Aussaresses integra importante firma de venda de armamentos, a Thomson-Brandt [no original está "Thompson Brandt"] e, além do amor à Mademoiselle Aussaresses, esta é a forte razão da vinda ao nosso país". O título da notícia é: "Business".

Foi este "homem de negócios" que, em Junho de 1957, na Argélia, mandou matar à facada, para que os "árabes" levassem com as culpas, o matemático Maurice Audin: "On a tué Audin. On l'a tué au couteau pour faire croire que c'étaient les Arabes qui l'avaient tué" (France Info 2014).

O décimo aniversário do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas

Quando ocupa a presidência em 31 de Janeiro de 1956, Juscelino mantém o Ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, que tinha sido empossado por Nereu Ramos, mas, em 4 de Julho de 1958, substitui-o por Francisco Negrão de Lima.

[202] Hemeroteca Digital, *Tribuna da Imprensa*, 1980, n.º 9271, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_04&pesq=Aussaresses&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=244

Este, em 30 de Agosto de 1959, vai para embaixador em Lisboa (onde fica até 1965) e dá lugar a Horácio Lafer. José Carlos de Macedo Soares (1883–1968) foi Ministro das Relações Exteriores por várias vezes e Ministro da Justiça e teve outros cargos importantes.

Um convite para o Brasil

Em 31 de Dezembro de 1958 o general Edmundo de Macedo Soares e Silva, presidente do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), envia a António Aniceto Monteiro, "ilustre Professor e Membro Fundador", o seguinte convite:

> Tendo em vista a proposta do Departamento de Matemática aprovada pelo Conselho Técnico Científico e pela Diretoria deste Centro, tenho o imenso prazer de convidar V. S. a visitar esta Instituição, pelo período de 3 meses, no próximo ano, como Convidado Especial às comemorações do décimo aniversário do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. (BNP, Esp. N99, cx. 1)

O leitor terá notado, certamente, a semelhança dos nomes do general Edmundo de Macedo Soares e Silva, presidente do CBPF, e do ex-ministro José Carlos de Macedo Soares. Eles eram primos, o avô materno de Edmundo era irmão do pai de José Carlos (Silva 1998, 33). A família do general era muito influente e essa influência já vinha do seu avô materno, passava pelo seu irmão, Hélio, e estendia-se aos seus primos.

Edmundo de Macedo Soares e Silva (1901–1989) tomou parte nas revoltas militares dos anos 1920, foi preso, mas conseguiu fugir em 1925, ano em que se exilou em Paris. Aí formou-se em engenharia com a especialidade de metalurgia. Regressou ao Brasil com a amnistia decretada em 8 de Novembro de 1930. Foi o grande impulsionador da Companhia Siderúrgica Nacional. Foi duas vezes ministro, em 1946 e em 1967, e governador do estado do Rio de Janeiro de 1947 a 1951. Apoiou o golpe de 1964.

Sendo o general Macedo Soares, que sofreu o exílio e estudou em Paris, como António Aniceto Monteiro, um homem tão influente, não admira que o matemático português tenha conseguido o visto para visitar o Brasil (apesar de se manter em vigor a Circular n.º 896, de 30 de Dezembro de 1949), o que viria a enfurecer o pessoal mais zeloso do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, como veremos.

Em 16 de Abril de 1959, Lélio I. Gama, director do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) dirige a Monteiro o seguinte convite:

> O Segundo Colóquio Brasileiro de Matemática será realizado em Poços de Caldas, na primeira quinzena do mês de julho de 1959, sob os auspícios do Conselho Nacional de Pesquisas e da CAPES.
> Por indicação unânime da Comissão de Organização do referido Colóquio e em face da decisão da Assembleia final do Primeiro Colóquio, que atribuiu ao IMPA a competência de organizar o Segundo Colóquio, venho convidar V. S. a realizar na próxima reunião de Poços de Caldas, uma conferência, com duração de uma a duas horas, sobre o tema de sua especialidade. (BNP, EspN99, cx. 6)

O Segundo Colóquio Brasileiro de Matemática realizou-se no período de 5 a 18 de Julho de 1959. Monteiro chegou ao Brasil no dia 13 de Julho, como veremos. Há uma conhecida fotografia com Alfredo Pereira Gomes, Ruy Luís Gomes, António Aniceto Monteiro e Manuel Zaluar Nunes, tirada nessa ocasião (Rezende 2007a).

"Lélio I. Gama" é Lélio Itapuambyra Gama (1892–1981), matemático e astrónomo brasileiro.

Primeira prorrogação do visto

Carta do general Edmundo de Macedo Soares e Silva, presidente do CBPF, ao Ministro das Relações Exteriores, Horácio Lafer, recebida no dia 7 de Agosto de 1959 (Arquivo Nacional):

> O Professor Monteiro está ministrando um curso de Matemática, de grande interesse para os cientistas desta Casa, cuja duração será de 90 dias aproximadamente.
> Acontece, Senhor Ministro, que, de acordo com o anotado no passaporte do Professor Monteiro, foi-lhe dado o prazo de permanência de apenas 30 dias, tempo insuficiente tendo em vista o programa aprovado para o citado curso.
> Pelo exposto, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência sejam concedidos mais 60 dias de permanência, em território nacional, ao já mencionado Professor Antônio Monteiro, a fim de que possa dar, integralmente, toda a matéria programada.

O ofício DPp 578/511.141, datado de 25 de Agosto de 1959, com origem no Ministério das Relações Exteriores, é dirigido ao "Diretor da Divisão de Polícia Política e Social do Departamento Federal de Segurança Pública" e está no APERJ, mas há exemplares dirigidos ao "Diretor do Departamento do Interior e Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores" (Arquivo Nacional), ao "Chefe dos Serviços de Registro do Departamento Federal de Segurança Pública" (Arquivo Nacional) e ao "Diretor da Divisão de Polícia

Marítima, Aérea e de Fronteiras do Departamento Federal de Segurança Pública" (Arquivo Nacional). No Arquivo do Itamaraty está uma versão anterior, corrigida à mão, dirigida ao "Diretor da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras do Departamento Federal de Segurança Pública", em que onde está "soviéticos" estava "comunistas", e onde está "cripto comunistas" estava "de coloração escarlate" (mesmo nestas matérias que se prendem com a alta segurança do estado há lugar para alguma imaginação!). Ao alto, tem manuscrito "SPF/ Ao S. Iv. de Ordem. Em 27-8-59" e um carimbo "02838-DPS". Refere-se a um "pedido de visto temporário" de "Antônio Aniceto Ribeiro Monteiro" e tem carácter "urgente":

> O Chefe do Serviço de Assuntos Consulares e de Passaportes do Ministério das Relações Exteriores cumprimenta atenciosamente o Diretor da Divisão de Polícia Política e Social do Departamento Federal de Segurança Pública e tem a honra de informá-lo de que o Consulado Geral do Brasil em Buenos Aires foi autorizado a conceder visto temporário, válido por trinta dias, ao Professor Antônio Aniceto Ribeiro Monteiro, português, que se encontra no Brasil a convite do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, ministrando curso intensivo de matemática.
> 2. Há dez anos atrás pesavam sobre o referido alienígena acusações de caráter ideológico, corroboradas por essa Divisão (ofício n.º 2199 S/l, de 9 de dezembro de 1949). Vinculações com elementos soviéticos, além de atividades em agremiações cripto comunistas, levaram o Governo brasileiro então a impedir o retorno do Professor Ribeiro Monteiro ao país. Entretanto resolveu o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores conceder-lhe visto temporário, atendendo ao interesse científico decorrente da vinda do mesmo ao Brasil.
> 3. Posteriormente, como Vossa Excelência verá na documentação anexa, o General Edmundo de Macedo Soares, Presidente do CBPF, solicitou, pelas razões expostas no seu ofício, a prorrogação do visto por mais sessenta dias.
> 4. Tendo em mira, ainda, o interesse científico do curso ministrado pelo Professor Ribeiro Monteiro, resolveu a Secretaria de Estado das Relações Exteriores conceder a prorrogação pleiteada com a ressalva, entretanto, de não ser possível sob pretexto de qualquer espécie o prolongamento da estada no país do referido cientista.

Em 27 de Agosto de 1959, o Director de Divisão do Departamento Federal de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, César Garcez, exara o seguinte despacho protocolado no expediente sob o n.º 5682/59 (Arquivo Nacional):

> Ao Serv. de Registro de estrangeiros para tomar conhecimento, anotar, devendo controlar cuidadosamente a permanência do Prof. Ribeiro Monteiro, português, nesta Capital de

> modo que, ao expirar o prazo concedido excepcionalmente pelo Ministério das Relações Exteriores, conforme parte final deste ofício, seja compelido a deixar o País. Anotado pelo S.R.E. essa particularidade, volta este expediente, com urgência, a esta Divisão.

"César Garcez" é Manuel de Freitas César Garcez, Director da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (*O Jornal* de 2 de Outubro de 1959[203]). Em 1927, no combate ao jogo ilegal, foi apunhalado num pulmão por um marginal de apelido "Colibri" (*Correio da Manhã* de 4 de Outubro de 1927[204]); sobreviveu, mas, sempre debilitado, acabou por morrer, de doença, em 1960, aos 66 anos (*Diário Carioca* de 2 de Agosto de 1960[205]).

Em 29 de Agosto de 1959, Maria Luiza Teixeira Brandão ("Of. Adm. Classe 'L'") da Secção de Permanência e Expulsão de Estrangeiros do Ministério da Justiça e Negócios Interiores elabora e envia "à superior apreciação" o seguinte ofício (Arquivo Nacional):

> Concessão de visto temporário pelo Ministério das Relações Exteriores e prorrogação do prazo de 30 dias para mais 60 dias de estada no país ao alienígena a que se refere este processo.
>
> Comunica o Chefe do Serviço de Assuntos Consulares e de Passaportes do Ministério das Relações Exteriores, pelo Bilhete Verbal DPp/390/511141, de 25 de agosto corrente, haver o Consulado Geral do Brasil em Buenos Aires concedido visto temporário, válido por trinta dias, ao Professor Antônio Aniceto Ribeiro Monteiro, português, que a convite do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas veio ao Brasil ministrar curso intensivo de matemática.
>
> 2. Conforme se lê do parágrafo segundo do referido Bilhete Verbal DPp/390/511141 o referido professor há dez anos atrás foi acusado de idéias de caráter cripto comunistas e com vinculações com elementos soviéticos. Tais acusações de caráter ideológico foram corroboradas pela Divisão de Polícia Política e Social no Ofício 2199 S/l, de 9 de dezembro de 1949, e, face as mesmas acusações o Governo brasileiro de então impediu o retorno do aludido professor ao país. Agora, resolveu o Ministro de Estado das Relações Exteriores, conceder-lhe o visto temporário atendendo ao interesse científico decorrente da vinda do mesmo ao Brasil.

[203] Hemeroteca Digital, *O Jornal*, 1959, n.º 11987, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_05&pesq=%22C%C3%A9sar%20Garcez%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=79555

[204] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1927, n.º 10037, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pesq=C%C3%A9sar%20Garcez%20Colibri&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=32020

[205] Hemeroteca Digital, *Diário Carioca*, 1960, n.º 9845, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_05&pesq=%22C%C3%A9sar%20Garcez%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2691

> 3. No parágrafo terceiro esclarece e documenta o MRE que, o General Edmundo de Macedo Soares, Presidente do C.B.P.F, solicitou ao Ministro daquela Pasta a prorrogação do visto por mais sessenta dias.
> 4. Atendendo ao interesse científico do referido curso, diz o oficiante que aquela Secretaria de Estado [das Relações Exteriores] resolveu conceder a prorrogação solicitada, com a ressalva, entretanto, de não ser possível, sob pretexto de qualquer espécie, o prolongamento da estada no país do referido cientista.
> 5. Os vistos, quanto à natureza, são os previstos no art. 5.º, ns. I a VII, do Decreto-lei n.º 7967, de 18.9.945.
> 6. O Professor ANTÔNIO ANICETO RIBEIRO MONTEIRO, a que se refere a comunicação feita a este Departamento, como cientista, veio ao Brasil, mediante visto temporário, realizou conferências sobre alta matemática, a convite do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.
> 7. O aludido professor, consoante se verifica do parágrafo 2.º do ofício inicial, registra antecedentes políticos e sociais (Ofício 2199 S/l. de 9.12.1949) que levaram o Governo brasileiro a impedir o retorno do referido professor ao Brasil.
> 8. Ora, tendo o mesmo, agora, recebido convite, para fins científicos e pelo prazo de trinta dias, para permanecer entre nós, é possível que, depois de finda a prorrogação de mais sessenta dias, tente a permanência definitiva em nosso país. Portanto, e a fim de acautelar os altos interesses nacionais opinamos por que seja remetida cópia autêntica do processo ao SRE e encaminhado o original ao DFSP feitas as imprescindíveis anotações, em caráter de urgência.

"DFSP" é o Departamento Federal de Segurança Pública.

"SRE" é o Serviço de Registo de Estrangeiros.

No mesmo dia, 29 de Agosto, Miriam Aranha Figueira de Farias ("Oficial Administrativo K – Chefe Subst.") da Secção de Permanência e Expulsão de Estrangeiros escreve, laconicamente, "concordo". Já Antônio Ferreira ("Diretor Divisão subst.") da DAP, no mesmo dia, manifesta a sua inquietação por o Ministério das Relações Exteriores se lhes ter antecipado na concessão da prorrogação do visto a Monteiro:

> De acordo, digo: Inicialmente, cabe ressaltar que a prorrogação em te-la deveria ter sido concedida por intermédio desta Secretaria de Estado, face ao disposto no art. 34 do Decreto-lei 7967, de 18.9.45, e não pelo Ministério das Relações Exteriores, como aconteceu.
> 2. Todavia, face ao interesse demonstrado pelo Centro Brasileiro de Pesquisas (fls. 5), penso que se deve acatar a decisão do Itamaraty, tomando, apenas, as providências lembradas pela SE.

"DAP" significa Divisão de Assuntos Políticos.

"SE" significa Secretaria de Estado.

O art. 34 do Decreto-lei 7967, de 18.9.45, disponível na rede (Brasil 1945c), diz o seguinte:

> Ao estrangeiro, registrado como temporário que possuir documento de nacionalidade, a serviço de registro local poderá conceder, até a máximo de seis meses, prorrogação do prazo de estada no país. Nos demais casos, a prorrogação será concedida pelo órgão federal competente.

E, no seu parágrafo 3.º: "Não será concedida a prorrogação quando houver contra-indicação de ordem policial".

Em 16 de Setembro de 1959, manifestou o seu acordo Guilherme Marcondes Medeiros, director da Divisão de Assuntos Políticos do Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Em 8 de Setembro de 1959, o "Diretor da Divisão de Polícia Política e Social" do Departamento Federal da Segurança Pública do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Luiz de França Oliveira, dirigindo-se "ao Senhor Chefe do Serviço de Assuntos Consulares e de Passaportes do M. R. Exteriores" "agradece" a "comunicação" (Ref. Prots. ns. 10050/59, 10266/59 e 10268/59), como se pode ler num documento do Arquivo Histórico do Itamaraty:

> Agradecendo a gentileza das comunicações constantes dos ofícios ns. DPPp/578, 589 e 599/511141, o primeiro de 25 e os últimos de 28 de agosto p. findo, desse Serviço, informo a V. Sª que esta Divisão tomou conhecimento da concessão de vistos a ANTÔNIO ANICETO RIBEIRO MONTEIRO, JOSEF BURIAN, ADALBERT DESSAU e ANNELIESE SCHUBERT, fazendo as devidas anotações.

Adalbert Dessau (1928-1984) era um crítico literário alemão (RDA) e um estudioso da história da América Latina; escreveu, entre outros livros, *Der Mexikanische Revolutionsroman* ("*La novela de la Revolución Mexicana*"). Segundo as fichas consulares de qualificação (FamilySearch), Josef Burian era um checoslovaco, nascido em Praga em 1919, que se apresentava ora como "funcionário", ora como "empregado", ora como "comerciante", e morava em "Praha 11, Krizkovského 10". Não foi possível identificar Anneliese Schubert.

Luiz de França Oliveira era coronel de infantaria (*Correio da Manhã* de 31 de Janeiro de 1959[206]). O mesmo jornal de 11 de Setembro de 1959[207], três dias após este "agradecimento", informa que numa manifestação de cinco mil pessoas contra a carestia, organizada pelos sindicatos, "o Departamento Federal de Segurança Pública tomou as medidas de proteção, como diziam os integrantes dos choques que se colocaram, estrategicamente, em torno do local onde estavam reunidos os manifestantes. 15 choques da Polícia Militar, 9 da Polícia Especial, tropa montada – em robustos cavalos – investigadores, detetives, inspetores e auxiliares extras faziam parte dos 4.000 homens mobilizados pelo DFSP". O jornal ilustrava a notícia com uma fotografia com a seguinte legenda: "Retrato do comício: 5.000 manifestantes vigiados por 4.000 policiais. Nunca se viu tanto policiamento para uma demonstração tão pacífica, como a de ontem". E, entre os trabalhadores, lá estava Luiz de França Oliveira e outro coronel, "observando apenas". Exactamente dez anos mais tarde, Luiz de França Oliveira, já general, Secretário Estadual de Segurança Pública no então estado da Guanabara, formou o Grupo Especial de Combate à Delinquência em Geral, constituído por doze polícias, que ficou conhecido popularmente como os "Homens de Ouro" (Oliveira 2016, 158). A actividade deste grupo veio a ser semelhante à de um esquadrão da morte; o leitor saberá certamente os horrores que foram praticados no Brasil naquela época. O Governador do estado da Guanabara era então Francisco Negrão de Lima, que tinha sido Ministro das Relações Exteriores dez anos antes; assumiu o cargo em 1965 (quando veio de Lisboa, onde fora embaixador) até 1971. Anos mais tarde, o general foi denunciado pela Comissão Nacional da Verdade pelos crimes que cometera durante a ditadura militar (Dias *et al.* 2014). Luiz de França Oliveira faleceu, com 85 anos, no dia 12 de Junho de 1988 no Hospital Central do Exército (HCE), como informa o *Diário do Pará* do dia seguinte[208]. Segundo o jornal, funcionários do HCE afirmaram que o general se suicidou lançando-se de um quarto localizado no sexto andar.

[206] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1959 n.º 20200, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pesq=%22Luiz%20de%20Fran%C3%A7a%20Oliveira%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=101944

[207] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1959, n.º 20387, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pesq=%22Luiz%20de%20Fran%C3%A7a%20Oliveira%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=110501

[208] Hemeroteca Digital, *Diário do Pará*, 1988, n.º 1788, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=644781&pesq=%22Luiz%20de%20Fran%C3%A7a%20Oliveira%22&pagfis=35253

Segunda prorrogação do visto

Em 16 de Outubro de 1959, Monteiro pede ao "Senhor Chefe do Serviço de Registro de Estrangeiros" uma segunda "prorrogação de seu prazo de permanência" por três meses (Arquivo Nacional). Nesse documento pode ver-se que morava na Avenida Portugal, 392, no Distrito Federal, além de outros dados pessoais conhecidos. Além disso, fica-se a saber que chegou ao Brasil no dia 13 de Julho de 1959, pelo porto de Santos, trazido pelo navio *Bretagne*. Tinha o passaporte "n.º 147/59" e ficou "registrado sob n.º 152.618 no SRE de Santos". "SRE" é, como já sabemos, o Serviço de Registo de Estrangeiros. O número 392 da Avenida Portugal dista mil e trezentos metros da Avenida Wenceslau Braz, 71, onde se localizava, em 1959, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

Em 16 de Outubro de 1959, o chefe da Secção de Fiscalização (SF) do Serviço de Registo de Estrangeiros (SRE) do Departamento Federal de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, envia ao chefe do SRE a seguinte "Informação n. 726/59" (Prots. 5682/59 e 6225/59) que pode ser vista no Arquivo Nacional:

> O estrangeiro Antônio Aniceto Ribeiro Monteiro, residente nesta Capital à Av. Portugal n. 392, ingressou no país, pelo porto de Santos-Sp, em 13.7.959, munido de passaporte n. 147 e visto n. 6902 de 6.7.59, expedidos em Buenos Aires, classificado nos termos do art. 7, letra "A" do Decreto-Lei 7967/45, com permanência no Brasil, por 30 dias. Posteriormente, esse prazo foi prorrogado pelo Ministério das Relações Exteriores por 60 dias, isto é, até 14.10.59, com a recomendação expressa de que sob pretexto de qualquer espécie não mais deveria ser prorrogada sua permanência no país.
>
> Em face do exposto, e como o prazo de permanência do estrangeiro em questão já terminou, passo as mãos de V. S., para os devidos, o presente expediente.

Nessa data, 16 de Outubro de 1959, a Secção de Registo e Controle do mesmo Serviço de Registo de Estrangeiros consulta o chefe do SRE (Arquivo Nacional):

> ANTÔNIO ANICETO RIBEIRO MONTEIRO desembarcou em Santos em 13 de julho do ano corrente, como turista (Art. 7 letra A do Dec. 7967/45), com permanência por 30 dias.
>
> Em 14/8/1959 a Divisão de Passaportes do Ministério das Relações Exteriores fez a seguinte anotação, a fls. 10 do passaporte respectivo: "FICA PRORROGADO POR 60 DIAS O PRAZO DE PERMANÊNCIA NO BRASIL DO TITULAR DESTE PASSAPORTE, DE ACORDO COM AUTORIZAÇÃO DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES".
>
> Nesta data o interessado requereu a esta Repartição uma prorrogação de prazo por três meses a qual, no caso de concessão, será até 13 de janeiro de 1960.

> Consulto V. S. sobre a possibilidade de se atender ao pedido do alienígena em questão, tendo-se em vista o que consta dos Protocolos n.os. 5597, 5682 e 6225, todos deste ano.

Como o leitor deve ter reparado, desde o dia 15 de Outubro que Monteiro tinha o seu visto caducado. Estava ilegalmente no Brasil, portanto. Como se verá mais adiante, foi ameaçado de expulsão, provavelmente por funcionários ligados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Em 26 de Outubro de 1959, Nelson Lins de Barros, na qualidade de Secretário-Geral do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), dirige uma carta ao "Prezado Dr. Cyro dos Anjos" (Arquivo Nacional):

> O Professor Antônio Aniceto Monteiro, ilustre Matemático, português de origem, já trabalhou no Brasil, quando da criação da Faculdade Nacional de Filosofia, muito havendo contribuído com seu talento e sua cultura, para o desenvolvimento, no Brasil, de pesquisas no campo da Matemática.
>
> Após permanecer no Brasil por um período de cinco anos, o Professor Antônio Monteiro resolveu exercer o magistério na República Argentina, onde desempenha, na Universidade de Bahía Blanca, o cargo de Professor de Matemática.
>
> Há cerca de 3 meses, o Professor Monteiro se encontra no Rio de Janeiro, onde, a convite do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, veio ministrar cursos e colóquios sobre matemática superior.
>
> O visto de passaporte que lhe foi concedido pelo Ministério das Relações Exteriores é da categoria de turista, cujo limite superior do período para permanecer no Brasil é de noventa dias.
>
> Ocorre, porém, que o curso que vem sendo ministrado pelo Professor Monteiro é superior ao prazo que lhe foi concedido para permanecer no país, havendo, ainda, recebido convite para realizar conferências na Universidade de Belo Horizonte.
>
> Por sugestão do Ministério das Relações Exteriores, o Professor Monteiro dirigiu-se ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores solicitando prorrogação do visto por mais 90 dias, havendo aquele Ministério negado provimento ao seu pedido.
>
> Nestas condições, muito agradeceria que V. S. interferisse junto ao Senhor Presidente da República, a fim de que S. Excia. determinasse junto aos órgãos próprios o reexame do assunto, para que o Professor Monteiro leve a bom termo a missão científica que o trouxe ao Brasil.

Cyro Versiani dos Anjos (1906–1994) era subchefe do Gabinete Civil de Juscelino, o Presidente da República. No cimo desta carta, Cyro dos Anjos escreve, à mão, em 29 de

Outubro, ao "Prezado Dr. Vieira Coelho" (José Vieira Coelho era Chefe do Gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores; ver o jornal *Última Hora* de 8 de Setembro de 1959[209] e de 6 de Julho de 1960[210]): "Conforme combinamos por telefone, rogo-lhe a fineza de uma palavra sua ao órgão competente, a fim de que possa ser solucionado o caso do Prof. Monteiro".

No dia 29 de Outubro de 1959, Monteiro entrega um requerimento dirigido ao "Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça e Negócios Interiores" (Arquivo Nacional):

> António Aniceto Ribeiro Monteiro, de nacionalidade portuguesa, de 52 anos, casado, domiciliado na Argentina, professor de matemática, Doutor em Matemática pela Universidade de Paris, membro correspondente da Academia Brasileira de Ciências, antigo professor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, encontra-se desde 13 de Julho neste país, na qualidade de convidado especial do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, do qual é membro fundador, com motivo das comemorações do décimo aniversário desta Instituição. O objectivo da sua visita é a realização de trabalhos de pesquisa científica e de conferências. Foi convidado para fazer conferências de sua especialidade no Segundo Colóquio Brasileiro de Matemáticas, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, na Faculdade de Filosofia da Universidade de Belo Horizonte, no Instituto Tecnológico do Ministério de Aeronáutica em São José dos Campos, na Escola de Engenharia da Universidade de São Carlos, no Instituto de Matemática Pura e Aplicada do Conselho Nacional de Pesquisas e deve também apresentar uma comunicação à Academia Brasileira de Ciências. Tendo-se esgotado o visto de noventa dias concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, solicita a Vossa Excelência a prorrogação do visto pelo prazo de mais noventa dias, com o objectivo de completar a missão cultural para a qual foi convidado.

Como veremos adiante, no dia 30 de Outubro Monteiro obteve finalmente a prorrogação do seu visto por 90 dias.

Em 31 de Outubro de 1959, o chefe da Secção de Assistência às Polícias dos Estados do Departamento Federal de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Manuel A. Rodrigues, distribui a seguinte informação (Inf. n.º 50/59, Ref.: Prot. n.º 11917-59), que pode ser vista no Arquivo Nacional:

[209] Hemeroteca Digital, *Última Hora* (RJ), 1959, n.º 2820, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq=%22Jos%C3%A9%20Vieira%20Coelho%22&pagfis=56131

[210] Hemeroteca Digital, *Última Hora* (RJ), 1960, n.º 3074, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq=%22Jos%C3%A9%20Vieira%20Coelho%22&pagfis=60975

> Tendo em vista o incluso processado, cabe-nos informar que foram feitas as necessárias anotações e, também, procedidas sindicâncias que apuraram que o cientista português Professor ANTÔNIO ANICETO RIBEIRO MONTEIRO desembarcou no porto de Santos a 13 de julho do corrente ano e está residindo, nesta Capital, à Avenida Portugal n.º 392. Efetivamente, exerce ele suas atividades no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, à Avenida Wenceslau Braz n.º 71, sendo de salientar que, segundo informações colhidas, pretende esse cientista ficar no Brasil até dezembro do ano em curso, ultrapassando, assim, de muito, o prazo que lhe foi concedido para sua estada no País, já prorrogado face a solicitação daquele Centro de Pesquisas. (fls. 2)

Carta de António Aniceto Monteiro a Alfredo Pereira Gomes, que estava na Universidade do Recife, de 11 de Novembro de 1959, em que o informa de que não pode ficar mais três meses no Brasil e que talvez parta no dia 30:

> A minha saúde anda mal. Estas coisas do Brasil e da Bahía [Blanca] provocaram uma nova crise de estômago. Enquanto o Salazar por intermédio do Itamarati me queria pôr na fronteira no prazo de 15 dias, o meu nome estava ausente numa lista de intelectuais portugueses perseguidos pelo fascismo de Salazar publicada no último número do Portugal Democrático. Estas coisas só a mim é que acontecem. (BNP, Esp. N99, cx. 8)

Em 23 de Novembro de 1959, César Garcez, Director da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, do Departamento Federal de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, envia o ofício 902/59 (Ref/1454/59) ao "Chefe do Serviço de Assuntos Consulares e de Passaportes do Ministério das Relações Exteriores" com a seguinte informação (Ref. Prots. ns. 10050/59, 10266/59 e 10268/59), que pode ser consultada no Arquivo Histórico do Itamaraty:

> Em atenção ao ofício n.º 577 de 25 de agosto último, desse Serviço, relativo à permanência no país do Professor ANTÔNIO ANICETO RIBEIRO MONTEIRO, português, que aqui se encontra a convite do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, ministrando curso intensivo de matemática, tenho a honra de informar a Vossa Senhoria que o Departamento do Interior e da Justiça, por despacho de 30 de outubro findo, deferiu e pedido de prorrogação do prazo de permanência no Brasil por mais 90 dias do alienígena em questão.

Um atento Chefe do Gabinete do Chefe de Polícia

No dia 16 de Março de 1960, soam as campainhas de alarme no Gabinete do Chefe de Polícia (GCP) do Distrito Federal. José Henriques Soares, Chefe do Gabinete, escreve nas costas da informação n.º 50/59 do dia 31 de Outubro, já transcrita (Arquivo Nacional): "URGENTE: Ao Serviço de Registro de Estrangeiros para tomar conhecimento e devolver, informando".

O Chefe de Polícia era o coronel do exército Luiz Ignácio Jacques Júnior que, de 13 de Janeiro a 18 de Novembro de 1959, tinha ocupado o cargo de Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal (PMERJ). O coronel Jacques Júnior ocupava o novo cargo desde o dia 21 de Novembro de 1959 (*Correio da Manhã*[211] desse dia). José Henriques Soares tinha sido polícia em Belo Horizonte, nomeadamente na época em que Juscelino era o governador de Minas Gerais. Mais recentemente estava a trabalhar na Presidência da República (*Correio da Manhã* de 3 de Maio de 1959[212]); era um apoiante de Juscelino (Couto 2011, 192 e 203). Já vimos que foi ele a remeter ao "Senhor Delegado Especializado", em 7 de Novembro de 1950, na sua qualidade de "Delegado Geral de Ordem Pública" de Juiz de Fora, Minas Gerais, fotografias de Lindolfo Hill, "conhecido elemento comunista e ora procurado pela polícia". Menos de dois anos depois, o *Correio Paulistano* de 14 de Maio de 1952[213] traz a notícia intitulada "Movimento subversivo em Minas":

> Encerrou-se o inquérito instaurado pela Delegacia de Ordem Pública a respeito da prisão, em flagrante, dos 10 comunistas que faziam parte do Movimento Mineiro de Partidários da Paz, situado no Edifício "Tupi". Conforme noticiámos, as autoridades da Delegacia de Ordem Pública conseguiram surpreender os adeptos do credo vermelho, quando comemoravam o 7.º aniversário do movimento, sendo apreendido, na ocasião, farto material de propaganda. Após concluir o inquérito, o titular da Delegacia de Ordem Pública, sr. José Henriques Soares, fez longo relatório, encaminhando-o, em seguida, ao juiz municipal da 3.ª Vara Criminal.

[211] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1959, n.º 20447, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pesq=%22Luiz%20Ign%C3%A1cio%20Jacques%20J%C3%BAnior%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=112017

[212] Hemeroteca Digital, *Correio da Manhã* (RJ), 1959, n.º 20275, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=%22Jos%c3%a9%20Henriques%20Soares%20%22&pagfis=105356

[213] Hemeroteca Digital, *Correio Paulistano,* n.º 1952, 29475, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_10&pesq=%22Movimento%20subversivo%20em%20Minas%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=11004

Este é o retrato possível de José Henriques Soares, que reclamava urgência em obter informações sobre Monteiro.

O assunto era "urgente", mas só em 6 de Abril de 1960 o chefe da Secção de Fiscalização (SF) do Serviço de Registo de Estrangeiros (SRE) recebe a seguinte Informação n.º 219/60 (SRE.21200 c/Prots. 5682/59, 6225/59, 5577/58, 5682/59), com uma assinatura difícil de decifrar tendo por baixo, escrito à máquina, "Inv. 566" (Arquivo Nacional): "Informo a V. S. que o estrangeiro Antônio Aniceto Ribeiro Monteiro, embarcou com destino a Buenos Aires em 2.12.59, pelo navio 'Giulio Cesar', conforme informação da DPM, não constando, tenha regressado ao Brasil até a presente data".

"DPM" significa Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras.

Em 12 de Abril de 1960, o chefe do SRE envia ao "Senhor Chefe do Gabinete", isto é, José Henriques Soares, a Informação n.º 853 (Protocolo n.º SRE/212000–1738/60) precisamente com o mesmo texto escrito por "Inv. 566", não sem antes acrescentar: "Devolvendo a V. Sa. o incluso expediente, protocolado nesse Gabinete sob o n.º 8479/59, informo que foram feitas as devidas anotações a respeito do estrangeiro em questão" (Arquivo Nacional).

José Henriques Soares escreve no final, com data de 11 de Maio: "Devidamente informado, restituo o processo, de ordem, ao Departamento do Interior e Justiça". Recordemos que era desse departamento que dependia a Secção de Permanência e Expulsão de Estrangeiros.

As autoridades brasileiras punham assim um ponto final às suas preocupações com a presença de António Aniceto Monteiro no Brasil.

De regresso à Argentina

O navio "Giulio Cesar" de "Inv. 566" era, na realidade, o transatlântico *Giulio Cesare*. O *Giulio Cesare* e o seu gémeo *Augustus*, propriedade da Italia – Società di Navigazione, faziam a carreira Génova-Buenos Aires, tendo escala principalmente nos portos de Cannes, Nápoles, Barcelona, Lisboa, Dakar, Recife, Rio de Janeiro, Santos e Montevideu.

Monteiro embarcou no dia 2 de Dezembro de 1959, segundo afirma "Inv. 566" (Arquivo Nacional). No *Giulio Cesare* muitos passageiros dedicavam-se a jogar, provavelmente o bingo, enquanto Monteiro mergulhava na leitura de um livro, como ele próprio conta numa carta de 13 de Julho de 1960 a Gabriel Fialho:

> Você já deve ter tido notícias da nossa viagem de volta, que correu o melhor possível, com excepção da companhia a bordo. A expressão que ouvia com mais frequência era: mile lire, mile lire, cien mil lire, etc., etc. Depois docientos mil pesos, cuatrocientos mil pesos,

etc., e por aí com menor frequência tantos mil cruzeiros. Isto era o que passava na segunda classe, o que não seria na primeira? Para compensar esta monótona conversação milionária de segunda classe, encontrei na biblioteca de bordo um livro escrito por um negro norte-americano (Hughes?) que foi a melhor distracção que tive. O autor aclarava, com indiscutível ironia, que existem coisas estranhamente antidemocráticas na democracia norte-americana. […]

Assim igualmente, durante a minha estadia no Rio, repontou a minha actividade contra o fascismo português no período de 1945 a 1949. E você foi uma das pessoas, que mais teve que ocupar-se deste problema, com os resultados espectaculares por todos conhecidos. Um Diplomata a toda a prova.

A respeito deste assunto, quero contar-lhe a razão pela qual o Ruy Luís Gomes, que pensava ir para Pernambuco, terminou por vir para Bahía.

Actualmente os Consulados do Brasil em Portugal, exigem aos portugueses uma declaração de que não tiveram actividades contra o governo, quando se apresentam a pedir um visto (permanente, temporário ou simplesmente de trânsito). Esta declaração é enviada à Polícia de Defesa e Segurança do Estado (a famigerada PIDE) para que certifique as declarações do solicitante e envie outras informações complementares. Somente em face destes dados é que os Consulados tomam uma decisão. Quem lhe pode fornecer todos os dados do assunto é o Morgado que está actualmente em Recife.

É claro que o Ruy não podia assinar uma declaração deste tipo, fez as malas e veio para Bahía Blanca.

E aqui está como o Itamaraty está efectivamente ao serviço do fascismo português; mais precisamente o governo português aparece como se não tivesse nada que ver com este assunto, mas praticamente tem uma sucursal nos serviços consulares do Brasil em Portugal. Como é possível que se passem coisas desta natureza?

Esta mesma pergunta fiz eu no Rio, várias vezes, durante os meses de Outubro e Novembro passado.

Seria da máxima conveniência que estes problemas fossem expostos perante a opinião pública brasileira, incluindo na Câmara dos Deputados e no Senado. Creio que os portugueses anti-fascistas do Brasil já estão tratando disto junto do Álvaro Lins, que se está portando como um digníssimo representante das correntes democráticas brasileiras.

Envio-lhe estas informações, porque você é por assim dizer o Ministro das Relações Exteriores do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e porque ao mesmo tempo mostram a natureza dos métodos usados pelo fascismo português, frente aos quais se encontrou você nos fins do ano passado, e revelam, com cores vivas e fortes, singulares características da formal democracia brasileira.

> Em todos estes assuntos tenho pensado, com alguma frequência, desde que o Nachbin me escreveu uma amável carta, em que me falava da hipótese de voltar definitivamente para o Rio (e à qual estou ainda por responder) considerando mesmo a possibilidade de propor a minha designação como professor do Centro no curso deste ano.
> Agora temos uma possibilidade de fazer uma viagem aos Estados Unidos, porque recebi um convite para participar e apresentar uma comunicação no Congresso Internacional de Lógica e Metodologia que se realiza em Agosto em Stanford, nos Estados Unidos. Dão-me também um subsídio de 500 dólares para os gastos de viagem. Já enviei o "abstract" da comunicação que me pediram, mas com respeito a viajar vamos a ver o que diz o Consulado do Estados Unidos, que é um país "amigo" de Portugal.
> E aqui está, estimado Fialho, como a política tem uma influência bem marcada nos destinos de uma pessoa. Como existem milhões de solicitações e emboscadas para abrandar "consciências", para suavizar ideias. Tudo conspira contra a independência do pensamento. A liberdade só existe para os burgueses e seus lacaios. Tudo o resto ("democracia", etc…) são contos de fadas para crianças.
> Pois bem, na posição em que estou, FICO! (BNP, Esp. N99, cx. 1)

"Gabriel Fialho" é Gabriel Emiliano de Almeida Fialho (1920–1986), físico que pertenceu ao grupo de fundadores do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). Era filho (Sanglard 2008, 99) de Branca Osório de Almeida Fialho (1896–1965), vice-presidente, em 1945, da Sociedade dos Amigos do Povo Espanhol. Era primo direito de Miguel Álvaro Osório de Almeida (1916–1999), diplomata de carreira, filho do seu tio Álvaro Osório de Almeida (1882––1952). Miguel Álvaro Osório de Almeida tinha o mestrado em economia pela Universidade de Colúmbia e, por esse motivo, em 1959 trabalhava directamente na dependência do presidente Juscelino em matérias económicas (Abreu e Lamarão 2007, 11–14). Talvez se encontre neste primo de Gabriel Fialho a explicação para as afirmações de Monteiro na sua carta: "E você foi uma das pessoas, que mais teve que ocupar-se deste problema, com os resultados espectaculares por todos conhecidos. Um Diplomata a toda a prova" e "você é por assim dizer o Ministro das Relações Exteriores do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas".

O escritor negro norte-americano de que fala Monteiro na sua carta é, provavelmente, o poeta James Mercer Langston Hughes (1902–1967), conhecido por Langston Hughes. Não escreveu só poesia; por exemplo, *The Ways of White Folks* e *Laughing to Keep from Crying* são livros de contos; *The Big Sea* e *I Wonder as I Wander* são livros autobiográficos.

"Morgado" é José Cardoso Morgado Júnior (1921–2003), matemático português, grande amigo de Ruy Luís Gomes, que também esteve exilado no Brasil, na Universidade do Recife, de 1960 a 1974.

"Álvaro Lins" é Álvaro de Barros Lins (1912–1970), advogado, professor, escritor, ensaísta e crítico literário, membro da Academia Brasileira de Letras. Foi embaixador do Brasil em Lisboa. Foi ele quem deu asilo a Humberto Delgado na embaixada. Em 1960 publicou o livro *Missão em Portugal (diário de uma experiência diplomática – I)*. Mostrou-se sempre opositor da ditadura portuguesa.

O persistente problema dos vistos

Carta de António Aniceto Monteiro a Hugo Ribeiro, que estava em Berkeley, de 18 de Julho de 1960:

> O Nachbin insiste muito comigo para que eu volte para o Rio de Janeiro. Pensam criar um grupo de lógica no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. No ano passado estive no Rio 4 meses de Agosto a fins de Novembro e na realidade gostei muito desta visita e foi uma pena que tivesse que sair do Brasil, mas foi uma decisão acertada visto que por ocasião desta minha visita no mês de Outubro quiseram praticamente pôr-me na fronteira dando-me 8 dias para sair do país; isto depois que inicialmente em Buenos Aires começaram por negar-me o visto. Estou na lista negra de todos os consulados brasileiros… e isto significa que a diplomacia brasileira [no original está "portuguesa"] está praticamente ao serviço do fascismo português. (BNP, Esp. N99, cx. 7)

Carta de Hugo Ribeiro, que estava no Brasil na Universidade do Recife, a António Aniceto Monteiro, de 26 de Julho de 1960:

> Há ano e meio um Dodera Luscher, de Montevideo, escreveu-me a seu respeito enviando-me carta do Church a quem ele perguntara por oportunidade para que V. fosse por um tempo para os Estados Unidos. […]
> Não creio que haja a mínima dificuldade com um visto seu para os E. U. Quanto à inclusão do seu nome na lista dos indesejáveis do Brasil, a notícia que V. me dá agora é aquela que eu lhe dei há já uns dez anos. (BNP, Esp. N99, cx. 7)

"Dodera Luscher" é Oscar Dodera Luscher (1912–1992), uruguaio, professor de matemática. Conselheiro científico da UNESCO, foi ele quem promoveu uma viagem de Monteiro aos países da América Latina (Paraguai, Bolívia, Peru e Chile) em 1956. No blogue *António Aniceto Monteiro* há muitas informações sobre Oscar Dodera (Rezende 2007).

"Church" é Alonzo Church (1903–1995), um matemático norte-americano especialista em lógica matemática.

Carta de António Aniceto Monteiro a Hugo Ribeiro de 31 de Agosto de 1960:

> Tenho pena que não possa ir a B. Aires, tanto mais que decidi não viajar a Estados Unidos, em face das estúpidas exigências policiais dos formulários do Consulado dos Estados Unidos. Imagine você que é necessário indicar todas as "agrupaciones" a que uma pessoa esteve afiliada desde os 16 anos de idade. Depois é necessário declarar se alguma dessas agrupações é comunista ou se tinha relações com agrupações comunistas. Tudo isto para assistir a um Congresso Internacional de Lógica Matemática para o qual fui convidado. Creio que inútil fazer qualquer comentário. Guardo como recordação o formulário que me trouxe o Ruy de Buenos Aires e que levou uma carta minha para o Consulado com cópia fotográfica do convite da Secretaria do Congresso. Penso escrever para declarar que considero que não devem realizar-se congressos internacionais nos Estados Unidos.
> O caso de Cuba mostra claramente a elasticidade que dá os Estados Unidos à expressão "organização comunista". (BNP, Esp. N99, cx. 7)

Carta de Hugo Ribeiro a António Aniceto Monteiro de 11 de Setembro de 1960:

> A mim não me pediram isso mas perguntaram-me se eu era doido (disse que não, é claro) e também se era minha intenção matar o presidente dos Estados Unidos. Essas perguntas ficaram do tempo de McCarthy e acho provável que o consulado lhe tenha dado formulário errado para o tipo de visto que V. precisava; e que se V. tivesse respondido de qualquer maneira que fosse a essas perguntas (supostas necessárias) ou não tivesse respondido mesmo, não teria deixado de ter o visto por isso. (BNP, Esp. N99, cx. 7)

Eterno exilado

Entretanto, Brasília era agora a capital. O Distrito Federal transformara-se no estado da Guanabara. Em 3 de Outubro de 1960, realizam-se eleições na Guanabara e Carlos Lacerda é eleito governador. Toma posse no dia 5 de Dezembro. No discurso que profere, segundo o jornal *Última Hora*[214] do dia seguinte, ameaça "exterminar o comunismo" e afirma "serei humano e justo". O mesmo jornal informa da tomada de posse do "novo Chefe de Polícia" que acumula com o cargo de "Secretário Estadual de Segurança Pública": sai o coronel Luiz Ignácio Jacques Júnior e entra o general Sizeno Ramos Sarmento, nomeado por Lacerda. O general Sizeno Sarmento (1907–1983) era um radical de extrema-direita e ficou

[214] Hemeroteca Digital, *Última Hora* (RJ), 1960, n.º 3207, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq=%22LUMUMBA%22&pagfis=62650

tragicamente célebre por ter sido um dos autores do golpe de 1964 e o criador, durante a ditadura militar, do DOI–CODI, o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna, que se ocupava de obter informações e de reprimir, usando a tortura e o assassinato. Com Lacerda a governador, o sinistro Cecil Borer dirige sucessivamente a Delegacia de Segurança Social (*Última Hora* já referido[215]) da Divisão de Polícia Política e Social (DPS), a Delegacia de Vigilância e Capturas (*Última Hora* de 27 de Dezembro de 1960[216]) da DPS, a própria DPS (*Diário Carioca* de 15 de Setembro de 1962[217]), até à sua transformação em Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/GB), e o DOPS/GB (*Diário de Notícias* de 8 de Janeiro de 1963[218]), a partir da sua criação no fim de 1962 – o que é irónico: "Quando o estudante Carlos Lacerda foi preso no centro do Rio panfletando no começo dos anos 1930, foi o policial Cecil de Macedo Borer quem o prendeu" (Folha de S. Paulo 2001). Data do início dos anos 1960, entre muitos outros escândalos (como o já mencionado das "Armas apreendidas ao lado do sítio de Goulart"), o caso, que envolveu a polícia da Guanabara, dos mendigos torturados e assassinados por afogamento, atirados aos rios da Guarda e Guandu (Antonio 2019; Antonio 2020; Globo 2022). Lacerda terminou o seu mandato no dia 11 de Outubro de 1965. Porém, antes de deixar o cargo, aposentou Cecil Borer "com todas as vantagens previstas na lei em vigor" (*O Jornal* de 7 de Novembro de 1965[219]).

Uma carta surpreendente

Em 9 de Dezembro de 1960, José Machado de Faria, director executivo do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, escreve a Monteiro ("Meu caro Prof. Monteiro") uma carta surpreendente pelo conteúdo e por, para o efeito, ter sido utilizado papel timbrado do "Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro":

[215] Hemeroteca Digital, *Última Hora* (RJ), 1960, n.º 3207, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq=Cecil%20Borer&pagfis=62653

[216] Hemeroteca Digital, *Última Hora* (RJ), 1960, n.º 478, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq=Cecil%20Borer%20Vigil%C3%A2ncia&pagfis=67201

[217] Hemeroteca Digital, *Diário Carioca*, 1962, n.º 10582, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_05&pesq=%22Borer%20fala%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=10866

[218] Hemeroteca Digital, *Diário de Notícias* (RJ), 1963, n.º 12312, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=Cecil%20Borer&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=26702 https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=26692.

[219] Hemeroteca Digital, *O Jornal* (RJ), 1965, n.º 13534, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&pesq=Cecil%20Borer&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=47807

> O portador é o meu cunhado José Luiz Fernandes Guerra, funcionário do Itamaraty, que vai servir aí no Consulado do Brasil.
> Como o Senhor, radicado nessa cidade, conhece sua vida, peço orientá-lo na escolha do local onde deva residir em boas condições.
> Recomende-me à senhora e aceite um forte abraço deste amigo e admirador […]. (BNP, Esp. N99, cx. 1)

"José Luiz Fernandes Guerra", nascido em Castro, no Paraná, em 19 de Outubro de 1932, era escriturário, como se pode ler no registo de funcionários do Itamaraty, que pode ser consultado na rede[220]. Mas isso pouco importa. Esta curiosa carta mostra que Monteiro e os seus amigos tinham algum acesso, nesta época, a gente do Ministério das Relações Exteriores. Neste artigo já se viu e ainda se verá que havia gente influente, ou menos influente, que tinha contactos fáceis com autoridades capazes de fornecer informações sobre as razões da perseguição a Monteiro. Pode ter sido dessa maneira que José Leite Lopes pôde fazer a já transcrita afirmação: "pressões políticas oriundas do regime salazarista de Portugal tiveram força suficiente, nesta universidade [a Universidade do Brasil], àquela época, para afastá-lo". E o mesmo se pode passar com as afirmações de Leopoldo Nachbin e Elon Lages Lima sobre este tema (Rezende 2013, 71-72; Rezende 2016, 159-160). A este propósito, ver, mais adiante, a carta de Leopoldo Nachbin de 1 de Dezembro de 1962.

Um Brasil em evolução

Carta de António Aniceto Monteiro a Alfredo Pereira Gomes de 14 de Junho de 1961:

> O problema da minha ida para o Rio não está ainda resolvido. Em primeiro lugar subsiste o problema do visto e portanto o da radicação no Brasil. Por outro lado está o problema da inflação. Tenho aqui um soldo de 600 dólares (falo em dólares para dar uma ideia do poder aquisitivo). Além disso tenho casa grátis (600 pesos por mês), a perspectiva de jubilar-me (reforma) dentro de um pequeno número de anos, bem como, dentro do mesmo número de anos, uma pensão para Lídia em caso do meu falecimento (este último é o problema que mais me preocupa). Ir para o Rio significa voltar à estaca zero, começar a minha vida como se tivesse 20 anos. (BNP, Esp. N99, cx. 8)

[220] Hemeroteca Digital, *Funccionarios do Ministerio das Relações Exteriores* (RJ), 1962, n.º 1, https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=764000&pesq=Jos%C3%A9%20Luiz%20Fernandes%20Guerra%20Castro&pagfis=12290

Carta de Hugo Ribeiro, que estava na Universidade da Pensilvânia, a António Aniceto Monteiro, de 16 de Agosto de 1961:

> De facto esperei pela minha ida ao Brasil para finalmente responder ao Nachbin que me oferecia em carta lugares em várias universidades. Primeiro que tudo não tomei a coisa muito a sério visto que o Nachbin não fazia parte de nenhuma dessas universidades. Depois, no Brasil, percebi. Talvez que por algum tempo o Sul do Brasil (onde não estive) me atraísse. No Norte, e mesmo no Rio, vi muita miséria. Seria difícil viver lá esquecido do que vai à volta. Tenho pensado que se isto fosse possível, de esquecer os outros, o panorama do Rio me atrairia mais do que tudo. (BNP, Esp. N99, cx. 7)

Carta de António Aniceto Monteiro a Hugo Ribeiro de 15 de Setembro de 1961:

> Há duas coisas que não entendo na sua carta. 1) Porque é que não tomou a sério as propostas de Nachbin quando lhe ofereceu lugares em várias Universidades brasileiras? 2) A sua política de avestruz com respeito à miséria que viu no Rio. Será que você nunca foi ver os bairros pobres de Nova York? E nunca pensou na miséria que o imperialismo norte-americano espalha pelo mundo? Por mais voltas que lhe dê ao assunto não consigo entendê-lo. (BNP, Esp. N99, cx. 7)

Desde 8 de Setembro de 1961 que João Goulart é presidente do Brasil.

Em 25 de Setembro de 1961, Antônio José da Costa Nunes (1916–1990), físico e engenheiro, "Vice-Presidente, Presidente em exercício" do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, escreve a António Aniceto Monteiro: "Apraz-nos comunicar-lhe que o Conselho Geral deliberou unanimemente contratar V. S. para preencher o cargo de Professor Titular do Departamento de Matemática desta associação" (BNP, Esp. N99, cx. 1). Monteiro recebe esta informação com atraso, por estar em Buenos Aires, e agradece em carta de 29 de Novembro de 1961.

Carta de António Aniceto Monteiro a Hugo Ribeiro de 21 de Outubro de 1961:

> Acabo de receber a notícia que no Rio de Janeiro decidiram contratar-me para o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (Departamento de Matemática), notícia que estava esperando há um ano. Não conheço ainda as condições do contrato, que não será seguramente melhor do que a situação que tenho na Argentina. O meu soldo em Bahía é agora, depois do último aumento, de 750 dólares. Em Dezembro haverá outro aumento e em Março outro. Durante o 2.º semestre de cada ano, tenho com a minha estadia em B. Aires um

> suplemento de cerca de 400 dólares por mês. É claro que o soldo é uma coisa importante, mas não é seguramente o mais importante. Entretanto vou esperar para tomar uma decisão. Se tivesse tido uma decisão antes de Junho, já estaria no Rio quase seguramente. […] A situação em Portugal agrava-se cada vez mais, com a repressão sempre em aumento, com os acontecimentos das colónias. (BNP, Esp. N99, cx. 7)

Carta de Alfredo Pereira Gomes a António Aniceto Monteiro de 7 de Novembro de 1961:

> Estive em fim de Setembro no Rio, onde falei com o Danon, Darcy Ribeiro e Nachbin. Soube que o actual ministro dos assuntos exteriores é amigo velho do Leite Lopes, Darcy e Nachbin. Lembrei-me que seria oportuno tratar agora do seu antigo caso, que facilitaria de vez a sua eventual colaboração ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Falei nisso ao Danon, Darcy (que é assessor do ministro da educação e cultura) e ao próprio Nachbin, que tomou nota do assunto. (BNP, Esp. N99, cx. 8)

"Danon" é Jacques Abulafia Danon (1924–1989), químico brasileiro. Trabalhou no Laboratório Curie e foi director do Observatório Nacional. Pertenceu ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

Darcy Ribeiro (1922–1997) foi um antropólogo, escritor e político brasileiro. Sendo presidente João Goulart, foi o primeiro reitor da Universidade de Brasília, de 4 de Janeiro a 19 de Setembro de 1962, Ministro da Educação entre 18 de Setembro de 1962 e 23 de Janeiro de 1963, novamente reitor da Universidade de Brasília de 24 de Janeiro a 19 de Junho de 1963, ministro-chefe da Casa Civil do Brasil de 18 de Junho de 1963 a 30 de Março de 1964. Ocupou o segundo cargo político mais importante do Brasil até ao golpe de estado que instaurou a ditadura militar. Nos anos 1980 e 1990 veio a ser vice-governador e senador do estado do Rio de Janeiro. Teve um papel muito relevante nas universidades sul-americanas. Era amigo de António Aniceto Monteiro.

Nessa época, o Ministro das Relações Exteriores era San Tiago Dantas; foi ministro de 8 de Setembro de 1961 a 12 de Julho de 1962. O leitor estará certamente recordado de que foi ele, na qualidade de director da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, que, em 1943, convidou Monteiro. O mesmo cargo ministerial foi ocupado em seguida por Afonso Arinos de Melo Franco, de 12 de Julho a 18 de Setembro de 1962, e por Hermes Lima, de 18 de Setembro de 1962 a 18 de Junho de 1963. Afonso Arinos e Hermes Lima tinham sido, nos anos 1940, membros da direcção da Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa.

Correspondência com Darcy Ribeiro e com o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas

Em 4 de Janeiro de 1962, Darcy Ribeiro toma posse como reitor da Universidade de Brasília. Num cartão ilustrado manuscrito, sem data, escreve a António Aniceto Monteiro: "Meu caro Monteiro: 1962 será o ano de implantação da Universidade de Brasília, […]. Nesta tarefa um setor dependerá especialmente de você, o Instituto de Matemática. Breve escreverei dando detalhes e combinando sua vinda aqui para nos aconselhar. Abraço. Darcy" (BNP, Esp. N99, cx. 3).

Em 15 de Janeiro de 1962, António Aniceto Monteiro escreve a Darcy Ribeiro ("Estimado Professor Darcy Ribeiro"):

> Fiquei muito sensibilizado com a sua ideia de consultar-me sobre a organização do Instituto de Matemática, da Universidade de Brasília, e estaria decidido a realizar a viagem que sugere. A este respeito convém aclarar o seguinte:
> 1.º) Até hoje não consegui o visto brasileiro para participar no Seminário de Lógica Matemática de Fortaleza, onde devia ditar um curso de 2 de Janeiro a 15 de Março. Há cerca de dois meses que Danon, Fialho se ocupam deste assunto. Ultimamente Álvaro Lins também se interessou, por intermédio de Ruy Luís Gomes, por este problema. Estive em contacto em Buenos Aires, onde estive no segundo semestre do ano que acaba de terminar, com o Adido Cultural da Embaixada do Brasil que nada conseguiu. Apesar de que não iria roubar barco ou assaltar aviões o visto não me foi concedido e fico perplexo em singulares meditações. […]
> Por todas estas razões o único período em que poderia ir a Brasília, com segurança, seria de 1 de Fevereiro a 15 de Março. Como tenho vários assuntos a tratar em Bahía seria mais prudente contar com o período de 15 de Fevereiro a 15 de Março, que coincide [com] o período de exames. Apesar de que não tenho alunos a examinar, seria conveniente que me enviasse um convite de tipo formal, em que explicaria os motivos da minha visita, enviando uma cópia ao Reitor da Universidade:
> Dr. Aziz-Ur Rahman / Rectorado de la Universidad Nacional del Sur / Bahía Blanca
> solicitando que facilite a realização desta viagem.
> Poderá você adoptar também qualquer outro procedimento que lhe pareça mais conveniente.
> No caso em que não conviesse realizar esta viagem no período que acabo de mencionar, haveria tempo para pensar no assunto.
> Não se esqueça porém que é necessário em primeiro lugar resolver o problema do visto, antes de fazer qualquer comunicação à Universidade a respeito desta viagem.

> E toda esta complicação resulta da minha posição de antifascista, da existência de aliados de Salazar no Itamaraty e das concepções burocráticas da Universidade em que trabalho. (BNP, Esp. N99, cx. 3)

Darcy Ribeiro responde a Monteiro ("Meu caro Monteiro") numa extensa carta, em que fala de muitos aspectos da fundação da Universidade de Brasília, datada de 30 de Janeiro de 1962. Eis apenas um excerto:

> Esta carta atrasou-se em virtude do excesso de trabalhos que estou enfrentando na implantação dos cursos transitórios da Universidade que serão inaugurados a 2 de abril próximo. Não pude também tratar de sua vinda, porque nem tive tempo de trabalhar em nossos assuntos. Por outro lado, já que você estará retido aí até julho, consulto-o sobre a possibilidade de vir ter conosco no 2.º semestre deste ano para ajudar no planejamento do Instituto Central de Matemática. Estou certo de que conseguiremos um visto para estada permanente no país que se seguirá da naturalização, caso você deseje.
> Na última reunião o Conselho Diretor aprovou a indicação do Leopoldo Nachbin para coordenador do Instituto Central de Matemática. Bem sei que ele está em Paris e de lá pouco pode fazer, mas as outras pessoas disponíveis me parecem igualmente ocupadas e tão menos qualificadas que achei melhor indicá-lo e partir para um suplente a ser escolhido de acordo com ele e que eu desejaria fosse você.
> Para dourar o convite deixe-me dizer-lhe que, pelos entendimentos que estamos mantendo com a Universidade de Indiana, o Instituto Central de Matemática receberá um computador eletrônico de um e meio milhões de dólares de custo que, suponho, permitirá um bom trabalho em matemática aplicada se contarmos com gente madura para a tarefa. (BNP, Esp. N99, cx. 3)

Carta assinada por Francisco M. de Oliveira Castro ("pelo Chefe do Departamento de Matemática") do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, de 21 de Março de 1962:

> Como é de seu conhecimento, os órgãos competentes do CBPF aprovaram a indicação, feita pelo Professor Leopoldo Nachbin, de seu nome para Professor Titular do Departamento de Matemática deste Centro.
> Certamente o Sr. tem ciência do grande apreço e admiração que todo o pessoal do CBPF lhe dedica, considerando-o sempre como um dos seus membros.
> Tivemos, no entanto, através dos Professores Danon e Fialho, que estiveram consigo em Buenos Aires, informação da situação magnífica e justa que o Sr. Desfruta atualmente na Argentina. Infelizmente o CBPF não se acha em situação de lhe oferecer

situação equivalente, uma vez que os vencimentos de um Professor Titular no Centro são de Cr$78.000,00, mais 20% de salário família para o professor casado e Cr$300,00 por cada filho menor. A situação financeira do Centro não permite, no momento, aumentar esses vencimentos que são realmente pequenos.

Nessa situação, deixamos inteiramente ao seu critério a decisão e, qualquer que ela seja, será bem compreendida pelo Centro. Se o Sr. se dispuser a aceitar essa situação, será uma satisfação para todos nós e certamente o proveito para esta instituição será enorme. Em caso contrário, ficará em aberto o convite para qualquer ocasião e esperaremos que uma mudança de condições financeiras do Centro nos permita, em futuro, oferecer-lhe situação mais satisfatória e condigna com o seu valor. (BNP, Esp. N99, cx. 1)

Em 3 de Abril de 1962, António Aniceto Monteiro escreve a Darcy Ribeiro ("Meu caro Darcy Ribeiro"):

A designação de Nachbin como coordenador do Instituto de Matemática foi, não só uma consagração merecida, mas também uma reparação que muitos científicos deste continente estavam aguardando.

Fiquei muito surpreendido e sensibilizado com a sua ideia de propor-me como suplente para substituir o Nachbin, enquanto este se encontra em Paris, uma vez que obtenha a sua aprovação. Pela sua carta anterior eu pensava que o seu convite para realizar uma visita a essa universidade, tinha por objectivo realizar consultas sobre problemas de estrutura e organização e teria viajado imediatamente se não fosse o problema do visto. Agora encontro-me perante um problema completamente distinto e numa situação difícil pelas razões que vou indicar. Desculpe-me a franqueza com que escrevo.

1) O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas decidiu em Novembro passado contratar-me como professor em virtude de conversações que se iniciaram em Setembro de 1960. Assim que recebi a sua carta escrevi ao Leite para aclarar este assunto e na resposta que recebi ontem deixa-me em plena liberdade para considerar a hipótese de ir para Brasília. Esta circunstância explica a demora da minha resposta.

2) Na minha vida tenho sido muito castigado com tarefas de organização, para as quais não tenho nenhuma vocação, e às quais tenho dedicado uma boa parte da minha vida, por absoluta necessidade e sem resultados apreciáveis. A ausência prolongada do Nachbin (ele ficará seguramente em Paris até fins de 1963) significa que, de acordo com a experiência que tenho, todas as pesadas tarefas iniciais cairiam sobre os meus ombros, se não se incorporarem simultaneamente um número razoável de matemáticos que colaborem na realização destes trabalhos. Se se tratasse de ir como simples professor ou investigador o assunto seria completamente distinto. Sob este ponto de vista preferia ir para o Centro

onde, segundo me disse o Nachbin, poderia passar cerca de dois anos dedicando-me fundamentalmente à redacção dos meus trabalhos, dos quais tenho só publicado alguns resumos, precisamente por ter demasiado tempo ocupado com tarefas de organização. Além de tudo isto tenho alergia aos postos directivos.

3) Emigrado do meu país há 17 anos, do Brasil há 12, resulta que nos últimos 26 anos (dos quais 17 em América Latina) nunca tive a possibilidade de visitar um Centro de Matemática importante, em que se cultivem os temas a que me dedico. Você compreende o que isto significa para a vida de um estudioso. Acontece que, pela primeira vez na minha vida, trabalho numa Universidade em que os professores e investigadores, de qualquer categoria, nacionalidade, titulares, interinos ou contratados, de acordo com o Estatuto, têm direito, cada 5 anos, a uma licença para realizar estudos no exterior. Estou precisamente nestas condições. Voltar para o Brasil, neste momento, significaria renunciar, por um tempo indeterminado a esta viagem de estudo, de que estou necessitando urgentemente, e com a qual tenho sonhado tantos anos sem possibilidade de realizá-la; mas é claro que se esta circunstância não é um impedimento para voltar para o Brasil, tem contribuído fortemente para a indecisão em que me encontro, juntamente com outras circunstâncias que indicarei.

4) Tenho aqui uma boa situação: 1.º) actividade docente em Bahía de 15 de Março a 15 de Julho; 2.º) Tenho o direito a passar o 2.º semestre de cada ano na Universidade de B. Aires, sem obrigações docentes, em que me dão apartamento mobilado e o viático de um professor, continuando a receber o meu soldo de Bahía.

5) De acordo ao Estatuto do Docente, os soldos são actualizados no dia 1.º de Maio de cada ano, em função do índice do custo de vida, o que constitui uma forte garantia contra as vicissitudes por que passa, normalmente, um professor nos períodos de inflação. Esta situação é quase equivalente a ter um contrato em moeda forte.

6) Nas Universidades deste país os estrangeiros têm os mesmos direitos que os argentinos, sob todos os pontos de vista. Nesta Universidade acaba de publicar-se uma "Ordenanza" segundo a qual os anos de trabalho científico realizados noutros países são levados em linha de conta para determinar a antiguidade na docência (o aumento de soldo por antiguidade chega ao máximo de 80% aos vinte anos de antiguidade).

7) Dentro de 5 anos tenho direito à reforma com 50% do meu soldo e Lídia terá direito a uma pensão em caso do meu falecimento. Com outros 5 anos de serviço terei direito a reforma com 80% do soldo.

8) Estou para renovar o meu contrato, que termina em 30 de Junho próximo. […]

No que respeita ao meu caso pessoal, agradecia-lhe:

1.º) que resolva em primeiro lugar o problema do visto que é um impedimento absoluto para que eu tome uma decisão;

> 2.º) que me envie um projecto do contrato que pensa oferecer-me, com a maior brevidade e com toda a precisão. (BNP, Esp. N99, cx. 3)

Carta de António Aniceto Monteiro a Francisco M. de Oliveira Castro, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, de 6 de Maio de 1962:

> Como é do seu conhecimento, estão-se realizando, neste momento, diligências com o objectivo de incorporar-me à Universidade de Brasília. Tendo consultado o Professor José Leite Lopes sobre o caminho a dar a estas conversações, frente às que se tinham realizado com anterioridade com esse Centro, teve o referido Professor a amabilidade de deixar-me em liberdade para continuar a tratar com a Universidade de Brasília, numa carta que me escreveu em 19 de Março.
>
> Nestas condições está indicado que aguarde o resultado da iniciativa da Universidade de Brasília, antes de dar uma resposta à sua atenta carta de 21 de Março.
>
> Entretanto, como o meu contrato com esta Universidade termina no próximo dia 30 de Junho, muito lhe agradeceria que me aclarasse, na volta do correio, se esse Centro está em condições de assegurar-me a concessão de um visto de residência permanente no Brasil; para que em qualquer momento eu possa tomar uma decisão sobre o honroso convite com que quiseram distinguir-me. (BNP, Esp. N99, cx. 1)

Em 6 de Maio de 1962, António Aniceto Monteiro escreve a Darcy Ribeiro ("Estimado Darcy Ribeiro"):

> Escrevo-lhe hoje para tratar do assunto do Dr. João Ferreira Marques, português, dermatologista, professor na Faculdade de Medicina da Universidade de Cuyo (Mendoza). Não está contente com a sua actual situação e gostaria de ir para o Brasil, e em particular para Brasília.
>
> Trata-se de um investigador de primeira categoria, com uma larga experiência adquirida nos principais centros de investigação de Dermatologia de Europa. Tem numerosos trabalhos publicados em revistas da especialidade tanto europeias como norte-americanas. É não só um investigador mas também um clínico de grande experiência. Trabalhou e estudou nas seguintes Universidades: Estrasburgo, Munich, Viena, Paris. Conferências em norte-américa: Chicago, Detroit, Harvard, etc. Obteve o prémio bienal da Sociedade de Dermatologia de França (1948–49) por um trabalho publicado em Suécia. De 1952 a 1954 foi designado pela Organização Mundial da Saúde (Nações Unidas) Chefe de uma missão Científica de Dermatovenereologia nos países do Médio Oriente. O seu mestre

> Zumbusch deixou-lhe em testamento a sua Biblioteca científica, que mantém em dia, e que é mais completa que qualquer das Bibliotecas de Dermatologia de Portugal, Espanha ou Argentina.
> Um tratado de Dermatologia de F. Ormea dedica todo um capítulo ao Sistema Intraepidérmico Sensitivo de Ferreira Marques.
> Se você pensa em criar um Centro de Investigação de Dermatologia, tem uma boa oportunidade para incorporar imediatamente, à Universidade de Brasília, um investigador que poderá começar imediatamente a formar investigadores em Dermatologia. Penso que é uma boa oportunidade, apesar de que na carreira de Medicina a Dermatologia só figura nos últimos anos de estudo, visto que o objectivo principal de uma Universidade é a realização de trabalhos de investigação. Se não tiver a possibilidade de incorporá-lo a Brasília, poderia dar-me alguma indicação? Vou pedir ao F. Marques que lhe envie os seus trabalhos e curriculum. (BNP, Esp. N99, cx. 3)

João Ferreira Marques (1906–1979) doutorou-se em 1941. Escreveu *O Problema Médico-Social da Sífilis* para as Edições Cosmos. Exilou-se, em 1952, primeiro na Etiópia, depois na Argentina. Em 1965, parte para os Estados Unidos. Faleceu no Texas, na cidade de Lewisville (Baptista 2006; Driban 2008). Há uma fotografia dele num passeio no Tejo com Bento de Jesus Caraça que pode ser vista no blogue *António Aniceto Monteiro* (Rezende 2011).

"Zumbusch" é Leo von Zumbusch (1874–1940), dermatologista, nascido em Viena. Sendo professor da Universidade de Munique, foi demitido pelos nazis, por razões políticas, em 1935. De 1932 a Outubro de 1933, foi o último reitor eleito da mesma Universidade.

"F. Ormea" é Ferdinando Ormea (1917–1977) e o "tratado de Dermatologia" é, provavelmente, *La cute, organo di senso* (Minerva medica, 1961). Nele, o autor aborda o "sistema sensitivo intraepidermico secondo la concezione di FERREIRA-MARQUES".

Em 19 de Maio de 1962, Darcy Ribeiro escreve a António Aniceto Monteiro ("Meu caro Monteiro"). Eis um excerto da carta:

> Nos próximos dias escreverei ao Diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Prof. Zeferino Vaz, juntando cópia de sua carta, e ao Presidente da Fundação Hospitalar de Brasília, sobre seu amigo, Prof. João Ferreira Marques. A esse respeito conversarei também com o Maurício Rocha e Silva, coordenador do Instituto de Biologia da UNB e portanto responsável pelo setor de Ciências Médicas. (BNP, Esp. N99, cx. 3)

"Zeferino Vaz" (1908–1981) foi um médico brasileiro. Foi ele quem dirigiu todo o processo de fundação da Universidade Estadual de Campinas nos anos 1960 e 1970. Foi reitor da Universidade de Brasília de 9 de Abril de 1964 a 25 de Agosto de 1965.

"Maurício Rocha e Silva" é Maurício Oscar da Rocha e Silva (1910–1983), médico brasileiro. Descobriu a bradicinina, usada no tratamento da hipertensão.

Carta de António Aniceto Monteiro a Leopoldo Nachbin de 21 de Novembro de 1962:

> Há poucos dias fui chamado pelo Cônsul do Brasil em Bahía Blanca para comunicar-me que estava autorizado a dar-me um visto permanente quando eu quisesse. Por isso lhe escrevo: para dar-lhe esta boa notícia, que recebi um pouco depois de lhe ter escrito a minha última carta de 11 de Nov.
>
> Este acontecimento, que nos deu uma grande alegria, deve-se seguramente às diligências de vários amigos, entre os quais figura o Nachbin e por isso venho agradecer-lhe todas as moléstias que teve com este assunto.
>
> Continuo, entretanto, sem saber as origens desta prolongada proscrição, mas é claro que "águas passadas não movem moinhos". Um assunto que não ficou claro foi o de saber se o meu nome foi retirado da lista negra dos Consulados Brasileiros de todos os países ou se se limitaram a autorizar a concessão de um visto para viajar da Argentina ao Brasil. (BNP, Esp. N99, cx. 6)

Carta de Leopoldo Nachbin a António Aniceto Monteiro de 1 de Dezembro de 1962:

> Em segundo lugar, desejo dizer-lhe que foi motivo de enorme alegria para mim e Graça, sabermos que o Snr foi chamado pelo Cônsul do Brasil, que comunicou-lhe que estava autorizado a dar-lhe um visto permanente quando o Snr quiser. Foi de fato uma ótima notícia, que desmancha uma velha injustiça contra o Snr, não propriamente do Brasil, mas dos agentes do Governo de Portugal no Brasil, tendo o Brasil errado lamentavelmente ao concordar em servir de instrumento do ditador português. Foi uma grande notícia! Sobre esse assunto, eu havia escrito ao San Thiago Dantas e ao Darcy Ribeiro e sei que muitos outros colegas brasileiros fizeram, também, o que puderam juntos às autoridades brasileiras. Agora vemos tal longa série de esforços coroada de êxito. (BNP, Esp. N99, cx. 6)

Em 20 de Dezembro de 1962, Hermes Lima, que em 1945 era presidente da Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa, é Ministro das Relações Exteriores e Darcy Ribeiro é Ministro da Educação. Amigos de António Aniceto Monteiro estão agora no poder. Nesta data ele escreve a Darcy Ribeiro ("Estimado Darcy Ribeiro"):

Deixe-me, em primeiro lugar, felicitá-lo pela sua designação como Ministro da Educação e pela dinâmica actividade que está desenvolvendo no seu novo cargo.

Em segundo lugar quero comunicar-lhe que, há pouco mais de um mês, me disse o Cônsul do Brasil em Bahía Blanca, que estava autorizado a conceder-me um visto permanente para o Brasil, quando desejasse solicitá-lo. Esta notícia deu-nos, a mim e a Lídia, uma grande satisfação, pelo muito que queremos ao Brasil e pela injustiça que representava a nossa situação anterior. Venho transmitir-lhe os nossos melhores agradecimentos por tudo quanto você fez nesta direcção, e sabemos que foi muito. O Hermes também deve ter contribuído seguramente para resolver este assunto. Nunca me esqueço da ajuda que nos prestou como presidente da Sociedade Brasileira dos Amigos da Democracia Portuguesa, nos tempos em que eu estava no Rio. Dê-lhe um abraço da minha parte. […]

Quero agora falar-lhe do professor Ferreira Marques, português, destacado dermatologista, que se encontra actualmente em Mendoza. Ele estaria decidido a ir imediatamente a Brasília, se lhe oferecessem uma situação. Já em carta anterior lhe tinha falado neste assunto e você tinha-me dito que ia conversar com o Maurício Rocha da Silva, coordenador do Instituto de Biologia. Depois da sua carta de 19 de Maio não voltei a ter notícias sobre este assunto. É uma boa oportunidade para essa Universidade e temo que a percam se não actuam com brevidade, porque ele está decidido a ir-se de Mendoza o mais pronto possível. Você já deve ter recebido o seu curriculum impresso. Ele podia ir organizando o futuro Instituto de Dermatologia, dar cursos para graduados sobre temas da sua especialidade, cooperar com a Fundação Hospitalar de Brasília, etc. Tem uma Biblioteca de Dermatologia formidável. Basta que lhe diga que o seu antigo mestre em Viena, Zumbusch (no original está "Zumbuch") – um dos maiores dermatologistas da sua época – lhe deixou em testamento a maior parte da sua Biblioteca, sobretudo em revistas, que ele mantém ao dia desde essa época. Quando chegou a Mendoza ofereceu pôr essa biblioteca à disposição da Faculdade, se lhe proporcionassem uma sala para esse efeito, e… não se interessaram. Já por isto você terá uma ideia completa do ambiente da Faculdade de Medicina de Mendoza. Para ter uma ideia da importância dos seus trabalhos basta que lhe diga que, num tratado do dermatologia que se está publicando em Alemanha, com a colaboração dos maiores especialistas e do qual se publicaram até agora 3 volumes, os trabalhos do Ferreira Marques vêm citados nos 3 volumes. O melhor que poderiam fazer era enviar-lhe um convite para que ele fosse de imediato a Brasília e conversando com ele poderiam determinar facilmente a melhor colaboração que ele lhes poderia prestar.

Para dar-lhe uma apreciação objectiva sobre o Ferreira Marques, basta que lhe diga que sou um zero ao lado dele. Por isso não entendo como queriam que eu fosse trabalhar para Brasília e não o chamaram imediatamente. (BNP, Esp. N99, cx. 3)

Carta de António Aniceto Monteiro a Hugo Ribeiro de 21 de Fevereiro de 1963:

> No projecto que tenho de viajar no fim do ano, não figura a perspectiva de ir aos Estados Unidos, apesar de que gostaria muito de ir aí, sobretudo para estar consigo e conversarmos largamente, depois de tantos anos de separação. Como você sabe eu estava na lista negra brasileira e portanto estou na norte-americana. Há dois meses recebi comunicação do Consulado brasileiro de que me darão visto permanente para o Brasil quando queira – isto deve-se à circunstância de vários amigos se moveram neste sentido e também ao convite que recebi para ir para Brasília organizar o Instituto de Matemática da nova Universidade, enquanto o Nachbin não volta da Europa. Por outro lado não estou disposto a assinar os papéis que apresentam os Consulados. Em 1960 recebi convite para ir ao Congresso Internacional de Lógica – aí pagavam-me as viagens – finalmente não fui. (BNP, Esp. N99, cx. 7)

Carta de António Aniceto Monteiro a Hugo Ribeiro de 14 de Abril de 1963:

> Acabo de receber um convite para ir assistir ao Symposium Internacional sobre teoria de modelos que se realiza em Berkeley de 25 de Junho a 11 de Julho. […]
> Por outro lado recebi um convite para ir assistir ao 3.º Colóquio Brasileiro de Matemáticas que se realiza em Poços de Caldas e que coincide com o Symposium de Berkeley. (BNP, Esp. N99, cx. 7)

Carta de António Aniceto Monteiro a Hugo Ribeiro de 29 de Maio de 1963:

> Decidi não ir ao Symposium de Berkeley por causa das condições em que me dão o visto. Acabo de receber os papéis do Consulado Americano. Existem algumas mudanças com respeito às exigências que faziam há dois anos. Por exemplo, já não se pede às mulheres que declarem que não vão aos Estados Unidos praticar a prostituição – era um Cônsul e não um cafre que pedia esta declaração. Continua entretanto existindo uma condição inadmissível. Depois do Consulado dar o visto a entrada nos Estados Unidos pode ser recusada no porto de entrada. Isto significa que o visto não é um visto. Enfim, não necessito comentar. (BNP, Esp. N99, cx. 7)

Em 3 de Junho de 1963, António Aniceto Monteiro envia ao "Ex.mo Senhor General Edmundo de Macedo Soares e Silva, Presidente do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas", a seguinte carta:

> Tenho o prazer de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar-lhe a minha decisão de aceitar o honroso convite que me foi dirigido – nas cartas de 29 de Novembro de 1961 e 21 de Março de 1962 – para incorporar-me ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, como Professor Titular do Departamento de Matemática.
> Na minha carta de 6 de Maio de 1962, dirigida ao Professor Francisco de Oliveira e Castro, Chefe do Departamento de Matemática, pedia informações sobre a concessão de um visto de residência permanente no Brasil.
> Ultimamente tive conhecimento, por intermédio do Consulado do Brasil em Bahía Blanca, de que me seria concedido o visto referido quando fosse solicitado.
> Aproveito esta oportunidade para agradecer a esse Centro todas as diligências realizadas com aquele objectivo e que conduziram a um feliz resultado que muito me sensibilizou. (BNP, Esp. N99, cx. 1)

Em 17 de Junho de 1963, António Aniceto Monteiro escreve a Darcy Ribeiro ("Estimado Darcy Ribeiro"):

> Esperava viajar a Brasil na próxima semana, para participar no IV Colóquio Brasileiro de Matemáticas: mas infelizmente não poderei viajar. Como o IMPA não podia pagar as viagens, fiz um pedido neste sentido a esta Universidade, que mo negou autorizando-me a viajar a Estados Unidos para assistir ao primeiro Symposium sobre Teoria de Modelos (ramo da lógica) que se realiza em Berkeley de 25 de Junho a 11 de Julho; isto depois de eu ter dito que não iria a Berkeley. Assim que não vou nem a um lado nem a outro. (BNP, Esp. N99, cx. 3)

Carta de José Leite Lopes ("Diretor Científico" do CBPF) a António Aniceto Monteiro de 10 de Outubro de 1963:

> A sua carta de 3 de junho, em que comunica aceitar a posição de Professor Titular do Centro foi transmitida ao Conselho Técnico-Científico que dela tomou conhecimento oficialmente. Aguardamos a sua comunicação sobre a época em que deseja vir para cá. Ficámos muito contentes com a sua decisão.
> Ao mesmo tempo, estimulamos a organização da Universidade de Brasília, que iniciou a construção do edifício do Instituto de Ciências. Acreditamos que no correr do ano próximo estejam prontos esse edifício e os apartamentos para os professores.
> 0 Darcy Ribeiro [no original está "Darci Ribeiro"] é atualmente – desde vários meses – o Chefe da Casa Civil do Presidente da República e é substituído na Reitoria da Universidade de Brasília pelo Anísio Teixeira.

Menos de meio ano após esta carta, no dia 31 de Março de 1964, tem início o golpe militar no Brasil que iria mergulhar o país numa ditadura durante vinte e um anos. (BNP, Esp. N99, cx. 1)

"Um país para gente nova"

Carta de Hugo Ribeiro a António Aniceto Monteiro de 17 de Dezembro de 1967:

> Já há vários meses que nada sei do Ferreira Marques. Creio que ainda está em Arkansas mas não sei como vive ali. Ele esforçou-se por encontrar posições em Universidades, etc., que certamente merece, mas a idade (e talvez algumas das suas atitudes iniciais) tem, provavelmente, sido um grande obstáculo. Este é um país para gente nova. Também agora lhe escreverei. (BNP, Esp. N99, cx. 7)

Carta de António Aniceto Monteiro a Hugo Ribeiro de 17 de Março de 1968:

> Estou intrigadíssimo com a situação de F. Marques. Deixou a Universidade. A mulher dá lições e disso vivem. Diz que o chefe dele, em conversa privada, o tinha convidado para trabalhar para fazer patentes. Como não quis, tratou de desprestigiá-lo. Veja se consegue dar-me notícias concretas dele.
> Pede-me que uma pessoa de prestígio científico de Bahía (no campo da medicina naturalmente) o recomende! Aqui não existem tais pessoas.
> Tem procurado trabalho noutras Universidades mas o chefe dele dá más informações e por isso não encontra posição.
> Você diz que esse é um país para gente jovem (?!?) Talvez por isso mesmo é que o Jean Perrin, prémio Nobel da Física, tinha que viajar uma hora de trem diariamente para dar lições de francês num colégio particular perto de New York. Disso vivia no país para o qual tinha emigrado durante a guerra, fugindo dos nazis.
> Será que o que conta aí é a idade física (no sentido físico do termo e no sentido negativo) e não a idade mental? Que diabo de país é esse? (BNP, Esp. N99, cx. 7)

Ditadura no Chile, democracia em Portugal, ditadura na Argentina

Em 11 de Setembro de 1973, um golpe militar derruba o regime democrático constitucional legítimo do Chile e o seu presidente Salvador Allende. Vale a pena transcrever a parte da entrevista já citada de Paul Aussaresses (PA) ao jornal *Folha de S. Paulo* (FSP) a este propósito:

> FSP: O senhor chegou ao Brasil em outubro de 1973, pouco depois do golpe militar do Chile. O Brasil participou ativamente no golpe contra Allende? PA: Que pergunta! Você pensaria que sou um idiota se não estivesse a par. Claro que o Brasil participou! FSP: O senhor conta no livro. Gostaria que repetisse. O Brasil enviou aviões e armas? PA: Mas claro, armas e aviões. FSP: E enviou oficiais também? PA: Sim, claro. As armas não sei dizer exatamente quais. Mas os brasileiros enviaram aviões franceses com projéteis fabricados na França pela sociedade Thomson-Brandt. FSP: Para a qual trabalhou depois, quando saiu do Exército. PA: Exatamente. (Duarte-Plon 2008)

Em 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, suportado por um enorme apoio popular, restaura a democracia em Portugal.

Em 1 de Julho de 1974 morre o presidente da Argentina, Juan Domingo Perón. Sucede-lhe a vice-presidente, sua esposa, María Estela Martínez de Perón, conhecida por Isabel Perón ou Isabelita. A situação política começa a deteriorar-se. Em 1975, saem leis que limitam seriamente as liberdades e os direitos. Forças militares, policiais e paramilitares procedem a prisões, sequestros, torturas e execuções sumárias. Em 24 de Março de 1976, dá-se o golpe de estado que dá início à ditadura militar argentina, não para pôr fim às barbaridades até então cometidas, mas para as oficializar.

Em 15 de Abril de 1975, o reitor interventor da Universidad Nacional del Sur (UNS), Remus Tetu, resolve dar por terminadas, com efeito a 31 de Março de 1975, as funções de vários professores, entre os quais António Aniceto Monteiro, o seu filho Luiz Fernando Monteiro e Darío Picco. Monteiro fica assim impedido de entrar na universidade, o que inclui a biblioteca que tinha, e tem, o seu nome.

"Remus Tetu" (em romeno escreve-se "Ţeţu") é Remus Dionisio Tetu (1920–2003). Nascido em Bucareste, foi colaborador do governo romeno aliado dos nazis (Kenis 2015). Há dúvidas quanto às suas credenciais académicas; em Fevereiro de 1949, fugido da Roménia, apresentou-se no Consulado-Geral do Brasil em Paris como "mecânico" (FamilySearch). Entre Março e Setembro de 1975, foi reitor interventor da UNS, nomeado pelo Poder Executivo Nacional. Em Bahía Blanca, era membro da organização terrorista Triple A (Alianza Anticomunista Argentina). Em 2000, regressou à Roménia, vindo a falecer em Bucareste. O leitor interessado poderá encontrar na rede muita informação sobre este homem.

Carta de João Andrade e Silva a António Aniceto Monteiro de 19 de Maio de 1975:

> Quer por uma carta do Prof. Manuel Valadares, quer através do Pereira Gomes soube que o Prof. António Monteiro fora demitido, com muitos outros colegas, da universidade

> argentina. Nem vale a pena epilogar. Importa, sim, que este país é finalmente o seu país e que aqui todas as portas lhe estão abertas. Diga-nos o que podemos fazer, no momento presente, por si ou por seu filho, que assim procuraremos proceder com a alegria e a honra que são devidas ao notável matemático e ao lutador antifascista de sempre.
>
> Se entre tantos amigos, conhecidos ou desconhecidos, que lhe restam em Portugal eu me permito escrever-lhe a este propósito, tal facto deve-se à circunstância de ser eu, actualmente, o presidente desse Instituto de Alta Cultura de tão triste crónica. É aliás nossa expressa intenção (e para isso aceitei tais funções) liquidar a célebre instituição, substituindo-a a breve trecho por algo de mais condizente com o novo Portugal. De qualquer modo, mesmo este IAC moribundo já não é o velho IAC – e nós, os da geração seguinte, ainda não esquecemos, entre tantos outros casos, como ele se comportou para consigo – e são homens que invocam um ideal de progresso que por ele hoje respondem. Muito concretamente, estamos consigo hoje como ontem. (BNP, Esp. N99, cx. 8)

"João Andrade e Silva" é João Luís Correia de Andrade e Silva (1928–2017), físico, professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Fez o doutoramento em Paris sob a orientação de Louis de Broglie e com ele trabalhou durante mais de vinte anos (DFFCUL 2021). Na altura em que se correspondeu com Monteiro era presidente do IAC, ao qual sucedeu o Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) em 9 de Julho de 1976.

Telegrama de Alfredo Pereira Gomes para António Aniceto Monteiro de 22 de Maio de 1975: "LUGAR INVESTIGADOR SUA DISPOSICAO PELO IAC. SEGUE CARTA. ABRACOS. PEREIRA GOMES".

Carta de António Aniceto Monteiro a Alfredo Pereira Gomes, que estava em Lisboa, de 1 de Junho de 1975:

> Recebi o seu telegrama no dia 22 de Maio que me deixou profundamente emocionado. No dia 26 recebi uma carta do Prof João Andrade e Silva (escrita no dia 19) que com as suas palavras tão afectuosas e delicadas me fizeram viver um momento de características excepcionais na minha larga vida. Lembrei-me então que o IAC me deixou sem trabalho em 1936 (há 39 anos!) por não querer assinar a declaração do decreto 27003. Entretanto sempre me deram um lugar, por algum tempo, como assalariado, num serviço de inventariação do mesmo IAC. (BNP, Esp. N99, cx. 8)

O Decreto-lei n.º 27003, de 14 de Setembro de 1936 (Portugal 1936), a que se refere Monteiro, diz o seguinte:

> Para admissão a concurso, nomeação efectiva ou interina, assalariamento, recondução, promoção ou acesso, comissão de serviço, concessão de diuturnidades e transferência voluntária, em relação aos lugares do estado e serviços autónomos, bem como dos corpos e corporações administrativos, é exigido o seguinte documento com assinatura reconhecida: Declaro por minha honra que estou integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas. […]
>
> Os directores e chefes dos serviços serão demitidos, reformados ou aposentados compulsivamente sempre que algum dos respectivos funcionários ou empregados professe doutrinas subversivas, e se verifique que não usaram da sua autoridade ou não informaram superiormente.

Carta de João Andrade e Silva a António Aniceto Monteiro de 4 de Junho de 1975:

> De facto, não lhe podemos oferecer, sobretudo como investigador, uma situação financeira brilhante. Mas esta pátria continua a ser "mãe pobre de gente pobre" embora, melhor ou pior, consoante os encargos de cada um, cá se vá vivendo.
>
> Perdoe-me a secura, só aparente, desta carta escrita tão à pressa. Continuamos calorosamente a seu lado, na certeza do valor da sua possível colaboração na construção de um Portugal novo que seja, finalmente, nosso. Temos uma "chance" histórica que não podemos perder. (BNP, Esp. N99, cx. 8)

A expressão "mãe pobre de gente pobre" é o quarto verso da canção heróica "Mãe pobre", de Carlos de Oliveira e Fernando Lopes-Graça.

Carta de António Aniceto Monteiro a Alfredo Pereira Gomes de 14 de Dezembro de 1975:

> Estava eu pensando em todos os problemas que tenho que resolver aqui na hipótese de uma viagem temporária a Portugal, que são numerosos e complexos, quando o meu filho Luiz foi preso em Santa Rosa, juntamente com outros colegas da Universidad de la Pampa, no dia 21 de Novembro, entre eles o Darío Picco, professor de matemática, antigo discípulo e amigo do Ruy e amigo do Luiz. […] O Luiz foi transportado em avião, com outros colegas, para o Penal de Villa Devoto, em Buenos Aires, onde se encontra neste momento.
>
> Estes acontecimentos deixaram-nos completamente transtornados e perplexos porque o Luiz nunca teve actividades políticas na sua vida. (BNP, Esp. N99, cx. 8)

Carta de Alfredo Pereira Gomes a António Aniceto Monteiro de 26 de Fevereiro de 1976:

> Sobre o que contou do Luiz e secundando a actuação do Porto e de Coimbra, falei com os três Reitores que enviaram um documento telegráfico de que lhe envio fotocópia. Falei também com o Presidente da Academia das Ciências, Prof. Jacinto Prado Coelho, que fez depender a sua diligência do parecer da Assembleia que manteve a regra de não intervir senão em casos afectos aos próprios membros da Academia. Finalmente encontrei-me também com o Presidente da Assembleia Constituinte, que escreveu ao Presidente do Senado o documento de que junto fotocópia. Informei igualmente destas diligências o Ministério dos Negócios Estrangeiros para notificação do embaixador em Buenos Aires. (BNP, Esp. N99, cx. 8)

"Jacinto Prado Coelho" é Jacinto de Almeida do Prado Coelho (1920–1984), crítico literário, ensaísta e professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Em carta a Alfredo Pereira Gomes de 1 de Maio de 1976, António Aniceto Monteiro pôde anunciar, com alívio: "Finalmente já o deixaram em liberdade!".

Antes de sair, Luiz Fernando Monteiro falou com um general, Olivera Róvere, que lhe disse: "A usted sus colegas le hicieron una porquería, no trate de averiguar. Cinco meses en la vida de una persona no son nada. Siga adelante" (BNP, Esp. N99, cx. 8).

"Olivera Róvere" é Jorge Carlos Olivera Róvere (1926–2015). Este militar foi um dos responsáveis pelo sistema carcerário da ditadura argentina. Quando regressou a democracia, foi levado a tribunal, várias vezes, pelos crimes cometidos. Em 2004 foi colocado em prisão preventiva durante 35 meses até Fevereiro de 2007. Em 2009 foi condenado a prisão perpétua, mas nunca chegou a ir para a cadeia. O leitor interessado poderá informar-se facilmente na rede sobre a sua responsabilidade durante a ditadura, bem como sobre os processos judiciais que se lhe seguiram.

Carta de António Aniceto Monteiro a Alfredo Pereira Gomes de 24 de Junho de 1976:

> Acabo de receber uma carta do Valadares na qual me diz que não encara o futuro em Portugal com pessimismo. É a única notícia animadora que recebi nos últimos tempos. Realmente desde Abril do ano passado a minha vida é uma verdadeira catástrofe, cheia de desgostos e contrariedades.
>
> Que pensa você sobre a situação política em Portugal?
>
> Para regressar a Portugal de forma definitiva necessitaria de vender a casa em que vivo, construída num terreno (jardim) de 1000 m², porque ela não pode ficar abandonada, necessita de um jardineiro permanente que não poderei pagar. Com esse dinheiro compraria

> um departamento para guardar os tarecos e uma boa parte da minha biblioteca (alguns milhares de volumes) e os arquivos da minha correspondência de 30 anos. Guardo todas as cartas que recebo e cópia das que escrevo. Não quero queimá-las. (BNP, Esp. N99, cx. 8)

A palavra "departamento" é usada na Argentina e no Chile significando uma fracção autónoma de um edifício de vários andares.

Carta de António Aniceto Monteiro a Alfredo Pereira Gomes de 16 de Setembro de 1976:

> Vejo que em Portugal não podem assegurar-me uma situação permanente como investigador científico. […]
> Devo também recordar que em Julho de 1936 fui nomeado investigador do IAC e que em Outubro do mesmo ano deixaram-me cessante por não assinar a declaração do decreto 27003 (que não tinha diga-se de passo efeitos retroactivos). Esta é mais uma razão para que eu voltasse à situação de investigador do IAC (40 anos depois!!!). (BNP, Esp. N99, cx. 8)

Carta de António Aniceto Monteiro a Alfredo Pereira Gomes de 16 de Novembro de 1976:

> Entretanto terei que preparar as minhas coisas para ir por um ano, prorrogável, e estes preparativos são bem diferentes dos que teria que fazer se se tratasse do meu retorno definitivo. Isto quer dizer que tenho que considerar a hipótese de regressar à Argentina ou para ficar aqui definitivamente ou para regressar a Portugal com carácter definitivo. O problema de voltar à Argentina condicionará fortemente a minha actuação em Portugal; terei que ficar calado, em grande parte, mais uma vez na vida. (BNP, Esp. N99, cx. 8)

Em 1977, o Instituto Nacional de Investigação Científica cria um lugar de investigador para António Aniceto Monteiro. O matemático permanece em Portugal cerca de dois anos. Em 29 de Outubro de 1980 morre em Bahía Blanca, Argentina.

Largo das Necessidades

O Arquivo Histórico-Diplomático está localizado no Palácio das Necessidades, um antigo convento situado numa colina sobre o rio Tejo, onde funciona, desde 1952, o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ali está guardada a documentação relativa à actividade diplomática do passado. A história da nossa emigração está ali, em parte, registada. No seu largo fronteiro, o miradouro oferece ironicamente a vista para Alcântara, de onde zarparam tantos navios que, no século passado, rumaram às Américas com os nossos emigrantes,

a maioria camponeses pobres e analfabetos ou quase. Aquela que agora está ocupada por um infernal trânsito automóvel, ocultado pelo casario, foi outrora, nos anos 30 e 40 do século passado, uma zona fervilhante de vida, habitada por gente pobre. Operários, marinheiros, vendedeiras, turistas, vagabundos e mendigos cruzavam-se com polícias da PVDE, designada depois por PIDE, que farejavam a "subversão" que vinha das oficinas e dos navios.

As gares marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde de Óbidos, projectadas por Porfírio Pardal Monteiro e com painéis de Almada Negreiros, foram inauguradas em 1943 e 1948, respectivamente, mas os cais já existiam e os navios já aí antes aportavam e daí zarpavam. Em 17 de Junho de 1939, o general Carmona inicia uma viagem a Cabo Verde e Moçambique e os jornais da época informam que a comitiva embarcou no *Colonial* na Rocha do Conde de Óbidos.

Foi provavelmente dali que saíram Maria Helena Vieira da Silva e Arpad Szenes, no dia 22 de Junho de 1940. O *Diário de Lisboa*[221] desse dia tem uma notícia com o título: "O paquete 'Colonial' inaugurou a sua carreira para o Brasil". Segundo o jornal, a "Companhia Colonial de Navegação", a empresa dona do navio, "comemorou o facto reunindo a bordo diversas entidades oficiais às quais ofereceu um lanche". Mas Maria Helena e Arpad tinham poucos motivos para comemorar. No início da sua estadia no Brasil, Maria Helena tentou o suicídio por duas vezes (Lamego 2007, 14).

Foi dali que, no dia 28 de Fevereiro de 1945, zarpou o *Serpa Pinto*, levando António Aniceto Monteiro e a família para o Brasil. O *Diário de Lisboa*[222] desse dia informa: "O Sr. Almirante Gago Coutinho, que embarcou hoje para o Rio de Janeiro, a bordo do 'Serpa Pinto', teve uma afectuosa despedida. Ao chegar ao cais da gare marítima, pelas 15 e 20, o glorioso marinheiro foi recebido…", e o jornal enumera todas as personalidades que lá estiveram a despedirem-se do "glorioso marinheiro", entre as quais o ministro da Marinha e o presidente do conselho de administração da Companhia Colonial de Navegação. Nada conta o jornal da dor daqueles que partiam e da dor daqueles que ficavam.

Em 1959, António Aniceto Monteiro, recordando esse dia, escreveu o poema "Saudade":

> Vejo o Tejo que deixei / num claro dia de sol / Nos meus olhos / a neblina / daquelas águas azuis. // Vejo as luzes à / distância / da cidade que se afasta / e colinas / na neblina / daquelas águas luzindo. // Vejo o contorno da costa / da minha vista fugindo. // Vejo os amigos

[221] Casa Comum, *Diário de Lisboa*, 1940, n.º 6315, http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05766.030.07737#!5

[222] Casa Comum, *Diário de Lisboa*, 1945, n.º 7995, http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05776.040.10100

> ausentes / as lutas os sofrimentos / Vejo as esperanças perdidas / e cem vezes renascidas. // Terra minha! são distantes / as lembranças só no tempo. / Bem verdes eram os campos / nesses passados instantes. // Só não me deixam saudade / aquelas mágoas que vejo / com tristeza e claridade / nas margens do rio Tejo.

Levado pelo optimismo que, no início de 1945, o próximo fim da guerra alimentava, Monteiro terá dito à mãe, na hora da partida, que em breve estaria de volta. A mãe faleceu em Lisboa no dia 23 de Novembro de 1950. Em 20 de Dezembro escreve a Hugo Ribeiro: "A esperança que conservava de tornar a vê-la ficou assim definitivamente malograda. Rompeu-se assim um dos elos mais profundos que me prendiam a Portugal" (BNP, Esp. N99, cx. 7).

O galego Manuel Curros Enríquez escreveu com a sabedoria dos poetas: "¡Que aquel que deixa seu natal curruncho / e fóra dos seus eidos pon os pés, / cando troca o seguro polo incerto, / motivos ha de ter!".

Não se emigrava e, muito menos, partia para o exílio, por motivos fúteis. Foram motivos políticos que levaram António Aniceto Monteiro a ter de ir para o Brasil e foram também motivos políticos que o levaram a ter de ir para a Argentina, como o leitor certamente constatou ao ler este artigo. Se encontrou nele informações bastantes para formar a sua opinião, então ele terá cumprido o seu objectivo.

Fontes primárias

Arquivo Histórico do Itamaraty.

Arquivo Nacional (Brasil).

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Hemeroteca Digital. In Biblioteca Nacional Digital do Brasil: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Esp. N99, Espólio de António Aniceto Monteiro[223].

Casa da Achada, Arquivo Pessoal de Mário Dionísio e Maria Letícia Clemente da Silva, 3.7 Correspondência (1915-2003).

FamilySearch. Brazil, Rio de Janeiro, Immigration Cards, 1900-1965. https://www.familysearch.org/search/collection/1932363.

[223] Por se tratar de um espólio em fase de tratamento arquivístico, esta cota baseia-se no guia constante dos *Guias preliminares de espólios não investariados (N)*, em acesso directo na Sala de Reservados da BNP.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. 2009. "Aliança Nacional Libertadora". In *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (em linha). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, FGV. https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-nacional-libertadora-anl.

ABREU, Alzira Alves de. 2009a. "Revolta comunista de 1935". In *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (em linha). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, FGV. https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-comunista-de-1935.

ABREU, Alzira Alves de, e Sérgio Lamarão (Org.). 2007. *Personalidades da Política Externa Brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. https://funag.gov.br/loja/download/364--Personalidades_da_Polltica_Externa_Brasileira.pdf.

ALMEIDA, João Miguel (Coord.). 2008. *António Oliveira Salazar. Pedro Teotónio Pereira. Correspondência política (1945-1968)*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates.

ANTONIO, Mariana Dias. 2019. "A 'Operação mata-mendigos' e o jornal Última Hora (Rio de Janeiro, 1961-1969)". *Vozes, Pretérito & Devir* 9 (1): 85-105. http://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/download/203/209.

ANTONIO, Mariana Dias. 2020. "A 'Operação mata-mendigos' (Rio de Janeiro, 1962-1963) às margens de alguns livros". *Simbiótica* 7 (2): 163-180. https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/32598/21536.

ARAÚJO, Fábio Ferreira de. 2009. "A Influência e Importância de António Aniceto Monteiro para o Desenvolvimento da Matemática no Brasil". Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. https://pemat.im.ufrj.br/images/Documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/2009/MSc_16_Fabio_Ferreira_de_Araujo.pdf.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. 2024. "Diário das Sessões n.º 37". *Debates Parlamentares*: 623 e segs. https://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/04/01/037/1946-02-26?sft=true#p623.

BAPTISTA, A. Poiares. 2006. "Prof. Doutor João Ferreira Marques (1906-1979) – Um dermatologista no 'ostracismo'". *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Dermatologia e Venereologia* 64 (2): 159-169. https://revista.spdv.com.pt/index.php/spdv/issue/view/27/26.

BRASIL. 1938. "Decreto-lei n.º 406, de 4 de Maio de 1938". *Diário Oficial da União*, Seção 1 (6 de Maio de 1938): 8494. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto--lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html.

BRASIL. 1938a. "Decreto n.º 3010, de 20 de Agosto de 1938". *Diário Oficial da União*, Seção 1 (22 de Agosto de 1938): 16792. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html.

BRASIL. 1944. "Decreto-lei n.º 6378, de 28 de Março de 1944". *Diário Oficial da União*, Seção 1 (6 de Abril de 1944): 6126. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6378-28-marco-1944-389489-publicacaooriginal-1-pe.html.

BRASIL. 1945. "Decreto n.º 17905, de 27 de Fevereiro de 1945". *Diário Oficial da União*, Seção 1 (5 de Março de 1945): 3603. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-17905-27-fevereiro-1945-479821-publicacaooriginal-1-pe.html.

BRASIL. 1945a. "Decreto-lei n.º 6378, de 28 de Março de 1944". *Diário Oficial da União*, Seção 1 (5 de Março de 1945): 3603. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-17905-27-fevereiro-1945-479821-publicacaooriginal-1-pe.html.

BRASIL. 1945b. "Decreto-lei n.º 7887, de 21 de Agosto de 1945". *Diário Oficial da União*, Seção 1 (24 de Agosto de 1945): 13905. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7887-21-agosto-1945-378753-publicacaooriginal-1-pe.html.

BRASIL. 1945c. "Decreto-lei n.º 7967, de 18 de Setembro de 1945". *Diário Oficial da União*, Seção 1 (6 de Outubro de 1945): 15825. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html.

BRASIL. 1945d. "Decreto-lei n.º 8168, de 9 de Novembro de 1945". *Diário Oficial da União* Seção 1 (14 de Novembro de 1945): 17457. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8168-9-novembro-1945-417351-norma-pe.html

BRASIL. 1946. "Decreto n.º 20532-A, de 25 de Janeiro de 1946". *Diário Oficial da União* Seção 1 (12 de Fevereiro de 1946). https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20532-a-25-janeiro-1946-331183-publicacaooriginal-1-pe.html.

BRASIL. 1946a. "Decreto-lei n.º 9070, de 14 de Março de 1946". *Diário Oficial da União* Seção 1 (16 de Março de 1946): 3829. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9070-15-marco-1946-416878-norma-pe.html.

BRASIL. Secretaria de Estado de Polícia Militar. 2020. "Relação dos Ex-Comandantes Gerais da PMERJ". Secretaria de Estado de Polícia Militar Rio de Janeiro. https://sepm.rj.gov.br/relacao-ex-comandantes-gerais-da-policia-militar/.

BUESCU, Jorge. 2012. *A Matemática em Portugal: uma questão de Educação*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

BUESCU, Jorge. 2013. "Em defesa do rigor na investigação em história da Matemática". *Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática* 68: 83-95. https://revistas.rcaap.pt/boletimspm/article/view/3833/2988.

CALDAS, Álvaro Machado, Eny Raimundo Moreira, Geraldo Cândido da Silva, João Ricardo Wanderley Dornelles, Rosa Maria Cardoso da Cunha e Vera Ligia Huebra Neto Saavedra Durão. 2015. *Comissão da Verdade do Rio. Relatório*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/12/cev-rio-relatorio-final.pdf.

CARDOSO, Cecília Mónica dos Santos. 2019. "Entalhes com tradição. Marcenaria e ofícios similares em Gondomar". Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/124469/2/368426.1.pdf

CAVALCANTI, Lauro. 2018. "A biografia do palácio Capanema". Época, 1 de Outubro. Rio de Janeiro: Editora Globo. https://oglobo.globo.com/epoca/a-biografia-do-palacio-capanema-23114692.

"Cardoso, Dulcídio do Espírito Santo". 2009. In *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (em linha). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, FGV. https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARDOSO,%20Dulc%C3%ADdio%20do%20Esp%C3%ADrito%20Santo.pdf.

COUTINHO, Amélia. 2009. "Kruel, Amauri". In *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (em linha). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, FGV. https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/kruel-amauri.

COUTO, Ronaldo Costa. 2011. *Juscelino Kubitschek*. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/JK_couto.pdf.

CUNHA, Paulo. 2004. "Joaquim Novais Teixeira de Guimarães para o Mundo." *Diário do Minho*, 15 de Setembro. https://dito-assim.blogs.sapo.pt/novais-teixeira-um-cidadao-do-mundo-5271.

DEHIMI, Mathilde. 2013. "Mort du général Aussaresses, symbole de la torture en Algérie." *France Inter*, le 4 décembre 2013. https://www.radiofrance.fr/franceinter/mort-du-general-aussaresses-symbole-de-la-torture-en-algerie-7145057.

DFFCUL. 2021. "João Andrade e Silva (1928-2017)". Departamento de Física da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (DFFCUL): Textos (página web). https://df.campus.ciencias.ulisboa.pt/node/203.

DIAS, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari e Rosa Maria Cardoso da Cunha. 2014. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Vol. III. Mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: CNV, 2014. http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571.

DRIBAN, Nelson E. 2008. "La dermatología en Mendoza". *Revista Médica Universitaria* 4, no. 1: 1-45. https://bdigital.uncu.edu.ar/objetos_digitales/8452/01-dribanrmu4-08.pdf.

DUARTE-PLON, Leneide. 2008. "Entrevista. Paul Aussaresses: A tortura se justifica quando pode evitar a morte de inocentes". *Folha de S. Paulo*, 4 de Maio. https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0405200809.htm.

FERNÁNDEZ, Eliseo. 2012. "O Centro Cosmopolita de Rio de Janeiro". *Diário Liberdade*, 6 de Maio. https://www.diarioliberdade.org/opiniom/opiniom-propia/26925-o-centro-cosmopolita-de-rio-de-janeiro.html.

FERREIRA, Marieta de Moraes. 2014. "Ditadura militar, universidade e ensino de história: da Universidade do Brasil à UFRJ". *Ciência e Cultura* 66, no. 4 (Outubro-Dezembro): 32-37. http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v66n4/a12v66n4.pdf.

FITAS, Augusto J. S., e António A. P. Videira. 2004. *Cartas entre Guido Beck e cientistas portugueses*. Lisboa: Instituto Piaget.

FOLHA DE S. PAULO. 2001. "Ex-diretor revela como era a espionagem". *Folha de S. Paulo*, 15 de Abril. https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1504200113.htm.

FRANCE INFO. 2014. "VIDEO. Les aveux posthumes du général Aussaresses: 'On a tué Audin'." *France Info*, le 9 janvier 2014. https://www.francetvinfo.fr/france/video-les-aveux-posthumes-du-general-aussaresses-on-a-tue-audin_500432.html.

GASPAR, Júlia. 2009. "A investigação no Laboratório de Física da Universidade de Lisboa (1929-1947)". Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3443/1/ulfc055565_tm_Maria_Julia_Gaspar.pdf.

GLOBO. 2022. "A matança de moradores de rua no Rio Guandu durante o governo de Carlos Lacerda". *O Globo: blogue do acervo* (blogue). 17 de Maio.

https://oglobo.globo.com/blogs/blog-do-acervo/post/2022/05/matanca-de-moradores-de-rua-no-rio-guandu-durante-o-governo-de-carlos-lacerda.ghtml

GULLAR, Ferreira. 2008. "Evocação do falado 56". *Folha de S. Paulo*, 9 de Novembro. https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0911200822.htm.

IMPA. 2003. *IMPA 50 anos*. Rio de Janeiro: IMPA.

KENIS, Diego. 2015. "¿Quién fue Remus Tetu?". *Agencia Paco Urondo*, 3 Octubre. https://www.agenciapacourondo.com.ar/ddhh/quien-fue-remus-tetu.

KORNIS, Mônica, e Marco Aurélio Santana. 2009. "Greve". In *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (em linha). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, FGV. https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/greve.

LAMEGO, Valéria. 2007. "Dois mil dias no deserto: Maria Helena Vieira da Silva no Rio de Janeiro (1940-1947)". *Cores Primárias*, edição especial Vieira da Silva, Junho. http://www.coresprimarias.com.br/ed_10/lamego.pdf.

"Leme, Luís Pinheiro Pais". 2009. In *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (em linha). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, FGV. https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leme-luis-pinheiro-pais.

LEONARDO, A. José F., Décio R. Martins, e Carlos Fiolhais. 2011. "A Física na Universidade de Coimbra de 1900 a 1960". *Gazeta de Física* 34, no. 2 (Abril): 9-15. https://www.spf.pt/magazines/GFIS/107/pdf.

LIMA, Elon Lages. 1997. "Impressions on António Aniceto Monteiro". *Boletim do CIM* 3 (Dezembro): 7-8. https://www.cim.pt/magazines/bulletin/37/pdf.

LIMA, Gracinéia Rodrigues. 2017. "Nise da Silveira e a rebeldia que transforma". Trabalho de Conclusão da Graduação, Universidade Federal de Alagoas. https://www.repositorio.ufal.br/jspui/bitstream/riufal/5702/1/Nise%20da%20Silveira%20e%20a%20rebeldia%20que%20transforma.pdf.

LOPES, Ana Claudia Lourenço Ferreira. 2014. "O comércio de moda do Rio de Janeiro no final dos anos 1940 e o prêt-à-porter". In *A Celeste Modas e as butiques de Copacabana nos anos 1950: distinção, modernidade e produção do prêt-à-porter*: 49-102. Dissertação de mestrado, PUC Rio de Janeiro. https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24253/24253_4.PDF.

LOPES, José Leite. 1985. "Trinta anos de física no Brasil: evocações". *Revista Brasileira de Tecnologia* 16, no. 6 (Nov.-Dez.): 25-33.

LOPES, José Leite. 2004. *Uma história da física no Brasil*. Apresentação e Organização de Amélia Império Hamburger. São Paulo: Editora Livraria da Física.

MACEDO, Sandra. 2017. "Jornalista e político Carlos Lacerda teve trajetória marcada pela polêmica". *O Globo*, 15 de Maio. https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/jornalista-politico-carlos-lacerda-teve-trajetoria-marcada-pela-polemica-21344971.

MAYER, Jorge Miguel. 2009. "João Alberto". In *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (em linha). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, FGV. https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALBERTO,%20Jo%C3%A3o.pdf.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. 1954. "Coronéis batem de frente com Getúlio". *Memorial da democracia*, 8 de Fevereiro. http://memorialdademocracia.com.br/card/coroneis-batem-de-frente-com-getulio.

MYHERITAGE. 2024. "Luiz Pinheiro Paes Leme". Árvores genealógicas do *MyHeritage*. https://www.myheritage.com.pt/names/luiz_pinheiro%20paes%20leme.

OLIVEIRA, Frederico Cícero Pereira de Oliveira. 2016. "Uma História do 'Esquadrão da Morte': Mitos, símbolos, indícios e violência no Rio de Janeiro (1957-1969)". Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. http://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2021/04/Frederico.pdf.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. 2012. "A Liga da Defesa Nacional: um projeto de modernização para o Brasil". Dissertação de Mestrado, UNESP – Campus de Marília. https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/88734/oliveira_ts_me_mar.pdf.

PALMAR, Aluizio, ed. 2015. "Lindolfo Hill, o primeiro vereador comunista de Juiz de Fora". *Documentos revelados (página web)*. 8 de Julho de 2015. https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/07/lindolfo-ziller.pdf.

PAULO, Heloísa. 2009. "O exílio português no Brasil: Os 'Budas' e a oposição anti-salazarista". *Portuguese Studies Review* 14, no. 2: 125-142.

PAULO, Heloísa. 2011. "Os exilados republicanos: os grandes esquecidos". In *Comunicação e educação republicanas 1910-2010*, coord. Ana Teresa Peixinho, Clara Almeida Santos: 83-92. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. https://digitalisdsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/24597/1/Comunicacao_artigo12.pdf.

PEREIRA, Ludmila Gama. 2008. "A construção do saber histórico e projeto social: Os historiadores da UFRJ na época da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)". In *XIII Encontro de História Anpuh–Rio*: 1-10. S.l.: S.n. http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212962424_ARQUIVO_ludmila_Gama_Pereira-_anpuh_rio.pdf.

PEREIRA, Ludmila Gama. 2010. "O Historiador e o agente da História: Os embates políticos travados no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959-1969)". Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense. https://www.historia.uff.br/stricto/td/1416.pdf.

PEREIRA, Pedro Carlos. 2010. "A Educadora Maria Laura: contribuições para a constituição da Educação Matemática no Brasil." Tese de doutoramento, PUC-SP, São Paulo. https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/11463/1/Pedro%20Carlos%20Pereira.pdf.

PORTUGAL, Presidência do Conselho. 1936. "Decreto-lei n.º 27003, de 14 de Setembro de 1936". *Diário do Governo* Série I, 216 (1936): 1097. https://files.diariodarepublica.pt/1s/1936/09/21600/10971097.pdf.

RABY, David L. 1984. "O MUNAF, o PCP e o problema da Oposição, 1942-1947". *Análise Social* 20, no. 84: 687-700. https://www.jstor.org/stable/41010486.

RED43. 2019. "La Noche de los Bastones Largos: la famosa carta de Warren Ambrose". *Red43*, 29 de Julio. https://www.red43.com.ar/nota/2019-7-29-15-26-0-la-noche-de-los-bastones-largos-la-famosa-carta-de-warren-ambrose.

REZENDE, Jorge. 2006. "Transcrição do Complemento ao curriculum vitae de Ruy Luís Gomes (vida política)". *Ruy Luís Gomes* (blogue). 15 de Janeiro. https://ruyluisgomes.blogspot.com/2006/01/.

REZENDE, Jorge. 2007. "Alfredo Pereira Gomes, Ruy Luís Gomes, António Aniceto Monteiro e Manuel Zaluar Nunes". *António Aniceto Monteiro* (blogue). 23 de Julho. https://antonioanicetomonteiro.blogspot.com/2007/07/alfredo-pereira-gomes-ruy-lus-gomes.html.

REZENDE, Jorge. 2007. "Oscar Dodera Luscher (1912-1992)". *António Aniceto Monteiro* (blogue). 3 de Abril. https://antonioanicetomonteiro.blogspot.com/2007/04/oscar-dodera-luscher-1912-1992.html.

REZENDE, Jorge. 2011. "Ferreira Marques e Bento de Jesus Caraça num passeio no Tejo". *António Aniceto Monteiro* (blogue). 17 de Abril. https://antonioanicetomonteiro.blogspot.com/2011/04/ferreira-marques-e-bento-de-jesus.html.

REZENDE, Jorge. 2013. "Sobre as perseguições a cientistas durante o fascismo". *Vértice* 166: 59-89.

REZENDE, Jorge. 2016. "António Aniceto Monteiro – lutas, perseguições e exílios". *Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática* 74: 135-172. https://revistas.rcaap.pt/boletimspm/article/view/21598/15884.

REZENDE, Jorge. 2016. "Resistência, repressão e diplomacia nos anos 1940, no Rio de Janeiro (trecho de "ESTADO NOVO E RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS (1937-1945)", de Carmem G. Burgert Schiavion)". *António Aniceto Monteiro* (blogue). 11 de Dezembro. https://antonioanicetomonteiro.blogspot.com/2016/12/resistencia-repressao-e-diplomacia-nos.html.

REZENDE, Jorge. 2016. "António Aniceto Ribeiro Monteiro (1907-1980) no Brasil, por Circe Mary Silva da Silva". *António Aniceto Monteiro* (blogue). 13 de Dezembro. http://antonioanicetomonteiro.blogspot.com/2016/12/antonio-aniceto-ribeiro-monteiro-1907.html.

REZENDE, Jorge. 2017. "'gastou-se muito dinheiro e é conveniente que se saiba': editorial do 'Diário da Manhã'", *António Aniceto Monteiro* (blogue). 14 de Janeiro. https://antonioanicetomonteiro.blogspot.com/2017/01/gastou-se-muito-dinheiro-e-e.html.

REZENDE, Jorge. 2017. "O exílio de António Aniceto Monteiro". *De Rerum Natura* (blogue). 3 de Dezembro. https://dererummundi.blogspot.com/2017/12/o-exilio-de-antonio-aniceto-monteiro_35.html.

REZENDE, Jorge. 2022. "Militão de Bessa Ribeiro: Os anos do Brasil". *Vértice* 202: 66-124.

RIBEIRO, Francisco Aurelio. 2019. "Haydée Nicolussi (1905-1970). Poeta, revolucionária e romântica". In *Brav@s companheir@s e fantasmas: Estudos críticos sobre o(a) autor(a) capixaba*, org. Paulo Roberto Sodré, Pedro Antônio Freire, Sérgio da Fonseca Amaral: 160-206. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro: Brasil Multicultural. https://blog.ufes.br/neples/files/2020/04/E-book-Bravos-companheiros-e-fantasmas-8-com-ISBN-corrigido_compressed.pdf ; https://brasilmulticultural.org/wp-content/uploads/2020/04/e-book-Bravos-companheiros-e-fantasmas-8.pdf.

RODRIGUES, Miguel Urbano. 2003. "Portugal Democrático – um jornal revolucionário". In *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*, Fernando Lemos, Rui Moreira Leite: 183-189. São Paulo: Editora UNESP.

SANCHES, Mariana. 2014. "Militares brasileiros tiveram aula em instituto americano sobre como praticar tortura". *O Globo*, 10 de Dezembro. https://oglobo.globo.com/politica/militares-brasileiros-tiveram-aula-em-instituto-americano-sobre-como-praticar-tortura-14789322.

SANGLARD, Gisele. 2008. *Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

SÃO PAULO, Câmara Municipal. 2015. *Relatório da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog 2013/2014*. São Paulo: CMSP. https://www.saopaulo.sp.leg.br/documentacao/publicacao/relatorio-da-comissao-municipal-da-verdade/.

SCHIAVION, Carmem G. Burgert. 2007. "Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)". Tese de doutoramento, PUCRS. https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2245/1/399689.pdf.

SERRA, Alfredo. 2017. "The Night of the Long Batons". *MacTutor History of Mathematics*, July 30. https://mathshistory.st-andrews.ac.uk/Extras/Long_batons/.

SILVA, Circe M. da. 1997. "António Aniceto Ribeiro Monteiro (1907-1980) no Brasil". In *Anais/Actas do 2.º Encontro Luso-Brasileiro de História da Matemática e Seminário Nacional de História da Matemática*, ed. Sérgio Nobre: 113-121. Águas de São Pedro: S.n. http://antonioaniceto-monteiro.blogspot.com/2016/12/antonio-aniceto-ribeiro-monteiro-1907.html.

SILVA, Circe M. da. 2006. "Politécnicos ou matemáticos?". *História, Ciência, Saúde – Manguinhos* 13, no. 4: 891-908. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702006000400007.

SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. 1998. *Um construtor do nosso tempo: depoimento ao CPDOC*. Lucia Hippolito e Ignez Cordeiro de Farias (Organizadoras). Rio de Janeiro: Fundação CSN. https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/1dce5120-5df5-476b-83f5-86f7ce3b57bd/content

SILVA, Mauro Osório da, e Maria Helena Versiani. 2016. "História de Capitalidade do Rio De Janeiro". *Cadernos Do Desenvolvimento Fluminense* 7 (Março): 75-90. https://doi.org/10.12957/cdf.2015.19711.

SILVA, Vera Rodrigues. 2003. "De rosas e pedras: a trajetória de Carlos Lacerda". *Revista PJ:Br* 01, Portal do Jornalismo Brasileiro. https://pjbr.eca.usp.br/arquivos/monografia1_g.htm.

SIMÕES, João Miguel dos Santos. 1999. *Braga: Grito de liberdade, história possível de meio século de resistência*. Braga: Governo Civil do Distrito de Braga.

UN GENERAL ASSEMBLY. 1946. *Relations of Members of the United Nations with Spain*. *A/RES/39*. https://www.refworld.org/legal/resolution/unga/1946/en/7716.

UN GENERAL ASSEMBLY. 11950. *Relaciones de los Estados Miembros y de los organismos especializados con Espania. A/RES/386(V).* https://documents.un.org/doc/resolution/gen/nr0/063/50/pdf/nr006350.pdf?token=ksDNcJnFCtLB0XCkwl&fe=true.

VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. 2008. "António Monteiro no Brasil (1945-1949): Uma breve passagem mas com resultados duradouros". In *Actas do Colóquio António Aniceto Monteiro*, número especial do Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática: 183-211.

Recensões

BALDINI, Ugo. 2018. *Portugal, a Ciência Jesuíta e a Carreira da Índia (Séculos XVI a XVIII). Coletânea de Ensaios*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 848 pp., ISBN 978-972-31-1612-0

*Luís Miguel Carolino**

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 39-40 (2021), 275-278. ISSN 0870-4546
DOI: https://doi.org/10.34619/7ruw-42a2

Nas últimas décadas têm-se somado os estudos sobre as práticas científicas dos jesuítas no período anterior à supressão da Companhia de Jesus, ocorrida em 1773. Descritos na linha da tradição iluminista como adversos ao desenvolvimento científico, os estudos mais recentes têm revelado uma imagem mais complexa e multifacetada dos jesuítas que se dedicaram à ciência no período inicial de construção da ciência moderna.

Esta renovação historiográfica é particularmente significativa para o caso português. Por um lado, dada a profunda influência cultural dos jesuítas em Portugal e o facto de este país não se ter destacado na cena científica internacional, apesar de uma fase promissora no início do período de Expansão marítima, Portugal foi visto como um caso paradigmático da influência nefasta dos jesuítas. Por outro lado, resultado da Expansão extraeuropeia, aos jesuítas que operavam no quadro da Assistência Portuguesa da Companhia de Jesus foi reconhecido um papel ativo de intermediação cultural, em particular entre a Europa e o extremo asiático. Foi, assim, por exemplo, através de jesuítas embarcados em Lisboa, que chegaram à China notícias das recentes descobertas astronómicas realizadas por Galileu, com o auxílio do novo instrumento de observação, o telescópio.

Foi neste contexto historiográfico que a Fundação Calouste Gulbenkian decidiu, em boa hora, publicar *Portugal, a Ciência Jesuíta e a Carreira da Índia (Séculos XVII a XVIII)*, de Ugo Baldini. Este livro reúne, traduzidos para português, um conjunto de artigos escritos maioritariamente em inglês e italiano durante os últimos vinte e cinco anos por aquele que é, sem dúvida, um dos protagonistas desta renovação historiográfica. Após os estudos inaugurais de Luís de Albuquerque, que incidiram sobretudo em arquivos portugueses, Baldini iniciou uma investigação sistemática dos matemáticos da Companhia de Jesus que

* CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.
ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-0138-2181. *E-mail*: luis.miguel.carolino@iscte-iul.pt.

operaram em Portugal e nos espaços de influência da Assistência portuguesa. Para além do conhecimento dos arquivos e bibliotecas portugueses, este historiador concentrou-se sobretudo em arquivos italianos e, em particular, no arquivo geral da Companhia de Jesus (*Archivum Romanum Societatis Iesu*), onde se preservam quase intactos os registos dos jesuítas portugueses e da Assistência portuguesa do período moderno. Este importante arquivo romano reúne maioritariamente informação de carácter administrativo, bem como um largo manancial de cartas, ordens e censuras internas. Explorando-o com particular competência e conhecimento, Baldini traçou o quadro geral do sistema de ensino da matemática em Portugal e do sistema missionário na Ásia, do seu contexto local e da circulação de informação científica.

O autor demonstrou que se formou em Lisboa, em torno do Colégio de Santo Antão, uma comunidade de matemáticos particularmente ativa nas primeiras décadas do século XVII. Como, por um lado, eram quase inexistentes matemáticos jesuítas portugueses na transição do século XVI para o século XVII e, por outro, a Companhia de Jesus era uma organização de dimensão internacional, quando D. Sebastião solicitou aos jesuítas a abertura de um curso de cosmografia e náutica, que viria a concretizar-se na designada "Aula da Esfera", as autoridades da Companhia fizeram rumar para Lisboa alguns dos seus mais destacados matemáticos. Entre estes encontravam-se figuras como Christoph Grienberger e Giovanni Paolo Lembo, que haviam estudado com o célebre matemático Christoph Clavius, professor no Collegio Romano e responsável pela promoção da matemática nos *curricula* jesuítas. Estava lançada a semente para o estabelecimento de uma comunidade científica devidamente articulada e com sólidas relações com os seus pares internacionais.

O ensino continuado de matemática no Colégio de Santo Antão acabaria por estar na origem da criação de uma comunidade de matemáticos portugueses no século XVIII, entre os quais se encontrava, por exemplo, o padre Diogo Soares, que mais tarde acabaria por ter um papel decisivo no processo de determinação das fronteiras do Brasil.

Mas o significado desta comunidade de matemáticos jesuítas foi bem além das fronteiras portuguesas. Como os jesuítas que se dedicaram às missões na América Portuguesa e na Ásia operavam no contexto da Assistência portuguesa, o Colégio de Santo Antão tornou-se uma plataforma de circulação de pessoas, ideias e informações entre a Europa e os outros continentes. Neste processo de intermediação cultural, Baldini valoriza sobretudo as relações com a Ásia e, em particular, com a China.

Portugal, a Ciência Jesuíta e a Carreira da Índia (Séculos XVII a XVIII) organiza-se, assim, em duas partes distintas. A primeira parte reúne os artigos publicados sobre o ensino e o cultivo das ciências matemáticas na Assistência Portuguesa, com ênfase no Colégio de Santo Antão, relacionando-as com as missões asiáticas. Graças a esses artigos, é agora possível

ter o quadro geral e rigoroso sobre quem ensinou matemática entre os jesuítas portugueses e que conteúdos foram ministrados entre o estabelecimento da Aula da Esfera, em 1590, e a expulsão da Companhia de Jesus, em 1759.

A segunda parte centra-se na prática e no ensino das ciências nas missões asiáticas. Nos artigos aí reunidos, Baldini discute com profundidade as diferentes dinâmicas de interação cultural ocorridas na Índia e na China, bem como o papel de Macau como plataforma logística e de ensino no Extremo Oriente.

O livro termina com dois estudos muito bem documentados sobre Claudio Filippo Grimaldi e Guillaume Bonjour, que são, por si, talvez as publicações mais detalhadas sobre a vida e ação destes religiosos (Bonjour foi um agostinho que integrou a missão dos jesuítas franceses e o seu trabalho de mapeamento na China).

Baldini evita expressamente entrar no debate de carácter ideológico sobre o papel dos jesuítas no designado "atraso científico" português, debate que, tendo tido origem na segunda metade do século XVIII, se prolonga até aos dias de hoje. Como afirma o historiador italiano na introdução ao livro, "os artigos coligidos neste volume não veiculam nenhuma tese específica a favor ou contra essa correspondência". O seu objetivo é antes "fornecer materiais que ilustrem um conjunto de factores que quaisquer interpretações devem considerar" (p. 13). Ainda assim, o volume é permeado de uma visão algo decadentista da ciência e das práticas científicas desenvolvidas em Portugal nos séculos XVII e XVIII. Contudo, na sua opinião, as razões dessa marginalidade não se encontram na comunidade de matemáticos jesuítas. Se é certo que se reconhece que o "reduzido número de cientistas [leia-se, matemáticos] jesuítas em Portugal, quando comparado com os de França, da Alemanha, de Itália, ou dos territórios austríacos" (p. 268), não era propício à afirmação desta comunidade, Baldini tende a enfatizar, por um lado, o pendor conservador dos filósofos jesuítas portugueses (ou seja, mais ligados ao "modelo escolástico") e, por outro lado, o contexto da sociedade portuguesa, pouco encorajador ao desenvolvimento científico. Nas palavras do historiador italiano, os matemáticos jesuítas "não encontraram no ambiente cultural de Lisboa estímulos apropriados para levar a cabo investigações relacionadas com os desenvolvimentos contemporâneos das ciências matemáticas" (p. 193).

Como foi afirmado, nos artigos que estiveram na origem de *Portugal, a Ciência Jesuíta e a Carreira da Índia,* Baldini pretendeu delinear em traços gerais o ensino de matemática e as práticas científicas em Portugal e nas missões asiáticas, recorrendo, para isso, sobretudo, a fontes primárias de carácter administrativo. Daqui resulta, talvez, uma tendência para caracterizar os jesuítas que se dedicaram à ciência como um grupo demasiadamente homogéneo – "quando se utiliza a expressão 'cientista jesuíta', o adjectivo deve ser considerado, necessariamente, mais importante [do] que o substantivo" (p. 645) – e tomar como

um dado adquirido a existência de uma "ciência jesuíta", conceito que se encontra, aliás, no título da própria coletânea.

O estudo com base nos manuscritos que resultaram dessa atividade científica dos jesuítas matemáticos, mas também dos filósofos, pode dar a conhecer uma imagem algo diferente e mais complexa desta comunidade de intelectuais. Se a análise do pensamento de autores e/ou teorias específicas não raramente revela uma história de tensão e oposição entre os jesuítas que se dedicaram à prática científica, ela demonstra também que a interação das comunidades de matemáticos e filósofos jesuítas foi mais fluida do que, por vezes, se pensou. Cabe aos historiadores partirem das contribuições originais, muito bem documentadas e detalhadas de Ugo Baldini, para aprofundarem a investigação sobre a ciência e as práticas científicas dos jesuítas que operaram em Portugal e nas áreas de influência portuguesa.

Em *Portugal, a Ciência Jesuíta e a Carreira da Índia,* o autor fornece aos leitores da língua portuguesa um relato particularmente inovador e atualizado sobre a atividade científica dos jesuítas em Portugal e seu império durante um período crucial de construção da ciência moderna. Resultado de décadas de investigação empenhada, este livro é altamente recomendado aos historiadores da ciência moderna e da Companhia de Jesus e a todos os interessados na história cultural de Portugal e da Europa.

BARBIERI, Edoardo, ed. 2021. *Imago Librorum. Mille anni di forme del libro in Europa* (colecção Biblioteca di bibliografia. Documents and Studies in Book and Library History, 215). Florença: Casa Editrice Leo S. Olschki, 525 pp., ISBN 978-88-222-6773-3

Daniel Melo, João Costa***

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 39-40 (2021), 279-300. ISSN 0870-4546
DOI: https://doi.org/10.34619/kmim-pkcp

A obra colectiva que aqui se recenseia contém as actas do congresso homónimo (realizado em 2017) e debruça-se sobre as formas do livro desde o período medievo até à actualidade, abrangendo toda a Europa ocidental. Trata-se duma temática que ganhou particular relevância no contexto das profundas mutações operadas pelo digital e seus efeitos na evolução do livro tradicional, quanto à sua conservação, produção e uso. Alimenta um debate público que não é só académico, envolvendo os sectores cultural e educativo e todos os cidadãos comuns, pois afecta o seu quotidiano e modos de vida.

O livro em apreciação é porventura o resultado mais estimulante dum projecto então lançado para dinamizar a produção cultural local, os espaços de investigação e o diálogo internacional em torno da História do Livro. Teve um arranque institucional consumado na constituição duma rede por quatro parceiros sediados no Norte de Itália, a Soprintendenza ai beni archivistici e librari della Provincia autonoma di Trento, a Biblioteca Comunale di Trento, a Biblioteca Civica di Rovereto e o Centro di Ricerca Europeo Libro, Editoria, Biblioteca (CRELEB) da Università Cattolica di Milano. Cabe desde logo realçar que "Imago librorum" se insere numa tendência planetária que privilegia a formação de parcerias interinstitucionais em prol de projectos de investigação e desenvolvimento localmente enraizados e abertos a problemáticas actuais (ou actualizadas), articulando academia e sociedade civil organizada, Estado e sociedade civil, etc.

* Departamento de Ciências Sociais e de Gestão, Universidade Aberta; CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.
ORCID iD: https://orcid.org/0000-0003-4573-3497. *Email*: daniel.melo@fcsh.unl.pt.

** Centro de Estudos Históricos e CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal; National Library and Archives – Abu Dhabi (UAE), Emirados Árabes Unidos.
ORCID iD: https://orcid.org/0000-0001-7522-7419. *Email*: jscosta@fcsh.unl.pt.

O anseio duma dinâmica interinstitucional de pendor cultural-científico conectada à província tridentina teve antecedentes que importa destacar, enquanto lugares de experimentação: os congressos "Navigare nei mari dell'umano sapere" (2007) e "Scriver veloce. Sistemi tachigrafici dall'antichità a Twitter" (2014), ambos com actas também publicadas e que tiveram um outro parceiro, a Accademia degli Agiati di Rovereto.

Ainda segundo o historial feito no prefácio pelo historiador Edoardo Barbieri, dirigente do CRELEB e organizador da obra, realizaram-se dois encontros complementares, um sobre a relação entre património antigo e digitalização ("Patrimonio librario antico. Conoscere per valorizzare", em 2018) e outro sobre história e valorização dos fundos bibliográficos ("In 'fondo' allo scaffale. Storie, momenti, personaggi nella vita delle biblioteche trentine", em 2020).

O projecto teve ainda uma exposição documental ("IMAGO LIBRORUM. Mille anni di forme del libro attraverso le collezioni della Biblioteca Civica di Rovereto e della Biblioteca Comunale di Trento", cujo catálogo está em livre acesso[1]), que é herdeira de outra mostra, "Macchina per leggere" (Jerusalém, 2015), na qual já se destacava o livro enquanto meio capaz de registar, conservar e retransmitir as mensagens, através de uma multiplicidade de tipologias e tendo como pano de fundo o seu contexto bíblico, entre Oriente e Ocidente[2].

A dinâmica trentina atrás brevemente explanada é elogiada por Barbieri como expediente eficaz para superar fraquezas, mas sobretudo como exemplo a meditar por aqueles que se refugiam na falta de recursos para justificar inércias instaladas e falta de iniciativa própria. Neste sentido, o autor fez questão de escrever um manifesto sobre o tema, *Contro lo sfascio delle biblioteche italiane* [*Contra o colapso das bibliotecas italianas*][3], que tem interesse não só para bibliotecários e dirigentes culturais como para todos os que se preocupam com as políticas de animação cultural e, mais genericamente, com o bem comum.

Além da actualidade da problemática e da ambição espácio-temporal, o livro *Imago librorum* também é relevante por outras razões. Desde logo, pela diversidade e riqueza dos contributos: contém 20 capítulos de outros tantos especialistas de universidades italianas, espanholas, alemãs, inglesas e norte-americanas, além duma introdução por um estudioso francês renomado (Frédéric Barbier). Depois, pela variedade disciplinar desses mesmos contributos, da Paleografia à Bibliografia Material, da Filologia à História de Arte, da História do Livro e da Cultura Escrita aos Estudos de Comunicação, etc., de onde

1 Vd. https://www.bibliotecacivica.rovereto.tn.it/Eventi-e-attivita/ARCHIVIO-EVENTI/.

2 Vd. p. XII; catálogo acessível em https://bibliothecaterraesanctae.org/cataloghi-di-mostre/la-mac-china-per-leggere.html.

3 Acessível em https://libriantiqui.it/risorse-in-pdf/item/45-contro-lo-sfascio-delle-biblioteche-italiane-un-manifesto-per-i-presidi-culturali-del-territorio.

carreiam distintos legados e sensibilidades. Por fim, pelo próprio prisma do encontro, centrado numa reflexão global, buscando uma "abordagem inovadora e convincente" dos fenómenos estudados, a articulação entre sincronia e diacronia para favorecer comparações/confrontos e cobrir significados até à época contemporânea, bem como a vontade de criar "espaços efectivos de diálogo e confronto de ideias, fugindo assim ao "auto-referencial" (p. X). Para o efeito, houve que partilhar "ideias, métodos e critérios", permitindo sair da "sectorialidade esotérica de certas formulações" (p. XI).

Um dos pontos de orientação foi o enquadramento na mudança civilizacional ligada ao livro: "reflectir sobre a natureza e a forma do livro tal como o conhecemos no último milénio e em particular nos últimos cinco séculos, a partir da invenção da tipografia móvel. A súbita aceleração, também favorecida pelo ensino à distância e as compras *online*, do livro digital (e mesmo de outras formas de transmissão de livros, como os audiolivros) impele-nos, como historiadores dos fenómenos culturais, a reflectir sobre o que está a acontecer para o compreender e avaliar" (p. XI).

A organização formal do livro acompanha este desiderato, repartindo-se por quatro secções temáticas e problematizantes. A primeira secção convoca a existência de outras formas do livro ocidental para lá do códice (que foi "a forma canónica" durante séculos), destacando-se as folhas volantes e o rolo (ou os novos usos que deste último se fez). A segunda secção interpela a relação entre texto e espaço, inspirando-se nos contributos do livro *Print, Manuscript and the Search for Order, 1450-1830* (Cambridge University Press, 2003), cujo autor, David McKitterick, também aqui revisita o tema a partir duma abordagem inusitada, ao revelar como várias colecções de livros antigos serviram de modelo ao *design* gráfico moderno dos primórdios do século XX. A terceira secção centra-se na análise duma operação crucial, a passagem do texto ao livro, ou seja, o modo de organizar e comunicar os conteúdos da criação humana que integram esse objecto cultural único que foi e é o livro. Trata-se de abordar as estratégias bibliológicas que tornaram a correspondente leitura mais fruível, focando-se em questões tão variadas quanto o frontispício, a marginália e as folhas volantes. A quarta secção retoma uma linha central desta obra, a da associação entre imagem e palavra no livro, desde uma das Bíblias mais famosas (a *Biblia pauperum* xilográfica, c.1463-70) até às vanguardas estético-literárias do século XX.

De seguida, analisaremos detalhadamente a introdução geral da obra e alguns destes capítulos, para aquilatar até que ponto os vários contributos almejaram essa ambição interdisciplinar e inovadora e para averiguar que novidade aditaram ao que já sabíamos. Cabe referir que os capítulos eleitos cobrem as quatro partes que compõem a obra, sendo que a primeira analisa a evolução das formas alternativas do livro ocidental face ao códice (p. 1-100), a segunda aborda a configuração do espaço da folha do livro e sua representação

gráfica (p. 101-204), a terceira incide na organização e comunicação dos conteúdos, de livros e de outros textos, com destaque para múltiplos suportes "efémeros" (p. 205-359) e a última é dedicada à ilustração e às conexões entre palavras e imagens (p. 361-471).

Depois do prefácio, o texto inicial, "Introduzione. Imago librorum: tra rappresentazione e immagine del libro", propõe-se fazer uma introdução geral do volume (e não como capítulo autónomo), tarefa que coube a alguém que não é o coordenador da obra, Frédéric Barbier. Apresentado como sendo "o maior historiador do livro europeu" (p. XI), dos actualmente vivos, pressupõe-se, Barbier é director de pesquisa no CNRS de Paris, com vasta obra na área e a particularidade de ter uma visão integrada e ampla da problemática, ao nível da evolução dos sistemas de comunicação social (espelhado em *Histoire des médias*, com Bertho Lavenir Catherine, de 2001) ou articulando-a com a história das bibliotecas (em *Histoire des bibliothèques*, 2013). A sua produção revela também uma preocupação com a história comparativa e a história global, evidenciada em *L'Empire du livre* e na revista de que foi co-fundador, *Histoire et civilisation du livre: revue internationale*, ambos de 1995, ou em *Est-Ouest: transferts et réceptions dans le monde du livre en Europe, 17e-20e siècles* (2005) e *L'Europe de Gutenberg* (2006). Por fim, trata-se dum herdeiro intelectual do trabalho de Henri-Jean Martin: é dele o posfácio da edição de 1999 de *L'Apparition du livre* e são frequentes as remissões para este trabalho. De notar que Martin, por sua vez, foi discípulo de Lucien Febvre, tendo sido convidado por este co-mentor da corrente historiográfica da *Nouvelle Histoire* para redigir o miolo daquele estudo, obra-charneira na História do Livro.

E, de facto, este texto de Barbier consegue convocar essa herança e a sua perspectiva aberta e integrada para construir uma excelente introdução panorâmica e problematizante. É um intróito que se baseia na interpretação paralela de dois episódios matriciais para o livro moderno impresso (os primeiros passos da invenção da imprensa com caracteres móveis por Gutenberg e o uso dessa mesma imprensa por Lutero) mas que os coloca num horizonte amplo, o do terceiro milénio, para chamar a atenção de que os grandes saltos civilizacionais (que apoda de "revoluções") se sucederam, e que o livro atravessou dois desses momentos capitais no 'curto' intervalo de tempo de meio milénio: a revolução da imprensa e a revolução digital, ou dos meios de comunicação digital (p. XV).

Trata-se de momentos de grandes transformações a todos os níveis (tecnológico, cultural, estético, político, económico e social) e é necessário perceber bem a complexidade que lhe subjaz. Por isso, esse aviso serve para justificar que é necessário os historiadores repensarem toda uma série de fenómenos até agora relativamente ignorados, de que Barbier destaca três. O primeiro tem um fundo metodológico, sendo necessário posicionar a História do Livro em quadros geográficos amplos para dar conta da "abertura e desregulamentação" implícitas em "novos paradigmas" (como a *transnacionalidade*) ou em

"processos de transferência cultural" (identitários, patrimoniais, etc.), superando assim o quadro de referência redutor (e amiúde anacrónico) do Estado-nação, cujo foco tem sido dominante. O segundo remete para a necessidade de reflectir sobre a evolução e as mutações na História do Livro numa perspectiva de longa duração, permitindo detectar possíveis paralelismos e condições-chave – p.e., a relevância de ecossistemas propícios à inovação (do *Paper Valley* do Reno de Quatrocentos ao *Silicon Valley* da Califórnia actual), o recurso à experimentação e ao risco por intermédio de pequenas empresas pioneiras (do projecto *Aventur* de Gutenberg às *startups* de 2000) e, em especial, a radicalidade das mutações operadas com essas "revoluções", ainda que a irrupção do novo meio de comunicação não seja acompanhada pelo completo desaparecimento do *media* precedente. Porventura, ocorre o seu reforço quantitativo, embora não necessariamente por influência directa dessa inovação, mas sim pelo novo contexto existente: assim, "nunca tantos manuscritos foram copiados como no tempo de Gutenberg, nunca tantos livros foram impressos como hoje na hora dos 'novos *media*'" (p. XVI). O terceiro e último fenómeno a reconsiderar remete para a relevância das mutações na forma material dos livros, aspecto que durante muito tempo (e até aos anos 1970) foi algo descurado e pouco integrado na pesquisa global da História do Livro, como se fossem evidentes (pelo mero exercício descritivo) e não necessitassem de contextualização e de reflexão mais atenta sobre a sua génese e lógicas associadas. Exemplificando, a "Bibliothèque Bleue" seria "popular" pelo seu conteúdo textual e não haveria necessidade de contextualizar a própria evolução dos entendimentos sociais sobre o que é "popular" (ou de nos determos na existência de particularidades materiais ou de distribuição quanto a esse tipo de objecto). Barbier sugere que as transformações materiais no livro devem ser teorizadas usando também a categoria da inovação.

Articulando estes aspectos, constata-se que foi a busca de novas técnicas em vários espaços geográficos em simultâneo (os que actualmente abarcam a Alemanha central e meridional, a Itália setentrional e os Países Baixos) que levou à invenção da imprensa – da imprensa, mas não do livro impresso tal como o concebemos hoje, porquanto a intenção de Gutenberg era reproduzir a maior quantidade possível de exemplares de manuscritos e na forma destes. Ou seja, seriam usados o *incipit* colorido no começo do texto, um grande número de caracteres (incluindo letras ligadas), pergaminho, iluminuras e caracteres tipográficos decalcados das escrituras manuscritas, bem como a ordenação dos conteúdos básicos copiada do manuscrito (portanto, com escassos identificadores e colocados no cólofon, sem frontispício) e a colagem à "estética do traço" (p. XVII-XXI). Nesse sentido, a inovação na imprensa foi um processo gradual, fortemente impulsionado pela concorrência e seguindo a teoria clássica da inovação (primeiro o processo, depois os produtos,

sucedendo-lhes a organização do sector e, por fim, a mudança nas práticas de consumo). A imprensa desenvolveu-se segundo duas lógicas paralelas: uma nova oferta no que respeita a "conteúdos de livros" (i.e., textos nas línguas vulgares, estudos de autores coevos e livros impressos ilustrados) e uma nova configuração do livro e do texto, para "facilitar e racionalizar o trabalho das prensas" (como os cadernos) e responder à concorrência inovando no produto, a começar pela invenção, apropriação e aprofundamento do frontispício pelos impressores/editores, cujas funções são analisadas em detalhe (p. XXII). Por fim, o hiato entre invenção e inovações técnicas e a sua apropriação pelos utentes são uma lição extensiva aos *media* digitais da actualidade.

Para compreender os primeiros passos da invenção de Gutenberg e o uso da imprensa por Lutero, Barbier retoma e aprofunda dois conceitos propostos originalmente por Martin, *mise en texte* e *mise en livre*, i.e., configuração do texto e configuração do livro.

Quanto à primeira, "trata-se de descrever e analisar uma verdadeira 'máquina de comunicação' (poderia falar dum 'interface') cujos dispositivos materiais são inseparáveis do conteúdo intelectual com o qual constituem um todo orgânico" (p. XXVIII).

Neste âmbito (no qual também se inclui a *mise en page* ou configuração da página), Barbier detém-se na importância das "variantes", da ortografia, da pontuação e da disposição gráfica (p.e., introdução dos parágrafos, jogo entre maiúsculas e minúsculas, etc.). Estas questões remetem para a preocupação, na tipografia moderna, com a legibilidade do texto e a facilidade de leitura (p. XXVI/XXVII).

Quanto à *mise en livre*, que integra "o conjunto de elementos materiais que não pertencem ao texto em si, mas que intervêm na construção do livro enquanto tal e na sua recepção", pode ir dos epitextos aos peritextos já referidos (v.g., frontispício, ficha técnica, configuração gráfica, forma do objecto) ou a elementos posteriores à própria impressão, como as dedicatórias autógrafas. É por isso uma "construção colectiva" híbrida, em aberto e/ou reformulável, que não depende só do editor ou do autor e que se conecta com a "economia textual e material do livro", de cada edição em concreto (p. XXVII).

O conceito ou categoria de *mise en livre* permite uma reflexão mais ampla (e não só literária) do que a proposta por Gérard Genette na sua abordagem dos paratextos; por consequência, é também uma reflexão mais apropriada duma série de aspectos, como o grafismo do texto, a ilustração, os textos de serviço (ficha técnica, etc.) e os instrumentos exegéticos introduzidos que caracterizam dada edição ou texto.

Nesse sentido, o repensar articulado da nova organização material e de conteúdo do objecto de leitura e da sua apreensão/apropriação pelos indivíduos permite a Barbier sugerir uma revisão da proposta de Marshall McLuhan, porquanto "a mensagem não é dada *a priori*, mas desenvolve-se e é transmitida e recebida a partir do seu vector, i.e., do

media entendido na sua realidade física" (p. XXIV). Ademais, "a recepção da mensagem varia sensivelmente dum destinatário a outro" (p. XXIX). Isso mesmo é bem demonstrado na sua análise da edição das 95 teses de Lutero (1517), apresentadas como *disputatio* costumeira a auditório não escolástico, mas tendo tido interpretações inesperadas (contra a Igreja Católica), possibilitadas pela sua edição original enquanto manifesto (folhas volantes), logo gesto público dos editores (depois também publicadas em Basileia enquanto in-4 para *litteris absentes* poderem participar). Isso contradisse o (suposto) fito original do autor, assente na apologia da penitência individual (não condenando o sistema de indulgências *per si*), e a sua vontade de ter um auditório exclusivamente escolástico (texto em latim e com abreviaturas, etc.), mas depois aceite e apropriado pelo próprio Lutero, na posterior obra explicativa *Resolutiones disputationum de Indulgentiarum virtute* (1518), endereçada ao Papa, a qual deu origem ao novo género dos panfletos (ou *Flugschriften*), estreitamente ligado à Reforma Protestante e, com eles, à divulgação de novas ideias (p. XXIX-XXXIII). Contribuindo assim para completar teoricamente a articulação entre *mise en livre* e *mise en texte*, Barbier acaba por também desconstruir a teoria clássica da comunicação (p. XXVIII/XXIX).

Em sintonia com as novas tendências de investigação pelo lado da recepção, apropriação, leitura e tradução, o historiador francês salienta o papel da intertextualidade, das traduções, das contrafacções e das reutilizações. Nas suas palavras: "o texto também funciona em relação a um certo número de outros textos, enquanto nas suas edições posteriores quaisquer alterações ou traduções [ou contrafacções ou reutilizações] produzem novos deslizes que podem modificar o próprio conteúdo textual" (p. XXIV). Este horizonte de possibilidades foi cada vez mais explorado pelas gentes do livro, tanto para a busca do lucro como para a disseminação de (novas) ideias e a potenciação e demarcação dos seus públicos. Uma abordagem que toma inspiração, e pode eventualmente ser sintetizada, numa famosa metáfora de Febvre e Martin no seu livro já mencionado: "o livro, esse fermento".

Em suma, o fito último de Barbier é o de contribuir para um entendimento e prática da História do Livro enquanto "História total", reforçando-a teórica e metodologicamente, no sentido de o "estudo por assim dizer arqueológico do livro-objecto" ser realizado "sem perder de vista o contexto técnico, económico, social, cultural, político, etc., dos fenómenos que descrevemos e estudamos" (p. XXXIV). Trata-se duma intenção bem argumentada e justificada e que cremos poderá contribuir para uma mais profunda renovação da própria historiografia e das possibilidades de interdisciplinaridade, assim seja possível concretizá-la, efectivamente. Do que temos conhecimento, supomos que este programa é partilhado pela maioria dos historiadores do livro, embora nem sempre possa ser levado até às últimas consequências, porquanto o modo de valorização dominante da produção

científica actual é ditado pela hiperespecialização e pela pressão de publicar o mais rápido possível e em dimensões de texto reduzidas (e cada vez mais estreitas), o que obviamente diminui ou condiciona de forma negativa a possibilidade de fazer e divulgar estudos que respeitem na plenitude a perspectiva integradora (de todas aquelas dimensões) e potencialmente interdisciplinar. Este é um dilema que urge ser confrontado, sob pena de se estar a empobrecer o futuro da própria ciência e, em particular, da História que é feita e divulgada. Está para lá da investigação propriamente dita e dos objectivos dum livro como este, mas é crucial não esquecer que tais prescrições de política e mercado científicos há muito condicionam ambas (a ciência, em geral, e a História, em particular), tanto em termos institucionais como financeiros e, em última instância, 'programáticos'.

Gino Roncaglia é um especialista italiano nos estudos do chamado mundo digital, tendo recentemente publicado *L'età della frammentazione: cultura del libro e scuola digitale* (2.ª ed. aum. 2020). Neste seu novo contributo, "Oltre il libro: le frontiere del testo digitale" (p. 93-102), examina de forma esquemática a evolução da forma-livro no interior do ecossistema digital. Parte do seu conhecimento e análise para compreender e justificar porque os textos devem continuar a ser valorizados independentemente do seu suporte e porque podem existir dum modo virtuoso no suporte digital. A chave pode residir no cruzamento dinâmico e interactivo de meios: combinação entre imagem fixa, imagem em movimento, textos, etc., recurso ao hipertexto para aprofundar leituras, sem esquecer as inesperadas conexões ao passado dessas vias de saída.

O capítulo abre com uma clarificação metodológica quanto ao que está em exame, diferenciando suporte, livro e leitura digitais. Nas palavras do autor, "o digital em si é apenas um formato de codificação de informação, completamente indiferente ao *media* que pode ser usado" (p. 99). Realça em seguida que o paradigma digital tem uma diferença substancial face à era do livro físico (papel ou outro suporte), que é a autonomia do suporte do texto face ao próprio texto, pois o computador que o descodifica pode nem ter nenhum associado (na lógica da diferenciação entre *hardware* e *software*, p. 93).

Apesar dessa diferença radical, há continuidades relevantes, como a inserção gradualista do livro electrónico (*e-book*), o que tem paralelo com a coexistência de livros manuscritos e impressos após Gutenberg, para retomar uma constatação adiantada por Barbier na introdução. Sobre esta questão, Roncaglia fornece dados para vários países relevantes no mercado internacional, como EUA, Rússia, França e Itália, antes e durante a pandemia da covid-19. Constata o insucesso dos livros electrónicos aumentados (com conteúdos multicódigos e interactivos), uma categoria que se previa ter uma penetração grande junto do público infanto-juvenil (e não só), mas que até hoje teve fraca expansão, em boa

medida devido aos pesados custos de produção associados. Ironicamente, compram-se poucos *e-books* e muitos livros em papel via Internet.

Em paralelo, verificou-se uma fidelidade ao modelo do livro em papel, tanto por editores como por leitores, independentemente do uso quotidiano ou não da Internet. Ora, essa persistência influenciou o tipo de *e-book* prevalecente, mera transposição digital do modelo de organização textual e tipográfica do livro em papel (p.e., por meio da "organização linear do texto" e do "uso da textualidade alfabética como código comunicativo predominante ou exclusivo", p. 95).

Ademais registaram-se "mudanças significativas do lado da leitura", devido à centralidade quotidiana da Internet, mormente na intermediação através do consumo de informação *online* e da prática difusa da "leitura aumentada" (p. 96). Este é um conceito que o autor não explica, remetendo para a bibliografia, porventura numa tentativa de recriar a interactividade que lhe subjaz, o que pode ser interessante, mas torna o seu capítulo menos auto-suficiente. Seja como for, importa clarificar do que se trata, pois é uma vertente tão valorizada pelo autor, que o leva a propô-la como via virtuosa a seguir. Assim, na definição de especialistas do Forum del Libro, "a leitura enriquecida [sinónimo de aumentada] baseia-se na pesquisa independente, na selecção, produção, remistura de conteúdos pelo leitor, que pode aprimorar a sua experiência de leitura explorando referências e possibilidades dadas pelo texto e/ou conectando-o com o mundo das suas experiências e dos seus interesses" (cf. *The Living Book*, s.l., s.e., 2019, s.p.). Embora deva ressalvar-se a autonomia dos sujeitos nesta prática, é também importante realçar o papel central do professor e da comunidade escolar em contexto educativo, no "moldar [d]o ambiente de leitura, [n]as actividades implementadas e sua dimensão social, e na promoção e reconhecimento da leitura enriquecida como prática de aprendizagem útil" (*ibidem*). É uma "ideia tão antiga quanto a própria leitura, omnipresente e não necessariamente limitada ao ambiente digital: toda a experiência de leitura remete para as dimensões intertextuais do texto lido, e é conectada pelo leitor com as suas experiências e interesses, com outros livros e conteúdos, com actividades e agentes sociais" (*ibidem*). E isso toda a gente reconhece, seja de modo intuitivo ou racional. A leitura enriquecida ou aumentada inspira-se na ideia de Louise Rosenblatt (em *Literature as Exploration*, 1938, 5.ª ed. MLA 1995) da relação entre leitor e texto como uma "transacção", assaz dependente dos interesses, experiências, conhecimentos, habilidades e motivações individuais e parcialmente contingentes do leitor.

Faz muito sentido o destaque desta via, pois a Internet, enquanto ecossistema de rede por excelência, estimula a "explosão multicódigo da dimensão intertextual de cada livro, e já o faz para a maioria dos leitores, não apenas para aqueles que dependem de dispositivos

de leitura digital" (p. 96). E foi também a Internet que tornou o digital o "entorno" incontornável da leitura, sendo que esta "agora está totalmente localizada dentro de um ecossistema do qual a dimensão da rede é parte integrante" (p. 97). As formas de leitura tiveram uma transformação radical; para lá da interactividade e da intertextualidade, há a considerar o condicionamento exercido pelos dispositivos de leitura digital sobre a "tipologia dos conteúdos" e "sua organização" e sobre as "formas possíveis do acto de leitura" (p. 98). Como exemplos de que o dispositivo digital não é neutro e pode condicionar a leitura (e o que se lê/vê), há a considerar que pode não permitir a visualização de filmagens ou animações fluidas (no caso do *e-reader* Kindle) ou ter autonomia curta, luz incómoda (ou danosa) para muitos leitores e/ou má visibilidade face à luz solar, nos casos dos *tablets* e/ou dos *smartphones* (p. 97/8). Ademais, a configuração da página digital é amiúde um cruzamento das escolhas de editor e leitor, pois este também pode fazer alterações tipográficas (p.e., na fonte e dimensão dos caracteres), além da opção de anotações possibilitada por determinado *software*. Todavia, o autor não aprofunda esta problemática para lá da explanação daqueles aspectos.

Roncaglia procura assim enfatizar que a variedade dos contextos do livro digital exige um enquadramento analítico mais complexo para o seu estudo, a começar justamente pela atenção às características dos dispositivos de leitura para os textos electrónicos (funcionalidades, limitações e efeitos) ou às "formas de textualidade electrónica não redutíveis à forma-livro tradicional", como os mencionados livros electrónicos aumentados (p. 99). Outras questões a abordar devem ser as diversas tipologias dos textos lidos, as escolhas feitas no que toca à representação do texto e à configuração da página, e as funcionalidades e possibilidades oferecidas pelo ambiente do *software* usado. Daqui decorre uma heterogeneidade do ecossistema da leitura digital (definido como um "arquipélago complexo e diversificado", p. 100), que inviabiliza a "tentativa de *reductio ad unum* imposta pelo paradigma da dicotomia papel-digital" (p. 99). Como metodologia mais adequada, preconiza a combinação entre uma "análise abstracta" e "investigações empírico-experimentais e metodologicamente rigorosas dos comportamentos de leitura, das escolhas e opiniões dos leitores, usando tanto metodologias e ferramentas de *data analysis* quanto as possibilidades oferecidas hoje pela pesquisa no campo das neurociências" (p. 100). Segundo o autor, este trabalho, que está em boa medida por fazer, pode resultar numa "perspectiva de pesquisa de grande relevo" quanto ao desenvolvimento do ecossistema da leitura digital, ao nível do avanço tecnológico, das mutações de mercado, das transformações culturais atinentes às práticas de leitura e da evolução da própria forma livro (*ibidem*).

Embora muito estimulante na explanação duma área de estudos e atinente metodologia mais profícua, teria sido pertinente saber que fontes secundárias ligadas à problemática

o autor considera estarem a adoptar este tipo de perspectiva de modo mais completo, para além dos dois únicos estudos específicos que menciona: o seu (referido no início) e o da linguista Naomi Baron, *Words Onscreen: The fate of reading in a digital world* (2015). Esta obra, que é uma meta-análise dum extenso conjunto de outros estudos, destaca uma questão omissa no texto de Roncaglia, a saber, a dos inconvenientes no uso dos dispositivos electrónicos de leitura. Assim, segundo Baron, os utilizadores são alvo de frequentes apelos distrativos nos seus dispositivos (sobretudo se estiver conectado à Internet, o que é habitual para muitos), a multitarefa é um chamariz constante (a leitura de textos é amiúde interrompida com a irrupção de imagens ou sons de chamada para visualização de anúncios, notícias ou mensagens várias, ou é suspensa pelo indivíduo para alguma destas ou outras tarefas) e os ecrãs assim configurados induzem a uma leitura rápida ou superficial (na melhor das hipóteses, "em diagonal") em vez duma leitura atenta ou em profundidade. Esta pioneira e especialista de referência sobre a comunicação mediada por computador pondera, no seu estudo, o valor da leitura em suporte impresso em relação ao texto *online*, incluindo que benefícios duradouros da leitura podem ser perdidos se nos tornarmos predominantemente digitais. Em conexão, e em resposta à mudança de hábitos de leitura que tal configuração estimula, muitos autores e editoras estão a produzir obras mais curtas e que não exigem leitura e/ou reflexão atentas. Ademais, se o modo como se lê muda, também muda (ou pode mudar) o modo como se escreve. Importa por isso analisar o modo como a Internet tem influenciado a evolução no tipo de leitura tendencialmente dominante, com a substituição duma experiência solitária por uma experiência social. Outra investigadora, a norueguesa Hildegunn Støle, tem chamado a atenção para o défice de treino na leitura por parte dos nativos digitais (aqueles que nasceram já em ambiente digital), a qual é mais bem realizada na leitura de livros impressos do que na leitura em ecrã, alertando que isso não só tem sido descurado como tem efeitos nefastos na capacidade de compreensão dos textos e, em geral, na aprendizagem[4].

Em suma, há uma série de questões que ficaram na sombra e que, em consonância com estudos como os de Baron (e de Støle), têm também um lugar central no programa de investigações, pois elas estão inextricavelmente ligadas aos efeitos dos dispositivos de leitura, assim como à evolução da leitura e, de modo indirecto, ao tipo de textos que já têm prevalência e que, com toda a probabilidade, continuarão a ter no futuro. Há ainda outras questões conexas, como o lugar crescente da desinformação e da manipulação da informação, dos comportamentos e das atitudes dos indivíduos.

4 V.g., Støle, Hildegunn. 2018. "Why digital natives need books: The myth of the digital native." *First Monday* 23 (10). https://doi.org/10.5210/fm.v23i10.9422.

O contributo seguinte, "La luce oltre la siepe: la Bibbia Ebraica dal rotolo al libro" (p. 103--115), é de Saverio Campanini, coordenador do programa universitário de Estudos Judaicos da Universidade de Bolonha. Tem trabalhado o livro judaico sobretudo do ponto de vista da espiritualidade da obra, tendo vindo igualmente a debruçar-se, na última década, sobre o estudo da sua forma.

Talvez por ser ainda matéria de estudo recente para este *maître de conférences* da Sorbonne, detectámos algumas fragilidades na análise que faz ao texto litúrgico hebraico nas suas mais variadas formas, não obstante o válido aporte ao estudo da bíblia hebraica que levou ao colóquio de 2017.

O objectivo do capítulo é o de demonstrar a evolução, na forma, do suporte, do *ductus* e da relação destes e de outros factores secundários na interpretação do texto litúrgico hebraico.

Das "tabuinhas" de Moisés aos pergaminhos e papel do período medieval e incunabulástico: é precisamente na conceptualização destas "formas", destes suportes da matéria escrita que encontramos uma primeira incongruência. Considera o autor que a fixação do texto litúrgico hebraico evolui da forma epigráfica – nas *tábuas* do Monte Sinai e, naturalmente, outros textos que até determinada época eram epigrafados nesse suporte pétreo ou argiloso – para a escrita em pergaminho ou, como o designa no título (e permitindo--nos uma tradução livre para o vernáculo português), "*do rolo ao livro*" e, logo de seguida, para o *códice*.

Ora, distinguir, dentro desta cultura material, *códice* de *pergaminho* e *papel* não nos parece de todo correcto, uma vez que um códice resulta da conjugação desses suportes de escrita.

Percebe-se, porém, a intenção do insigne investigador, que procurou distinguir entre o texto isolado e aquele que, como a *Bíblia* ou o *Pentateuco*, entre outros textos exegéticos, espirituais e religiosos, acaba por se afirmar, pelo volume e pela extensão do mesmo, como presença obrigatória na *sinagoga* medieval.

Outra fragilidade é a ausência de paralelismo com os estudos ibéricos sobre a transição do manuscrito para o impresso – isto é, a fase incunabulástica. Permitimo-nos destacar os portugueses, nomeadamente os de Artur Anselmo, Oliveira Marques, Pina Martins, João Alves Dias e, mais recentes, os de Esther Muzcnik, Tiago Moita (este, em execução à data da conferência, mas já disponível em 2017, podendo, acreditamos, Campanini ter estabelecido paralelismos com a realidade portuguesa relativamente aos temas e *ductus* do texto incunabulástico e manuscrito português desse final do século XV, a tempo da edição das actas, em 2021), ou Elga Hüsten (que tem trabalhado, nos últimos 20 anos, os primórdios da tipografia portuguesa e que se encontra actualmente a desenvolver investigação sobre o período incunabulástico).

A realidade editorial da tipografia hebraica do século XV em Lisboa, Leiria e Évora parece-nos merecedora dessa atenção – que, aliás, logra uma nota, *en passant*, por parte do autor (de resto, são raros os paralelismos efectuados ao longo do artigo, revelando um escasso recurso a bibliografia internacional que espelhe essas exactas realidades culturais).

Acreditamos também poder desenvolver-se mais a questão da relação entre suporte, forma da escrita – tipologia da letra, *ductus*, etc. –, estudo das várias temáticas litúrgicas e filosóficas desses textos, assim como a origem geográfica e os escrivães que o concretizaram. O autor considera que é através do estudo do *suporte* que mais facilmente se poderão identificar estes fluxos, indivíduos, oficinas. Se o estudo do parque tipográfico permite esta análise a partir do período incunabulástico, para aquele que o antecede, o *manuscrito*, talvez as linhas de força do conteúdo e os traços caracterizadores de quem gravou esses caracteres semíticos devam constituir o principal veículo identificador dos espécimes – nomeadamente através da análise das cópias –, não obstante a análise do suporte ser também essencial.

Por fim, é de notar a publicação de dois fólios, correspondendo um à *Primeira Bíblia Rabínica*, impressa em Veneza, na oficina do judeu Daniel Bomberg, em 1517, e o outro à *Segunda Bíblia Rabínica*, publicada pelo mesmo impressor em exacto local, no ano de 1525.

Em "Gli anni d'oro dello *scriptorium* di Novacella" (p. 117-131), Ursula Sampfer, reconhecida especialista internacional no estudo da arte e cultura medievais, em especial no que à arte escrita, patente no livro, diz respeito, traz-nos um curto mas interessante panorama do *scriptorium* duma abadia no período áureo do cenóbio, entre a segunda metade do século XV e os meados da década de 20 do século XVI.

Actualmente parte integrante do território italiano, a abadia de Novacella foi, nos finais da Idade Média, um dos mais florescentes pólos de produção de escrita monástica mendicante – cenóbio dominicano – da região, tendo hoje o seu acervo cerca de 90 mil cópias e exemplares, entre manuscritos e impressos. Informa-nos a autora de que o resultado de um recente projecto de investigação permitiu inventariar e descrever o acervo de manuscritos da abadia, estando os mesmos disponíveis para consulta no sítio[5].

Mais conhecida que a sua congénere laica, a produção literária em ambiente monástico tem merecido a atenção dos investigadores ao longo dos tempos. Mercê de uma maior capacidade de preservação do espécime literário – não obstante algumas depredações circunstanciais e vulnerabilidade a eventos catastróficos naturais, bem como às

5 www.manuscrita.at.

vicissitudes dos vários conflitos bélicos que assolaram a Europa ao longo das centúrias –, o livro litúrgico, de natureza religiosa, espiritual, didáctica ou cronística, conseguiu subsistir em larga medida ao devir histórico.

Ursula Sampfer faz uma reflexão em torno da forma do espécime literário em tudo o que ela implica: suporte, tipologia da escrita, ornamentos, etc., numa relação intrínseca com o seu conteúdo: o cliente (fosse ele particular ou a própria abadia), o copista/escriba e a função do texto.

A reflexão integrada de todos estes factores transporta-nos para a esfera da cultura e das mentalidades da época. Leva-nos também a reflectir sobre o pragmatismo, associado à finalidade da obra, em torno da actividade da escrita: um texto litúrgico merecerá uma maior atenção e cuidado, um texto didáctico poderá ter um *facies* mais cursivo, menos aprimorado e, sobretudo, sem os artifícios e a riqueza estilística – aurífica e pictórica – da gravura e da iluminura.

Permite-nos ainda esta metodologia, identificar os autores das cópias (estando ou não estando apostas ao texto as iniciais do freire), pela análise *diplomática* do documento, com ênfase para a cuidada interpretação do *ductus*.

Da mesma forma, como muito bem destacou a autora, é possível interpretar o trabalho dos *scriptoria* medievais como pólos de trabalho em equipa, cabendo a uns a cópia de determinada tipologia de documentos (sugestão proposta, mas ainda deixada em aberto pela autora), a outros, distinta tipologia, e aos desenhadores e iluminadores, a difícil e minuciosa tarefa de ilustrar os volumes, cumprindo-se assim na totalidade o que a autora apelidou de "[o acto de] falar no papel".

Só a grande capacidade técnica destes copistas e o reconhecimento da qualidade superior da produção do *scriptorium* de Novacella – bem como de outros espalhados por essa Europa fora – puderam garantir que, mesmo com o surgimento da imprensa de caracteres móveis, a sua produção continuasse pujante, não obstante sofresse um gradual e inexorável declínio a partir dos meados do século XVI – como bem frisou a autora, o cenóbio adquiriu até cerca de 800 incunábulos.

Através do recurso à análise codicológica e do contexto de produção de alguns dos exemplares da biblioteca de Novacella, a autora demonstra aquilo a que chamou *dependência do livro face à sua função*, quer na riqueza da ilustração, quer no estilo de letra, quer também no formato, maior ou menor, da obra, no *layout* das suas margens e colunas, entre outros factores, matérias em que, sugere, o cliente poderá ter tido uma palavra a dizer. Claro que, neste contexto cenobial, falamos de cópia textual e não da edição/redacção de obras autógrafas, em que o autor tem naturalmente uma palavra a dizer sobre a larga maioria dos elementos que compõem o seu texto.

Este breve capítulo não tinha intentos comparatistas com outras realidades italianas, e muito menos europeias. No entanto, parece-nos que os pressupostos interpretativos que nos deixa podem ser aplicados a outros contextos geográficos, permitindo mesmo reinterpretar alguns *scriptoria* de cenóbios já estudados, como os portugueses de Santa Cruz de Coimbra, São Vicente de Fora ou Alcobaça.

O historiador espanhol Antonio Castillo Gómez é um reputado especialista na cultura escrita do período moderno e, em particular, na temática dos textos efémeros nos espaços urbanos. No seu contributo, "Scrittura e immagine in alcuni testi urbani effimeri nella Spagna della prima età moderna" (p. 329-362), explora um conjunto diversificado de materiais relativos a esta fonte histórica – como editais, anúncios, cartazes, teses académicas, "*pasquinate*" (escritos satíricos inscritos nas ou junto a estátuas de referência do espaço urbano), etc. – com vista a compreender a sua organização e relação com a exibição pública na Espanha da época moderna. No âmago, analisa as modalidades de leitura destes materiais, porquanto essa mesma exposição pública implicava que todos dominassem a sua linguagem, o seu sentido.

Destes textos, os editais e anúncios tiveram maior salvaguarda documental, já que constituíam prova de mandados ou ordens políticas, administrativas e eclesiásticas. Graças a alguns coleccionadores, também sobreviveram algumas colecções de cartazes e panfletos, sobretudo se impressos e ilustrados com gravuras chamativas. Seja como for, a tarefa heurística surge dificultada pelo carácter lacunar, fragmentário, da maioria das colecções sobreviventes, em especial daqueles cartazes e panfletos de crítica, pois preservaram-se sobretudo por surgirem como elementos de prova (de condenação) em processos judiciais, donde descontextualizados. *Idem* para cartazes teatrais do *Siglo de Oro* utilizados para encadernar diversas obras dramáticas. A subalternização do estudo destes materiais também se deveu àquilo que Castillo Gomez diz ser o "fetichismo que a história do livro e da leitura tende a manifestar em relação ao formato códice" (p. 331), o que foi reforçado pela abordagem filológica, centrada no conteúdo literário. Todavia, o autor nota uma mudança desde o começo deste século, através das pesquisas de certos investigadores, sobretudo quanto aos materiais específicos impressos. Tal revalorização crítica foi acompanhada por um debate frutífero em torno da terminologia mais adequada para definir esta área de estudo, propondo-se termos como "*non-book printed materials*" ou "*printed ephemera*" (Alain Clinton), "*non livre*" (Nicolas Petit), "*materiali minori*" ou "*materiali diversi*" (Maria Gioia Tavoni) e "*papeles*" (Silvia González-Sarasa). O autor prefere o termo "efémeros", tendo em conta "as condições de difusão e, eventualmente, de conservação, donde, não tanto o aspecto material" (p 332), e por ser o que mais se adequa à sua "amostra".

Para Castillo, os editais e anúncios foram a tipologia central nessa Espanha da época moderna, por configurarem um tipo de comunicação que tinha obrigatoriamente implícito o conhecimento do seu teor por todos, mesmo daqueles que não sabiam ler. Nos séculos XVI e XVII, as leis e directrizes políticas e religiosas, bem como certas disposições administrativas (p.e., oferta de serviços públicos e tabelas de preços), foram difundidas sobretudo através de cartazes e folhetos impressos.

Este tipo de informação vinha já da Baixa Idade Média, ainda que fosse então comunicada oralmente. Nos séculos XVI e XVII, contudo, atingiu uma intensidade e abrangência inéditas, ainda que se tenha mantido a leitura oral integral, mas apenas para os textos mais curtos. Esta coabitação de técnicas comunicativas persistiu até ao fim do Antigo Regime em toda a Península Ibérica e na América hispânica. Deste modo, o poder "tornava-se visível e legitimava a sua autoridade", donde "o seu significado era, por vezes, mais simbólico-político do que administrativo-jurídico" (p. 336).

Este tipo de documento impresso tinha uma rígida estrutura textual: abria com a *intitulatio*, quer dizer, a enunciação da autoridade que emanava o acto (ou a *notificatio*, quando dito oralmente: "Tende todos por público que…" ou "Tende todos por presente que…"), seguindo-se-lhe a *expositio*, a *dispositio*, as cláusulas de garantia, a menção ao modo de publicação, a data e as assinaturas (embora, nalguns casos, a assinatura persistisse na forma manuscrita). No reverso, podia ver-se a assinatura do escriba responsável pela publicação, a data em que fora efectuada e o período durante o qual o documento devia permanecer em exposição. Alguns éditos inquisitoriais foram publicados em várias ocasiões, enquanto decorria o respectivo julgamento. Os nomes das autoridades em causa eram destacados pelo uso de letras maiúsculas ou grandes. Na época moderna continuou-se por vezes a recorrer a cópias manuscritas para este tipo documental, que obedeciam à mesma ordem textual, denotando a coexistência de formas de escrita também neste âmbito, sobretudo no século XVI (mais tarde, ficariam sobretudo circunscritos aos éditos dirigidos a pessoas concretas). Ademais, o manuscrito podia ser suficiente no caso de ser exposto apenas num dado local, o que dependia também do momento e do público envolvido.

Já os cartazes literários ou festivos e as teses académicas foram sobretudo impressos. Os primeiros serviam para a divulgação de concursos literários, incluíam textos poéticos, informativos e outros, e neles participavam homens (escritores, poetas, cronistas, religiosos, nobres e escribas), mas também mulheres, em especial poetisas e escritoras. Impressos normalmente em folhas de grande formato, eram também amiúde apresentados por via oral e tinham configuração similar à dos éditos. Assim, a parte superior

continha o título do concurso e o nome da pessoa ou santo em cuja honra se realizava; seguia-se o preâmbulo, com um discurso sobre o motivo da festa, e uma secção intermédia para descrever o acontecimento e as características dos poemas (língua, ritmo e conteúdo); a secção inferior era reservada às regras do concurso, júri, data de entrega e forma de apresentação dos poemas; no final, mas nem sempre, inscrevia-se o nome da tipografia e da sua cidade, o impressor e o ano. Havia outro método de composição para os cartazes que divulgavam programas de festivais e de acontecimentos literários sem concurso prévio. As diferenças internas evidenciavam-se sobretudo na diversidade de tipos ou formas de letras, para distinguir as secções de informação, mas também nas hierarquias gráficas, na maiúscula do título e na inserção de ornamentos tipográficos (como letras maiúsculas decoradas) e motivos iconográficos. Por vezes, o texto intermédio surgia a duas ou três colunas. Tratava-se dum exercício de "ostentação e aparato", para usar palavras dum poeta coevo, demonstrando ao mesmo tempo capacidade de representação e de poder.

As teses académicas eram publicitadas sobretudo nos palácios universitários, eventualmente também nas portas de algumas igrejas principais ou de outros edifícios urbanos. Tinham de submeter-se a um procedimento burocrático que implicava a prévia censura reitoral. O conteúdo incluía a dedicatória ao padrinho ou patrono (com todas as suas honras), representado com uma figura (no caso dos santos) ou um brasão (no caso das personalidades civis e religiosas). Com variantes, seguiam-se o nome e os estudos do aluno, o grau almejado e a conclusão (ou conclusões) que a sustentava (uma para os graus menores, mais para os maiores), os nomes do local da defesa e da autoridade que presidiria à cerimónia, a hora e o dia, bem como o certificado de impressão, mais abaixo. Tal como nas tipologias anteriores, os anúncios de teses do século XVII ostentam uma maior riqueza ornamental e gráfica, reiterando uma evolução similar, ligada à afirmação da composição barroca. Todos eles conjugavam as concepções visual e informativa.

Porém, havia outros manifestos em que a função informativa dominava, sobretudo cartazes manuscritos para divulgar os serviços de mestres da escrita e de companhias teatrais. Tomavam a forma de anúncios textuais com distintos modos de escrita e, por vezes, com cores diferentes para distinguir múltiplos níveis de informação. No caso dos anúncios feitos por mestres da escrita, recorria-se ainda a jogos caligráficos, para revelar a sua destreza na arte de bem escrever. Também se recorreu amiúde à imagem para ilustrar outros efémeros urbanos, como cartazes e placas penitenciais que prisioneiros exibiam publicamente como sinal de vergonha e aviso aos demais, ou *sambenitos*, que os detidos da Inquisição usavam na cerimónia do auto-de-fé, sendo depois pendurados nas igrejas para perpetuar a memória da alegada infâmia.

A debilidade da indústria gráfica da Espanha de então repercutiu-se na produção impressa de contestação política, mas subsistiram ecos desta, sobretudo da que foi distribuída nos futuros Países Baixos durante a Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), ou seja, a guerra de secessão das Províncias Unidas face à Coroa espanhola. Foi de tal monta a edição de panfletos populares, folhetos, canções e gravuras difamatórias, impressos fora das Províncias Unidas (mormente na cidade de Colónia), que Castillo Gómez considera estar-se perante a primeira "guerra do papel" no campo europeu. Grande parte das gravuras centrava-se na ideia da pátria oprimida, denunciando os quatro temas centrais da "'lenda negra' neerlandesa: as maquinações da Inquisição espanhola, a crueldade dos espanhóis, os vícios pessoais de Filipe II e o projecto espanhol de hegemonia universal" (p. 356). Neste âmbito, também circularam panfletos e pasquins manuscritos, que continham desenhos mais concretos.

A análise da materialidade destas fontes históricas, associada ao estudo da sua linguagem e do contexto da sua recepção, permite reflectir sobre o seu papel e funções e sobre o modo como foram lidas e interpretadas, pois a sua exposição pública revela a necessidade de serem conhecidas e compreendidas por todos. Por seu intermédio, actos oficiais, festas culturais, elucubrações académicas e protesto político tornaram-se do conhecimento das comunidades em geral, reforçando a centralidade da cidade, das suas vivências e mundividências. Castillo Gómez realça "o valor assumido tanto pela legitimação do documento pelas autoridades, como pelo reconhecimento visual dos nomes em letras maiúsculas, dos brasões e das diversas representações iconográficas utilizadas" (p. 359). Contudo, subsistiram alguns "entraves" linguísticos ou comunicacionais, como o texto demasiado extenso, a letra demasiado pequena ou a persistência da língua latina, em especial nos éditos pontifícios e eclesiásticos. Embora centrado na produção impressa, há um fio condutor de herança e de desenvolvimento que liga este estudo panorâmico (e as novas tendências que analisa) a práticas já assumidas por antigos manuscritos, e até por uma certa comunicação oral, que subsistiu e coexistiu. Apesar de centrado no caso espanhol, este contributo tem potencial para ser inspirador de pesquisas noutros contextos geográficos e até temporais.

O texto de Duccio Dogheria, "Editoria sperimentale all'Archivio del '900 del MART: la biblioteca dell'Archivio di Nuova Scrittura, dal Futurismo al futuro" (p. 445-472), procura divulgar e valorizar a colecção bibliográfica do Archivio di Nuova Scrittura [ANS, Arquivo da Nova Escrita], inteiramente focada na relação palavra-imagem e na ideia de edição experimental, desde as vanguardas históricas até aos dias de hoje, incluindo grandes colecções de livros e revistas futuristas, *livres de peintre*, livros-objecto, livros e revistas de artista.

O ANS foi preservado e incorporado em 1998 no centro de documentação e pesquisa Archivio del '900 [Arquivo do Século XX], por sua vez fundado em 1987 junto do Mart – Museo d'arte moderna e contemporanea di Trento i Rovereto, instituição sediada em Rovereto (Itália) e pertencente à Provincia Autonoma de Trento. Desde a sua criação que este museu divide o seu interesse por obras de arte e por fontes documentais, tendo adquirido arquivos e bibliotecas de artistas, arquitectos e críticos de arte, como Fortunato Depero, Angiolo Mazzoni, Luciano Baldessari, Carlo Belli, Silvio Branzi, Enrico Baj e Nelson Morpurgo (p. 445-446). É de realçar que a instituição tem uma política coerente para esta vertente, tendo a maioria dos seus fundos origem em doações de particulares, demonstrando como essa aposta estrutural gerou confiança e estímulo junto da sociedade.

O Archivio del '900 tem presentemente cerca de 70 fundos arquivísticos de diversas consistências, a maioria ligada ao Futurismo, ao debate histórico-crítico da primeira metade de Novecentos, à arquitectura, à Poesia visual e a outras neovanguardas artísticas dos anos 1950 em diante. Paralelamente, a biblioteca do Archivio del '900 complementa aqueles "filões temáticos" com 60 fundos bibliográficos (oriundos de bibliotecas particulares e de colecções), totalizando cerca de 80 mil volumes e 1500 periódicos, muitos deles com séries completas.

Tal património entrelaça-se com as colecções e actividades do Museu – das exposições à didáctica, da edição às redes sociais na Internet –, estando disponível para académicos e pesquisadores nos 500 metros quadrados da sala de consulta.

Estes dados permitem concluir que estamos em presença dum arquivo único no mundo para estudar a edição experimental, dos precursores do Futurismo até à actualidade. O ANS vem enriquecer esta vertente do Museu Mart no respeitante à edição de artista.

Fundado em 1988 por Paolo Della Grazia, o ANS é um "meta-arquivo dedicado à pesquisa entre palavra e imagem, composto por uma colecção de mais de 3000 obras de arte, uma biblioteca especializada composta por 18 000 volumes estruturados em diferentes secções e mais de 600 periódicos diferentes, além duma secção de arquivo que inclui os fundos da ANS, de Fraccaro-Carrega e algumas colecções menores de grupos documentais do mercado de antiguidades" (p. 446).

Este fundo inclui correspondência trocada entre artistas e editores, revelando que a preocupação com a salvaguarda e divulgação da edição experimental tem já um grande lastro, como revela uma carta de 25/8/1976 do professor e coleccionador Marco Fraccaro a Maria Teresa Balboni, estudiosa da edição experimental então empregada na Other Books & So, livraria de Amesterdão especializada em exo-edição: "Pensei muito sobre o seu arquivo e parece-me que, dada a sua qualidade e consistência, realmente valeria a

pena torná-lo conhecido em Itália e no exterior, dando-lhe uma organização e abrindo-o aos estudiosos" (cit. na p. 447).

Um dos méritos deste capítulo é destacar os afluentes mais ligados à ideia de investigação, experimentação e inovação editoriais no quadro da edição experimental, permitindo perceber a sua génese, evolução, projecção e actualidade. Nessa digressão começa por se deter nos vários precursores do Futurismo, abrindo com as edições oitocentistas marcadas graficamente pelo *gothic revival* [revivalismo gótico], do grande missal ilustrado em Florença por Luigi Niccolai em 1862 a amostras comerciais e repertórios de alfabetos para uso gráfico de tipógrafos, calígrafos e decoradores, como *The Book of Ornamental Alphabets Ancient and Medieval, from the Eight Century, with Numerals* (Londres, Spon, 1860) e *Specimen of Printing Inks* (Londres, A.B. Fleming & Co., c. 1876).

O autor aborda depois diversas edições literárias de prestígio publicadas na viragem do século XIX para o XX e caracterizadas por uma pesquisa particular na justaposição (por vezes fusão) de texto e imagem, como as rimas [*limericks*] (composições que em muitos aspectos antecipam o Dadaísmo poético) do escritor e ilustrador inglês Edward Lear, apresentado em *Nonsense songs and stories* (Londres/Nova York, Warne, Frederick & Co., 1888), ou a obra neo-quinhentista *The Eve of Saint Agnes*, de John Keats (Chicago, The Fine Arts Buildings, 1900).

Outras obras guardadas no ANS que serviram de inspiração aos futuristas e são casos pioneiros neste tipo de edição são os livros xilográficos japoneses da colecção Ehon Tayotomi Kunkoki, da época de Edo e Meijii (Tóquio, 1857-84), e o texto *Un coup de dés jamais n'abolira le hasard* (NRF, 1914), de Mallarmé.

Como obra com influência plural, temos *Ubu enchaîné*, de Alfred Jarry (Paris, La Revue blanche, 1900), inspiradora do imaginário surrealista, do teatro do absurdo e do movimento "Patafísico" (do Collège de Pataphysique de Paris, c. 1950).

Por fim, cabe destacar a colecção de *ex-libris*, frontispícios e estampas da época moderna.

Quanto ao Futurismo em si, o ANS contém um *corpus* assinalável, com 800 registos bibliográficos, cerca de 400 opúsculos, além de manifestos e periódicos, que atestam a singular "revolução tipográfica futurista" e o seu contributo para a redefinição do objecto-livro, antecipando o livro de artista e o livro-objecto do pós-II Guerra Mundial (p. 450-2, cit. p. 451).

A ponte entre experimentação futurista e outras vanguardas europeias é feita pelo poeta francês Apollinaire em *Calligrammes: poèmes de la paix et de la guerre (1913-1916)* (Paris, Mercure de France, 1918).

Além do futurismo, as vanguardas bem representadas são sobretudo as ligadas "à complexa relação entre palavra e imagem" (p. 469): cubismo, dadaísmo, surrealismo,

abstraccionismo internacional, modernismo soviético e modernismo literário internacional (este indo de Ezra Pound ao Fernando Pessoa de *Nas Encruzilhadas do Mundo e do Tempo*, Lisboa, CEP, 1940, obra rara e inexistente na depositária legal lusa, a Biblioteca Nacional de Portugal; p. 454-455).

O autor destaca ainda que o ANS tem núcleos representativos de livros de artista (mormente os relativos às poesias concreta e visual e aos livros-obra fotográficos, distintos dos livros de portefólio ou de *performance* dum só autor), de *livres de peintre*, de livros-objecto e de revistas de artista, incluindo mais de 300 publicações experimentais internacionais (p. 455-469).

No âmbito das revistas de artista, prossegue a aquisição e incorporação de novos títulos. Um olhar sistemático para este acervo permite ao autor concluir que existe uma alternância entre a autoprodução com pendor mais artesanal e de baixo custo e a inovação editorial com pendor mais elaborado, tanto nos anos 1960-70 como na produção contemporânea (p. 469-470).

Para Ducio Dogheria, o estudo da edição experimental contemporânea de artista (e revistas conexas) comprova que o livro-objecto continua vivo e a incorporar mutações e inovações técnicas, estéticas e culturais, pelo que ainda é prematuro declarar-se a "'morte do livro'" (p. 471).

Em suma, embora este seja um texto com vocação divulgativa, permite perceber como a edição experimental recorreu frequentemente a formatos impressos invulgares (livros ou cadernos com tamanhos fora dos padrões correntes) e a um cruzamento singular entre imagem e palavra (por vezes também extensivo ao som) e entre distintos suportes impressos (livros, cadernos, revistas, folhetos, discos, cassetes, etc.). E, em conexão, ajuda ainda a perceber a relevância de determinada documentação, no caso presente a do ANS, para o estudo da criação literária e artística no século XX. Importa realçar que os textos com um pendor mais divulgativo têm também a sua pertinência e podem dar um contributo relevante à academia e à comunidade em geral, ao permitir aceder a uma panorâmica de acervos documentais cruciais para o conhecimento duma edição artística e literária central na contemporaneidade, e possibilitando a elaboração de novos estudos que não só em História do Livro.

Em jeito de nota final, cabe dizer que a obra recenseada teve a pretensão e ambição de unir três "exigências" distintas, as quais se podem sintetizar recorrendo à formulação integral do seu coordenador, Edoardo Barbieri: "conectar o património cultural do território com o debate científico internacional, elaborar uma reflexão histórica atenta às transformações ocorridas e em curso no mundo do livro, abrir um diálogo verdadeiramente

interdisciplinar capaz de pôr em confronto aqueles que, mesmo de pontos de vista diferentes, estão interessados no livro" (p. XIV). O triplo fito parece ter sido alcançado, e esta extensa recensão crítica acaba por ser uma prova desse sentido e até um contributo, não só por lhe reforçar a projecção internacional (pois os recenseadores provêm dum centro de investigação dum país exterior ao contexto de produção da obra) como por partilhar com os autores da dita obra uma base de trabalho colectiva, interdisciplinar e problematizante.

Editorial
Isabel Araújo Branco

Apresentação – Corpo, sonho e vida afectiva
Nuno Miguel Proença, Ana Lúcia Mandelli de Marsillac, Adelino Cardoso

Dossiê | Corpo, sonho e vida afectiva

Concepção stahliana de Corpo
Adelino Cardoso

Para uma arqueologia do esquecimento: a teoria do sono lúcido de Abade Faria e sua receção em Portugal
Bruno Barreiros

Fenomenologia da Vida e Sofrimento
Ana Paula Rosendo

Para além de Freud: Nietzsche, Binswanger e Bachelard acerca dos sonhos, dos devaneios e das suas imagens
Nuno Miguel Proença

A poética negativa de Doris Salcedo: *des-calar* a dor e (re)construir narrativas desviantes
Anelise Hauschild Mondardo

Vária

O estrangeiro indesejável: O Brasil e António Aniceto Monteiro (lutas, tramas, diplomacias e polícias)
Jorge Rezende

Recensões

BALDINI, Ugo. 2018. *Portugal, a Ciência Jesuíta e a Carreira da Índia (Séculos XVI a XVIII). Coletânea de Ensaios*
Luís Miguel Carolino

BARBIERI, Edoardo, ed. 2021. *Imago Librorum. Mille anni di forme del libro in Europa*
Daniel Melo, João Costa

fct Fundação para a Ciência e a Tecnologia

SIGILL AURORA SCIENTIA LUCET UNIVERSIDADE DOS AÇORES

NOVAFCSH FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

ISSN 0870-4546